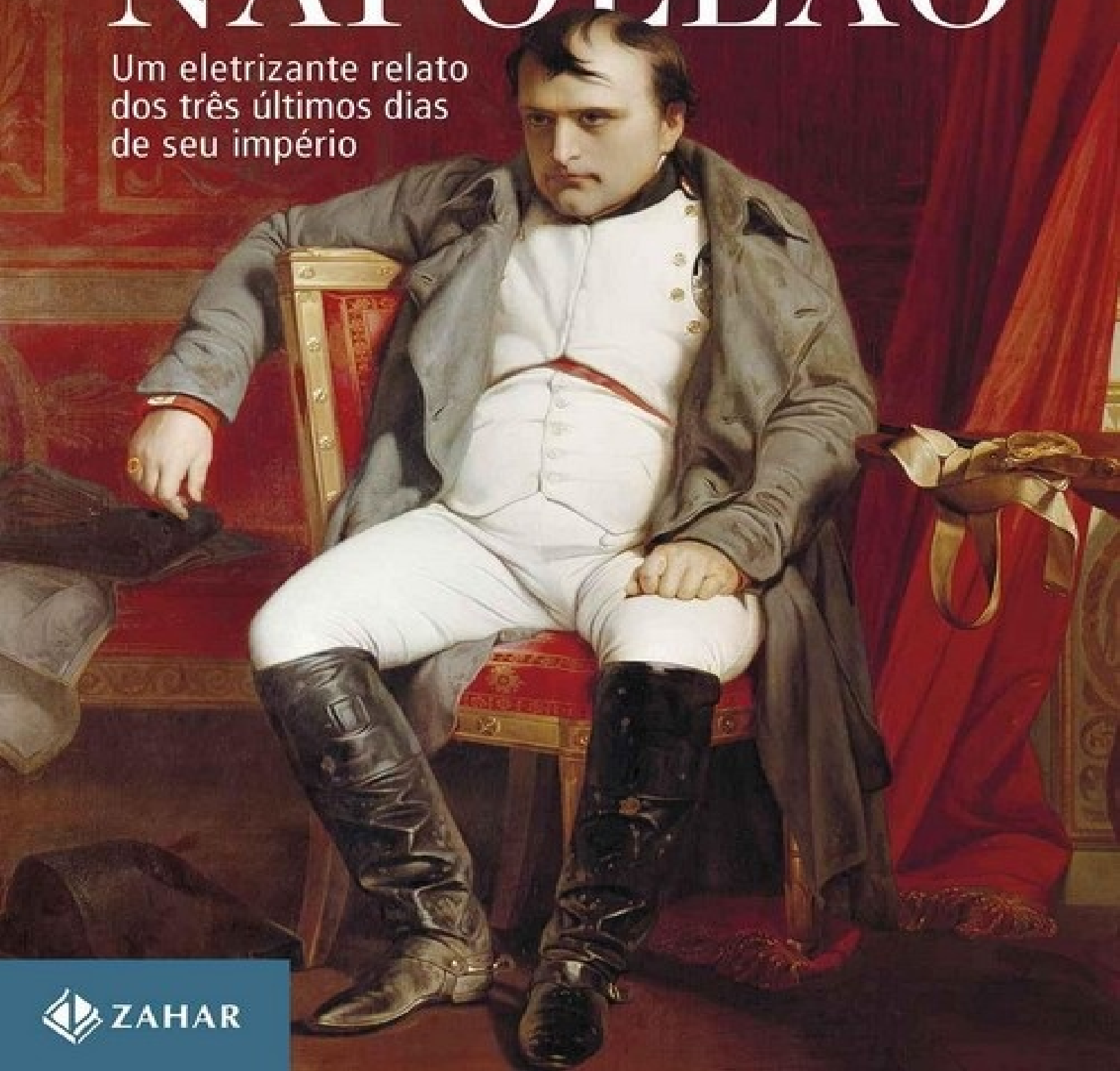


Jean-Paul Bertaud

A QUESDA *de* NAPOLEÃO

Um eletrizante relato
dos três últimos dias
de seu império



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [lelivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Jean-Paul Bertaud

A queda de Napoleão

Um eletrizante relato dos três últimos dias de seu império

Tradução:
Clóvis Marques



Para Anouk, minha neta.

Sumário

Prefácio

MANHÃ DE QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO

Ditadura de salvação pública e recrutamento em massa?

1. “Que será desta pobre França?”
2. O homem-serpente
3. Declarar a pátria em perigo
4. O funeral da glória
5. “Às armas, cidadãos!”
6. Desencanto
7. “Guilhotina para Napoleão!”

TARDE DE 21 DE JUNHO

Repetir o 19 de brumário, o 14 de julho ou o 10 de agosto?

8. La Fayette e a bandeira de 1789
9. Fascinado pelo abismo
10. A salvação do povo
11. “Se eu quiser, dentro de uma hora a Câmara não existirá mais”
12. O imperador em processo
13. A corrupção do poder
14. A tentação do suicídio

QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO

“Ofereço-me em sacrifício...”

15. “Sozinho, nada posso”
16. O sacrifício

17. “Entrego meu filho à França”

18. O odioso jugo estrangeiro

19. Os parisienses e a abdicação

20. O rei de Roma é francês?

21. O cortejo dos vencedores

SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO

Napoleão II, imperador interino

22. Maquinações do homem-serpente

23. Os interesses de um homem e os da pátria

24. Que será do imperador?

25. O sonho do cidadão Bonaparte

Epílogo

Anexo: O voo da águia ao inverso

Notas

Lista de mapas

Índice onomástico

Prefácio

Terça-feira, 20 de junho de 1815

“Se o imperador puser os pés em Paris, estará perdido”

“É preciso que o imperador não se detenha no caminho e vá diretamente à representação nacional; que confesse francamente os problemas que enfrenta e, como Filipe Augusto, se ofereça para morrer como soldado e entregar a coroa ao mais digno. As duas Câmaras irão se revoltar com a ideia de abandonar Napoleão e irão se juntar a ele para salvar a França!”¹

Olhos azuis, pele clara, de aspecto e figura agradáveis, Charles François Huchet de la Bédoyère preserva a eloquência teatral de uma juventude transcorrida a declamar versos na companhia da sra. de Staël. Na carruagem em que se afasta há dois dias do campo de batalha de Waterloo, suas declarações inflamadas e ingênuas permitem aos companheiros de viagem esquecer por um momento os cenários de horror que ainda têm na cabeça.

La Bédoyère é um desses nobres que, durante a Revolução e depois no Império, ficaram divididos entre a antiga e a nova França. Apesar de bonapartista, ele vem de uma família legitimista de velha cepa bretã. Embora seja oficial do Exército Imperial, seu irmão, que se manteve fiel aos Bourbon, faz parte da guarda de Luís XVIII. Pelos serviços prestados e o comportamento corajoso de que dão testemunho vários ferimentos, Charles François mereceu um lugar na corte imperial; mas sua esposa, Georgine de Chastellux, realista como o pai e a mãe, recusa-se a frequentá-la.

Aos 26 anos, La Bédoyère é general e par da França. Deve sua promoção rápida à ajuda que prestou a Napoleão quando este voltou da ilha de Elba. Coronel no comando do 7º Regimento de Infantaria de Linha, aderiu ao imperador na entrada de Grenoble, convidando seus companheiros de armas a juntar-se a ele nos caminhos “da glória e da liberdade outrora percorridos por seus pais”.²

Pierre Alexandre Fleury de Chaboulon ouve o jovem general, achando divertida sua ingenuidade. Sabe que o novo ajudante de campo de Sua Majestade está mais familiarizado com os bivaques do que com as intrigas das assembleias políticas. Prefeito do Marne^a aos 35 anos, Fleury está bem a par das traições e tramas de que são capazes os políticos. Quando se anunciou a volta do imperador, ele deixou tudo para ir ao seu encontro em Lyon. Napoleão o nomeou quarto secretário, embora sabendo muito bem que o prefeito é um arrivista que não tem na modéstia sua principal qualidade.

– Não creia que ainda estamos naquele tempo em que a desgraça era sagrada – explica Fleury a La Bédoyère. – A Câmara, longe de se compadecer de Napoleão e sair generosamente em seu socorro, irá acusá-lo de ter perdido a França, e vai querer salvá-la, sacrificando-o.

– Que Deus nos guarde de semelhante desgraça! – exclama La Bédoyère. – Se as Câmaras se isolarem do imperador, tudo estará perdido. Em oito dias os inimigos estarão em Paris; no nono, voltaremos a ver os Bourbon. O que será então da liberdade e de todos aqueles que abraçaram a causa nacional? Quanto ao meu destino, não pode restar dúvida: *Serei o primeiro a ser fuzilado!*

– Se o imperador puser os pés em Paris, estará perdido – confirma o terceiro ocupante da carruagem, Auguste Charles Flahaut de la Billarderie. – Ele só tem uma maneira de salvar a si mesmo e à França, e é negociando com os aliados e transferindo a coroa para o filho. Para ser capaz de negociar, contudo, necessita de um exército. Quem sabe se, neste momento em que aqui conversamos, a maioria dos generais

já não pensa em prestar lealdade ao rei.

Flahaut de la Billarderie é um belo homem de trinta anos. Comenta-se que Caroline, irmã de Napoleão, não soube resistir a seus encantos, e que a rainha Hortense, cunhada do imperador, tampouco se mostrou insensível a eles. Acrescentam as más línguas que Flahaut é filho natural de Talleyrand.

General de divisão, conde do Império, ajudante de campo do imperador, Auguste Charles Flahaut de la Billarderie é um guerreiro que desde os quinze anos percorre os campos de batalha da Europa. Se conhece a bravura dos companheiros de armas, também sabe do desejo que eles têm de viver em paz e de tirar proveito das riquezas acumuladas. Em 1814, com a derrota, Flahaut viu-os levar Napoleão a abdicar para se juntarem a Luís XVIII. Quantos seriam exatamente os generais dispostos a virar casaca mais uma vez?

Nesse mesmo dia, em Avesnes, alguns deles estão reunidos. No auge da indignação, afirmam que nunca se dirigiu o destino de um império nem se conduziu um exército de maneira mais desvairada. O culpado de semelhante crime seria digno do comando? Os generais mais fiéis julgam seu chefe com severidade e questionam:

“Aceitaremos, acaso, que ele volte ao comando do Exército?”

Há inclusive quem fale em se livrar do imperador. Sua abdicação está “em todos os corações e em todas as bocas”,³ afirma, não sem algum exagero, o marechal Kellermann, duque de Valmy.

Para substituí-lo, circula entre os militares o nome do duque de Orleans. Pois o primo de Luís XVIII, filho de um príncipe regicida, não seria um dos seus? General em 1792, ele participara dos combates contra os prussianos em Argonne.

Estariam então os generais dispostos a abandonar Napoleão?

– Mais um motivo – exclama La Bédoyère – para nos juntarmos às Câmaras e à nação e assumirmos nosso rumo sem perder tempo.

– De minha parte – repete Fleury de Chaboulon – afirmo, como o sr. de Flahaut: se o imperador puser os pés em Paris, estará perdido. Ele nunca foi perdoado por ter abandonado seu exército no Egito, na Espanha, em Moscou. Muito menos será perdoado por tê-lo deixado no centro da França.

A chegada da carruagem a Laon interrompe a discussão. Os passageiros descem e vão para o Hotel de la Poste, onde está Napoleão. Cruzam com oficiais da Guarda Imperial, que se indagam sobre o estado de saúde do imperador. Desde o início da campanha, afirmam, o “Petit Caporal”,^b que já não é o mesmo, os tem manobrado como a uns bobocas.⁴ O imperador parece ter “mergulhado numa espécie de prostração moral”.⁵

Em Waterloo, atirou-se na refrega como se buscasse a bala que poria fim a um destino cujo curso já não podia mudar. A debacle que acompanhou a derrota o deixa mais uma vez abatido. Corpo cansado, mente exaurida, sente-se ainda mais tomado pelo desânimo porque considera seus lugares-tenentes incapazes da enorme tarefa a ser empreendida para reerguer o Exército.

Na véspera, quando Napoleão atravessava Charleroi, a cidade apresentava um espetáculo de fim de mundo. Nas ruas cheias de veículos, milhares de fugitivos abriam caminho em meio às carroças em que gemiam o hussardo de membros esmagados, o fuzileiro de corpo eviscerado ou o oficial de mandíbula quebrada. Das carretas capotadas rolavam pães que chegavam aos seus pés. Cavaleiros os espetavam com as espadas, os soldados os empurravam com a ponta da baioneta. Barris perfurados derramavam na estrada vinho ou aguardente, e os líquidos, misturados ao arroz ou à farinha, formavam “um rio lamacento no qual patinhávamos até o tornozelo”.⁶

No meio dessa agitação, a caixa contendo os 6 milhões de francos do tesouro de seu exército encalhou. Temendo pilhagem, o comissário dela encarregado distribuía os sacos de ouro aos militares incumbidos de guardá-los. E tomava nota de seus nomes, esperando que se revelassem honestos o bastante para devolvê-los depois de atravessar o rio. Aproveitando-se da desordem, contudo, os

soldados tinham brigado para embolsar algumas moedas de ouro: depois do roubo do tesouro do imperador por seus inimigos, o tesouro do exército se dispersava.

Para escapar dessa desolação, Napoleão refugiou-se inicialmente em Philippeville. Na hospedaria Lion d'Or, ditou duas cartas, uma para o Conselho de Ministros, outra para seu irmão Joseph. Na primeira minimizava o desastre, na segunda, nada escondia do alcance da derrota, afirmando todavia que nem tudo estava perdido.

Exortando o irmão a mostrar coragem e firmeza, ele se dizia capaz de restabelecer a situação mediante rápida reunião de forças espalhadas pelo país: 150 mil soldados regulares, 50 mil homens dos quartéis, 100 mil federados, guardas nacionais e voluntários recrutados em massa nas regiões do Delfinado, Lyon, Borgonha, Lorena e Champanhe. Muito animado, o imperador perseguia um sonho improvável: os fuzis seriam tomados dos realistas e entregues aos recrutas, e os cavalos de luxo, requisitados, puxariam os canhões!

Napoleão se vê à frente de meio milhão de combatentes que esmagam o inimigo e colhem novas vitórias, mas o fato é que a essa altura comanda apenas fugitivos. Por mais que lhe seja relatada a hostilidade dos deputados, ele não acredita e afirma que os representantes do povo, entendendo o seu dever, haverão de se unir a ele para salvar a França.

O imperador começa duas vezes o ditado do *Boletim do Grande Exército*. Publicado dois dias depois num suplemento do *Moniteur*, esse *Boletim* anuncia a derrota de Waterloo, no monte Saint-Jean. Nada é ocultado de uma catástrofe cuja responsabilidade é em grande medida atribuída aos erros táticos do marechal Ney. A pena hábil de Napoleão dá mais ênfase aos primeiros sucessos obtidos que ao pânico e à retirada que se seguiram.

Em Laon, La Bédoyère e seus amigos reencontram o imperador abatido, recebendo as homenagens de um destacamento da Guarda Nacional. O oficial no comando garante que seus homens, seus irmãos e filhos estão todos “dispostos a morrer pela pátria e por ele!”.

Mal se dispersou a multidão, surge o príncipe Jérôme. O irmão do soberano, acompanhado pelo marechal Soult e pelos generais Morand, Collot, Petit e Pelet du Morvan, está à frente de 3 mil homens, fuzileiros e cavaleiros. É anunciada a chegada em breve da Guarda Imperial.

Os protestos de fidelidade e a notícia das primeiras adesões alteram de novo o humor do monarca. Julgando difícil conter a onda de desertores, ele se prodigaliza em ordens para juntá-los, organizá-los e reconduzi-los.

Todos os militares isolados, ordena, serão enviados a Laon e Reims, e lá reunidos. Os gendarmes e guardas nacionais percorrerão o campo para localizar e apressar os retardatários. Contando ainda com os bons soldados que por iniciativa própria haverão de se arregimentar, o imperador está convencido de que poderá constituir em 24 horas um núcleo de 10 a 12 mil homens. “Com esse pequeno exército”, afirma, “contarei o inimigo, dando tempo para que Grouchy chegue, e a nação reaja.”

Na pequena corte de que está cercado, proliferam as objeções. Permanecer o imperador em Laon para tomar a frente de um pequeno exército incumbido de conter o avanço inimigo? Nem pensar! Não seria possível reunir 10 mil homens em tão pouco tempo. Ainda que se consiga, os soldados, na maioria exaustos e sem munição, não poderão fechar todas as vias de acesso à capital.

Grouchy? Teria escapado ou fora feito prisioneiro pelos ingleses de Wellington ou pelos prussianos de Blücher? Ninguém sabe. Para formar um novo exército, é indispensável a presença do imperador em Paris. Os parisienses podem julgá-lo morto.⁷ Ao vê-lo, não mais hesitarão em combater, conferindo o necessário entusiasmo ao recrutamento em massa por todo o país.

Além disso, poderia o imperador eximir-se de se encontrar com os deputados para lhes expor a situação, depois de consentir, ao retornar da ilha de Elba, em ser um monarca constitucional? Em abril, Napoleão modificou a Constituição do Império para obter o apoio dos notáveis e preservar pelo menos

os poucos avanços liberais concedidos pela Carta de Luís XVIII. Desde então, uma Câmara de Representantes eleitos por esses notáveis gaba-se de dividir o poder com o imperador.

Uma missiva de Lanjuinais, presidente da Câmara de Representantes, faz com que Napoleão espere dos deputados atitude menos detestável que aquela por ele temida. O imperador também sabe que, por enquanto, dispõe apenas de alguns milhares de homens, e que será necessário esperar uma dezena de dias para reuni-los em número suficiente a fim de reiniciar as operações. Tudo isso o leva a aceitar a proposta de seus generais,⁸ não sem se questionar uma última vez. Não estaria cometendo uma tolice ao lhes dar ouvidos? Afinal, ele poderia muito bem permanecer com suas tropas e, contando com a ajuda dos irmãos, interferir no jogo político em Paris.

Depois de incumbir o marechal e general de brigada Soult do comando de seu exército, o imperador toma o rumo da capital.

Inicialmente a decisão assumida parece de fato a melhor. Uma vez na capital, Napoleão poderá fazer frente à oposição. Mais que as balas do inimigo, o imperador teme o voto de deposição da Câmara de Representantes. No ano anterior, votação equivalente no Senado o obrigara a abdicar pela primeira vez, em 6 de abril. No dia 20 do mesmo mês, o imperador partiu para o exílio na ilha de Elba, entregando o trono a Luís XVIII, irmão do rei decapitado. Com o rei Bourbon e o restabelecimento da paz, os nobres *émigrés*^c voltaram, tentando recuperar seus antigos privilégios e limitar os poderes do rei em proveito próprio. Luís XVIII entendeu perfeitamente que deveria atuar como árbitro entre a nova sociedade, produto da Revolução, e os nostálgicos do Antigo Regime, os “ultras”. Mas não conseguiu.

Em um ano, muitos franceses deram as costas à monarquia restaurada, e o imperador os ouviu. Desembarcando em 1º de março de 1815 em Golfe-Juan, ele proclamou: “Volto ao seu encontro para retomar meus direitos, que são os seus.” Tendo partido debaixo de vaias, ao retornar foi como que carregado pelo fervor popular, obteve a adesão dos generais e soldados, e obrigou os políticos a lhe prestar lealdade, ao menos na aparência.

Mas em 13 de março de 1815 os soberanos reunidos em Viena baniram da Europa aquele que continuam a chamar de “usurpador”, formando contra a França uma sétima coalizão que congregava a quase totalidade dos Estados europeus.⁹ Agora também na França os adversários do imperador se ativam de novo, e o oeste volta a se sublevar. Até 18 de junho, em Waterloo, o imperador julgou que a vitória mais uma vez restabeleceria a legitimidade de seu poder, calando seus adversários políticos. Imaginou que conseguiria derrotar os ingleses e os prussianos na Bélgica, antes da chegada de austríacos e russos. Diante da derrota, contudo, ele bem sabe que muito provavelmente homens como La Fayette incitarão os deputados a repetir o gesto que o privara de sua coroa em 1814. Em Paris, nesse momento crucial, Napoleão também poderá vigiar os movimentos de Fouché. O ministro da Polícia o trai, e ele não o ignora.

O imperador sabe igualmente que precisa dos votos dos deputados para conseguir novas contribuições em homens e em dinheiro. Sua presença na capital haverá de forçá-los. Graças aos jornais que controla, ele tornará sua voz ouvida no país, aplacando temores, galvanizando energias. Afinal, a situação não é tão desvantajosa quanto parece: no oeste, a revolta realista foi contida; no norte, as praças-fortes resistem; e o marechal Suchet, a leste, marcha sobre Genebra, depois de ter rechaçado os piemonteses.

Entretanto, essa partida para Paris não seria uma tolice? Enquanto tinha sua espada, os políticos nada podiam lhe impor. Ele não tem mais uma espada. Para forjar uma nova, teria de ficar ao lado dos soldados que ainda comanda e agregar a eles os que batem em retirada. O agrupamento das tropas de fato poderia ser efetuado sob o comando dos generais, mas só Napoleão tem condições de incutir nos homens a fé depois da dúvida, a energia depois do desespero. A campanha de 1814 deixou perfeitamente claro: o moral dos combatentes é mais importante que sua quantidade.

Napoleão se afasta. Volta a Paris. Quem se apresentará diante dos deputados? O soberano liberal ou o

general – exigindo, como em 1799, o estabelecimento de uma ditadura de salvação pública?



^a Na França daquela época, o prefeito (*prefet*) era um funcionário designado pelo governo central para representá-lo na administração de um departamento, uma das subdivisões territoriais do país. (N.T.)

^b *Caporal*: “furriel”, graduação militar superior à de cabo e inferior à de sargento. (N.T.)

^c *Émigré*: “emigrado”; a palavra aqui se refere aos nobres que deixaram a França depois da queda de Luís XVI e passaram a conspirar, no exterior, para o restabelecimento da monarquia. (N.T.)

MANHÃ DE QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO

Ditadura de salvação pública e recrutamento em massa?

1. “Que será desta pobre França?”

PARIS, 7h

Paris em festa

Mal nasceu o dia quando os veículos transportando Napoleão e seus ajudantes de campo entram na capital. O Exército foi vencido, mas os parisienses julgam-no vitorioso, pois o imperador comunicou o desastre apenas a alguns colaboradores mais próximos.¹

Ainda na véspera, o *Moniteur* comemorava a vitória de Ligny, em 16 de junho, sobre as tropas prussianas do marechal Blücher. Nos bailes populares dos subúrbios, os operários dançavam de alegria e bebiam à saúde do imperador. A alguns quilômetros dali, o “Grande Exército” se desmantelava.^a

No Théâtre des Variétés, antes de cair o pano, o herói de *La famille mélomane*² afirmava que, “graças ao talento de seus habitantes, a França logo conhecerá novas venturas”. Em *L’Intrigue impromptue*,³ ainda na fase dos ensaios, um ator anunciava que “a glória que adorna nossas primaveras” veria arregimentados sob a bandeira da vitória “100 mil escolares marchando como velhos guerreiros”. Nesse mesmo momento, os fugitivos se espalhavam aos milhares pelas planícies do norte.

Só os realistas previram o desastre. Em seus panfletos, anunciavam há vários dias que logo seria representada em Paris uma peça “tragicômico-heroica” intitulada *Príncipes e princesas sem sabê-lo*. Ela concluía “com um balé de escravos, a entrada de cossacos, intermezzo de danças e cantos”. Em seus cartazes, os amigos do rei avisavam que “La Bédoyère foi encarregado de vender um cetro de ferro quase todo carcomido, uma grande águia de cobre dourado com o bico, as asas e as garras estropeados, uma mão da Justiça que jamais teve uso e um manto imperial coberto de manchas”.⁴

Assim como o imperador, o general tem conhecimento da discórdia e do ódio que agitam a capital desde a volta da ilha de Elba. Ela está constantemente mergulhada em boatos que partem dos cafés do Palais-Royal. Os desocupados, sempre à espreita, de queixo caído, esperam pelos rumores e os tomam com avidez, espalhando-os por praças e ruelas. Cada qual trata de alterá-los, modificando seu sentido de acordo com os próprios interesses ou paixões.⁵

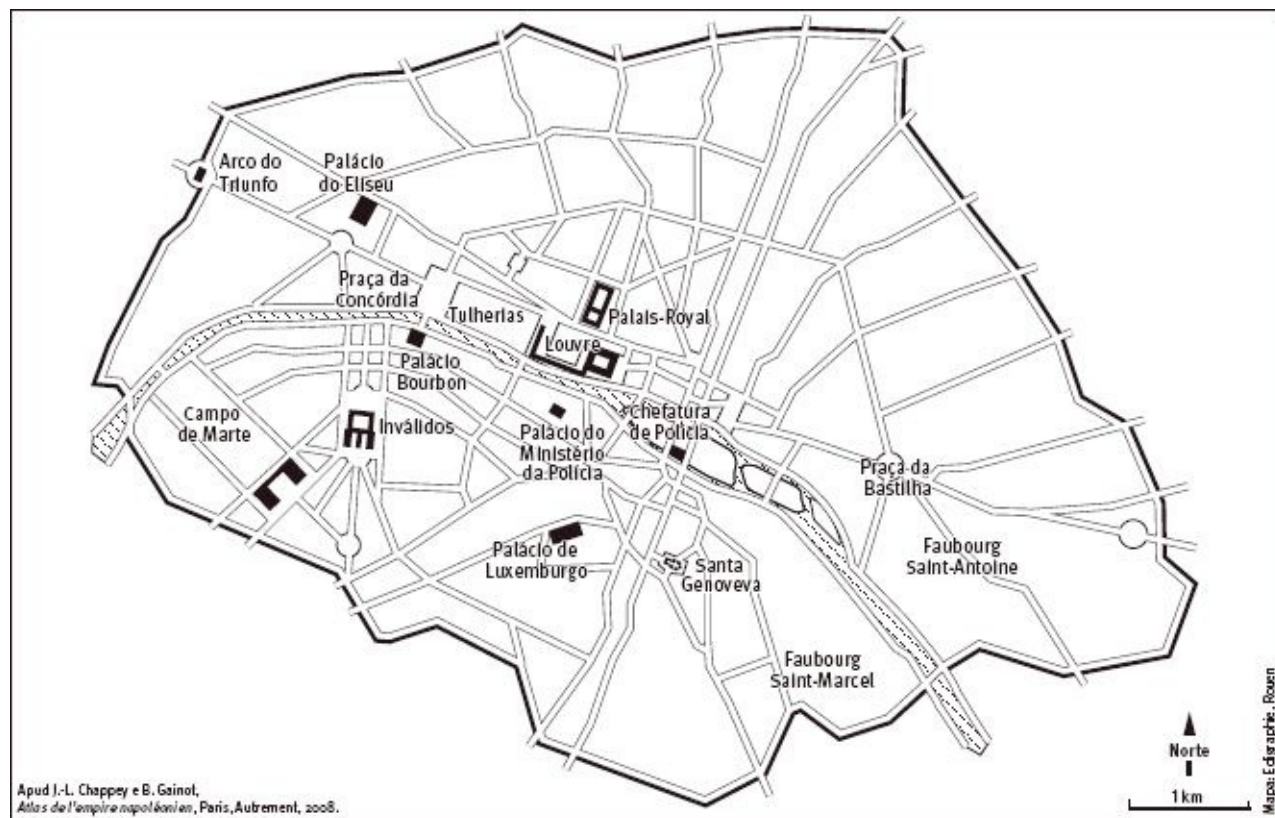
A Bolsa é outra fábrica de notícias. Ela as inventa para que oscilem as cotações. Não muito convencidos da vitória de Napoleão, os especuladores apostam na baixa. O rendimento de 5%, que em março era de 74 francos, cai para 55 francos em 21 de junho.

Ao descer da carruagem, La Bédoyère continua acreditando que, com a chegada do monarca, as coisas mudarão. Não tem a menor dúvida de que o imperador e os representantes do povo chegarão a um entendimento. Quanto aos franceses, eles continuarão a confiar em Napoleão.

PALÁCIO DO ELISEU, 8h

“Tudo pode ser consertado”

Às 8h, os veículos chegam ao palácio do Eliseu. A antiga residência da marquesa de Pompadour parece modesta em comparação com as Tulherias, onde o imperador estabeleceu o centro do poder, instalando ali sua família e sua corte. Todo domingo, o desfile de milhares de soldados dava testemunho do poderio do monarca.



1. Paris em 1815

O Eliseu, cercado de alguns guardas, é mais adequado a um monarca constitucional.⁶ E a configuração do palácio permite deter mais facilmente os curiosos que, assediando a residência do soberano, podem distraí-lo das questões de Estado. Finalmente, ao se afastar das Tulherias, o imperador se distancia de um endereço marcado demais pela ausência da imperatriz Maria Luísa e de seu filho, que partiram para a Áustria.

Antes de entrar no pátio, o postilhão detém por um momento os cavalos e os curiosos veem Napoleão. O imperador desce da carruagem. Chegando ao patamar, ele se demora dando ordens, como se quisesse convencer o público que de fato está são e salvo.⁷

Nas escadas do palácio, ele é recebido por Caulaincourt, ministro das Relações Exteriores. Aos olhos desse velho companheiro de armas, por quem demonstra uma confiança que não deposita nem em seus servidores mais fiéis, Napoleão está extremamente cansado. Seu peito parece fazê-lo sofrer, a respiração é opressa. O rosto está tão amarelo que parece de cera. O imperador está acometido, ao mesmo tempo, de uma crise de cistite e de violentas dores estomacais.

Em semelhante estado, teria ele ainda a pronta reação, a resistência invencível, a sábia e oportuna audácia que o levavam a “triumfar sobre a resistência das coisas e dos homens”?⁸ Caulaincourt tem lá suas dúvidas enquanto ouve Napoleão, o qual, relatando a batalha, mais uma vez joga a responsabilidade da derrota sobre os ombros do marechal Ney.

– O Exército operou prodígios – diz ele –, mas foi tomado pelo pânico. Tudo se perdeu... Ney comportou-se como um louco; levou-me a massacrar toda a minha cavalaria... Não posso mais... Preciso de duas horas de repouso para voltar a trabalhar. Estou sufocando.

– Ó, destino! Por três vezes vi a vitória me escapar. Sem um traidor, eu surpreenderia o inimigo, haveria de esmagá-lo em Ligny, se a direita tivesse cumprido seu dever; eu o esmagaria no monte Saint-Jean,⁹ se a esquerda cumprisse o seu!

– Mas afinal nem tudo está perdido. Relatarei à Câmara o que aconteceu. Descriverei os desastres do Exército. Pedirei recursos para salvar a pátria. Espero que a presença do inimigo no solo da França reanime nos deputados o sentimento do dever, e que minha fraqueza os una. Feito o quê, partirei novamente.¹⁰

– Contar com a ajuda dos deputados? Nem pensar – adverte Caulaincourt. – A notícia de vossa desdita já transpirou. É grande a agitação; a disposição dos deputados parece mais hostil que nunca. Como Vossa Majestade se digna ouvir-me, devo dizer que cabe esperar que a Câmara não atenda a vossa expectativa. Lamento, Sire, vê-lo em Paris. Teria sido preferível que não vos separásseis do vosso exército. É ele a vossa força, a vossa segurança.¹¹

O imperador afirma que depressa voltará a encontrar homens e fuzis. Com o apoio dos deputados, tudo pode ser consertado. Alguns lhe são hostis, como La Fayette, mas sua presença haverá de coagilos.¹²

Napoleão diz a mesma coisa ao conde de Lavalette, que acorreu ao seu encontro. Com um riso epilético que assusta o diretor dos Correios, ele faz um discurso contra os deputados. Afirma que por tanto tempo os acostumara à vitória que eles não são capazes de suportar uma só adversidade.

Caminhando sempre a passos largos, as mãos nas costas e o ombro direito ligeiramente elevado, o soberano pergunta, suspirando: “Que será desta pobre França? Fiz por ela o que pude.”

Lavalette confirma que a maioria da Câmara dos Representantes está disposta a exigir sua abdicação ou destituí-lo.¹³ Napoleão o despacha, recusando-se a reconhecer a verdade que teme e que não quer ouvir.

Pede então que lhe seja preparado um banho muito quente.¹⁴ Napoleão entra na banheira e, exausto, apoia a cabeça no espaldar de tela branca. Em seguida, manda entrar o barão Peyrusse, tesoureiro-geral da coroa, e Davout, príncipe de Eckmülh, ministro da Guerra. Como todos aqueles que viram o imperador despido, os dois visitantes se espantam com seu corpo de pele tão lisa, mais parecendo o de uma mulher.

Napoleão pede ao barão Peyrusse que nesse mesmo dia lhe entregue um relatório. Pressionado pela necessidade de financiamento, ele quer se informar dos valores imediatamente disponíveis e questiona-o “com impaciência”.¹⁵ Irritado com as perguntas indiscretas do financista sobre a batalha perdida, o soberano acaba por despachá-lo, prometendo-lhe o pagamento de uma caixa de rapé de diamantes no valor de 10.300 francos que o barão lhe fornecera e uma ordem por escrito para a cessão de 76 ações das Salinas do Leste, a ser entregue ao conde Bertrand.

Voltando-se então para Davout, Napoleão de repente deixa cair os braços na água e exclama: “Que desastre!”¹⁶ – e volta a se queixar da imperícia do marechal Ney.

Davout ouve-o, apertando seus olhinhos de míope. O príncipe não está acostumado a travestir suas ideias. Responde com a habitual rispidez que Ney é um bom comandante e servidor leal. Pois não passou literalmente a corda no próprio pescoço ao aderir ao imperador, embora tivesse prometido a Luís XVIII que o entregaria numa jaula de ferro?

Davout tem preocupações muito mais sérias que discutir a responsabilidade do marechal na derrota. Em algumas semanas, formou com tenacidade um exército que acaba de ser destruído em algumas horas. Seria possível juntar os pedaços? Mais uma vez o príncipe não mede as palavras:

“Tenho para mim, Sire, que tudo está perdido, pois se fossem reunidos apenas 4 mil homens, Vossa Majestade estaria à sua frente. E se eu, que lhe sou tão afeiçoado e dedicado, vejo as coisas dessa forma, avalie o que não se dá na imaginação dos outros. Nada estará perdido se Vossa Majestade prorrogar as

Câmaras, pois a Câmara dos Representantes, com seu exaltado tom hostil, neutraliza qualquer lealdade.”¹⁷

Essas declarações de brutal franqueza não surtem efeito sobre o imperador. Depois de barbeado e vestido, Napoleão reanima-se e recusa alguns minutos de repouso. Exalta-se contra Savary, inspetor-geral da gendarmaria – que por sua vez o advertira contra as disposições negativas dos deputados:

“Pois bem, são pessoas que vão incorrer no mesmo erro do ano passado. Não querem ver que eu sou apenas o pretexto da guerra, que seu objetivo é a França. Se ela não se viu completamente destruída no último tratado, foi porque um resto de respeito humano deteve os estrangeiros, que ainda tinham medo de meu regresso. Só mesmo os loucos não veem isso. Quando tiverem me abandonado, serão acusados por terem me recebido, e chegará a hora do arrependimento!”¹⁸

“Separando-se de mim, eles perdem a França”

Sentado à mesa para almoçar, o imperador recebe seus irmãos Joseph e Lucien. Mais uma vez fala-se apenas das intrigas urdidas pelos deputados. Lanjuinais, o presidente da Câmara, recuando das primeiras afirmações que fizera, preveniu Joseph: os representantes do povo manifestam hostilidade cada vez mais forte em relação ao imperador. Os que ainda o apoiam fazem-no para se preservar da fúria dos exércitos inimigos, estão prontos a abandoná-lo quando se virem sãos e salvos. A tática deles pode ser resumida em algumas palavras: “Vamos em socorro de Napoleão, pois só ele é capaz de expulsar os bárbaros. Tratemos de salvá-lo para que ele nos salve; a nação ficará agradecida. Se depois de passado o perigo ele tentar se transformar de novo num déspota, haveremos de nos unir para enforcá-lo.”¹⁹

O príncipe Lucien intervém. Tornou-se um mestre na arte de manipular assembleias políticas. Quinze anos antes, presidindo o Conselho dos Quinhentos,^b com seu sangue-frio, ele fez com que o irmão vencesse a oposição dos deputados e tomasse o poder. Lucien também conhece muito bem os mistérios da vida parlamentar, e mantém relações de amizade tanto na Câmara dos Representantes quanto na Câmara dos Pares, onde tem assento. Ele reitera os temores do irmão Joseph:

– Nossos reveses já transpiraram. Estão todos agitados. Só temos que temer a deliberação da Câmara e a má vontade de alguns de seus membros.

– Entre eles – lembra Napoleão – devemos incluir La Fayette, que não deixará de se rebelar contra mim. Os deputados acham que os aliados estão interessados apenas em mim, não veem que separando-se de mim eles perdem a França.²⁰

Que fazer? Entender-se apesar de tudo com os mandatários do povo ou suspender as sessões? Tentar um compromisso ou voltar quinze anos no tempo, neutralizando os deputados pela força armada? Os franceses se acostumaram a uma monarquia temperada por uma Assembleia que os represente. Seria possível voltar ao brumário, opondo-se a sua vontade?

Concluído o almoço, o imperador, acompanhado de Joseph e Lucien, segue para a sala onde o aguardam os ministros.

“Preciso de uma ditadura temporária”

São doze homens reunidos em torno da mesa do Conselho.²¹ Em sua maioria quinquagenários, os ministros também são majoritariamente plebeus. Só Davout, Caulaincourt, Decrès, ministro da Marinha, e Cambacérès, ministro da Justiça, são aristocratas. Advogados ou militares, todos se mobilizaram desde o início na Revolução. Boulay de la Meurthe, ministro de Estado,^c combateu em Valmy, e seis de seus colegas *montagnards*^d votaram pela morte de Luís XVI. Merlin de Douai, ministro de Estado, é um antigo

terrorista, assim como Fouché, o ministro da Polícia. Carnot, o ministro do Interior, era membro do Comitê de Salvação Pública no ano II.^e Organizou então a defesa do país, formando um Exército Nacional contra o exército dos reis europeus que queriam acabar com a Revolução. Embora tenha deslanchado a carreira de Bonaparte ao nomeá-lo general do Exército da Itália no período do Diretório, em seguida se opôs à ditadura do antigo protegido. Em 1814 e 1815, foi mais uma vez para defender a pátria em perigo que Carnot aliou-se ao imperador. Na noite da véspera, fora visto chorando, ao tomar conhecimento da derrota.

Os outros ministros dedicaram seus talentos à França consular e imperial sem solução de continuidade: é o caso de Mollien, ministro do Tesouro, que vem a ser, juntamente com Gaudin, ministro das Finanças, um dos melhores especialistas em finanças da Europa. Regnault de Saint-Jean-d'Angély,²² ministro de Estado, é legislador competente e trabalhador tão incansável quanto Chaptal, ministro de Estado e responsável pela reorganização da administração.

Nos seus rostos se leem consternação, temor e desânimo. Eles ouvem em silêncio o relato dos acontecimentos militares feito por Napoleão. Ele conclui comunicando sem rodeios suas intenções:

“Nossa desdita é grande. Eu vim para expressar à nação, ao Exército, uma grande e nobre lealdade. Se a nação se levantar, o inimigo será esmagado; mas se, em vez do recrutamento e das medidas extraordinárias, entrarmos em disputa, tudo estará perdido! O inimigo está na França, e, para salvar a pátria, eu preciso ser investido de um grande poder, *de uma ditadura temporária*. No interesse da pátria, eu poderia me apropriar desse poder, mas seria mais útil e mais racional que ele me fosse concedido pelas Câmaras.”

Aceitariam elas de bom grado uma ditadura de salvação pública, ou seria necessário obrigá-las pela força? Interpelados, os ministros se calam. Todos sabem que a peleja já teve início nos corredores do palácio Bourbon, e que o monarca já não tem o controle completo do jogo.

^a Grande Exército: nome do exército de Napoleão em diferentes etapas do seu empreendimento imperial; foi criado após a derrota da Marinha francesa na Batalha de Trafalgar, para impedir a invasão da França pelos ingleses, em sua união com austríacos e russos. Com as guerras intermináveis e a invasão da Rússia em 1812, que resultou em grande fracasso para os franceses, o Grande Exército entrou em decadência. (N.T.)

^b Instituído em 1795, o Conselho dos Quinhentos foi, ao lado do Conselho dos Antigos, uma das duas assembleias legislativas da França durante o Diretório. (N.T.)

^c Ministro de Estado (*ministre d'État*): título honorífico correspondente a um posto menos importante que o de primeiro-ministro, porém mais importante que o de ministro de pasta.

^d *Montagnards*: literalmente, “montanhistas”, deputados da Convenção Nacional Legislativa de 1791; receberam essa designação por ocupar a parte mais alta da Assembleia (em oposição à Planície, que se sentava nas cadeiras mais baixas); eram republicanos e, liderados por homens como Danton, Marat e Robespierre, preconizavam um regime centralizador e medidas de cunho social. (N.T.)

^e Ano II: segundo ano do calendário republicano, criado em 1792 para simbolizar o início de uma nova era; o calendário (no qual o ano começava em 22 de setembro) se manteve até 1805. (N.T.)

2. O homem-serpente

PALÁCIO BOURBON, 9h

Quando os estudantes visitam os representantes do povo

Émile La Bretonnière¹ parece mais um daqueles jovens criados no culto do sabre: à simples menção do nome de Napoleão, seu sangue pulsa mais forte. Estudante de matemática no Liceu Imperial, ele pretende entrar para a Escola Politécnica, a fim de um dia se tornar oficial. No Quartier Latin, passa mais tempo debatendo com os amigos sobre o destino de seu herói do que debruçado sobre livros e cadernos. Ao descer esta manhã para o pátio de sua residência, encontra os colegas discutindo acaloradamente. “Já soube da notícia? O Exército foi aniquilado e o imperador chegou a Paris.”

Todos se encaminham para o Café des Pyrénées. Num momento assim, é lá que se encontram sempre as informações mais recentes. Em todos os rostos transparece a consternação. Mas alguns ainda têm esperança, apesar de tudo.

– É mais um desses boatos falsos espalhados pelos realistas. Não é possível que a situação seja tão desesperadora a ponto de levar o imperador a abandonar seu exército.

– Vocês estão esquecendo o Egito, Moscou e Leipzig – observam alguns.

Depois de uma rápida refeição, La Bretonnière acorre com os amigos à Câmara dos Representantes. Nas ruas, os olhares se cruzam, e os transeuntes preocupados seguem seu caminho sem dizer palavra. Os parisienses são grandes tagarelas, mas fora de casa mostram-se “mais discretos sobre as questões públicas que os venezianos na época do Conselho dos Dez”. Desconfiam dos espiões da polícia, numerosos como os paralelepípedos do calçamento, e ao mesmo tempo continuam a acreditar na imprensa governamental, que insiste em dizer que eles são “o povo mais livre da Terra”.²

À espera do início da sessão na Câmara, uma enorme multidão ocupa a grande escadaria do palácio Bourbon. Operários do faubourg Saint-Antoine misturam-se aos burgueses do faubourg Saint-Germain, que acorreram ao saber da notícia. Circulam as informações mais contraditórias. “Napoleão está em Paris”, diz alguém. “Você está confundindo, tomando o príncipe Jérôme por seu irmão”, retruca outro. Um terceiro afirma que decerto acabou de acontecer algo extremamente grave, pois desde o alvorecer os mais importantes personagens do Estado não param de entrar e sair. Há quem afirme ter visto Lucien e Joseph Bonaparte entrarem para conversar com o presidente da Câmara. Se ocorreu alguma catástrofe, a Câmara, templo da soberania nacional, deve ser a primeira informada.

“Templo da soberania nacional é um pouco de exagero”, pensa La Bretonnière. Ele sabe que, apesar do nome, cheirando a Revolução, a Câmara dos Representantes está longe de dispor do poder outrora exercido pelas assembleias da Primeira República. Desde o Ato Adicional às Constituições do Império, aprovado apenas há dois meses, a Câmara eleita e passível de reeleição de cinco em cinco anos aprova as leis propostas por Napoleão, chefe do Executivo. Elas são em seguida enviadas à Câmara dos Pares, para aprovação ou rejeição. Os pares? Fantoques. Nomeados por Napoleão, são em número ilimitado, e uma nova fornada basta para derrubar a eventual oposição.

É verdade que as Câmaras podem propor emendas à lei ou convidar o governo a propor uma lei sobre determinado assunto. Contudo, o Executivo a aceita ou recusa, e o imperador tem o poder de adiar, isto é,

de suspender as sessões da Câmara dos Representantes ou mesmo de dissolvê-la. Nesse caso, os colégios eleitorais são convocados mais uma vez, e a reunião dos novos representantes ocorrerá no prazo de seis meses.

Mas o direito de eleger seu presidente, o direito de emendar, o convite ao monarca para que adote uma lei sobre determinado assunto, a total renovação da Câmara de cinco em cinco anos e, finalmente, a redução da idade mínima dos deputados para 25 anos são dispositivos que conferem aos representantes um espaço de liberdade até agora desconhecido. Contudo, as novas instituições ainda estão longe do regime parlamentar desejado pelos notáveis.³

Por mais jovem estudante que seja, La Bretonnière percebeu perfeitamente que cada artigo do Ato Adicional concedendo um direito aos deputados é limitado por uma explicação, um “*ou seja*” em favor do poder. E também sabe que todos os *senatus consulta*^a até então adotados e deixados sem modificação pelo Ato Adicional continuam em vigor. Acontece que os franceses minimamente atentos à vida política sabem muito bem que esses sucessivos dispositivos deixaram considerável liberdade ao poder, de 1804 a 1814.⁴

Nunca antes uma Assembleia política teve nome tão injustificado quanto a Câmara de Representantes *do Povo*. E o Ato Adicional, limitando o sufrágio universal direto apenas aos plebiscitos, retoma nas eleições para deputados as modalidades da Constituição do ano X. A missão de eleger 606 deputados, dos quais 23 são obrigatoriamente escolhidos entre banqueiros, armadores, fabricantes e comerciantes, é reservada, assim, a uma dezena de notáveis que integram os colégios eleitorais de *arrondissements*^b e departamentos. Numa França com mais de 3 milhões de cidadãos maiores de idade, são apenas 69 mil homens, em sua maioria proprietários de terras, que designam os deputados. E, entre eles, 36 mil se abstiveram no último escrutínio, na maioria, nobres fiéis ao rei Luís XVIII. Em Marselha, por exemplo, treze eleitores dentre os duzentos inscritos foram às urnas; em Montpellier, 35 num total de 233; e em Bordéus, 38 entre os 284.⁵

Como em 1814, Luís XVIII, para recuperar o trono, outorgara uma Carta Constitucional que abria caminho para a monarquia limitada, Napoleão, ao voltar da ilha de Elba, viu-se obrigado a aceitar algo que sempre recusara e que detesta acima de tudo: limitar seu próprio poder.

Em 1804 Napoleão se apresentava como o rei do povo; em 1815 ele é o chefe de uma aristocracia baseada no mérito, às vezes no talento e na riqueza. Os nobres do Império sempre temeram o César que lhes conferiu seus títulos. Hoje são capazes de lhe fazer frente e às vezes até de virar-lhe o rosto.

A Câmara dos Representantes não é o clube Napoleão

Percorrer com os olhos os bancos dos representantes é ler a história da França revolucionária e imperial. Não falta sequer a contrarrevolução. É verdade que os realistas, tendo desprezado as urnas, estão numericamente mal representados. Aliás, seus deputados, como o milionário Roy e o ex-prefeito Bonnaire, tentam dissimular suas opiniões. Os oitenta representantes bonapartistas não escondem as deles, que se resumem a admiração e fidelidade incondicionais ao imperador.

Esse é o caso de Bigot de Préameneu. Deputado à Assembleia Legislativa em 1791, ele tentou defender o rei; em 1799, membro do Instituto, aliou-se a Bonaparte e integrou a Comissão de Redação do Código Civil. Na Câmara dos Representantes, senta-se ao lado dos jacobinos, que na época de Robespierre foram *montagnards* e girondinos: entre eles, “terroristas” que ainda provocam escândalo, como Barère de Vieuzac, deputado por Argelès. Convencional em 1793, ele votou pela morte do rei. Membro do Comitê de Salvação Pública, homem de letras e jornalista, seria responsável, segundo a voz corrente, por uma infinidade de condenações à pena de morte, sendo conhecido como o “Anacreonte da

Guilhotina”. Não longe dele, Félix Lepeletier de Saint-Fargeau. Antigo babouvista, esse deputado lembra a todos a época em que Graco Babeuf e a Sociedade dos Iguais militavam pelo estabelecimento do comunismo.

Se os antigos terroristas não passam de uma dezena, os girondinos, seus rivais, são mais de sessenta. Na maioria formados em direito romano, eles rejeitam ao mesmo tempo o império hereditário e a realeza de direito divino. Rousseauianos formados por jesuítas, esses deputados professam um anticlericalismo virulento. Burgueses, conservam intacto o ódio aos nobres, cuja arrogância tiveram de suportar. Proprietários de terras, são adversários declarados do “feudalismo” e dos direitos senhoriais. Compradores de bens nacionais,^c esses notáveis pretendem conservá-los em seu poder. Patriotas, são veteranos das lutas revolucionárias que querem preservar a independência da França e mantê-la nas fronteiras de 1792. Napoleão representa para eles a melhor garantia de preservar as conquistas da Revolução de 1789, pelo menos enquanto aceitar os limites de seu próprio poder em proveito deles.⁶

Os outros deputados são jovens sem passado político. Juristas ou médicos, negociantes ou antigos funcionários, também têm o desejo de ampliar o espaço político que lhes é reservado pelo Ato Adicional.

Desde a abertura da Câmara, em 3 de junho, a maioria dos representantes manifesta seu desejo de independência. Liberais sonham em tornar-se novos Mirabeau ditando ao monarca a vontade nacional, enquanto os bonapartistas se imaginam antes como novos Murat, dispersando os adversários amedrontados à ponta de baionetas na noite de 19 de brumário (10 de novembro de 1799).

Quando os representantes se reuniram pela primeira vez, Napoleão esperava que elessem como presidente um de seus colaboradores. Os mandatários do povo, no entanto, lhe fizeram o insulto de escolher seu pior inimigo: Lanjuinais. Com mais de sessenta anos, esse especialista em direito eclesiástico alia à austeridade de um monge a circunspeção de um pai da Igreja. Considerado ingênuo,⁷ tem a inteligência de um dominicano, a habilidade de um jesuíta e a coragem de um fiel com o coração ardendo na fé. Para ele, esta fé tem nome: *liberdade*. Em 1793, na Convenção, ele se opôs à pena de morte para Luís XVI; durante o Terror, teve de se esconder. Tendo recuperado seu assento de deputado em 1795, tornou-se um dos membros dos Antigos durante o Diretório.

Senador em 1800, Lanjuinais insurgiu-se contra as ordens de desterro que se seguiram ao atentado da rua Saint-Nicaise e se opôs igualmente ao Consulado vitalício e à fundação do Império. Em 1814, organizou no Senado a votação que decidiu pelo afastamento do imperador. Finalmente, recusou-se a prestar juramento a Napoleão quando este voltou a subir ao trono.

Ao aceitá-lo como presidente da Câmara, Napoleão, mal dissimulando sua raiva, dirigiu-lhe estas palavras: “Há quem diga que sois um bourbonista, outros, que sois meu inimigo pessoal, e outros, ainda, que de fato amais vossa pátria. Sabereis avaliar a quais deles dou crédito quando vos cumprimento, assim como à Câmara, pela escolha que vos levou à presidência.”

Lanjuinais mantém-se fiel às ideias liberais da juventude, rejeitando ao mesmo tempo a democracia, a aristocracia e o despotismo. Considera o melhor dos governos aquele que, associando ao soberano os notáveis e os representantes do povo, permite identificar uma vontade geral e constante.⁸

Presidente da Câmara dos Representantes, sustenta a guerrinha por eles movida contra Napoleão.⁹ O imperador envia à Câmara um camareiro de serviço para comunicar aos deputados que aceita a eleição de Lanjuinais? Eles ficam indignados diante de tamanha ofensa à representação nacional. Os ministros comparecem vestidos simplesmente de fraque, e não em trajes solenes, para fazer um comunicado à Câmara? Os deputados veem aí uma afronta. Os ministros de Estado tomam o lugar dos ministros das diferentes pastas para apresentar seus relatórios à Câmara? Os representantes consideram-se tratados com desprezo.

As disputas de prioridade provocadas pela Câmara dão mostra de seu desejo de ser considerada

depositária da soberania nacional, exatamente como o imperador. Para isso, ela pretende “retificar o mais brevemente possível os defeitos e imperfeições que transparecem no conjunto da Constituição”.¹⁰ Nas palavras de La Fayette, a Câmara recusa-se a ser o “clube Napoleão”. Os representantes discutem tudo: o juramento a ser prestado ao Ato Adicional e a Napoleão, ou o título de “Salvador da Pátria” que seus seguidores querem lhe atribuir.

O imperador não é homem de “submeter-se à lei dos advogados nem de deixar cortar sua cabeça pelos facciosos”. Está perfeitamente decidido a não ser “uma figura decorativa nem um segundo Luís XVI”. Ao receber, em 12 de junho, a Câmara dos Pares, que também esboçava uma revolta, Napoleão convida-a a não imitar o Senado do Baixo Império, o qual, “pressionado de todos os lados pelos bárbaros, tornou-se motivo do riso da posteridade, ao se dedicar a discussões abstratas no momento em que o aríete derrubava as portas da cidade”.¹¹

A Câmara dos Representantes, assim como a Câmara dos Pares, fez ouvidos moucos a esse conselho. Desde a entrada em vigor do Ato Adicional, ela tentou constantemente alterar seus dispositivos para aumentar o próprio poder, compartilhar com o Executivo a iniciativa das leis e controlar os ministros. Barère resume muito bem a política adotada pela maioria dos colegas ao exclamar: “Temos de instaurar a ditadura da lei, e não a de um homem!”¹²

No exato momento em que o imperador enfrenta os aliados, os representantes parecem temer mais o cesarismo que a derrota da França. Em 20 de junho, diante da notícia da vitória de Ligny, e ainda ignorando o desastre de Waterloo, o deputado Jay reiterava que só reformas constitucionais podiam acabar com o temor de que “uma vitória sirva de transição para o restabelecimento do poder absoluto”.¹³

Gilles César

La Fayette está entre os que sustentam com mais ardor a guerrilha parlamentar. Ao se aproximar dos sessenta anos, aquele que em 1789 pretendia ser o Washington de uma monarquia liberal continua a acreditar em seu destino nacional. Contrário, em 1792, à suspensão de Luís XVI, e tendo sido objeto de um decreto de acusação,¹⁴ o general passou-se para o campo do inimigo, que o havia encarcerado. Libertado pelos austríacos depois do Tratado de Campo Formio, em 1797, ele voltou à França depois do golpe de 18 de brumário (9 de novembro de 1799) e tentou seduzir o primeiro-cônsul. Em vão. Retirou-se para sua propriedade de La Grange, em Seine-et-Marne, depois de se opor ao consulado vitalício, e tentou bancar Cincinato, cultivando suas terras e cuidando de seu rebanho de ovelhas.

Tempos antes, Mirabeau, zombando das pretensões políticas do general, chamava-o de “Gilles César”, em referência a um personagem cômico dos espetáculos populares de rua. Talleyrand o julgava “desprovido de intelecto e de poder de decisão”. Hoje, eleito pelo seu departamento, ele volta ao primeiro plano da vida política, convencido de que finalmente chegou sua hora. É visto pelos colegas da Câmara como um velho sábio, dotado da necessária autoridade e da experiência indispensável para enfrentar aquele que se julga o eterno salvador da França.

Contra o homem do golpe de 18 de brumário, La Fayette quer ser o homem do 14 de Julho. Considerado um “simplório” por Napoleão, não deixa de demonstrar habilidade política, mas a põe a perder por excesso de vaidade.

Em 21 de junho, informado da chegada de Napoleão e do debate no Eliseu durante o qual “o imperador parecia decidido a dissolver as Câmaras, usurpar a ditadura e tudo arrastar em sua ruína”, ele se decide, conforme diria mais tarde, por defender a representação do país, salvando a única chance de impedir o avanço dos coligados e de negociar com eles. Comparece então à Câmara decidido a propor aos representantes do povo medidas capazes de livrá-los da ameaça que, segundo ele, é representada por

Napoleão.¹⁵

Na tragédia nacional que se inicia, o “Herói dos Dois Mundos” julga ocupar a boca de cena e interpretar o papel que invocou para si. Na verdade, não passa de um fantoche manipulado por Fouché.

Um homem acometido de “governomania”

De estatura muito alta e magreza cadavérica, a pele lívida, os olhos fundos, pequenos e penetrantes, aos 56 anos, o ministro da Polícia é um homem precocemente envelhecido. Outrora professor de ciências na Congregação dos Oratorianos, em pouco tempo se transformou em personalidade política de primeiro plano. Viria esse êxito do caráter traiçoeiro que, conforme alguns, era nele uma segunda natureza?¹⁶

Desde 1789 Fouché esteve ligado à Revolução, sempre se adaptando aos acontecimentos. Em 1792, jacobino, é eleito para a Convenção. Integrando as fileiras moderadas, ainda assim vota pela morte do rei, querendo com isso atender ao desejo popular. Próximo dos girondinos, torna-se *montagnard*; e, representante comissionado, é um dos pioneiros da descristianização.

Considerado durante certo tempo achegado a Hébert, ele trata de se afastar dele para não ser incluído entre os ultrarrevolucionários. Quando estes são eliminados, ele se junta aos “indulgentes”, que querem atenuar o Terror. Guilhotinados os dantonistas, Fouché vira pássaro noturno e só reaparece para participar da queda de Robespierre. Em seguida, mostra-se por certo tempo simpatizante das ideias do comunista Babeuf. Oportunista, continua um convicto revolucionário. Sensível à miséria da maioria, nutre ódio feroz ao clero, à aristocracia, seja ela hereditária ou enobrecida pela riqueza. Ele não enriqueceu, vive de expedientes para alimentar a família.

A partir de 1798, tudo muda para ele. Fouché participa inicialmente dos negócios de uma companhia de fornecedores do Exército e em seguida é feito ministro plenipotenciário junto à República Cisalpina, para então ser nomeado embaixador na Holanda. Sua fortuna agora aumenta com grande velocidade, chegando a vários milhões quando, em 20 de julho de 1799, é nomeado ministro da Polícia Geral da República, no Diretório, graças ao apoio de um dos diretores, o abade Sieyès. Prudente, o novo ministro espera o resultado do golpe de Estado de 18 e 19 de brumário para se aliar a Bonaparte. A partir de então sua vida estará unida à do ditador, que lhe inspira inveja e ciúme. De 1800 a 1814, Fouché é duas vezes demitido do cargo. E duas vezes o recupera, de tal modo é indispensável a Napoleão seu conhecimento dos meios jacobino e realista.

Segundo o deputado Barère, Fouché é acometido de “governomania”. O chefe de Polícia demonstra vontade de ferro para conservar e aumentar constantemente seu poder. Ardiloso, hábil, perseverante, movendo-se rumo ao seu objetivo com a flexibilidade e a dissimulação da serpente, ele sabe enlaçar tão perfeitamente aqueles de cuja ajuda precisa que penetra até fundo em seus pensamentos mais secretos, sem jamais revelar os dele.¹⁷

O poder tornou-se “sua maneira de viver, sua razão de ser”.¹⁸ Sem ele, definha. Sem ele, está também à mercê dos inimigos que conquistou ao encarcerar jacobinos, perseguir realistas e remexer a lixeira da sociedade imperial. Quantos altos dignitários não tremem diante da eventualidade de ter seus segredos de alcova e suas depravações revelados? Pois o homem mais temido da França se entrega com prazer à leitura dos relatórios escabrosos fornecidos por uma nuvem de “moscas”, não hesitando em servir-se deles em caso de necessidade.

O homem do jogo duplo

Fouché se julga um homem de Estado, mas não passa de um policial de rematada habilidade. Domina

virtuosisticamente a arte de enganar homens e partidos, e de conduzi-los a um determinado fim, negando descaradamente que ele mesmo caminhe nessa direção.¹⁹

Sejam amigos ou inimigos, ele parece impassível a todos; na verdade, é nervoso e impressionável, dominado pelo medo. O medo não o abandona²⁰ desde que votou pela morte de Luís XVI. Para sempre maculado pelo regicídio, ele sabe que uma nova restauração pode lhe ser fatal, assim como aos interesses revolucionários que continua a servir. Em 1814, deu garantias a Luís XVIII e seus seguidores para escapar de suas represálias. Mas que acontecerá se os Bourbon voltarem? Fouché tratou então de estabelecer uma ponte com o rei exilado em Gand. Em troca da libertação do marido, a sra. de Vitrolles, casada com um chefe realista encarcerado, passou a atuar como sua intermediária.

Se por um lado Fouché faz jogo duplo com o imperador, por outro faz o mesmo com os realistas. A estes, promete livrar-se de Bonaparte, garantindo que “esse homem que voltou da ilha de Elba mais louco que antes” irá desaparecer antes de quatro meses. Ao mesmo tempo, inunda Paris de caricaturas representando Luís XVIII com as mãos cheias de sacos de ouro roubados ao Banco da França ou apontando com o dedo a fronteira francesa para um pelotão de cossacos.²¹

Para preparar ainda melhor o futuro, o ministro da Polícia sustenta um relacionamento com Luís Filipe, duque de Orleans e primo do rei, considerado por muitos liberais e antigos termidorianos um possível candidato à coroa da França. Ele seria um soberano capaz de cumprir o contrato que outrora coube a Bonaparte: concluir a Revolução preservando suas principais conquistas.²² Conta com a boa vontade de generais. Wellington, o vencedor de Waterloo, sem chegar a tomar partido por Luís Filipe, reconhece que o duque pode ser um “usurpador de boa cepa”.²³ O duque de Orleans, “sem estender os braços a seu sedutor”, mostrou-lhe que estava “disposto a se deixar violar”.²⁴

Fouché também foi buscar garantias com os aliados. Antes da derrota de Waterloo, escreveu a Wellington prometendo entregar-lhe segredos militares em troca de proteção. Wellington respondeu que os aliados não tratariam com Napoleão. Da mesma forma, iriam se recusar a proclamar seu filho imperador e a estabelecer como regente Maria Luísa, pois seria o mesmo que “o governo imperial, mas sem a cabeça”.

“A Inglaterra”, avisou o general inglês, “sem chegar a impor qualquer tipo de governo à França, encontraria mais garantias no restabelecimento do ramo mais antigo dos Bourbon. As condições para a paz seriam mais fáceis e melhores se as Câmaras francesas quisessem proclamar Luís XVIII.”²⁵

Fouché não se limitou a entrar em contato com os ingleses. Entendeu-se também com Metternich. Mas encontrou alguém ainda mais ardiloso que ele na pessoa do ministro das Relações Exteriores do imperador da Áustria. Metternich não se mostrou avaro de promessas, mas estava perfeitamente decidido a não cumprir nenhuma delas. Deixou Fouché esperando seu apoio para se manter no cargo, com a condição de que o ministro traidor encontrasse meios de levar seu senhor a abdicar.

Napoleão não se deixa iludir por essas manobras:

– Eu devia mandar enforcá-lo – diz-lhe certo dia.

Irônico, Fouché respondeu:

– Sire, não compartilho a opinião de Vossa Majestade.

Mesmo assim o soberano resolve perdoá-lo, considerando o ministro incapaz de viver sem intriga. Por sinal, como pode separar-se de um homem cujas numerosas redes encerram os caminhos do poder?

Quando Napoleão assim ordenou, Fouché perseguiu os jacobinos. Mas ainda tem entre eles mais de um amigo, sendo inclusive visto como seu chefe pelos realistas. Estes juram que irão se livrar do ministro, mas Fouché continua a manter muitos deles “sob sua bota”. Ele os prende, leva-os a “mudar de opinião” e abre a porta da cela. Desse modo, o ministro está constantemente atualizando as fichas que lhe dão uma imagem bastante precisa da trama tecida pelos seguidores de Luís XVIII através do país.

Graças aos tenentes da polícia de bairro e aos tenentes extraordinários de polícia que percorrem os

departamentos e só dele dependem, Fouché é tão bem-informado quanto o ministro do Interior acerca da situação política e dos movimentos da opinião pública. Através dos jornais que controla, do dinheiro distribuído, das pressões exercidas, ele “faz” as eleições para a Câmara dos Representantes, e os deputados liberais lhe são gratos por ser contrário às medidas autoritárias que Napoleão tenta impor-lhes.

Demitir um homem como ele é provocar uma crise política grave. Carnot, que não gosta nada de Fouché, tem consciência disso: excluí-lo, segundo ele, é agravar “as indecisões e desconfianças já tão pronunciadas da opinião pública”.²⁶ Fouché permanece portanto no cargo.

Para o ministro da Polícia, o dobre de sino da derrota assinala a hora da vitória. Fouché entende muito bem que as pretensões de Napoleão são o sintoma de uma energia agonizante. Chegou para ele a hora de provocar a queda do trono imperial.

O combate que Fouché descortina terá de se desenrolar na Câmara dos Representantes. Mas ela demora a se reunir, e tudo parece indicar que a sessão só terá início à tarde.

^a *Senatus consulta*: decretos do Senado. (N.T.)

^b Conceito próximo do bairro e da região administrativa urbana. (N.T.)

^c Bens ou domínios nacionais: bens que haviam sido objeto de sequestro, alienação e confisco pela legislação do período revolucionário, tornando-se assim propriedade da nação. (N.T.)

3. Declarar a pátria em perigo

PALÁCIO DO ELISEU, 10h

Adiar as Câmaras?

Questionado pelo imperador, Carnot é o primeiro a quebrar o silêncio que paira sobre o Conselho de Ministros desde que o soberano apresentou como imperativa uma ditadura temporária. O ministro do Interior teme acima de tudo uma nova restauração dos Bourbon, acredita que trarão com eles uma aristocracia que militará sem descanso pelo “aviltamento dos patriotas, a abolição de tudo que decorre das ideias liberais e a ressurreição dos preconceitos que tornam os povos imbecis”.¹

O antigo membro do Comitê de Salvação Pública guarda na memória o impulso patriótico que presidiu em 1793 o recrutamento em massa.² Pobres e ricos, jovens e velhos, mulheres e crianças tinham então atendido ao chamado da pátria, e o milagre se deu: soldados andrajosos, às vezes armados apenas de baionetas e espadas imprestáveis, liderados por chefes sem grande experiência, tinham enfrentado os melhores soldados do continente. Os soldados-cidadãos tinham rechaçado, vencido e punido os mercenários dos reis.

– Que se declare a pátria em perigo – recomenda Carnot. – Que os federados e os guardas nacionais sejam convocados e se decrete Paris em estado de sítio. Se a capital cair, montaremos trincheiras para além do Loire. O exército que combate na Vendéia e os corpos de observação do sul engrossarão os contingentes que impedem o avanço do inimigo. O governo aproveitará para reunir e organizar forças capazes de retomar a ofensiva e expulsar o inimigo da França.

– Abandonar Paris? – Caulaincourt objeta que os acontecimentos de 1814 haviam deixado bem claro que, uma vez ocupada a capital, já não haveria dúvida sobre o resultado da campanha. O ministro afirma que a única esperança de resistir vitoriosamente reside na união sincera entre Napoleão e as Câmaras.

Maret e Cambacérès aprovam. Davout, pelo contrário, retomando a tese defendida em sua primeira entrevista com Napoleão, explica: “Em momentos assim, não deve haver dois poderes. Deve haver apenas um, forte o suficiente para mobilizar todos os recursos de resistência e controlar as facções criminosas e os partidos ofuscados, que podem representar sério obstáculo com suas intrigas e seus conluios. Por enquanto cabe adiar as Câmaras, de acordo com o direito constitucional. Isso está em consonância com a lei. Entretanto, para atenuar o efeito que essa medida terá sobre os mais escrupulosos, podemos anunciar a convocação das Câmaras numa cidade do interior, a ser posteriormente designada, daqui a duas ou três semanas, com a ressalva de que se repetirá o adiamento se as circunstâncias o exigirem.”³

Mesmo acompanhado dessa última medida, o adiamento será visto pelos deputados como golpe de força. Aplicado com rapidez, contudo, pode apanhá-los de surpresa. Com a suspensão das sessões da Assembleia e o adiamento da reunião para uma data distante, a oposição será privada de sua principal tribuna.

“O que eles querem é a minha abdicação?”

A instauração de uma ditadura de salvação pública atrapalha os planos de Fouché. Ele intervém:

– Por que tomar uma medida tão grave? Se demonstrarmos confiança e boa-fé às Câmaras, elas sentirão que é dever seu juntar-se ao imperador para que possam salvar juntos, com medidas enérgicas, a honra e a independência da nação. Elas não haverão de regatear sua colaboração... Assim como Paris, que se mantém calma, apesar do anúncio da derrota.

Napoleão ironiza:

– Calma! Ah, estamos tranquilos!⁴

– Os deputados? Nem por um minuto podemos pensar em contar com eles – confirma Decrès. – Demonstram má vontade em relação ao imperador e se dispõem a votar as moções mais violentas contra ele.

A intervenção de Fouché causa perplexidade em Regnault de Saint-Jean-d'Angély. Poucas horas antes, o ministro da Polícia certificava-o a respeito da hostilidade das Câmaras, e eis que agora diz que elas estão dispostas a cooperar com Napoleão! Estaria realmente convencido disso, ou tenta apenas evitar um choque frontal com as Assembleias, que poderia levar à deposição do imperador, como em 1814? É preciso evitá-lo a qualquer custo, pensa Regnault, e preservar os direitos do filho, se não for possível conservar o poder nas mãos do pai. Só a abdicação pode garantir isso. Regnault toma a decisão de dizê-lo ao soberano.

– Infelizmente duvido – observa ele – que os representantes decidam apoiar o ponto de vista do imperador; aparentemente consideram que não é ele mais quem pode salvar a pátria. Receio que seja necessário um grande sacrifício.

– Seja claro – diz-lhe o imperador. – O que eles querem é minha abdicação?

– Creio que sim, Sire. Por mais difícil que me seja, é meu dever esclarecer Vossa Majestade quanto à vossa verdadeira situação. Devo inclusive acrescentar que é possível, caso Vossa Majestade não se decida por iniciativa própria a apresentar vossa abdicação, que a Câmara ouse exigí-la.

A ideia de capitular diante dos deputados provoca violenta reação em Lucien Bonaparte:

– Eu já me vi em circunstâncias difíceis – protesta ele – e pude constatar que, quanto maiores forem as crises, mais devemos agir com energia. Se a Câmara não quer apoiar o imperador, ele dispensará sua ajuda. A salvação da pátria deve ser a primeira lei do Estado; como a Câmara não parece disposta a se unir ao imperador para salvar a França, será necessário que ele a salve sozinho; deverá se proclamar ditador, declarar a França em estado de sítio e convocar em sua defesa todos os patriotas e os bons franceses.⁵

Carnot aprova.

“Se eu abdicar, não haverá mais um Exército”

Segundo Napoleão, a presença do inimigo em solo nacional certamente fará com que os deputados recuperem o sentimento de dever. A nação não os encarregou de derrubá-lo, mas de apoiá-lo. “Eu não os temo”, afirma ele. “Não importa o que façam, serei sempre o ídolo do povo e do Exército. Basta que eu diga uma palavra, e eles serão neutralizados; mas se nada temo por mim, tudo temo pela França. Se brigarmos entre nós, em vez de nos entendermos, seguiremos o destino do Baixo Império. Tudo estará perdido... O patriotismo da nação, seu ódio aos Bourbon, sua afeição à minha pessoa ainda representam para nós enormes recursos: nossa causa não é desesperada.”⁶

Acompanhando o argumento de seu irmão e do ministro do Interior, Napoleão afirma que um recrutamento em massa pode abalar o adversário, como no ano II. Mas será necessário, em termos imediatos, que uma força armada se mostre capaz de impedir o avanço do inimigo e de contê-lo durante várias semanas, até vários meses, para permitir que se efetue o recrutamento.

Como mobilizar uma força dessa natureza?

Napoleão retoma os cálculos que vem refazendo há 48 horas. Aos 10 mil homens já mobilizados, explica, virão somar-se em breve os soldados de elite de Rapp e os de Grouchy: em dez dias, ele disporá de 80 mil a 100 mil homens. Esse número de soldados basta para conter o adversário, tanto mais que ele se verá forçado a uma diminuição de seus efetivos operacionais para garantir a segurança do território conquistado.

Buscando reforço nos quartéis, recorrendo a contingentes provenientes do exército do Loire e do exército dos Alpes, será possível formar uma força de 200 mil infantes e cavaleiros apoiados por setecentos canhões. Contido o inimigo, o recrutamento em massa poderá ser efetuado, e já no mês de outubro 800 mil combatentes estarão prontos para disseminar o terror nas fileiras do inimigo.

“E a Câmara quer que eu abdique?”, indaga o imperador. “Acaso avaliaram as consequências de minha abdicação? É ao meu redor, em torno do meu nome, que se agrupa o Exército: privá-lo de minha pessoa significa dissolvê-lo. Se eu abdicar, não haverá mais um exército. Os soldados não querem saber das vossas sutilezas. Acaso acredita-se que declarações de direito e discursos de tribuna impedirão uma debandada?”⁷

Para Napoleão, a reorganização dos regimentos e a mobilização de todos os franceses neutralizarão o medo que toma conta do país. Mas seria realista sua avaliação dos efetivos de que dispõe? Suas afirmações não seriam “fanfarronadas” para acalmar suas próprias preocupações e as dos que o cercam?⁸ Realmente acredita ele estar em condições de reiniciar a guerra?⁹

A poucos quilômetros dali, bandos de fugitivos, restos do Grande Exército, chegam às proximidades de Laon. O espetáculo que oferecem levanta dúvidas quanto a uma resistência eficaz ao invasor.

4. O funeral da glória

CERCANIAS DE LAON, 21 DE JUNHO, MANHÃ

Como uma torrente

Desde que o imperador passou pela cidade, a onda de derrotados não para de aumentar. Os soldados chegam em pequenos grupos e de repente sua massa aumenta. Eles fogem debaixo de sol ou chuva, durante o dia ou à noite. Pálidos e esgotados, aturdidos e sem fala, os heróis do Grande Exército caminham em meio a uma multidão de mortos e feridos amontoados em carroças cheirando a gangrena.¹ Trazem o medo no ventre e a perplexidade no coração.

Caminhando até a exaustão, os guerreiros buscam ao mesmo tempo esquecer a carnificina e escapar aos ingleses ou aos prussianos. Diante de seus olhos continuam a passar as abomináveis imagens do campo de batalha. Para este é a visão de um companheiro com a cabeça arrebentada, a pele do rosto ainda presa ao crânio, como uma máscara de carnaval flutuando ao vento. Para aquele são os cadáveres pisoteados. Para todos, rostos negros de pólvora, corpos cobertos de uma ganga de sangue e lodo, mãos calejadas de tanto atirar, pernas fraturadas por balas de canhão. E além do mais o cheiro da terra lamacenta, onde os corpos começam a se decompor!²

Ora os soldados caminham em longas fileiras, como formigas, ora se instaura a desordem, rompendo repentinamente o alinhamento. Em alguns segundos a estrada é tomada. Os condutores das caravanas de artilharia ou de material cortam as rédeas dos cavalos para fugir mais depressa. Os canhões e veículos imobilizados formam barreiras intransponíveis para os homens, que nelas se detêm às centenas, aos milhares.

A torrente que tudo arrasta em sua passagem ainda é uma imagem fraca para evocar esse amontoado de homens, cavalos e veículos que se atropelam, “unindo-se ao mais leve obstáculo para formar uma massa que derruba o que está em seu caminho. Ai daquele que tomba no turbilhão, pois será esmagado, estará perdido.”³

Pânico e horrível desordem

O coronel Trefcon conheceu o deserto de areia de São João de Acre e as estepes nevadas da Rússia; jamais assistiu a “uma desordem tão medonha”.⁴ Basta que alguns hussardos franceses saiam de um bosque sem alerta e que alguém se deixe enganar pela cor dos uniformes e brade “Prussianos! Prussianos!”, para que o pânico tome conta de homens acostumados a enfrentar o inimigo.

Por mais que os capitães ordenem que avancem devagar, ninguém lhes dá ouvidos, todos saem correndo. Uns correm para a frente, outros procuram à direita ou à esquerda um povoado, uma casa, um buraco onde se esconder. Armas, mochilas e valises são atiradas ao chão ou em fossos, as carretas são quebradas, os cavalos, abandonados. Propagando-se como uma epidemia, o medo não poupa nem os melhores oficiais. Com o terror na alma e o pavor na expressão, eles perdem completamente o sangue-frio e, cedendo ao impulso geral, agravam ainda mais a ruína.⁵

Todos temem ser feitos prisioneiros e conhecer a vida miserável por que alguns já passaram nos

pontões ingleses. Destino ainda pior os espera se caírem nas mãos dos prussianos. Certos fugitivos contam que os hussardos negros de Brunswick não perdoam. Capturaram o general Duhesme e o passaram na espada, gritando: “Você matou nosso duque, vai pagar com a morte agora.” Caído no próprio sangue, Duhesme é pisoteado várias vezes pelos cavaleiros prussianos. A poucos metros dali, um oficial da Pomerânia despe o general Compans das roupas e armas depois de lhe ter transpassado o corpo. Os militares afirmam preferir o suicídio a suportar os sofrimentos e abusos do adversário.⁶

Os soldados que batem em retirada transformam-se em “autênticos animais ferozes”. Os granadeiros da Guarda, abandonando suas bandeiras, se dispersam em pequenos bandos. E saqueiam à vontade em florestas e campos circundantes.⁷ Arrombam portas, quebram vidraças, invadem as casas, pilhando-as. As ruas das cidades, as ruelas das aldeias, os caminhos e estradas ficam cheios de móveis quebrados, baús abertos, sacos de farinha furados, barricadas, garrafas, bagagens e malas.

Os soldados não hesitam em roubar os oficiais. Um deles informa que mal havia pisado o solo para beber um copo de água, e as rédeas de seu cavalo já lhe tinham sido arrancadas, sua sela, roubada.⁸

Atravessado o Sambre, os soldados continuam a saquear até as imediações de Paris. Um médico militar conta ter visto dois granadeiros da Guarda bebendo o vinho de um comerciante e pagando generosamente com insultos e tabefes.⁹

A “anarquia moral” da tropa

A agitação está no auge quando os soldados chegam a Laon. Eles haviam partido como guerreiros entusiastas, agora voltam pensando exclusivamente em chegar a suas casas. Ontem adulavam Napoleão, hoje o recriminam por tê-los abandonado. Para discipliná-los, só mesmo chefes “com braços de ferro e coração de aço”, mas seus capitães esqueceram os valores do lendário exército de Sambre e Mosa.

Antes de Waterloo, certos generais tentavam prevenir as eventualidades desastrosas da campanha; agora abandonam seus soldados. Apostando na volta de Luís XVIII, acorrem a Paris para preparar os relatórios explicativos que lhes permitam dar prosseguimento à carreira.

Nada de marechais nem generais, alguns raríssimos coronéis: os regimentos se desfazem, os batalhões desaparecem e as companhias se transformam em bandos comandados pelo mais antigo, o mais esperto ou o mais insolente. Espalhando-se pelas planícies, os soldados se afastam dos núcleos de arregimentação e acabam por ser perder na paisagem.¹⁰

Em 21 de junho, Suchet, general de brigada do Exército, faz um relatório alarmante sobre a desmoralização das tropas. Explica que não consegue manter os soldados. Ao primeiro movimento, eles desaparecem em todas as direções. De Rocroi a Laon, o marechal depara com grande número de fugitivos, e não encontra nesta última cidade o grande contingente que esperava. Apenas alguns corpos se formam no caminho para Avesnes. Certamente será necessário esperar a chegada de novas colunas a Laon e Soissons para tentar reorganizar os regimentos e “fazer com que ganhem consistência”.

Se a cavalaria mantém a ordem e é mais coesa, a infantaria está completamente desmoralizada. Oficiais e soldados dizem coisas terríveis. Declararam-se cercados de traidores. Pois não receberam cartuchos de pólvora sem as balas necessárias para carregar suas armas?¹¹

Soldados que fogem à medida que são reunidos e evitam lugares onde encontrariam a vigilância dos gendarmes; oficiais que contribuem mais para a desordem do que para o restabelecimento da disciplina; homens que, convencidos de ter sido traídos, mergulham numa espécie de “anarquia moral”:¹² estas são as informações que os oficiais subalternos registram em seus diários.

O jovem oficial Larrégué de Civrieux escreve que o Exército de certa maneira *desfaleceu* ao retornar à França. Ele viu soldados trocando seus uniformes por roupas de camponeses e, reunidos segundo os

departamentos de origem, voltando para casa de cajado na mão.¹³

O capitão Duthilt frisa que, antes e depois de Waterloo, o contingente não mostra grande determinação para o combate. A causa dessa falta de “vigor” da tropa parece estar na mistura apressada que se fez. Homens que nada tinham a ver uns com os outros foram reunidos às pressas, incapazes de formar um espírito de grupo. Acontece que é exatamente isso que une os soldados e os leva a se sacrificar, inicialmente pela pequena pátria constituída por sua unidade de combate, depois pela nação a que pertencem.

Patriotismo? O Exército, constata o capitão Duthilt, não tem mais aquele amor pela pátria demonstrado durante a República e que conservara até 1814. Hoje, em seus contingentes, é maior o número de cidadãos que querem voltar para casa do que o de guerreiros impacientes pelo combate.

Os 20 mil homens de Grouchy não escapam à desmoralização. Depois de combater no dia 20 em Namur, os soldados que tanta falta fizeram a Napoleão na batalha de Waterloo chegam a Dinant no dia 21. Entre eles estão os infantes do 22º Regimento de Linha, comandados pelo coronel Fantin des Odoards. Aos 37 anos, Fantin participou das campanhas da Espanha, da Rússia e de Saxe. O que significa que esteve envolvido em mais de uma retirada. Ele também fica estupefato com a rapidez com que seus homens perdem completamente a confiança.

Desde Namur a chuva não para, agravando os problemas e o cansaço da retirada. Exaustos, sem víveres, preocupados com o futuro, os homens de Fantin des Odoards voltam tristemente à França. Há apenas nove dias iniciavam a campanha com a melhor das disposições, e hoje apresentam aparência negligente, expressão de desânimo. Tudo dá testemunho de seu abatimento físico e moral: “Os franceses precisam do sucesso, são piores que as mulheres nos reveses”, conclui o coronel.¹⁴

A hipotética mobilização geral

Oitenta mil, 100 mil ou 120 mil homens? As especulações de Napoleão a respeito dos efetivos estariam longe da realidade?¹⁵ Que importam os números se os soldados não têm mais a têmpera moral, a mistura de espírito de grupo e patriotismo indispensável aos homens em armas. Sem ela, acaso seriam capazes de defender Paris por tempo suficiente para que se efetue o recrutamento em massa planejado por Napoleão? Aliás, seria esse recrutamento possível, ainda que reduzido à arregimentação de todos os guardas nacionais?

Em 1793, foram necessários mais de seis meses a fim de que o recrutamento em massa fornecesse os combatentes necessários para formar mais de uma centena de meias-brigadas operacionais.¹⁶ A convocação dos solteiros e casados sem filhos, de dezoito a 25 anos, efetuou-se num clima em que o fervor patriótico era alimentado por cerca de 100 mil sociedades populares espalhadas por toda a França. Finalmente, foi realizada por representantes comissionados, investidos de todos os poderes.

Napoleão pretende realizar a arregimentação em menos de três meses. Quem lhe propiciará o ânimo necessário? Quem a organizará? Delegados extraordinários nomeados pela Câmara dos Representantes já entraram em ação no expurgo da administração pública e podem incumbir-se dessa tarefa. Mas teriam de ser investidos de poderes tão amplos quanto os dos representantes comissionados de outrora. Acontece que Napoleão é zeloso demais de sua própria autoridade para outorgá-la.

Além disso, por acaso os franceses seriam hoje movidos pelo mesmo patriotismo de 1793? Pátria e imperador formam um todo na França imperial, e Napoleão afirma diante de seus ministros que o povo francês nada perdeu da admiração por ele. Mas seria mesmo?

O general Dumonceau tem lá suas dúvidas. Ele esperava que as populações dessem apoio aos soldados para defender suas comunidades, seu solo e seus bens. Os camponeses fogem assustados,

lembrando-se da brutalidade prussiana. O general, no entanto, tenta reanimar o espírito de defesa, se necessário recorrendo à ameaça. Ele escreve ao prefeito de Ardennes:

“Façamos um derradeiro esforço, senhor prefeito, a fim de despertar entre os guardas nacionais convocados para completar os batalhões o sentimento nacional que os deve animar no momento em que os riscos se tornam mais iminentes. Se eles se mantiverem surdos à voz da pátria, que passem a temer o tratamento por ela reservado aos filhos maus e desnaturados; que fiquem sabendo que a vingança nacional mais cedo ou mais tarde haverá de alcançá-los, recaindo sobre seus parentes e suas propriedades; e que, para evitar todos esses males, devem se apressar a se apresentar ao posto que lhes foi determinado.”

O apelo não surte efeito.¹⁷

Carnot, que acreditava no sucesso de um recrutamento em massa, escreveria anos depois: “Não havia tempo suficiente, a opinião pública fora alienada, Bonaparte gerara apreensão com o rumo que tomara desde o retorno, um rumo tão contrário ao seu desembarque e ao teor dos decretos baixados em Lyon; não se sabia mais o que esperar nem em que depositar confiança. Um recrutamento em massa teria servido apenas para cobrir a França de ruínas e inundá-la de sangue.”¹⁸

Erro de cálculo ou cegueira voluntária quanto ao desmoronamento moral da França? Desde junho de 1815 Carnot estava em condições de constatar o mal que corroía os franceses nos relatórios de prefeitos, subprefeitos, gendarmes e delegados extraordinários enviados às divisões militares.

Sua leitura exaustiva revela quase sempre a desorientação e a inércia dos franceses diante do anúncio de reinício dos combates. Contudo, apesar dos relatórios alarmistas, Carnot e Napoleão se aferram à ideia de um recrutamento em massa que já não passa de mito.

5. “Às armas, cidadãos!”

MINISTÉRIO DA GUERRA, 21 DE JUNHO, MANHÃ

O mito do recrutamento em massa

Há vários dias acumulam-se telegramas no gabinete do ministro da Guerra. O telégrafo ótico desenvolvido por Chappe em 1794 tornou-se indispensável para a informação militar. Graças às linhas instaladas de Lille a Paris¹ e de Brest à capital, Davout soube no mesmo dia que as tropas inimigas penetraram, em 18 de junho, o território francês,² e que, em 20 de junho, os soldados sob o comando do general Bigarré obtiveram vitória sobre os 5 mil *chouans*^a mobilizados por Saint-Hubert e Suzannet.³

Entretanto, quando o ministro vai ao Eliseu em 21 de junho, ainda ignora o feliz desenlace do combate contra os rebeldes arregimentados por Autichamp na Vendéia. A batalha ocorreu entre Machecoul e Napoléon-Vendée,⁴ que ainda não dispunha de telégrafo.

Mas o sucesso alcançado afrouxa a tenaz que comprime Paris entre os aliados, ao norte, e os insurretos realistas a oeste, liberando uma parte dos 20 mil homens imobilizados na Bretanha e na Vendéia, os mesmos que tanta falta fizeram a Napoleão na batalha de Waterloo.

Privado de informações, Davout não pode deixar de depositar suas esperanças numa convocação geral dos homens em idade de portar armas, que lhe permitirá lutar em várias frentes. O ministro sabe, contudo, que a mobilização será difícil.

O recrutamento em massa é uma obsessão na memória dos franceses. Alguns se lembram da soma de sacrifícios feitos, outros guardam na lembrança que no ano II o recrutamento em massa foi o ato que salvou a pátria. O prefeito de Haute-Vienne, Texier-Olivier, por exemplo, manda afixar um cartaz em Limoges e nas principais cidades do departamento em 20 de junho.⁵ Depois de advertir os cidadãos sob sua responsabilidade administrativa a respeito dos boatos disseminados pelos realistas, ele os exorta à união, pedindo que se preparem para se armar se assim determinar a defesa do país. Que importam, pergunta, as opiniões emitidas durante a Revolução? Já não se trata agora de sistemas políticos, mas da independência da nação e da integridade de seu território, do direito dos franceses a se governar como bem quiserem e a obedecer ao chefe que escolherem. A honra nacional está em jogo, e um interesse desse alcance não pode deparar com um país dividido. “Para garantir o respeito de nossos direitos”, conclui o alto funcionário, “todos, se preciso, haveremos de nos precipitar para o confronto com o inimigo: para sacudir o jugo que nos querem impor, o primeiro passo é desejar rompê-lo!”

Antigos revolucionários, retomando a linguagem política da República jacobina, escrevem que o povo, “ao entrar em insurreição”, ao se insurgir, acorrendo às fronteiras, aterrorizará o inimigo, pondo-o em fuga. Nada de estratégias complicadas nem de armas modernas! Para cima do inimigo com espadas e arcos!⁶

Em Dijon, o inspetor de impostos Louis Frémiet, que serviu à República, explica no *Journal de la Côte d’Or*⁷ que a Revolução Francesa é a guerra do povo contra a nobreza, a vitória da liberdade sobre a escravidão, “o triunfo das ideias liberais sobre o velho sistema de despotismo político e clerical”. Ele lembra que “o povo, forte e terrível, levantou-se e destruiu por exclusivo efeito de sua vontade” os privilégios dos aristocratas. Sem soldados, sem oficiais, sem generais, em menos de um ano o povo

cobriu suas fronteiras com formidáveis exércitos. Derrotou os velhos especialistas em tática da Europa, aniquilou os traidores internos e ditou sua lei a todos aqueles que ameaçavam sua independência política e civil.

Os Bourbon e os nobres, prossegue Frémiet, querem novamente suprimir a liberdade pública e a igualdade civil, extorquir os bens nacionais aos que os adquiriram, restaurar o dízimo e a sujeição feudal, atentar, enfim, contra a glória nacional aviltando a Legião de Honra. É necessário, portanto, que “o povo se levante como em 1792⁸ e esmague seus inimigos com todo o seu peso”. A guerra deve ser “nacionalizada”. Se, como aconteceu no ano II, todo cidadão for um soldado, o povo armado por sua independência e movido pelo patriotismo obterá vitória.⁹

Os jacobinos e liberais de Morbihan exigem com mais ênfase o recrutamento de todos os franceses à medida que se consideram os mais ameaçados pelos realistas. Para eles, a volta de Napoleão ao trono é uma “Revolução”¹⁰ que prolonga a de 1789, e a situação em que se encontra a França em 1815 é idêntica à do trágico verão de 1793.

Reviver o ano II da Revolução

Que os patriotas se escorem nos federados para insuflar o entusiasmo patriótico e levar a cabo o recrutamento em massa, exigem os jacobinos. Esse movimento espontâneo representa o renascimento do que ocorreu no ano II. Pequeno-burgueses procedentes de Nantes, Vannes, Ploërmel e Josselin fundaram em 24 de abril uma associação federal “para combater a maldade, proteger-se mutuamente contra os realistas e se opor a todo tipo de desordem”.

Membros da sedentária Guarda Nacional, eles se declararam dispostos a constituir uma força móvel para atender em dado momento a determinado ponto do território ameaçado. Desde então, as federações apoiadas pelo governo proliferaram em todo o país.¹¹ Nelas, jacobinos se misturam a bonapartistas e liberais. Burgueses aí reencontram o mundo de lojas e oficinas, notáveis aí encontram pequenos patrões que convivem no dia a dia com seus operários. Embora persistam dissensões entre “patriotas de 1789” e “terroristas” de 1793,¹² todos se sentem ligados por uma comum oposição aos Bourbon e consideram Napoleão o legatário da Revolução.¹³

Os pactos que redigem são parecidos. Lembram¹⁴ que eles acabaram, “como dignos filhos dos gauleses e dos francos”, com o jugo dos aristocratas, e que sua bela pátria tem hoje, “em vez de vassalos e escravos, cidadãos e homens livres”. Ao confiar o sagrado repositório de sua liberdade “ao maior dos guerreiros”, e ao fazer de Napoleão seu legítimo soberano, eles se valem do mesmo direito de seus antepassados quando conduziram ao trono Clóvis e Carlos Magno. Sua escolha é justificada por quinze anos de glória, durante os quais “o renome francês foi levado a todos os recantos”.

Onde encontrar melhores promotores do recrutamento em massa senão entre os homens que juram promover o espírito público, nutrir nos corações o amor da pátria e do imperador, corrigir os que se equivocam e desmascarar os traidores que os desviam do bom caminho? Os federados, afirma o prefeito de Côtes-du-Nord, representam “uma força moral” capaz de contribuir muito para a salvação da pátria.

Porém, para os jacobinos, o recrutamento em massa, destinado a assustar os inimigos internos e externos, deve ser acompanhado de medidas terroristas. Elas se mostram mais necessárias à medida que “os veteranos da Revolução, todos aqueles que têm ideias liberais e amam a pátria e o imperador”, são ameaçados pelos realistas com “uma nova Noite de São Bartolomeu”. Já circulam listas de proscricção, avisa o subprefeito de Cognac. Que os aliados, portanto, sejam avisados: “Se entrarem na França, os nobres e outros contrarrevolucionários haverão de pagar com a vida. Como se declarou a pátria em perigo, que os sinos de alerta dobrem até que os inimigos sejam expulsos!”¹⁵

Outro jacobino vai mais longe: é preciso lembrar aos franceses o que representaram o Antigo Regime e a Revolução. A antiga geração, vale dizer, “os homens que hoje têm 55 ou 75 anos”, de tal maneira se habituou a “não mais pagar direitos feudais que o atribui às circunstâncias, e não à Revolução”. Quanto à nova geração, que tinha dez ou quinze anos em 1789 e hoje chega a 35 ou quarenta, não sabe mais que os campos e as casas eram onerados “com impostos injustos e as pessoas, submetidas à vassalagem”. É um dever cívico informá-las disso.¹⁶

Um juiz de paz de Lannion, na região de Côtes-du-Nord,¹⁷ escreve a Carnot sugerindo que neutralize “o clero romano e a classe nobiliárquica, essencial e coletivamente inimigos da felicidade do povo, impedindo-os para sempre de voltar a causar danos”. Preocupado em promover o renascimento da revolução cultural do ano II, o velho republicano pergunta: “Por que se suspendeu o calendário da natureza para restabelecer o de uma religião qualquer? Tratemos de nos libertar dos vínculos dos padres exclusivistas. Que todas as nossas instituições sejam civis, preservando em sua integridade a liberdade de consciência. Que sejam criadas festas nacionais! É assim que os espíritos podem ser animados e engrandecidos. Ainda nos lembramos da majestosa festa do Ser Supremo.”¹⁸

Outro cidadão propõe o restabelecimento dos laços de fraternidade, propagando-a mediante a organização de reuniões populares nas quais seriam cantados os hinos patrióticos de Legouvé e Chénier.¹⁹

Finalmente, por que não promover também o renascimento das sociedades populares do ano II? Um patriota anônimo explica que, batizadas de “associações patrióticas”, elas congregariam de preferência homens honestos e de confiança, de determinada faixa etária, dotados de certos conhecimentos e com tempo livre. Com seus pontos de vista esclarecidos e sua capacidade, eles contribuiriam para a gestão das medidas de salvação pública e de recrutamento em massa.²⁰

Cuidado com a canalha!

A ideia de promover, paralelamente à convocação dos homens, medidas “terroristas” semelhantes às do ano II não pode deixar de preocupar Davout. O ministro compartilha os pontos de vista de Dumolard, um dos membros da Câmara dos Representantes, enviado a Ain em 20 de abril como representante extraordinário a fim de supervisionar o estabelecimento da nova administração. As sociedades populares, escreve o deputado, são instituições que, “por uma espécie de faísca elétrica, podem se propagar num piscar de olhos por toda a superfície do Império”.²¹ Elas podem potencializar a energia dos cidadãos, mas representam um perigo para o governo.

Nesse empenho de revivescência do ano II, é grande o temor de que se abra a porta para reivindicações políticas e sociais. Apesar de minoritárias,²² as ideias republicanas podem ganhar os favores da maioria. Nos campos do Jura, por exemplo, a ressurreição da República é surdamente anunciada como necessidade. “Essas falas não deixam de exercer influência na opinião pública”, observa o prefeito, “e há comunidades onde se ouviram gritos de ‘Viva a República!’ . Fala-se de voltar a plantar as árvores da liberdade!”²³

Os republicanos invocam o argumento de uma volta ao ano II por causa da arrogância e das pretensões manifestadas, durante a Restauração, pelos antigos nobres. Eles nem sequer haviam se dado ao trabalho de “dissimular sua expectativa de voltar imediatamente a desfrutar de seus direitos senhoriais e de alta e média justiça,^b para garantir sua vingança contra os que adquiriram domínios nacionais”. Os camponeses, “embora sua ignorância continue a ser o que era havia dois séculos em toda a França”, ficaram alarmados e reclamaram ao ouvir “pronunciar a palavra dízimo, direito que lhes parece novo, seja porque o transcurso de 25 anos apagou esse nome de sua memória, seja porque sempre lhes foi estranho”. Homens mais ou menos instruídos e inspirados por ideais liberais aproveitam hoje para insuflar “aqueles que não

passam de alunos da natureza”. Tendo investigado, o prefeito está convencido de que são movidos pela esperança de um governo republicano.²⁴

O prefeito de Puy-de-Dôme constata que, desde a volta de Napoleão, os proprietários são ameaçados pessoalmente e em seus bens pelos camponeses mais pobres. Os gritos de “Viva o imperador!” juntam-se agora aos de “Viva a República! Abaixo os burgueses, os padrecos e os nobres!”.²⁵

Circula um panfleto anônimo intitulado *A canalha*. Nele, a canalha, ou seja, o povo trabalhador, se opõe à aristocracia hereditária e de riqueza, “aos grandes, aos ricos, aos nobres, ociosos, orgulhosos e egoístas”. O sentido da honra, o amor à pátria, o bom senso, a coragem e o senso da verdade e da beleza estão “no povo, nos pobres, nos homens ativos e laboriosos, naquele que se costumava chamar de Terceiro Estado”.

Desde o fim do mês de março constata-se no interior do departamento de Meurthe um entusiasmo que não esmorece com o tempo. Ele é explicado, escreve o prefeito, pelo “despotismo sacerdotal e as arrogantes vexações que a nobreza impôs ao povo durante a Restauração”. O movimento que sacode o povo tem “uma tendência para a democracia que requer certa atenção”.

“Canta-se a ‘Marselhesa’ e gritos de ‘Viva a nação!’ com frequência percutem meus ouvidos”, acrescenta ele. “Decerto devemos nos eximir de conter esse entusiasmo, mas sem esquecer que nossas instituições são essencialmente monárquicas. Ao mesmo tempo fazendo-lhe concessões adequadas, cabe assumir seu comando e direcioná-lo para o maior, o mais premente de todos os interesses, o da defesa do Estado.”²⁶

Davout, que conheceu a ameaça social dos “partilhantes”, os partidários da partilha de propriedades e bens, tem consciência de que não se podem pôr armas nas mãos de todos sem gerar riscos à paz social. Até agora, o próprio imperador recusou-se a promover excessiva distribuição de fuzis à população operária de Paris. Se as circunstâncias exigem o recrutamento em massa, será necessário cuidar para que seja bem-organizado e disciplinado.

Aceitará o povo esse recrutamento com o entusiasmo que dão a entender os jacobinos? É o que pensam Davout e Carnot. A arregimentação dos conscritos e da Guarda Nacional Móvel deu prova disso em abril de 1815. Em poucas semanas, o imperador reuniu 122 mil conscritos e 150 mil guardas, estes recrutados entre solteiros de 21 a quarenta anos.²⁷

A emoção patriótica

Indiscutivelmente, da primavera ao início do verão de 1815, uma emoção patriótica se manifesta nos departamentos próximos das fronteiras. Em Aisne, Ain, Haute-Saône, Marne, Haut-Rhin, Meuse e Vosges, os prefeitos redigem relatórios triunfalistas sobre o recrutamento de guardas nacionais que às vezes saem em campo de camisa, tamancos ou descalços. Vinte e cinco mil militares reformados depois de 24 anos de serviço se oferecem para formar batalhões a fim de defender as fortalezas. Quinze mil voluntários entram para a Guarda Jovem ou o Exército regular. Colegiais de dezesseis anos se organizam em companhias de artilharia; outros adolescentes contribuem para a criação de companhias francas: batedores montados da Côte-d’Or, franco-atiradores de Mâcon, infantes de Haute-Saône, caçadores de Landes e franco-atiradores de Meurthe e Moselle. Sua intenção é infundir medo no inimigo, mas às vezes provocam pânico na população. Os corpos francos do coronel Viriot carregam uma bandeira negra com a caveira e a inscrição: “O Terror nos antecede. A morte nos segue.”²⁸

Os homens que não podem partir ajudam na construção das fortificações ou fazem oferendas patrióticas. Os adquirentes de bens nacionais de Puy-de-Dôme, por exemplo, fornecem cavalos ajazados. Uma “Cornélia” parisiense envia cem francos, produto da venda de suas joias. Pela primeira

vez, escreve ela, “lamentei não dispor de outros ornamentos senão os de meus filhos”.²⁹

O ministro da Guerra tem aí a convicção de que Napoleão, voltando a ser por algum tempo ditador de salvação pública, arrastará consigo todo um povo. Davout, em sua vontade de defender a França a qualquer preço, esquece que nem todos os franceses estão dispostos a combater.

A bandeira da recusa

O ministro da Guerra pode se congratular pela mobilização das guardas móveis, mas o quadro pintado por seus agentes indica que ela enfrenta a má vontade dos habitantes de Ariège, Gard, Côtes-du-Nord, Haute-Loire, Vienne e Oise, para citar apenas alguns exemplos. Muitos batalhões existem apenas no papel, e os administradores advertem que “só se conseguirá alguma coisa por meios coercitivos”. Por outro lado, generais como Boyer queixam-se de que os homens que se apresentam são “magricelas e fracos”.³⁰

Contra a deserção, como reconhece o próprio Davout, são necessários meios repressivos.³¹ A derrota de 1814 aumentou ainda mais a aversão dos franceses pelo serviço armado. O prefeito de Corrèze, por exemplo, escreve que a população de seu departamento sempre evidenciou repugnância ao serviço militar, e que a ideia de uma guerra empreendida sob maus auspícios fortalece ainda mais essa convicção.³²

As autoridades locais dispõem apenas de forças reduzidas para enfrentar os bandos de desertores e insubmissos.³³ Para impedir sua formação, soldados *garnisaires* são enviados à residência das famílias dos insubmissos, onde ficam vivendo à sua custa e provocando animosidade geral. A população se une, posicionando-se ao lado dos insubmissos e ajudando-os a combater as colunas móveis encarregadas de persegui-los. Em Drôme, por exemplo, guardas nacionais e militares convocados recusam-se a partir em 31 de maio e se juntam para atacar os gendarmes despachados contra eles.³⁴ Em Lozère, o prefeito, desesperado, escreve em 13 de junho ao ministro, informando que um grupo de trezentos refratários que desceram da montanha está atacando os soldados.³⁵

Os convocados são desviados de seu dever “por comentários alarmantes”, e “as mulheres do campo é que são mobilizadas, sobretudo para mantê-los em casa”.³⁶ Em Cantal, os mal-intencionados trabalham ativamente para envenenar o espírito público e neutralizam a convocação às armas endereçada à juventude. Atuam na sombra, sendo impossível apanhá-los em flagrante e entregá-los à justiça.³⁷ Em toda parte os padres e os nobres são acusados de convencer os antigos militares convocados e os novos conscritos a se esconder.

O prefeito de Indre escreve a 20 de maio ao ministro do Interior:

“Os partidários dos Bourbon insuflam os habitantes do campo a se sublevar contra aquele que lhes tira seus filhos, seus maridos, seus pais, e ao mesmo tempo os exortam a se armar pelo rei legítimo, que lhes devolvera a paz interna e a prosperidade. Espalham que o rei tomou Lille, que todo o Exército está com ele, que o imperador só pode agora convocar os guardas nacionais (que se recusam a partir), que o rei está voltando para a França com 112 mil aliados.”³⁸

No Haute-Loire, o general Paroletti denuncia, a 10 de junho, a senhora Montviol de Saint-Bonnet. Ela distribuía o jornal realista *Le Lys* aos soldados, prometendo trinta tostões a cada um se voltasse para a casa de sua família e servisse a “seu bom rei” nas tropas que logo seriam recrutadas em seu nome.³⁹

Nas províncias ocidentais, na Guyenne e na Gasconha, no Languedoc e no Midi provençal, a insubmissão, como em casos anteriores, reflete a rejeição do Estado centralizador como um todo. Também é explicada pela boa disseminação dos agentes realistas, que desviam os jovens das bandeiras de Napoleão.

Por toda parte os realistas aproveitam o profundo cansaço da guerra para desencaminhar os conscritos. Os franceses aplaudiram a volta de Napoleão. Ele prometeu-lhes manter a paz, entendendo-se com o sogro, o imperador da Áustria, e talvez até com a Inglaterra. Mas a promessa não foi cumprida. Declarada a guerra, os franceses não querem saber do possível ou dos possíveis responsáveis. Chega de guerra! Mais pão e menos glória! A partida dos filhos e dos parentes próximos condena a terra dos camponeses à morte, a oficina do artesão ao fechamento. Há décadas os pais enterram seus filhos. Isso não pode ser a ordem natural das coisas.

Certos prefeitos, preocupados com essa questão, advertem: a revolta dos concidadãos sob sua responsabilidade, diante de uma luta que os mobiliza há mais de vinte anos, pode levá-los a uma rejeição do regime.⁴⁰ Seria geral a ameaça? A correspondência que se amontoa na escrivaninha de Carnot, no Ministério do Interior, permite avaliá-lo.

^a *Chouans*: insurgentes realistas que se opunham aos republicanos na guerra civil conhecida como Chouannerie, ocorrida durante a Revolução Francesa e envolvendo os territórios do norte do Loire, a Bretanha, o Maine, a Normandia e o norte de Anjou. (N.T.)

^b Direito de alta e média justiça: no sistema jurídico senhorial francês, o senhor era o árbitro em três instâncias: as justiças alta, média e baixa, segmentadas de acordo com as causas apreciadas; a Revolução aboliu esse sistema, instaurando a justiça de paz. (N.T.)

6. Desencanto

MINISTÉRIO DO INTERIOR, 21 DE JUNHO, MANHÃ

“Pois agora que gritem ‘Viva Napoleão’!”

Antes de partir para o Eliseu, Carnot tomou conhecimento das informações fornecidas por prefeitos, magistrados e generais no comando das divisões militares. Há mais de um mês o clima na opinião pública não para de se degradar. Nas províncias fiéis ao regime, como também nas que sempre lhe foram hostis, os habitantes parecem esperar a hora da verdade: a derrota conduzirá uns à rebelião e deixará outros apáticos.¹ Os relatórios questionam a guerra, na tentativa de explicar o desencanto com o regime. Em toda parte há queixas contra um conflito prejudicial aos empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais já fragilizados pela crise de 1811. No norte, inicialmente em Lille, as manufaturas param umas após outras. As fábricas de tecidos leves de algodão funcionavam a pleno vapor. Desde o reinício da guerra, as encomendas começam a escassear, especialmente no sul da França, onde a guerra civil recomeçou. Insatisfação dos patrões, queixas dos operários: seus salários estão diminuindo. Os habitantes de Lille, em especial a população mais humilde, fazem votos de que Napoleão seja derrotado. Na verdade, uma vitória significaria um deslocamento mais ao norte da fronteira. Acontece que o contrabando com a Bélgica representa, para grande número de habitantes dessa cidade setentrional, um ganha-pão ou um complemento de salário.²

Em Dunquerque, marinheiros e operários do porto não encontram palavras suficientemente duras para criticar o imperador. Consideram-no responsável pelo desemprego que os deixa no olho da rua. E de fato o conflito com a Grã-Bretanha impede a pesca do bacalhau em Dogger Bank.³

Em Rouen e no Havre, como os negócios com a Inglaterra se tornaram impossíveis, os comerciantes expressam sua hostilidade ao imperador incitando seus filhos a fazer as declarações mais injuriosas nos cabarés, difundindo as notícias mais tendenciosas. Os operários desocupados ouvem-nas e passam-nas adiante. Em La Rochelle, os comerciantes temem pelas remessas que chegam do mar.

Em Lyon, os fabricantes de seda, prevendo os efeitos nefastos da guerra em sua indústria, deixam os operários sem trabalho. Zombeteiros, perguntam: “E agora, não vão gritar, como em março, ‘Viva o imperador’?”⁴

Na Gironda, o prefeito informa que o comércio está “gangrenado”, de tal maneira os negociantes de Bordéus temem que os barcos por eles armados caiam nas mãos dos ingleses. A indignação aumenta entre os vinhateiros e comerciantes de vinho. No ano anterior, os ingleses compravam vinho a um bom preço, agora é só marasmo! Todos os notáveis aderem à causa dos Bourbon e esperam em breve a chegada da duquesa de Angoulême, filha de Luís XVI.

Em todo o sudoeste, os ingleses não são mais temidos. Muito pelo contrário. Como constata o prefeito de Landes, a população não tem especial receio das consequências de uma invasão, pois no ano anterior os ingleses eram mais comerciantes que soldados. Como bons negociantes, pagaram todos os gêneros em espécie.⁵ Os bascos, muito apegados a suas montanhas, considerando-as sua única pátria, lembram-se de que em 1814 os soldados ingleses haviam se comportado muito bem, ao passo que as tropas francesas pilhavam qualquer aldeia encontrada no caminho.⁶ O delegado extraordinário Boissy d’Anglas conclui

então que um ataque inglês na fronteira dos Pirineus seria seguido de uma sublevação que se ampliaria muito além do imaginado.⁷

Em Marselha e em toda a Provença, a queixa é ter ficado inutilizada a colheita de vinho. Como não é mais possível transportar as barricas por mar, negociantes, carpinteiros, calafates e carregadores reclamam de um regime que os obriga a privar suas famílias do necessário.⁸ A Guarda urbana está com os Bourbon. A tensão na cidade é de tal ordem que o marechal Brune é obrigado a declarar estado de sítio no fim do mês de maio.

Um patriotismo acabrunhado

No Haut-Rhin, tradicionalmente fiel a Napoleão, o prefeito avisou, um mês antes de Waterloo: os cidadãos sob sua gestão estão prontos para defender a pátria, mas mudarão de atitude caso “se afaste a esperança de se ver chegar ao fim os sacrifícios suportados pelo povo”.⁹ A 3 de junho o prefeito reitera sua advertência:

“O estado de incerteza e ansiedade que se prolonga há tanto tempo, somado aos enormes encargos suportados pelo país, favorece as manobras mal-intencionadas. ... O espírito público, eu não poderia dissimulá-lo, meu senhor, declina em rápida progressão; há dez dias eu noto um desalento e uma repugnância que inevitavelmente haverão de gerar em pouco tempo essa mesma resistência da inércia contra a qual a autoridade em vão envida esforços.”¹⁰

Doubs é outro departamento no qual, entre março e junho, o espírito público passa do entusiasmo à passividade, para em seguida resvalar para a oposição. A 30 de março, o prefeito registra que a disposição dos habitantes em relação ao regime é boa no campo, medíocre nas cidades com população de nobres. Dias depois, ele declara que apesar disso conseguirá “tornar querida ou pelo menos estimada e respeitada em toda parte a paternal doçura do governo”. Em 5 de abril, nota uma mudança no estado de espírito dos camponeses: eles resistem “às requisições destinadas a abastecer a praça-forte, tanto mais que as requisições anteriores não foram pagas”. A 18 de abril, o prefeito, embaraçado, qualifica o espírito público de “bom, mas morno”!

O representante extraordinário Dumolard confessa francamente que, no departamento de Doubs, o patriotismo e a consciência do cidadão não estão “comprimidos, mas acabrunhados, aniquilados”. Persistem germes de bom sentimento, mas “todos se poupam, se receiam, tremem à ideia de contrariar as preferências, os interesses, o trato de qualquer indivíduo considerado poderoso”.¹¹ Desse modo, conclui Dumolard, é preciso recorrer a uma “santa violência” para conseguir o que determina o patriotismo.

O prefeito acaba reconhecendo que também está cada vez mais preocupado com a atitude dos seus cidadãos, mais precisamente dos notáveis de Besançon. Ainda ontem eles se declaravam felizes com a reinstauração do Império, hoje estão dispostos a seguir os realistas. Os habitantes dos subúrbios, temendo que as casas próximas às fortificação sejam arrasadas, seguem o mesmo caminho. Nas montanhas adjacentes, os camponeses revelam-se adversários virulentos do regime, rejeitando as requisições e o recrutamento da Guarda Nacional. Nos vales, os vinhateiros queixam-se das vendas insuficientes de vinho. O prefeito avisa ao ministro, em maio, que o ressentimento dos habitantes de seu departamento gera uma generalizada desorganização.¹²

O insulto aos princípios de 1789

Às queixas geradas em todos os meios pelos efeitos econômicos da guerra nos empreendimentos juntam-se as reclamações políticas. E nem todas são inspiradas pelos realistas. Carnot ainda guarda em seus

arquivos a carta de um antigo convencional como ele: Laporte, que se retirou para a província, pedia-lhe que rogasse a Napoleão ouvir “a voz dos veteranos da Revolução” reclamando uma Constituição realmente liberal.¹³ O notável logo ficaria decepcionado com o conteúdo do Ato Adicional.

A imprensa, agora livre, reproduz os protestos dos burgueses que, à imagem de Laporte, professam o liberalismo. Esquadrinhando o Ato Adicional, *Le Censeur*, por exemplo, enumera os dispositivos que permitem ao imperador manter-se todo-poderoso e voltar a ser, se quiser, um déspota. O panfletário Mayeux afirma que “um soberano que se dá ao direito de aniquilar com uma só palavra o único organismo do Estado [a Câmara dos Representantes] capaz de conter o seu poder não pode reinar sobre um povo livre”.¹⁴

Aos olhos dos liberais e dos republicanos, o Ato Adicional é um “insulto ao princípio de igualdade”. Segundo eles, todo o povo tem o direito de contribuir para “a elaboração das leis através de mandatários eleitos”.¹⁵ Acontece que Napoleão reservou esse direito a uma minoria de ricos, “raramente os mais esclarecidos de sua terra, quase sempre os menos patrióticos. Infelizmente o tempo haverá de provar muito em breve que os que pagam mais impostos não são os franceses genuínos!”¹⁶

Em nome dos pobres que constituem o “Quarto Estado”, como se dizia em 1789, certos jacobinos afirmam que o homem que dispõe apenas de sua força de trabalho tem o mesmo direito de eleger deputados que o proprietário de um imenso território. Pois não compartilham os dois o mesmo interesse moral que vincula os homens à sua pátria?¹⁷

A existência de uma aristocracia de pares que zomba da igualdade também provoca comentários beligerantes. A hereditariedade e o número ilimitado de pares, escreve o prefeito de Loire a Carnot, “são em geral reprovados pela opinião pública, que enxerga aí o restabelecimento de uma nobreza odiosa”.¹⁸

Num panfleto, o cidadão Ponsard critica o imperador: “O senhor quer uma desigualdade que não podemos suportar! Filhos prediletos! Nobreza e populacho, patrícios e plebeus! Raças hereditárias por privilégio. Sucessores perpétuos dos maiores cargos, das mais importantes posições do Estado!”¹⁹

Às vésperas de Waterloo, seja decorrência de uma opção política, seja tradução da crise econômica provocada pela guerra no mundo do trabalho, a desilusão com o regime parece compartilhada por todos os franceses. Sua “resposta” ao plebiscito sobre o Ato Adicional às Constituições do Império é mais uma prova disso.

Em 1º de junho os resultados foram proclamados: 1 milhão e 500 mil franceses aceitaram o Ato, 5.700 o rejeitaram. Mas a abstenção alcançou índices inéditos, e o poder dessa vez não pôde adulterá-los.²⁰ Dos 7,5 milhões de eleitores existentes nas novas fronteiras da França, 6 milhões (79%) não participaram da consulta.

É verdade que os realistas ameaçaram “os crédulos habitantes do campo”, levando-os a crer que a inscrição na lista de votantes lhes valeria a proscrição, depois da volta do rei.²¹ Mas essas pressões não explicam sozinhas o considerável número de cidadãos que deram as costas às urnas. A abstenção afeta igualmente os notáveis e os camponeses ou operários. Na região Oeste, grande número de burgueses liberais, embora na origem do movimento federalista, votou “não” ou se absteve.

Napoleão também perdeu grande parte da adesão expressa pelo povo mais humilde quando ele retornara da ilha de Elba. Num departamento como o Isère, por exemplo, as autoridades esperavam 60 mil a 80 mil “sim”, mas o Ato obteve apenas 28 mil. Em Paris, os operários desprezaram os registros abertos para receber seus votos: dos 20 mil “sim”, apenas 2 mil foram expressos pelos trabalhadores braçais. Em menos de dois meses, uma parte considerável do eleitorado potencial de Napoleão deu-lhe as costas.²²

Quase sempre inerte, a administração nada fez para lutar contra o cansaço da população, para opor-se ao declínio do espírito público e inculcar nos cidadãos o espírito de defesa.

A valsa dos prefeitos

Já em 20 de março, os generais e notáveis bonapartistas exigiram ruidosamente o expurgo das administrações locais. Mas a nomeação de 87 prefeitos e várias centenas de subprefeitos, prefeitos de grandes cidades e conselheiros-gerais requer tempo. Para não emperrar a máquina administrativa, Napoleão agiu aos poucos, nomeando de início os prefeitos, cerca de quinze dias depois de voltar da ilha de Elba – prazo bem longo para funcionários cujo trabalho fica suspenso à espera da chegada de um chefe, mas lapso de tempo curto demais para um poder que precisa conhecer a posição política dos candidatos e se certificar de seu talento.

As nomeações de subprefeitos, prefeitos de cidades com mais de 5 mil habitantes e conselheiros-gerais sofrem o mesmo atraso. Para nomeá-los, os representantes extraordinários enviados pelo ministro²³ cercam-se de prefeitos, generais de divisão e notáveis bonapartistas, muitas vezes oficiais reformados. Suas reuniões são numerosas e longas, e os resultados tão tardios que certas propostas de nomeação só são submetidas à assinatura de Carnot dois dias depois de Waterloo!²⁴ É bem verdade que muitos administradores não esperam a nomeação oficial para ocupar o cargo, mas seria possível demonstrar o zelo necessário e a autoridade desejada quando a função é exercida sem o título?

Em sua maioria, os prefeitos são homens qualificados e zelosos. “Eles competem na dedicação e no esclarecimento”,²⁵ escreve o comissário extraordinário Dumolard. Os altos funcionários não hesitam em empreender longas viagens para explicar aos cidadãos as novas instituições, que, segundo um deles, oferecem “todos os recursos de aperfeiçoamento e reforma que poderiam ser considerados necessários pelos critérios da experiência e das circunstâncias”.²⁶

Apesar da boa vontade, contudo, certos prefeitos se confessam “por demais estranhos à região” que administram para levar a cabo sua missão.²⁷ Outros, como Fauchet na Gironda, Lameth em Somme e Busche em Deux-Sèvres, caem sob forte suspeita de ajudar seus amigos realistas.²⁸ É verdade que o poder nomeou majoritariamente novos homens para as prefeituras, mas também conservou cerca de vinte.

Busche, por exemplo, mantido no cargo, não se empenha em “saudar o retorno do imperador, manipula o delegado extraordinário e impede os outros cidadãos de se encontrar com o emissário do governo”. Busche se faz de surdo às instruções ministeriais, num momento em que a Vendeia se agita. “Nomeia amigos para cargos de chefia da Guarda Nacional e fecha os olhos à chegada, não longe de Niort, de Laroche-Jacquelin, que vem fazer um levantamento para a causa e, com o dinheiro recebido, compra armas.” O prefeito também freia o recrutamento de federados, enche o escritório destes com seus homens e os transforma numa força supletiva da Guarda Nacional, que por sua vez é abandonada pela maioria dos cidadãos.²⁹

Os prefeitos demitidos mantêm “sua infeliz influência e arrojam uma parte da população numa lamentável guerra civil que não pode ser sufocada na origem por absoluta carência de forças”.³⁰ A 18 de junho, dia da batalha de Waterloo, um cidadão pergunta a Carnot: o governo quer se manter ou pretende entregar as rédeas do Estado a Luís XVIII? Por que a administração continua nas mãos dos agentes dos Bourbon?³¹

Em certos departamentos, os cidadãos assistem a uma “valsa dos prefeitos”. Em Aude, por exemplo, os altos funcionários se sucedem em tal ritmo que os agentes subalternos chegam a ficar tontos.³² Em Lot-et-Garonne, os prefeitos mal assumem o cargo e já o deixam, amedrontados com as numerosas ameaças de morte.³³ Em Gers, onde se dão constantes mudanças de prefeitos, o mais recente não consegue “tirar a administração do torpor acarretado invariavelmente pelas administrações provisórias, as interinidades prolongadas ou sucessivas”.³⁴

Essa constante mudança de prefeitos gera um vazio de autoridade. Montauban, por exemplo, sede da prefeitura de Tarn-et-Garonne, em 3 de junho não dispõe de prefeito nem de *maire*.^a O sr. Saunier deixou

a prefeitura para se integrar à de Aube quando a administração começava a funcionar bem. Seu afastamento resultou em total paralisação. O sr. de Rambuteau, que deveria substituí-lo, foi nomeado pela Câmara dos Representantes simultaneamente ao sr. Bessières, *maire* de Montauban. A interinidade é exercida por um Conselho da Prefeitura sem vigor e por adjuntos que logo renunciam, de tal maneira é nula a ação governamental.

O marechal de campo Barrié, comandante militar do departamento, é a única autoridade que resta. Claro que o oficial superior tem as melhores intenções, e seu zelo não deixa margem a dúvidas, mas, obrigado a cuidar de tudo, ele se assusta com tarefa tão árdua numa região dominada pelos realistas. Nem ele nem o Conselho da Prefeitura são capazes de dizer a quantas anda a arregimentação de dois batalhões de elite da Guarda Nacional. Por outro lado, embora mais de mil soldados do Exército regular estejam em condições de chegar às fronteiras, somente uma centena deles realmente partiu. Os outros ficaram no quartel, esperando ordens.

Os subprefeitos, por sua vez, com frequência são jovens e instáveis demais, como reconhece Carnot à leitura das listas apresentadas por Roederer, representante extraordinário na 7ª Divisão Militar.³⁵ Carecem de competência, em razão do temperamento ou da idade. O subprefeito do *arrondissement* de Bressuire, por exemplo, é um jovem inexperiente que não conhece a área sob sua administração. O marechal de campo pergunta: “Que bem pode ele fazer?”³⁶

Outro exemplo da desorganização administrativa é a nomeação como subprefeita em Soissons de certa srta. Delauge, que causa espécie ao prefeito de Aisne. Como foi possível tal coisa numa sociedade em que a mulher só é considerada boa para procriar e cuidar da casa? Ele não saberia responder, mas lamenta, pois certamente se trata de “uma senhorita muito bem-educada, mas não deixa de ser uma senhorita!”³⁷

Sobre os novos funcionários também recai às vezes a suspeita de estarem predispostos à traição: o subprefeito de Annecy, por exemplo, é grande adquirente de bens nacionais e ganhou somas consideráveis com o comércio de armas e munições. “Certas pessoas na região aparentemente temem que o desejo de conservar as próprias terras e obter algum apoio do governo piemontês, caso a sorte se mostre favorável, venha a impedi-lo de servir ao governo francês com todo o empenho desejável.” Sua fortuna permitiu-lhe fazer a paz com o partido nobre da região, que, segundo se diz, o levava a uma deputação.³⁸

O subprefeito de Senlis recusa-se a assinar a declaração de fidelidade ao imperador enviada pelos habitantes. O de Lisieux manda retirar a bandeira tricolor do campanário da igreja, “por receio de provocar distúrbios”, e o de Nogent-le-Rotrou manda afixar uma proclamação de Luís XVIII sob o pórtico de uma igreja.³⁹

Mas também há muitos subprefeitos que, fiéis ao imperador, tentam cumprir bem sua função num momento em que se acumulam problemas. Assim, em Gard, agitado pela rebelião realista, o sr. Pierre mantém a calma e faz seu trabalho da melhor maneira possível, chegando mesmo a suscitar estima e confiança em alguns de seus administrados. O sr. Serres, de longa data subprefeito do *arrondissement* de Allais, é funcionário honesto e metucioso em suas funções. Dedicado ao imperador, foi perseguido na volta dos Bourbon. Constantemente ameaçado de perder o cargo, “fez apenas o que não podia deixar de fazer”.⁴⁰

Uma administração assoberbada de tarefas e mecanismos desarticulados

Os prefeitos e subprefeitos tentam abrir caminho num mar de obrigações, nem todas de primeira necessidade. O prefeito de Haute-Vienne não aguenta mais perder seu tempo resolvendo problemas secundários. Escreve ao ministro e se deixa levar por um impulso de indignação:

“Nas circunstâncias em que nos encontramos, quando todo o empenho da administração se volta para a criação de recursos morais, físicos e pecuniários destinados a garantir a vitória da causa nacional, quando devemos solicitar sacrifícios de todo tipo aos administrados e lutar constantemente contra a opinião, o descuido e a má-fé, ao mesmo tempo tratando de mobilizar batalhões, além de vesti-los e equipá-los, embora nos faltem todos os elementos de organização, e quando, enfim, os mecanismos da administração estão desarticulados e é necessário buscar sem descanso devolver-lhes a atividade que perderam através de uma renovação inesperada e, ousado dizer, sob muitos aspectos intempestiva, não seria de esperar que cada ministro se limitasse a exigir apenas das administrações locais aquelas tarefas que tenham como objeto cuidar desse importante objetivo? Eu não saberia dissimular que, de minha parte, minhas forças físicas e morais, assim como as de meus diversos colaboradores, não são mais suficientes para o cumprimento das inúmeras tarefas de que nos sobrecarregamos a cada correspondência.”⁴¹

Os prefeitos e subprefeitos devem ajudar na eleição dos *maires* e Câmaras Municipais nos casos em que a população é inferior a 5 mil habitantes. A operação ordenada pelo decreto de 20 de abril, segundo os prefeitos, é o cúmulo da desorganização administrativa.⁴²

Se as administrações departamentais estão cheias de pessoas incapazes para as funções que devem cumprir, pior ainda é a situação nas municipalidades pequenas ou médias. Ao lado de bons administradores, quantos jovens travestidos de *maires* para fugir à conscrição, quantos aventureiros trazendo no peito uma faixa antes obtida pela demagogia que pelo talento, quantos bêbados sem instrução nem civismo! Porém, os que mais “desarticulam” os mecanismos da administração são, como sempre, os realistas.

As fornadas de *maires* realistas

Em Moselle, a população vota com interesse, mas nem sempre segue “a direção adequada”. Os antigos nobres tentam seduzi-la falando de pátria, ou se certificam de sua boa vontade “com empréstimos de dinheiro ou serviços oportunos”. Os que se opõem ao imperador são “mantidos na função”. Teme-se que, “se houver uma invasão, em vez de estimular o calor popular, eles tentem reprimi-lo”. Quando os cidadãos “clarividentes” tentam “chamar a atenção dos camponeses para tais escolhas”, não demonstram “a consistência necessária para se fazer valer, e seu zelo lhes causa inconvenientes”.⁴³

Quando percebem que os sufrágios dos camponeses podem escapar-lhes, os realistas se valem de subterfúgios. Em Nièvre, por exemplo, adiam as eleições de domingo para segunda-feira, com a cumplicidade do prefeito e do secretário de prefeitura, “para que os camponeses ocupados na lavoura não participem”. Os nobres ou antigos *émigrés* que tomaram a dianteira das Câmaras Municipais freiam o recrutamento e permitem que os jornais realistas, como o *Le Lys*, sejam distribuídos impunemente!⁴⁴

Os nobres ausentes de suas comunas fazem com que seus domésticos sejam eleitos em seu lugar. Os aristocratas “que tudo fizeram para restabelecer o regime feudal” impedem a aplicação de leis contrárias aos seus interesses, paralisando assim o entusiasmo popular.⁴⁵

A situação é tão grave no sudoeste que o delegado extraordinário Boissy d’Anglas se julga no dever de lembrar aos *maires* que, embora sejam nomeados pelo povo, nem por isso deixam de ser agentes do governo, e por isso estão obrigados a obedecer aos prefeitos e ao imperador. O comissário ameaça suspendê-los, se necessário, até as próximas eleições.⁴⁶

A ameaça de destituição de modo algum abala os realistas, de tal maneira estão certos de se reeleger. Na comuna de Licque, por exemplo, em Pas-de-Calais, “a nomeação do *maire* se efetuou da maneira mais ilegal e escandalosa; um cabaré foi aberto aos votantes, que caminhavam antecedidos de música e aos gritos de ‘Viva o rei!’. No fim das contas, a bandeira tricolor foi retirada do campanário da igreja, e o

antigo *maire* foi reeleito.”⁴⁷

As assembleias eleitorais às vezes acabam em rebelião. Em várias comunas do Jura, nobres, padres e partidários dos Bourbon, aproveitando-se da oportunidade de tomar o poder, distribuem dinheiro e panfletos e se prodigalizam nas mais diversas formas de sedução a fim de orientar a escolha para homens dedicados à causa real. Uma vez reunidas as assembleias eleitorais, os realistas provocam tumulto. Só a intervenção do prefeito e dos gendarmes impede o derramamento de sangue nas comunas mais exaltadas. “De toda parte”, escreve o funcionário, “recebo reclamações; se estiverem exatas as informações que pude colher, a maioria das eleições realizadas é irregular e imprestável.”⁴⁸

Assim, “os mesmos homens mantêm a mesma influência e, com seu despotismo intervindo da mesma forma que no passado”, conseguem neutralizar as medidas tomadas pelo governo. Os *maires* e secretários, cercados de conselheiros fiéis, agem como bem entendem e não prestam contas de espécie alguma a seus administrados.⁴⁹

Será que por acaso uma administração não raro desprovida de pessoal competente, às vezes privada de arquivos pelos funcionários do regime anterior, assoberbada de tarefas múltiplas, minada pela traição e há três meses em dificuldade para se pôr em movimento poderia proceder em algumas semanas ao recrutamento de 800 mil homens desejado por Napoleão?

Falta-lhe a força coerciva do governo revolucionário. E o patriotismo da França no ano II desapareceu. Para Fantin des Odoards, o patriotismo refugiou-se no campo, e “esse fogo sagrado que, para seu desespero, ainda arde num pequeno número de soldados apagou-se em todos os outros corações. Estamos prontos para a escravidão.”⁵⁰ Antes mesmo de Waterloo, o militar, desencantado, previu a volta dos Bourbon.

Pois os realistas não se limitam a se apoderar das Câmaras Municipais. Nos departamentos onde estão bem implantados, sua propaganda mina pela raiz o pouco espírito de defesa que ainda resta na França. Os seguidores fiéis dos Bourbon tramam inclusive o assassinato do “usurpador corso” por eles execrado. Não é a coroa que Napoleão se arrisca a perder, mas a vida.

^a *Maire*: à frente de uma *mairie*, é o prefeito na acepção moderna de gestor urbano; no caso francês, ele é o presidente do Conselho ou da Câmara Municipal. Manteve-se aqui o termo em francês para estabelecer uma diferença em relação ao prefeito da era napoleônica – ver nota da p.8. (N.T.)

7. “Guilhotina para Napoleão!”

GABINETE DE DESMAREST, CHEFE DA POLÍCIA SECRETA, 21 DE JUNHO, MANHÃ

O sr. Lespinasse e a sra. Penard, agentes realistas

Aos 51 anos, Pierre-Marie Desmarest é considerado por alguns “um homem da ordem, de firme inteireza e regularidade sensata e laboriosa”; é visto por outros como “um homem estranho a qualquer cortesia, cheio de astúcia e inteligência, que não se mostra avesso a qualquer traição, sabendo despertar suspeitas e alimentar temores”.¹ Mas todos são unânimes em reconhecer o talento que ele evidenciara ao dirigir durante quinze anos o Departamento de Polícia Geral encarregado da polícia secreta. Fouché acompanhara sua atuação quando era administrador militar e o tornou colaborador seu. O ministro passou por não raros períodos de desgraça, mas Desmarest manteve-se no cargo contra tudo e contra todos.

Como faz todos os dias, na manhã de 21 de junho de 1815, Desmarest examina os relatórios de atividade dos seus agentes. As informações dizem respeito aos funcionários sob suspeita de agir a favor do rei. Desmarest encontra entre eles os nomes de David, empregado no Ministério da Guerra, Magnan, comissário de polícia, Rabillon, empregado de escritório na prefeitura de Seine, Rouille, empregado da administração geral dos Correios, e Duperron, tenente de infantaria.²

Outro nome, o da sra. Nicolas, retém por um momento sua atenção. Ela dirige um estabelecimento para meninas na rua Saint Maur, recebendo apenas alunas cujos pais são fiéis seguidores de Luís XVIII. Em plena sala de aula, a diretora faz as declarações mais depreciativas sobre o imperador e os homens de que ele se cerca. Segundo ela, anos atrás, eles haviam organizado o Terror, e continuam espalhando o medo entre os homens de bem. A dama redige panfletos contra Napoleão, utiliza-os como texto de ditado e transforma suas alunas em copistas! Os exemplares que saem das salas de aula são entregues nas lojas do bairro para difusão. A sra. Nicolas, pondera Desmarest, é coisa pouca, deve ser entregue aos cuidados dos homens de Réal, o chefe de polícia de Paris.³

Mais preocupante é a presença na capital de um número cada vez maior de indivíduos conhecidos do Departamento de Desmarest como agentes secretos do rei. Que estariam tramando os senhores Lespinasse e Altmer no número 59 do cais Valée? Uma infinidade de indivíduos bate constantemente à sua porta, e sua residência de fato parece um covil de intrigas. Debure, antigo guarda-costas do rei que voltou a Paris depois de acompanhar Luís XVIII até a fronteira, estaria cheio de “más intenções”, segundo os delatores da polícia.

A sra. Penard mantém uma sala de leitura na rua d’Argenteuil, estando sob suspeita de ser agente de ligação entre Paris e Gand, onde o rei se exilou. Monin, antigo guarda-costas, acaba de chegar de lá. Disfarçado de vendedor ambulante, ele espiona e divulga notícias falsas. A sra. Ferrand de la Basterne, antiga agente do rei, parece ter voltado à ativa. A residência da sra. Potin, na rua do Templo, é um antro de *chouans*. O mais jovem dos Cadoudal parece ter encontrado refúgio ali.

Os agentes de Desmarest informam também que continuam em busca de Lambert de Preissac, Bassigny e do coronel Veneville. Está nos planos a detenção da mulher chamada Gombaut, que vende jornais aos transeuntes nas Tulherias. Ela decerto está no centro da organização difusora dos pasquins que inundam o departamento.⁴

Napoleão, discípulo de Robespierre

Em Paris, como em qualquer grande cidade francesa, a polícia se prodigaliza em batidas nas gráficas clandestinas, mas também nas improvisadas vendas da calçada. São apreendidos milhares de exemplares de panfletos, pasquins, poemas e canções satíricas, livros e jornais realistas. Contudo, a cada semana, o confisco de novos lotes desses textos “incendiários” mostra que a fonte está longe de secar.

Os vendedores de rua apregoam “folhas volantes” que os partidários do rei afixam nos muros, entregam nas mãos dos curiosos ou distribuem nas portas de igrejas, dissimulando-as entre as páginas dos missais.⁵ Em 20 de junho, o cidadão Prinette denuncia à polícia um vendedor de linho e musselina. Ele distribui canções contra o imperador em Saint-Nom-la-Bretèche e em Seine-et-Oise, e divulga um folheto anunciando a perda de 60 mil homens e a deserção de vários regimentos de dragões e caçadores montados que se passaram para o serviço “do soberano legítimo”.⁶

Os realistas também utilizam os correios para enviar “seus escritos malévolos”. Desmarest é informado a esse respeito. O general de exército que comanda a 20ª Divisão Militar, por exemplo, notifica que os mensageiros provenientes de Paris e Bordéus entregam nas caixas postais de Périgueux grande quantidade de pacotes endereçados a cidadãos de todas as classes. Segundo o militar, essa propaganda surte efeito maléfico sobre as mentalidades, em especial no campo, “pois nem todo mundo é capaz de raciocinar com clareza”.⁷

São os partidários de Luís XVIII que garantem a melhor propaganda de suas declarações e proclamações afixando-as nos muros das cidades e nas árvores à beira das estradas. Às vezes o poder imperial lhes facilita a tarefa. O prefeito de Drôme, por exemplo, mandou imprimir e afixar, por ordem de Fouché, a declaração do conde de Lille, em 15 de abril,⁸ acompanhada de comentários críticos. Infelizmente, os cidadãos nada entenderam, e “a crítica”, escreve o prefeito, “sutil demais para o populacho”, levou a que se acreditasse no pronto retorno do rei! Os antigos militares e os guardas nacionais aproveitaram “para adiar ainda mais seu alistamento no Exército”.⁹

Os jornais realistas, como *Le Lys* ou *Le Journal Universel*, editado em Gand, comentam as proclamações reais. Os redatores, jornalistas formados durante a Revolução, sabem muito bem arranhar com sua pena a pele de ministros e cortesãos. Suas análises dos decretos e textos de propaganda do governo, irônicas e arrazoadas, prendem a atenção dos leitores.

Para fazer frente a essas manobras, a propaganda oficial opõe Napoleão, o rei *escolhido* pelo povo, a Luís XVIII, o rei *estabelecido* por um punhado de aristocratas, e o Ato Adicional *proposto* à Carta *outorgada*. Ela afirma também que Napoleão, saído das fileiras dos homens livres, trabalha com eles pela manutenção da liberdade.¹⁰ Empenhado na glória, na honra e na independência da França, o imperador luta para impedir a volta dos Bourbon, responsáveis pela antiga escravidão.

Os jornais realistas retrucam que, sob os ouropéis de monarca liberal de que se reveste Napoleão, houve e ainda há um ditador militar que engana os franceses quanto a suas verdadeiras intenções. Em 1799 Bonaparte louvava a liberdade, mas a destruiu ao desfazer a representação nacional. Feito cônsul, dizia-se liberal, mas proscreeu os ideólogos. “Buonaparte” prometia o fim do feudalismo, mas Napoleão impôs déspotas ao povo. Hoje, o usurpador corso acrescenta um Ato Adicional às Constituições que ele mesmo violou e depois destruiu.

O Ato Adicional, lê-se em *Nain Jaune*,¹¹ é uma cópia servil do contrato que Napoleão rasgou diante de todo mundo. Não passa de “um contexto descarado no qual Napoleão conseguiu introduzir duas ou três instituições feudais que entregam a França a sua indigna aristocracia de pares!”

Os realistas não insistem muito na desigualdade representada pela criação dos pares, preferindo se alongar no tema da liberdade. O redator de *Nain Jaune* conclui um longo arrazoado a esse respeito com uma pergunta: “Quem poderia falar de liberdade se Luís XVIII não tivesse trazido a liberdade com a paz?”

Luís XVIII quer a liberdade, é ele quem a confere.” O apelo do rei ao Exército arremata a comparação entre o regime benéfico dos Bourbon e a ditadura monstruosa do corso: “Vós, soldados, tendes amigos, parentes, uma mãe, e não os sacrificais à fatal glória de um estrangeiro que só é grande graças aos vossos sacrifícios, e cuja púrpura imperial foi aos poucos manchada pelo vosso sangue.”

Aos bonapartistas que acusam o rei de estar sendo reconduzido ao país por estrangeiros e “tentar sublevar contra sua pátria os povos da Europa, trazendo o ferro e o fogo, a devastação e a morte”,¹² os realistas respondem que “os aliados vêm devolver à França o seu rei legítimo”. E ainda: “Se Buonaparte não tivesse vindo conspurcar nosso solo, estaríamos em paz com a Europa.”¹³

De 1799 a 1814, os realistas escreveram a lenda negra de Napoleão. E agora continuam a fazê-lo, afirmando mais uma vez que as mãos do jacobino Buonaparte, discípulo de Robespierre e dos que promoveram os massacres de setembro de 1792, estão manchadas do sangue dos franceses. “Ele reduziu a França à condição de país selvagem e causou a morte de vários milhares de homens. Viveu e haverá de morrer como um ambicioso, conquistador, ávido de poder, intolerante diante de qualquer contrariedade, inimigo da liberdade, incapaz de ter boa-fé e lealdade. Buonaparte partiu no ano passado enganando a nação e as potências aliadas com uma falsa abdicação e um falso juramento. Buonaparte volta nos enganando com afirmativas falsas e esperanças mentirosas.”¹⁴

Napoleão fala de honra e glória. Não seria o caso de renunciar a um sistema de glória estéril, baseado numa legislação contrária à moral e à prosperidade dos povos? “Tratemos de buscar uma glória nacional e uma glória útil”, escreve um realista, “no aperfeiçoamento do cultivo de nossas terras, na melhoria de nossa indústria manufatureira, na ampliação de nossas relações comerciais; e, se for necessário então empreender uma guerra justa para fazer respeitar as nossas leis e a nossa independência, também haveremos de empenhar nossa glória no desprezo pela vida.”¹⁵

Eles estão em toda parte

Os relatórios dos agentes de Desmarest confirmam a advertência dos prefeitos em sua correspondência a Carnot: os realistas estão em atividade por toda parte.¹⁶ Seus partidários percorrem de armas em punho as matas da Vendeia e plantam seus estandartes nas terras de aluvião do Languedoc.

Na Dordonha, por exemplo, o *maire* de Montplaisant está indignado: os agrupamentos sediciosos se multiplicam e os gendarmes nada fazem, não obstante os numerosos pedidos de intervenção feitos por ele.¹⁷ O *maire* de Agde, por sua vez, é interpelado por uma multidão que, desfilando atrás de uma bandeira branca, com o penacho real nos chapéus, clama: “Viva o rei, guilhotina para Napoleão!” Em Hérault, os realistas, que abundam, esperam “os resultados da guerra”; “ao menor sinal, não será mais possível opor-lhes resistência”.¹⁸

Em Montauban, os antigos voluntários reais portam uma rosa branca em sinal de adesão, e um terço da população os imita. O prefeito lamenta que “cada qual, sem se preocupar com o bem geral da França nem com a prosperidade de seu chefe, cuide apenas de atender à determinada facção política, a seus ódios particulares. A diferença de religião fornece novo alimento às paixões já por demais exaltadas da multidão”.¹⁹ Em Gard, a situação é ainda pior, pois aos partidos “católicos, protestantes, realistas e bonapartistas que agitam e perturbam o departamento juntam-se as agremiações de anarquistas e revolucionários”.²⁰

Por trás de cada ação empreendida pelos realistas contra as autoridades locais estão os Cavaleiros da Fé.²¹ Esta ordem, fundada em 1810 por Ferdinand de Bertier, é hierarquizada em “associações de caridade”, “escudeiros” e “cavaleiros”. Todos prestam juramento de defender o trono e o altar. Combatendo em nome de Luís XVIII, eles pretendem criar uma sociedade impregnada da fé e dominada

pela Igreja católica. Em cada departamento, a ordem congrega os cavaleiros em “pavilhões”, cuja ação, controlada por “senescais”, obedece às ordens de um conselho supremo. O segredo absoluto de que se cercam os Cavaleiros da Fé permite-lhes escapar à polícia. Ainda hoje é difícil reconstituir suas redes. Paris, Bordéus e Toulouse parecem constituir os principais centros de ação, e os pavilhões mais ativos aparentemente se encontram no Haut-Languedoc, na Provença, no Franco-Condado e no oeste da Armórica.

Os Cavaleiros da Fé se escondem por trás de associações com as mais diversas denominações: Gabinete Literário ou Sociedade do Castelo. Em Bordéus, organizam-se em companhias francas e se preparam para exercer atos de força. Em Toulouse, seu comitê organiza já em maio um batalhão de voluntários reais que logo passariam a ser chamados de “verdetes”. Eles podem ser encontrados em Nîmes ou Avignon, e, da Guyenne ao Languedoc, comenta-se que 40 mil homens esperam um sinal para a sublevação.²²

No sul, os realistas chegaram inclusive a instaurar governo e administração paralelos, em contato com Luís XVIII e o duque de Angoulême, filho mais velho do conde de Artois. De Barcelona, onde se refugiou, o duque de Angoulême nomeia comissários civis e militares que, chegado o momento, deverão tomar o lugar das autoridades imperiais. Carnot e Desmarest estão perfeitamente a par disso.²³

Na Provença, um comitê real apoiado em antigas companhias francas que sobrevivem secretamente prepara-se para formar um governo real provisório a fim de administrar Marselha e a Provença.²⁴

“As coisas tomam um rumo preocupante”

Nas montanhas ao redor dos departamentos de Isère e Cantal, “as coisas tomam um rumo preocupante. Os padres estão muito agitados; vários indivíduos que apareceram em Lozère são suspeitos de portar mensagens dos realistas”.²⁵ O prefeito de Saint-Flour, em Cantal, denuncia as ações dos mal-intencionados, “que, trabalhando na sombra com grande atividade, envenenam o espírito público”.²⁶ No Haute-Loire, o *maire* de Sauges, baseando-se em rumores provenientes de Puy, comunica aos concidadãos que os generais detiveram Napoleão e que os Bourbon foram restaurados. Louco de alegria, ele dispensa os alunos do colégio, distribui-lhes penachos brancos e forma-os para desfilar nas ruas aos gritos de “Viva o rei!”.²⁷ Em Forez, o conde Hippolyte d’Espinchal, à frente de um milhar de homens, ocupa a cidade de Chevrières e expulsa de Chazelles os gendarmes que guardam a cidade. A 20 de junho, d’Espinchal intima o prefeito a cumprir seu dever, reconhecendo os direitos “de nosso amado soberano”.²⁸

Em Montélimar, um conde e um coletor de impostos convidam os habitantes a portar o penacho branco e a dançar a farândola gritando “Viva o rei!”. Durante a manifestação, os realistas prometem “degolar os liberais e os bonapartistas” assim que Paris tiver capitulado. O que não deveria demorar, afirmam, pois “100 mil cavaleiros, cada um levando na sela um infante, se aproximam de Paris”.²⁹

A violência verbal também corre solta, como em Valence, onde a polícia encarcera indivíduos que insultam a pessoa do imperador e daqueles que o cercam. O sr. Jesset, por exemplo, é acusado de “crime de palavra” que permite presumir sua filiação ao partido realista.³⁰ Ele percorre a cidade afirmando que “Napoleão está fodido” e que sua mãe é uma “grande puta sustentada por um nobre malvado, e só gerou bastardos!”³¹

Às vezes são refeitas as alianças. É o que acontece no Franco-Condado, onde o antigo prefeito de Doubs, o conde de Scey, estimula os realistas, apresentando-se como comandante do rei. Ele manda que os párocos imprimam e distribuam boletins realistas. Antigos cúmplices do general Malet, os padres Lemare e Lafon colaboram com ele. Aquele é jacobino, este, realista. Ambos se empenham em unir os

respectivos amigos para criar uma “federação realista”³² no Franco-Condado.

Em Vienne, como em outros lugares, “padres e nobres, que são vistos em toda parte, alimentam seus anseios e talvez tracem projetos de vingança”. Os seguidores do rei, na expectativa de empunhar armas, apropriam-se do espaço público, substituindo a bandeira tricolor pelo emblema do rei. Durante a Revolução eles cortavam as árvores da liberdade, mas hoje seus gestos “iconoclastas” voltam-se para as estátuas do imperador, mutiladas ou lambuzadas de preto.³³

Ninguém escapa às suspeitas: em Dijon, o prefeito insinua que seu antecessor mantém com o procurador imperial um comitê que estabelece relações de bonapartistas a serem exilados.³⁴ No Jura, “alguns homens das classes outrora privilegiadas tentam reprimir o impulso patriótico não com atos ostensivos, mas com afirmações insidiosas e condutas sub-reptícias”.³⁵

Quinhentos mil francos para o rei

Os realistas progridem em toda parte. No norte, “a maioria das povoações da fronteira é fortemente influenciada pelos homens da Casa Real”. E as autoridades constataam que “o espírito de desobediência e contrarrevolução está em geral disseminado na região situada entre Lille e Dunquerque”.³⁶ Os *maires* de Hazebrouck, Armentières, Bailleul e Aire mandam mensagens a Gand para informar ao rei que uma insurreição está para eclodir. Quinze mil homens encontram-se armados. Os *maires* entregam ao rei meio milhão de francos, resultado de uma subscrição.³⁷ Em Calais, nobres como o conde de Castéja, antigo subprefeito, mantêm acesa a chama do realismo.³⁸

O rio Somme é inundado de letreiros escritos à mão exortando a não pagar os impostos, a desobedecer às ordens civis e militares. Os magistrados aderem aos realistas e a polícia sabe muito bem que no dia do plebiscito os juízes do tribunal civil redigiram a portas fechadas a ata de votação, para que dela constassem apenas dois sufrágios, “o do juiz de investigação e o do escrivão”.³⁹ O conde de Bribers percorre o departamento, anunciando a iminente chegada dos exércitos aliados. Ao mesmo tempo, para arregimentar os liberais, dissemina a dúvida quanto às intenções constitucionais de Napoleão.⁴⁰

Os departamentos próximos da capital não são poupados: em Seine-et-Marne, os homens que espalham “maus boatos” são tão numerosos “que aqueles que colaboram com o governo encontram dificuldade para não se ver desvirtuados”.⁴¹ Em Domont, em Seine-et-Oise, realistas se manifestam ostentando a bandeira branca e clamando “Viva Luís XVIII!”.⁴² Em todo o departamento, os “sediciosos” divulgam falsas portarias do conde de Lille⁴³ e proclamações liberando os soldados e proibindo o pagamento das taxas. Versalhes e Saint-Germain, particularmente, revelam-se antros de partidários dos Bourbon.

Seminaristas que pregam o assassinato

Os administradores da Direção Geral de Cultos fazem a amarga constatação de que em toda parte o clero apoia os realistas. Redigindo seu relatório, os funcionários se esforçam por encontrar departamentos onde os padres “pensem bem”. Como não conseguem, limitam-se a assinalar as regiões nas quais os eclesiásticos, sem chegar a se pronunciar francamente pela ordem atual, evidenciam um comportamento que não requer “qualquer medida repressiva”. Quase todos os padres têm uma mentalidade nada tranquilizadora e demonstram más inclinações. Recusam-se a recitar as orações públicas pela proteção do imperador. Os seminaristas muitas vezes são “fanáticos” que se engajam como voluntários reais ou “pregam o assassinato e a guerra civil”.⁴⁴

É o que acontece no Marne, em Sainte-Menehould, onde padres apoiados pelos realistas dizem

abertamente que melhor seria marchar contra o infame tirano do que “se reunir contra os aliados que vêm nos libertar”.⁴⁵ O clero regular imita o clero secular. Em Cantal, por exemplo, as autoridades avisam que certos padres, “os agentes mais ativos e mais perigosos do fanatismo político e religioso”, são “seguidos cegamente pelas religiosas beneditinas e lazaristas”.⁴⁶

Tudo parece pronto para uma sublevação geral que, antecedendo a chegada dos aliados, garanta ao rei seu trono e à França sua integridade. A revolta se prepara no oeste e no sul, e até em Paris há cidadãos que desejam abertamente a morte do imperador. Alguns se declaram dispostos a eliminá-lo.

Matadores às dezenas

Em 21 de junho, já lá se vão quinze dias desde que os agentes de Desmarest e os inspetores de Réal entraram em alerta. Eles identificaram vários projetos de assassinato do imperador.

Desde que Napoleão tomou o poder, os realistas mostraram que sabem se adaptar à proibição de tiranicídio estabelecida pela Igreja. Em 1800, explodiram uma bomba à passagem de Bonaparte, e em 1804, um de seus chefes, Cadoudal, tentou “sequestrá-lo”, eufemismo para assassiná-lo.

O homicídio do imperador foi e continua a ser uma condição prévia de todos os preparativos de sublevação e projetos de tomada do poder. Desmarest sabe disso muito bem. Portanto, é com extrema atenção que lê os relatórios dos seus agentes, fazendo a triagem entre os indivíduos que realmente causam preocupação e aqueles cujas declarações devem-se antes ao excesso de bebidas alcoólicas.

Em qual categoria incluir a vendedora de roupas e lençóis Picard, na rua do faubourg Saint-Martin? Seria uma dessas mulheres do povo que se exaltam ao falar? Casada com um soldado, ela prometeu vestir-se de militar e, munida de duas pistolas, se aproximar de Napoleão para matá-lo. A comerciante jura que está disposta a sacrificar a própria vida “para livrar o mundo de um bebedor de sangue, de um Robespierre”. Acrescenta que vai trucidar o marido se ele não compartilhar suas convicções. “Aparentemente”, indica o delator da polícia, “ela espera que o marido receba um pagamento, a lhe ser feito pelo recruta por ele substituído para tentar executar esse plano.” Muito conhecida na vizinhança de sua residência, assim como em La Villette, a mexeriqueira é considerada capaz dos maiores excessos.⁴⁷

Por outro lado, que valor podem ter as informações fornecidas por um delator afirmando que realistas de Lyon conseguiram convencer soldados do 10º Regimento de Infantaria de Linha, chegados do sul, a atirar no imperador assim que tiverem oportunidade?⁴⁸ Desmarest desconfia, pois “a temporada das cartas anônimas” está aberta há muito tempo e a delação se transformou no passatempo favorito dos franceses. Vários depoimentos indicam, contudo, que os regimentos provenientes do sul ou do leste da França são autênticos viveiros de assassinos.

Um mês antes, um relatório da polícia indicava que certos indivíduos tinham se introduzido nos regimentos que acompanhavam Napoleão de Grenoble a Paris, “na esperança de envolver alguns militares na execução de um atentado à vida do imperador”. Desde então, um deles, Arnaud, conhecido como Latour, vem sendo discretamente vigiado.⁴⁹

Depois das espadas, a vassoura: o senhor François Burget é padre em Loches, um “fanático radical” que declarou do púlpito sua aversão ao imperador e deixou sua paróquia para se dirigir a Paris. Desde o dia 19 de maio é procurado em vão na capital pela polícia,⁵⁰ considerado personagem perigoso.

Joseph Pech, nobre tesoureiro dos comboios militares do rei Joseph na Espanha, frequenta inimigos do regime, faz declarações depreciativas sobre o imperador e é tido como mal-intencionado. Tendo partido de Bordéus a 7 de abril, ele se esconde em Paris desde 20 de maio, e todos os inspetores trazem no bolso suas coordenadas: “Cerca de 45 anos, altura de aproximadamente 1,60 metro, pele morena amarelada e biliosa, nariz longo mas achatado, corpulência comum, olhar incerto, inquieto e sombrio.”⁵¹

A 8 de junho, o prefeito de Tarn-et-Garonne informa que certo Jaffard, membro de um dos bandos que assolaram o sul em 1799, voltou à ativa. Agente militante dos realistas, ele se comprometeu a atentar contra a própria pessoa de Napoleão.⁵²

Não faltam candidatos para mandar o soberano desta para melhor: Lefèvre, diretor dos Correios, é considerado “um homem capaz de imitar os Damien e Ravailac”. Quanto ao financista Dumond, não hesitou em oferecer um preço pela cabeça do imperador.⁵³

Finalmente, a polícia está preocupada com a conivência entre realistas e agentes secretos prussianos. Dois dias antes de Waterloo, a 16 de junho, foi lançada uma ordem de procura de certo Blankenstein, intrigante, sorrateiro e hábil, e seu compatriota Hamburger. Eles dispõem de um fuzil com o qual certamente se propõem a repetir a tentativa fracassada de 1811.⁵⁴

Todas essas denúncias dizem respeito a indivíduos sem ligação direta com personalidades realistas importantes. Mas a coisa é diferente com a carta advertindo a polícia de que 1.500 jovens se preparam para atentar contra a vida de Napoleão e participar de um golpe de Estado. Os conjurados moram na capital e em Versalhes. Afirma-se que mandaram fazer uniformes e que seus chefes seriam o sr. de Mahoney, o sr. de Beaumont, sobrinho do arcebispo, o sr. de Roquelaure, o sr. de Nicolas e o sr. de Montmorency. A polícia não sabe, mas este último ocupa posição importante na Ordem dos Cavaleiros da Fé.⁵⁵

Todos esses homens estão envolvidos na grande conspiração tramada pelos realistas e dirigida por uma assim chamada “Comissão Extraordinária de Governo”. A polícia só começou a rastreá-la a 15 de maio, e vem a tomar ciência de todo o seu alcance apenas em 21 de junho, no exato dia em que Napoleão volta de Waterloo!

Preparativos realistas para um golpe de Estado

Em 15 de maio, a polícia é alertada pelos “discursos repreensíveis” de Barbier, primeiro-vigário da igreja de Saint-Germain-des-Prés e pregador reputado. Os policiais observaram suas atividades e decidiram dar uma batida no presbitério. Descobriram um itinerário de Paris a Gand, local do exílio de Luís XVIII. Nele estão assinalados castelos e casas que serviriam de parada. O plano foi preparado por Harel, um dos vigários da igreja de Saint-Germain-des-Prés. O sacerdote também confeccionou documentos e carimbos que liberam a passagem pelos postos de controle da gendarmaria. O senhor Gaultier de Claubry, médico, estava incumbido de distribuí-los aos agentes do rei.

No documento apreendido, os policiais encontram os nomes do marquês de Ravenel, de Bayard, *maire* de Plainville, e do sr. e sra. de Rouvroy, proprietários do castelo que leva seu nome. Nesta propriedade, os policiais descobrem jornais, panfletos e uma agenda de endereços da qual consta o nome do sr. de la Villette, que reside em Bourg-l’Évêque e é o tesoureiro da rede realista.⁵⁶

Esse itinerário, denominado “Correspondência” pelos realistas, permitiu que os espiões de Luís XVIII circulassem com facilidade e levassem ao rei as informações colhidas por seus seguidores infiltrados nos ministérios. Desde o início da campanha militar, assim, Luís XVIII e os aliados tomaram conhecimento dos efetivos do Exército francês.⁵⁷ Valendo-se da Correspondência, o rei pôde dar suas ordens e receber os pareceres dos comitês realistas de Paris.

Os monarquistas constitucionais se reagrupam num desses comitês sob a direção de Pierre-Paul Royer-Collard, ex-professor de filosofia na Sorbonne, e François-Pierre Guizot, ex-secretário-geral do Ministério do Interior na época da Restauração. Eles se encarregam de medir a temperatura da opinião pública para o soberano. Morin, amigo do conde de Sémalé, à frente da polícia do rei, dirige outro comitê, que trata de neutralizar a propaganda bonapartista e prepara a opinião pública para uma eventual

sublevação.

A Comissão Extraordinária de Governo está no centro de toda a organização realista na capital. Tem entre seus membros homens como Barthélemy de Sémonville ou Du Bouchage, sendo dirigida desde 1º de junho pelo marechal MacDonald, duque de Tarente. O marechal, que aderiu recentemente à causa de Luís XVIII, tem como missão derrubar o governo e instalar nele outro, que exerça provisoriamente a autoridade do rei, contando para isso com a ajuda de mil homens. O marechal deverá dissolver as Câmaras, restabelecer a Carta outorgada em 1814 e levar os sediciosos a julgamento de uma comissão militar. Que se haverá de fazer com Napoleão? Nada é dito a esse respeito.

O plano não é muito original. Consiste numa cópia dos projetos elaborados pelos realistas durante o Consulado e o Império, e que inspiraram o golpe de força abortado do general republicano Malet, em 1812.

Hyde de Neuville é nomeado agente de ligação entre a comissão e o rei. Ele é perfeitamente conhecido dos organismos de polícia. Combateu nas fileiras da contrarrevolução desde 1789 e ficou famoso por seus atos espetaculares contra o regime imperial. Em 1800, cobriu com um pano preto a porta da igreja da Madeleine para recordar a morte de Luís XVI.⁵⁸

Um pequeno exército pronto para atacar Paris

A investigação é dupla, pois os agentes de Réal, o chefe de polícia de Paris, de fato conseguem superar o trabalho dos homens de Desmarest na vigilância e no fichamento dos conspiradores. Há cerca de dois meses, explica Réal, seus delatores avisaram que os realistas tinham “projetos e um objetivo mais certo”. Ele decidiu, assim, “introduzir entre os supostos líderes dos sediciosos” um homem de toda confiança,⁵⁹ “capaz de bem identificar e seguir os meandros de uma conspiração, caso eles existam”. O espião infiltrado confirmara que havia uma conjura.

Para que a polícia não os perceba, os suspeitos marcam encontro em diferentes horas e nos lugares mais diversos da capital: ao meio-dia, na passagem de l’Orme; das 13h às 14h, no terraço da Imperatriz; e às 15h, na passagem do Panorama ou na extremidade do terraço dos Feuillants, no Jardim das Tulherias. Os indivíduos assim reunidos tomam o cuidado de nunca passar de três a cada encontro. Chegam em busca de informações ou para trazê-las. Avisados dessa movimentação por seus agentes, os policiais observam os conjurados e passam a segui-los.

Descobrem assim um depósito de armas e uma gráfica de onde saem as conclamações e os “textos incendiários”. Os inspetores também se apoderam da correspondência entre os realistas da capital e os da província, por um lado, e, por outro, das cartas de e para Luís XVIII. Os homens de Réal reconstituem assim as redes dos amigos do rei. Sabem, por exemplo, que em Bordéus os agentes do rei são os irmãos Gombeau de Rozac. Um deles é o antigo guarda-costas do conde de Artois, o outro, um nobre servindo ao diretor dos pajens do rei.

O delator informa que, para levar a cabo o golpe de Estado, o “comitê” dispõe de um pequeno contingente armado. Ele se compõe de guardas nacionais pertencentes à 10ª Legião e jovens que trabalham nos escritórios dos ministérios, especialmente o das Finanças e o da Guerra. Eles serão reforçados pelos 1.500 cavaleiros procedentes da Normandia, segundo correspondência enviada a Desmarest em 31 de maio. Outros insurretos deverão tomar Versalhes e Saint-Germain.

Os policiais começam a fazer uma lista dos principais chefes da conjuração. Embora pareçam ignorar o papel representado pelo marechal MacDonald, eles identificam um dos membros da Comissão Extraordinária de Governo: o filho do marquês de Bouillé, escolhido por Luís XVI em 1791 para organizar a fuga da família real. Ele tem como subordinado mais direto um homem “ativo e violento”:

Charette de Fresnière, parente de Charette de la Contrie, o ilustre chefe da Vendeia fuzilado em 1796. O marquês de Caligny, ajudante de campo do marechal Sérurier, governador dos Inválidos, é especificamente incumbido de recrutar veteranos. Outro oficial realista, Rodriguès de Coursol, residente nos Inválidos, lhe dá apoio. Certo Lassu visita com frequência a Vendeia para estabelecer a coordenação entre o movimento parisiense e esse local. Lavallière, oficial da Guarda Nacional e antigo “vendeano”, também é qualificado como agente “muito ativo”. Antigos oficiais do Exército Real e até do Exército Imperial recrutam em Paris e nos subúrbios homens destinados a engrossar as fileiras do pequeno exército.

Réal não adverte Napoleão sobre os preparativos desse golpe de Estado, programado para ocorrer por volta de 23 de junho. Por que não terá transmitido as informações de que dispunha? Acaso esperaria passar primeiro um pente-fino que, permitindo-lhe capturar todos os conjurados, irá representar também a glória de ter se saído melhor que Fouché e Desmarest? Ou teria sido apanhado de surpresa pelos acontecimentos, que se precipitam entre 20 e 24? Ele só entrega seu relatório ao governo no dia 24 de junho.⁶⁰

Assim, enquanto Napoleão e seus ministros se preparam para enfrentar a oposição da Câmara dos Representantes, os realistas afiam seus punhais para eliminar o imperador e tomar o poder. A ditadura de salvação pública e o recrutamento em massa seriam boas respostas para o perigo externo que agrava a ameaça realista, mas a desmoralização do Exército, a inércia, o quase derrotismo dos franceses e a desorganização administrativa tornam difícil sua operacionalização – e mais que aleatório seu resultado.

TARDE DE 21 DE JUNHO

Repetir o 19 de brumário, o 14 de julho ou o 10 de agosto?

8. La Fayette e a bandeira de 1789

DO PALÁCIO DO ELISEU AO PALÁCIO BOURBON, POR VOLTA DO MEIO-DIA

Passeio com a rainha Hortense

Aos 32 anos, Hortense de Beauharnais, filha da imperatriz Josefina, tem um encanto que sensibiliza Napoleão. As fofocas da corte chegaram inclusive a espalhar que a rainha era amante dele. Em 1810, quando o marido de Hortense, Luís Bonaparte – irmão de Napoleão e rei da Holanda –, perdeu o trono, por decisão do imperador, ela manteve o título e sua casa. O encanto da rainha também envolveu o czar, que em 1814 a recomendou à benevolente atenção de Luís XVIII. Quando voltou da ilha de Elba, Napoleão censurou vivamente a cunhada por ter aceitado do rei o título de duquesa de Saint-Leu. Afinal perdoada, a rainha Hortense movimenta a corte na ausência de Maria Luísa.

À espera de que Napoleão a receba, Hortense solicita uma entrevista com a sra. Bertrand. Esta a recebe acompanhada da mãe, a sra. de Dillon, e do marido, o general Bertrand, marechal do palácio do Eliseu. O general, ainda extenuado por sua viagem com o imperador, evidencia uma calma que não é compartilhada por sua mulher. Esta se exalta ao falar do apoio que o monarca sem dúvida alguma encontrará “no povo tão fanático em seu entusiasmo por ele”.¹

– A causa do imperador está perdida – responde-lhe friamente a rainha. – Ela dependia da vitória numa batalha. Mas ele está enganado, se se julga capaz de recuperar o entusiasmo que o conduziu até Paris. Os franceses são tão inconstantes! Bem-sucedido, ele teria todo mundo a seu lado; malsucedido, não terá mais ninguém!

– Mas como pode pensar assim? – retruca o general. – Acaso a França seria capaz de abandonar o imperador? É impossível! Ela já deixou bem claro que o quer, que ele lhe é necessário! Nós fomos derrotados, é verdade, mas o Exército possui muita dedicação e coragem, o povo demonstra que é movido pelo mesmo sentimento. Quem haveria de pensar em distinguir seus próprios interesses dos interesses do imperador?

A rainha responde:

– Aqueles que julgam que só do imperador se busca vingança, achando que, apartando-o, será possível obter melhores condições dos aliados, não se dão conta de que o maior objeto de ódio é o poderio da França, e não a glória de seu líder. Em vez de unir forças ao redor dele, em vez de imitar os povos antigos, cuja coragem se revelava ainda maior depois de uma derrota, haverão de debater ideias, princípios, e tudo estará perdido.

– Ah, senhora, não lhes dê ouvidos – intervém o marechal. – O povo e o Exército acaso teriam deixado de ser a parte sadia e forte da nação? Eu confio mais nos sentimentos e na energia dos meus compatriotas, porém, se estiver enganado, se a França se perder, abandonando o imperador, eu terei de me afastar com ele, compartilharei seu destino, qualquer que seja.

– Aprecio tão nobres sentimentos – diz-lhe a rainha. – Mas receio que sejam partilhados por muito poucos.

Como Napoleão ainda estivesse ocupado demais para recebê-la, a rainha despede-se dos Bertrand e deixa o palácio. O tempo está tão belo, e ela se sente tão oprimida que, em vez de subir na carruagem,

decide tomar ar fresco, voltando a pé pelos jardins dos Champs-Élysées. A rainha caminha entre a sra. de Dillon e a srta. Cochelet, sua leitora, sem prestar atenção à paisagem. Parece meditar sobre o destino da França e o seu próprio futuro.

As três mulheres se encaminham para a praça da Concórdia quando, de repente, virando a rua de Marigny, a srta. Cochelet nota uma dama de grande elegância parada perto da sentinela, junto à grade do jardim. Ela se dirige a ele com veemência, fazendo gestos largos. A leitora da rainha chama a atenção de sua senhora para a cena que transcorre a poucos passos. No momento em que as três mulheres se aproximam, ouvem a dama dizer ao soldado:

– O senhor está sendo enganado, ele está perdido, não tem mais a menor chance, abandonou o Exército, não há mais esperança para ele. Os aliados estão avançando e a única salvação são os Bourbon.

– Deixe-me tranquilo com os seus Bourbon. De minha parte, não vou abandoná-lo! – responde o soldado.

– Ah, meu Deus! – exclama a rainha, afastando-se. – Será possível que se chegue a ponto de querer subornar os guardas que cuidam do imperador? Ah, bem o sinto, é ainda muito pior enfrentar o ódio de certos franceses que temer a ira de toda a Europa unida.

Chegando à praça da Concórdia, a rainha entra na carruagem e volta a seus aposentos nas Tulherias. É esperada por algumas pessoas. Chegam notícias da Câmara dos Representantes. E são ruins. Todos contraem o semblante, à exceção do general La Bédoyère, cujos traços conservam um enérgico orgulho.

“Acaso prefere que o imperador tome a frente de uma ditadura?”

A poucos passos das Tulherias, Antoine-Claire Thibaudeau caminha em direção à Câmara dos Pares. De repente muda de rumo e se dirige ao Ministério da Polícia, a fim de consultar seu amigo Fouché e saber de suas intenções.

Aos cinquenta anos, Thibaudeau é um dos sobreviventes da Convenção. “Jacobino empoado”, como o chama o imperador, aliou-se a Napoleão na época do Consulado. O primeiro-cônsul nomeou-o prefeito e depois conselheiro de Estado. O imperador congratulou-se pelas suas qualidades de administrador. Ao voltar da ilha de Elba, Napoleão nomeou-o para a Câmara dos Pares.

Thibaudeau tem bons motivos para acreditar que Fouché, seu antigo correligionário na Convenção, prepara-se para agir contra o imperador. O ministro o recebe em seu gabinete, onde está conversando com La Fayette. Fouché convenceu firmemente o melindroso personagem de que, ao voltar a Paris, a maior preocupação de Napoleão seria livrar-se da Câmara dos Representantes. É necessário portanto agir com rapidez para que os deputados preservem “uma influência salutar sobre o destino da pátria”.²

Thibaudeau examina La Fayette e constata mais uma vez a dificuldade de reconhecer o esbelto e elegante marquês de outros tempos no homem corpulento que tem à sua frente, vestido como rico financista e apoiando-se numa discreta bengala.

Thibaudeau e La Fayette trocam alguns cumprimentos, e então Fouché, dirigindo-se ao marquês, diz:

– Muito bem, general, estamos entendidos. Não podemos perder um só momento.

– Sim, sim – responde La Fayette –, fique tranquilo. Vou imediatamente à Câmara.

Tendo saído o general, Thibaudeau interroga o ministro:

– Quer dizer então que já tomou seu partido?

– É necessário. Está tudo perdido. Se nada fizéssemos, eles fariam com que fôssemos divididos e dizimados como carneiros.

– Mas como?

– Sim, nunca houve debandada igual. Não temos mais exércitos. Dentro de seis ou oito dias o inimigo

pode estar em Paris.

– O exército não foi totalmente dizimado. Ainda é possível juntar seus destroços, ainda restam recursos.

– Não. É o que reconhecem no próprio Eliseu. Você não faz ideia do desânimo que demonstram; temos de acreditar neles.

– O imperador também?

– Ele está muito abatido, irreconhecível. Espera... e não tem mais esperanças. Quer... e não quer mais... É uma cabeça sem rumo.

– E você pretende interdita-lo?

– Não desejo que todos venhamos a perecer com ele. Ora ele quer falar às Câmaras, ora quer dissolvê-las. Que poderão dar-lhe as Câmaras? Se tentar dissolvê-las, será a guerra civil. A manhã inteira fui procurado por representantes. Já tomaram sua decisão, querem acabar com isso.

– Você sabe minha opinião a respeito do imperador – responde Thibaudeau. – Sabe que não sou nenhum fanático. A triste situação a que nos reduziu, seja ou não culpa dele, não me deixa propriamente entusiasmado. Mas será que teremos avançado alguma coisa se acabarmos com ele? Quem poderá servir de elemento catalisador?

– As Câmaras, a França.

– Triste perspectiva! Você bem sabe.

– Haveremos de nos apresentar diante do inimigo. Ele não poderá mais atirar-nos Bonaparte no rosto. Será um grande obstáculo a menos. Negociaremos em nome do país, defenderemos nossos direitos.

– Voltaremos a cair no círculo vicioso em que a coalizão já nos encerrou em 1814.

– Acaso prefere que o imperador tome a frente de uma ditadura, expondo-nos a uma guerra de extermínio, enterrando-nos com ele? – pergunta o ministro. – Por sinal, isso seria impossível. Ninguém quer mais saber disso. Os militares que se tinham alinhado a ele por treinamento ou necessidade estão fartos. A Câmara dos Representantes vai se declarar. É preciso que o imperador abdique, ou então as Câmaras irão depô-lo.

– E tudo isso para acabar com uma miserável paródia de 1814!

– Com certeza é uma grande desgraça. E de quem é a culpa? Nós já prevíamos, não queríamos Bonaparte. Eu sempre lhe disse que por causa dele teríamos de aguentar a Europa inteira. Que diferença se entre nós e ela houvesse apenas os Bourbon!

– Houve em tudo isso uma convergência de fatalidades inevitáveis. Os Bourbon, afinal de contas, vão voltar. Que bela figura iremos fazer – observa Thibaudeau.

– É o que veremos; vamos disputar o terreno palmo a palmo. Vamos apresentar nossas condições. Eu tenho certas informações... Não perdi as esperanças.

– Pois a informação que eu tenho é que, se não inspirarmos mais medo ao inimigo, ele é que vai ditar as leis e nos impor os Bourbon sem qualquer condição.

– Temos de agir com rapidez – conclui Fouché.³

Depois de se despedir do ministro, Thibaudeau decide buscar informações na Câmara dos Representantes. A sessão ainda não teve início, e ele aproveita para conversar com vários deputados. Ouvindo-os, convence-se de que a causa do imperador está perdida. Fouché preparou para o soberano uma armadilha que logo irá apanhá-lo.

A poucos passos de Thibaudeau, um jovem se agita. Abel-François Villemain deixou de lado seus livros de poesia latina e veio ao palácio Bourbon ouvir os deputados.

Na Câmara, seguindo os passos de um jovem professor

Professor de literatura francesa e versificação latina na Escola Normal, Abel-François Villemain tem apenas 25 anos, mas seu talento já é reconhecido. Seu *Elogio de Montaigne* granjeou-lhe o prêmio de eloquência da Academia Francesa. Igualmente apaixonado pela política e pela literatura, Abel há alguns dias assiste a todos os debates do palácio Bourbon. Hoje está acompanhando um de seus parentes, eleito deputado pelos patriotas de Lorient. Os dois esperam viver um dia memorável.⁴

Enquanto esperam o início da sessão, vagam pelos corredores, onde guardas, jornalistas e curiosos se misturam aos grupos de deputados. A desgraça nem sempre é compassiva: Villemain só ouve ao seu redor declarações hostis ao “homem que é a maior vítima, mas também a maior causa do desastre”.

Abel se espanta: “Tudo que poderíamos imaginar escondido por trás das paredes do Eliseu, as primeiras falas de desespero que escapam da boca dos ajudantes de campo, até certas coisas dos debates do Conselho, uma ameaça de indignação ou alguma confissão de desânimo que mal saiu da boca do imperador”,⁵ tudo é imediatamente reproduzido na Câmara, e de lá se espalha como num raio por toda a capital. Parece que todos os incidentes dessa agonia política, mesmo os mais secretos, são antecipadamente adivinhados ou vazados à medida que ocorrem.

A chegada de La Fayette interrompe as reflexões do jovem. Com a pressa permitida por uma leve claudicação, o general dirige-se ao gabinete do presidente da Câmara, e topa com Lanjuinais corrigindo os erros de ortografia das atas da sessão anterior.⁶

“Deixe de lado essas erratas”, diz o general, “temos outras coisas para discutir. Trate de abrir imediatamente a sessão e me conceda a palavra.”

Embora ainda seja apenas 12h15, Lanjuinais atende ao duplo pedido de La Fayette: sem mais demora acompanha o general, representante de Seine-et-Marne, até a sala de sessões.

Durante a leitura das atas, Villemain constata que a sala é tomada por um burburinho, um sobressalto como nunca viu. Seu parente o deixou numa banqueta, e, “num constante vaivém de entradas e saídas”, ele ouve palavras e expressões como Eliseu, golpe de Estado, ditadura e também, como em 1814, abdicação. Uma iniciativa como aquela, pensa Villemain, decerto é para os deputados o desenlace natural de situações desesperadas.

Abel vê num dos lados do semicírculo um grupo de deputados que fala, gesticula e parece preocupado com ouvidos indiscretos. Ali se encontram, segundo lhe dizem, o sr. Flaugergues, deputado por Aveyron, que votou em 1814 pela deposição do imperador, e o general Sébastiani, o protótipo do vira-casaca: bonapartista em 1813, realista em 1814, ele acaba de aderir a Napoleão, mas já se prepara para abandoná-lo de novo. Estão acompanhados de dois protegidos de Fouché: Antoine Jay, deputado e homem de letras, e o advogado Jacques Antoine Manuel. Este encanta os deputados com seu talento de orador. E, em caso de necessidade, saberá valer-se dele para manipulá-los.

Calmo e digno, sentado entre eles, La Fayette dirige-lhes a palavra com um papel na mão. De repente, levanta-se. O presidente da Assembleia acaba de chamá-lo à tribuna. Imediatamente se faz silêncio.

O pontífice da Revolução e a Assembleia soberana

Vendo o general, os deputados se julgam diante da “Revolução personificada, que sai do túmulo e se apresenta pálida e enrugada na tribuna”.⁷

Há cerca de 27 anos, quase exatamente,⁸ Luís XVI apresentava seu plano de reformas aos deputados da primeira Assembleia Nacional, em Versalhes. No fim da sessão, o rei deu ordem de dispersar através de seu mestre decerimônias, e Mirabeau respondeu, orgulhoso, que a nação reunida não podia receber

ordens. Por sua voz, a França, enfrentando o monarca, declarava-se detentora da soberania. A revolução jurídica iniciada no começo de maio de 1789 chegava a seu termo. A 14 de julho, a revolução popular dava-lhe continuidade, e três dias depois La Fayette, nomeado comandante em chefe da Guarda Nacional, recebia o rei em Paris.

Tal como ontem, hoje também é para uma revolução jurídica que La Fayette, deputado por Seine-et-Marne, convida os representantes do povo. As conversas que acaba de ter com Fouché e Regnault de Saint-Jean-d'Angély confirmaram seus temores: Napoleão está decidido a dissolver as Câmaras, se necessário pela força.⁹ Cumpre impedi-lo, por motivos ao mesmo tempo diplomáticos, militares e constitucionais.¹⁰

Será impossível, pensa La Fayette, entrar em entendimento com os aliados enquanto Napoleão, por eles declarado fora da lei, mantiver o poder. Para negociar da melhor maneira possível, é preciso estar em posição de força. Napoleão, falando de recrutamento em massa, na verdade teme armar o povo, pois estaria assim abrindo mão de dominá-lo. Um governo provisório nomeado pela Câmara não teria esse temor. Congregando todas as forças da nação, ele será capaz de “manter com os aliados a dignidade da pátria e defender obstinadamente, diante deles, os direitos da nação”. A França, voltando a ser senhora do próprio destino, poderá então dotar-se livremente de novas instituições.¹¹

Os deputados liberais também desconfiam que Napoleão pretende vestir a couraça do ditador militar. Sua apreensão alimenta o plano de Fouché. O ministro se esforça há algumas horas para aumentar esse temor. Confirmou-lhes as intenções liberticidas do soberano, perguntando: “Acaso aceitarão a volta da tirania?”

Fouché voltou-se então para os bonapartistas, levando-os a temer a extrema fermentação entre os deputados da oposição. Disse-lhes que a única maneira de salvar Napoleão era reagir com violência, mostrar força e ameaçar usá-la para dissolver a Câmara. Assim, jogando fogo à pólvora, o ministro da Polícia preparou a maioria dos representantes para aderir ao discurso de La Fayette a fim de escapar à ameaça dos bonapartistas.¹²

O ministro pode contar com o apoio de Barras: este convencional, o mais notável artesão da queda de Robespierre em 9 de termidor, chegou ao topo das instituições de Estado durante o Diretório. No 18 de brumário foi afastado por Bonaparte. Entendendo-se com Fouché, entrou em contato com os deputados que conhece de longa data, recomendando-lhes que incitassem seus colegas a declarar a Câmara “em sessão permanente”. Essa declaração seria ilegal, mas permitiria aos deputados manter-se em sessão enquanto continuasse pesando sobre eles a ameaça de uma ditadura.

O general dirige-se, portanto, a representantes eleitos que, como na noite de 19 de brumário, espiam pela janela o brilho das baionetas:

“Senhores, no momento em que, pela primeira vez em muitos anos, levanto uma voz que os velhos amigos da liberdade haverão de ainda reconhecer, sinto-me chamado a lhes falar dos perigos para a pátria, que só os senhores terão agora o poder de salvar.

“Boatos sinistros vinham sendo difundidos; infelizmente se confirmaram. Chegou o momento de nos unirmos em torno do velho estandarte tricolor, o de 1789, o da liberdade, da igualdade e da ordem pública; é o único que devemos defender contra as pretensões estrangeiras e as tentativas internas. Permitam a um veterano dessa causa sagrada, senhores, que sempre se mostrou estranho ao espírito faccioso, propor-lhes algumas resoluções prévias, cuja necessidade, espero, saberão apreciar.

“Artigo 1º. A Câmara dos Representantes declara que a independência da nação está ameaçada.

“Artigo 2º. A Câmara se declara em sessão permanente. Qualquer tentativa de dissolvê-la é crime de alta traição; qualquer responsável por semelhante tentativa será considerado traidor da pátria e imediatamente julgado como tal.

“Artigo 3º. O Exército regular e a Guarda Nacional, que combateram e combaterão ainda pela defesa

da liberdade, da independência e do território da França, mostraram-se à altura da pátria.

“Artigo 4º. O ministro do Interior é convidado a reunir o estado-maior geral, os comandantes e maiores da legião da Guarda Nacional parisiense, para comunicar os meios de entregar-lhes armas e mobilizar no mais alto nível essa guarda cidadã, cujo patriotismo e empenho mais que comprovados há 26 anos representam uma absoluta garantia da liberdade, das propriedades, da tranquilidade da capital e da inviolabilidade dos representantes da nação.

“Artigo 5º. Os ministros da Guerra, das Relações Exteriores, da Polícia e do Interior são convidados a comparecer imediatamente à Assembleia.”¹³

O discurso é hábil. Voluntariamente breve, ele antes incita o ataque que a defesa, propondo armas para levar a cabo a ação. Já nas primeiras palavras, La Fayette assume o tom de pontífice da Revolução. Transporta os deputados para 1789, que continua a ser o momento sagrado de todos os patriotas. Napoleão, cujo nome La Fayette ostensivamente deixa de pronunciar, afirma ter trazido à França a liberdade dentro da ordem; o general lembra, assim, que a bandeira tricolor, que ainda não ostentava a águia do ditador, desde o início garantia liberdade na segurança.

O general convida a Câmara a seguir o exemplo da Assembleia Nacional Constituinte, sua antecessora, apropriando-se da soberania que lhe é delegada pelo povo. Mantendo-se em sessão permanente e convocando como lhe aprouver os ministros, para dar-lhes ordens, a Câmara constitui-se simplesmente em estado de revolução.¹⁴ O imperador não só perde uma parte de suas prerrogativas de soberano, como ainda, caso se recuse a cumprir a vontade dos representantes, será declarado traidor e posto fora da lei.¹⁵

Os deputados, entusiasmados, aplaudem. Henri Verdier de Lacoste, que representava a Gironda na Convenção, pede a palavra:

“As circunstâncias são graves”, diz ele, “boatos sinistros e a volta do chefe de Estado à capital exigem que conheçamos plenamente a verdade. Exijo que os ministros sejam ouvidos em comitê secreto. Em tal momento de crise, é preciso esclarecer o povo francês; e para isso é indispensável que os ministros nos permitam conhecer a verdade.”

A proposta reforça o Artigo 5º das resoluções apresentadas por La Fayette. Sem mais demora, Lanjuinais propõe que a Câmara se pronuncie sobre os três primeiros artigos, que são adotados sem modificações por unanimidade, à parte algumas abstenções.

Um deputado exige que no Artigo 4º a expressão “é convidado a reunir” seja substituída por “reunirá”. Merlin de Douai, presente na qualidade de ministro de Estado, aproveita para tomar a palavra:

– O debate sobre palavras vai esfriar o debate: deve ficar claro que o ministro do Interior *reunirá*. Além disso, proponho o adiamento do Artigo 4º, pois a Câmara não tem conhecimento da natureza dos comunicados que lhe serão feitos.

A proposta é aprovada. Os bonapartistas respiram aliviados, pois o ministro lança o primeiro jato de água fria no incêndio que acabava de ser ateadado. O adiamento do Artigo 4º joga para adiante a mobilização da Guarda Nacional e, provisoriamente, priva a Assembleia de uma força armada que seria a única capaz de se opor ao projeto de Napoleão: voltar a estabelecer a ditadura da força, com a ajuda dos poucos milhares de soldados de que dispõe na capital, para em seguida impor-se à Assembleia como único recurso.

A Guarda Nacional – nem bonapartista nem revolucionária

A Guarda Nacional parisiense é uma milícia formada por proprietários e comerciantes. A exemplo da burguesia da qual provém, não é realmente bonapartista nem revolucionária, nem mesmo completamente

liberal. A Guarda Nacional aceita tanto Napoleão quanto Luís XVIII, desde que a monarquia seja moderada.

Quando Napoleão voltou da ilha de Elba, ela sofreu apenas um expurgo limitado. Nela permanecem realistas como Aclocque, que saudou Luís XVIII quando o soberano partiu para o exílio. Hoje ele afirma que “Veillons au salut de l’Empire” (Zelemos pela saúde do Império) é um hino incendiário, proibindo que seus músicos o toquem. Sem chegar a ser seguidores fiéis de Luís XVIII, outros integrantes não escondem sua hostilidade a Napoleão. Em 16 de abril, quando o imperador passara em revista os 48 batalhões de granadeiros e caçadores no Carrousel, cinco legiões, especialmente as dos bairros ricos da região oeste de Paris, preferiram manter silêncio, em vez de gritar “Viva o imperador!”.

A cada cerimônia, Napoleão dirige-se aos guardas chamando-os de “soldados da Guarda Nacional”, o que provoca comentários. Mas se Napoleão enxerga nela uma força militar de reserva, o fato é que a Guarda Nacional se recusa a ser arregimentada no Grande Exército.¹⁶

Comandante de direito da Guarda Nacional, Napoleão escolheu o conde de Mathieu Dumas para exercer seu comando efetivo. Desde a Guerra da Independência dos Estados Unidos, Dumas, de origem nobre, é amigo de La Fayette, que o fez seu ajudante de campo. Ambos fugiram da França em 1792. De volta desse período como *émigré* e eleito deputado do Conselho dos Quinhentos, Dumas empenhou-se por vias legais em levar Luís XVIII ao trono. Mas em vão. Se veio a se aliar a Napoleão, como tantos outros nobres, a verdade é que nunca perdeu a esperança de ver os Bourbon reinando novamente.

O Artigo 4º pode ter sido adiado, mas os representantes ainda assim julgam contar com a colaboração de Dumas e de grande parte dos homens que ele comanda. É o que o deputado Dupin lembra aos que por acaso têm alguma dúvida: “Aqui não há nada a temer”, proclama, “pois estão cercados da Guarda Nacional, que tem conhecimento da resolução tomada pela Câmara e a fará respeitar.”

“Dentro de alguns momentos a Câmara poderá ser dissolvida”

Os representantes continuam debatendo. A iniciativa tomada os exalta, o temor de um golpe de força os aproxima. Ao deputado Lacoste, segundo o qual “as circunstâncias são graves e circulam boatos sinistros”, faz eco à voz de um deputado cujo nome não ficou registrado nas atas das sessões: “Senhores”, diz ele, “dentro de alguns momentos a Câmara poderá ser dissolvida.”

Chegou a hora, prossegue ele, de “mostrar coragem” e “apoiar as propostas de La Fayette”. É preciso manter a união e “não desanimar enquanto não tivermos obtido as informações que nos parecem urgentes”. Os representantes querem muito mais que um simples comparecimento dos ministros. Projetam uma reforma das instituições, resgatando o tom quase religioso dos patriotas de 1789, que juravam na sala do Jeu de Paume não se separar sem dar uma nova Constituição à França.

Os representantes decidem comunicar suas decisões aos franceses por meio de cartazes. É uma medida hábil, proposta pelo deputado Dubois, talvez obedecendo ao ressentimento desse antigo delegado de polícia cuja reintegração ao Conselho de Estado foi rejeitada por Napoleão. Ao assegurar a mais ampla difusão possível das medidas tomadas pela Câmara, os representantes se previnem contra “relatórios mentirosos e pérfidos”. E sobretudo se apresentam como depositários da soberania nacional, prestando contas de suas decisões aos eleitores, seus mandatários, os únicos com direito de sancioná-las.

Por fim, a Câmara envia uma mensagem “aos dois ramos da autoridade representativa”, para informá-los das suas decisões. Por “dois ramos” entendam-se a Câmara dos Pares, por um lado, e por outro Napoleão, colocando-se o soberano em pé de igualdade com as duas Assembleias.¹⁷

Incitados secretamente por Fouché e às claras por La Fayette, os representantes tomaram a iniciativa de atacar. Numa revolução, isso é meio caminho andado para o sucesso.

9. Fascinado pelo abismo

PALÁCIO DO ELISEU, 13h

“Se for necessário, abdicarei”

No Eliseu, Napoleão continua indignado. Que os representantes ajam como bem quiserem, ele não os teme, e afirma: “O que quer que venham a fazer, serei sempre o ídolo do povo e do Exército. Basta dizer uma palavra, e serão todos aniquilados.”

E então o imperador começa a sonhar em voz alta. Acompanhado da antiga Guarda Imperial, ele atravessa a região de Champagne, detém-se em Soissons e Laon, espera que o inimigo passe à sua frente para atacá-lo pelo flanco...

Entrando na sala, Regnault o traz de volta à realidade, ao informá-lo do discurso de La Fayette e da votação na Câmara.

“Eu bem achava que devia ter despachado toda essa gente antes da minha partida”, diz ele com desprezo. “Agora, acabou, eles porão a França a perder!”¹

Ordenar um golpe de força justificado pelo desrespeito à Constituição por parte da Assembleia? Ele novamente é tomado pela dúvida. Interroga Davout com o olhar. O ministro da Guerra, que antes pregava a violência, acha que já passou o momento de entrar em ação.

“A resolução dos representantes é inconstitucional, mas é um fato consumado”, diz Davout. “Não devemos nos iludir quanto à possibilidade de repetir o 18 de brumário nas atuais circunstâncias. De minha parte, eu me recusaria a ser instrumento de tal iniciativa.”²

Ao voltar do exílio, Bonaparte tinha o perfil de um salvador, como há quinze anos. Desde Waterloo, perdeu esses traços. É isso que não lhe permite livrar-se facilmente dos deputados infiéis, tanto mais que invocam contra ele a soberania nacional.

Davout, entendendo-o muito bem, reage ao mesmo tempo como político e militar. Ele sabe que a correlação de forças não é mais favorável ao imperador. Se este tivesse adiado ou dissolvido a Câmara logo ao chegar à capital, teria a seu favor a legalidade e a força: as poucas tropas de que dispunha podiam ocupar os centros políticos nevrálgicos e calar toda a oposição. Surpreendidos, os representantes ficariam imobilizados. Mas Napoleão não foi capaz de exercer sua vontade, e agora os deputados já tinham se investido da legalidade para entrar em ação, de uma força para triunfar. Ministro da Guerra, Davout sabe perfeitamente que o governo não pode contar com as guardas nacionais. Quanto a apelar para o povo, para “a canalha”, nem pensa nisso.

Napoleão suspende a sessão, acrescentando: “Vejo que Regnault não me havia enganado. Se for necessário, abdicarei.”

Dando-se conta da imprudência, ele cai em si, recua e afirma que antes de tomar partido é preciso entender em que pode dar tudo isso.

Vários ministros aconselham que ele compareça à Câmara, sem pompa nem escolta, para falar dos riscos corridos pela pátria e convidar todos os franceses a se unir contra o inimigo comum. O imperador não aceita essa iniciativa, contrária à sua dignidade.

Passa então a ditar a Regnault as poucas linhas que lerá na Câmara dos Representantes; Carnot fará o

mesmo na Câmara dos Pares:³

“O imperador chegou às 11h. Convocou o Conselho de Ministros; anunciou que o exército francês, depois de uma notável vitória nas planícies de Fleurus, onde a elite do exército prussiano foi esmagada, travou uma grande batalha dois dias depois, a quatro léguas de Bruxelas: o exército inglês foi derrotado durante todo o dia e obrigado a ceder seu campo de batalha.

“Seis bandeiras inglesas haviam sido tomadas, e o dia estava decidido quando, à noite, elementos mal-intencionados espalharam o alarme e provocaram uma desordem que a presença de Sua Majestade não foi capaz de corrigir, porque já era noite. Seguiram-se desastres que não foi possível conter. O exército se mobilizou sob as muralhas de Avesnes e Philippeville. Sua Majestade foi para Laon, onde deu ordens a fim de que um recrutamento em massa dos guardas nacionais do departamento cortasse o caminho dos fugitivos. Veio em seguida a Paris, para conferenciar com os ministros a respeito dos meios para restabelecer o material do Exército.

“A intenção de Sua Majestade é entender-se igualmente com as Câmaras quanto às medidas legislativas exigidas pelas circunstâncias. Sua Majestade cuida no momento das propostas a serem levadas às Câmaras.”

Na boca do imperador, o desastre transforma-se em peripécia. Será que espera assim enganar os deputados? Ditando semelhante fábula a Regnault, o imperador não estaria optando pela cegueira? Durante todo o dia, ele parece fascinado pelo abismo que haverá de engoli-lo.

PALÁCIO BOURBON, 13h30

Garantir a divulgação das sessões

A convite do presidente, Regnault lê na Câmara o comunicado do imperador. Os deputados mal conseguem acreditar no que ouvem. Os militares que chegaram à capital acompanhando Napoleão descreveram-lhes uma catástrofe sem precedente. Napoleão agora a minimiza, botando-a na conta do medo disseminado por alguns mal-intencionados e do cair da noite. Certos deputados ainda se lembram do pânico que em 1792 desestabilizara as fileiras dos voluntários nacionais, levando-os até a matar um general. Mas aquilo era coisa de jovens soldados sem experiência de fogo. O exército arregimentado no monte Saint-Jean era formado majoritariamente por veteranos e acabava de obter brilhantes êxitos. Quem pode acreditar que soldados se comportaram como garotos apanhados em flagrante roubando maçãs?

Regnault sente a Câmara tão incrédula que solicita completar as informações transmitidas lendo o *Bulletin de la Grande Armée* que acaba de ser inserido no *Moniteur*. Os deputados se perguntam se não estariam zombando deles. O jornal já está à venda nos corredores, por que diabos precisariam que o lessem para eles? Por sinal, quem não sabe que o *Bulletin* manipula a verdade? “Mentiroso como um *Bulletin!*”, costumam dizer os próprios soldados.

Os representantes exigem mais uma vez a presença do ministro da Guerra e dos demais ministros. Enquanto isso, votam contra a leitura do *Bulletin* e dispensam Regnault, declarando que irão passar à ordem do dia.

Investidos de nova autoridade, os representantes sentem necessidade de organizar melhor suas sessões e, antes de mais nada, garantir sua correta divulgação para os franceses.

Com razão, os deputados não confiam muito na imprensa oficial em matéria de reprodução fiel dos seus debates. Assim, discutem, sem chegar a um acordo imediato, a possibilidade de contratar taquígrafos. Valendo-se de uma escrita simbólica, eles tinham em outros tempos registrado com rapidez e

fidelidade a fala dos convencionais.⁴

Os veteranos das assembleias políticas também conhecem a necessidade de organizar os debates. A situação revolucionária aumenta o entusiasmo dos deputados, que, disputando a palavra, podem gerar cacofonia.

Dumolard, antigo deputado da Assembleia Legislativa, propõe que se faça como na época: quem quer fazer uma pergunta não se dirige ao ministro, mas ao presidente. Consultada a Assembleia e considerada a pergunta adequada, o presidente a formula. O objetivo é impor ordem à sessão, mas também convém conferir-lhe algum sentido. Ao adotar algo que pode parecer um cerimonial inútil, a Câmara fará com que os ministros sintam que são recebidos como agentes do Poder Executivo, e que o povo soberano lhes fala pela boca do presidente.

Assegurar a liberdade da Câmara

Às 15h, a Câmara estranha a ausência dos ministros por ela convocados. Jay e Manuel, os homens de Fouché, intervêm. O primeiro foi professor dos filhos do ministro da Polícia. Homem cultivado, Jay é um acanhado que prefere escrever a falar. Manuel é exatamente o contrário: notável poder de oratória, “grande presença de espírito e coragem a toda prova”.⁵

Jay solicita que outra mensagem seja enviada aos ministros para que tomem conhecimento de que são esperados a fim de prestar esclarecimentos *imprescindíveis*. A execução dessa ordem é confiada à sua responsabilidade. A proposta é vivamente apoiada e as mensagens são enviadas.

Manuel, por sua vez, exige a criação de uma comissão com membros escolhidos pelos 67 deputados que integram o Comitê de Constituição. A comissão será incumbida de receber e estudar as medidas a serem propostas pelos deputados que deliberam sobre os grandes interesses da França. Abreviados os debates, as resoluções poderão ser tomadas com mais rapidez e eficácia.

A tentativa de manipulação parece transparente: Manuel na verdade está convidando a Câmara a abrir mão de seu poder de decisão para transferi-lo a um comitê, embrião de um governo. Chovem “Não! Não!” de todos os lados.

Convocar os ministros para explicar a situação, responder às perguntas dos deputados e prever o desenrolar das sessões são medidas sensatas, mas quem pode saber se a Câmara preservará sua liberdade caso não esteja protegida por uma força armada? Apesar da amizade entre Dumas e La Fayette, os deputados estão novamente preocupados.

O general Sébastiani propõe aos chefes de legião da Guarda Nacional que cada um mobilize um batalhão em armas para cuidar da segurança da representação nacional. O deputado Lefebvre informa que isso já foi feito: a Comissão Administrativa da Câmara, da qual é membro, acaba de ordenar ao general Durosnel, comandante adjunto da Guarda Nacional, que mobilize quinhentos granadeiros para cercar o palácio Bourbon.

Outro membro da comissão anuncia que um batalhão já está a postos. Na verdade, o representante Delessert, que chefia a 3ª Legião da Guarda Nacional, apressou-se a reunir seus homens e os convenceu de que pesava uma ameaça sobre a Câmara. Assim é que eles são dispostos diante das grades do palácio, de arma em punho, cartucheira cheia.⁶

São 16h. Davout não se enganara: a correlação de forças militares alterou-se em favor da Câmara.

Duas horas antes, no momento em que La Fayette concluía seu discurso e a Assembleia aderira à sua posição, Villemain, o jovem conferencista, perguntava-se, ouvindo os deputados, o que a Câmara dos Pares faria na crise declarada. Contaria também ela com um La Fayette na liderança? Ou representaria um obstáculo para a moção da Câmara dos Representantes?

As pessoas que rodeiam Davout não se preocupavam muito com a questão. Mas o fato é que muitos membros da Câmara dos Pares se acotovelavam nos corredores ou na tribuna reservada do palácio Bourbon. É aí que uma mão toca seu ombro, perturbando as reflexões do jovem professor. Uma voz lhe murmura ao pé do ouvido: “Venha ver a continuação.”

Minutos depois, o conde de Pontécoulant o conduz ao palácio de Luxemburgo. Antigo girondino, o conde é par da França e não traz propriamente o imperador no coração.⁷

10. A salvação do povo

PALÁCIO DE LUXEMBURGO, 13h30-16h

“Mas tudo isso é sério mesmo?”

Da tribuna, o jovem Villemain observa a Câmara dos Pares. Fica impressionado com “o aspecto não exatamente tranquilo, mas desolado, da Câmara, com a grande quantidade de assentos vazios”. A guerra explica muitas das ausências, pois a maioria dos pares é formada por marechais e generais. Os outros são ministros, altos funcionários, oficiais da corte imperial aos quais se juntam dois fabricantes.

Preocupado com a reconciliação nacional, Napoleão não afastara as personalidades que haviam se mostrado hostis a ele. Dos 117 pares com assento no Luxemburgo, 27 tinham votado, em termos ultrajantes, pela deposição do imperador, em 1814, ou ocupado assentos na Câmara dos Pares de Luís XVIII. “Quantos bons amigos da Revolução e do imperador!”, ironiza Villemain.¹

O chanceler-mor e ministro da Justiça, Cambacérès, preside a sessão. Pede aos pares que voltem a seus lugares e façam silêncio, e então manda ler a ata da sessão da véspera. Nela é relatado um incidente revelador das críticas endereçadas ao regime imperial. O general de Latour-Maubourg, par da França, queixou-se veementemente do adiamento da monarquia constitucional prometida e inaugurada por Napoleão. O nobre, ligado a La Fayette, criticou os exílios, os sequestros de bens e as detenções determinados pelos prefeitos em vários departamentos. Insatisfeito com uma resposta que desfiava os habituais lugares-comuns sobre a gravidade da situação e as necessidades políticas, Latour-Maubourg insistiu e gerou fatos novos. Entretanto, sob a alegação de que a questão não interessava a ninguém, o debate foi adiado.²

Feita a leitura e aprovada a ata, Cambacérès passa a palavra a Carnot, que faz a leitura do discurso de Napoleão às duas Câmaras.

O estranho relatório, de tão negligente inverossimilhança e lido com tão pouca firmeza pelo ministro do Interior, deixa os pares incrivelmente inquietos, constata Villemain. Eles se levantam, conversam, parecem se perguntar se tudo aquilo é realmente sério. Será possível que o honrado e austero Carnot, ex-relator do Comitê Militar, que foi o organizador da vitória, confira hoje sua voz e sua autoridade a relatos amorfos a ponto de constituir um insulto à razão pública, ao bom senso de um país ao qual se pretende impor tantos novos sacrifícios?³

A pátria em perigo, a independência nacional ameaçada

Nesse momento, o portador da mensagem da Câmara dos Representantes entra na sala. Cambacérès, que se prepara para partir em direção ao Eliseu, volta a se sentar e pede a Thibaudeau que leia a mensagem. Um burburinho toma conta da Assembleia. Concluída a leitura, enquanto o chanceler-mor se retira, entregando a presidência ao conde de Lacépède, Thibaudeau expõe seu ponto de vista.

Até agora partidário de uma ditadura de salvação pública estabelecida com a concordância das Câmaras, Thibaudeau passa a rejeitá-la, temendo que Napoleão venha a instaurá-la sem o consentimento

dos deputados e dos pares. Ele reconhece que os representantes do povo, diante do perigo iminente que ameaça a pátria, estão dando um belo exemplo à Câmara dos Pares. Entretanto, receando alguma pressão externa sobre a Assembleia, Thibaudeau solicita que a Câmara se constitua como *comitê secreto* para examinar o que fazer a respeito da mensagem dos representantes.⁴

O conde de Latour-Maubourg fica indignado:

– Por que um comitê secreto? Não vejo necessidade. É preciso que nossa deliberação seja pública, para que, publicamente manifestados, nossos sentimentos em relação à pátria sejam conhecidos de toda a nação.

A Câmara apoia essa proposta. O conde de Pontécoulant, que se afastara de seu jovem amigo Villemain para sentar-se com os colegas, pede a palavra. Mas, apesar de sua reconhecida oposição ao imperador, ele manifesta preocupação com a legalidade:

“O imperador está neste momento em Paris”, diz ele. “Considero portanto que seria grande inconveniência convocar os ministros a esta Câmara. Seria inclusive questão de saber se, mesmo ausente o imperador, não haveria algum inconveniente nessa iniciativa. Não me parece que se deva aceitar essa parte da resolução dos representantes... Nas atuais circunstâncias, tão graves e imperiosas, propostas desse alcance devem ser confiadas a uma comissão, de acordo com o regulamento.”

Um homem de aspecto imponente e gravidade simples se levanta. Villemain observa esse rosto que tem “expressão ao mesmo tempo de sinceridade e soberba”. Para o jovem, o conde de Boissy d’Anglas, que agora toma a palavra, é um herói. Em 1794, ele contribuiu para a queda de Robespierre. Em 1º de prairial do ano III (21 de maio de 1795), quando estava na presidência da Convenção, ele enfrentara com sangue-frio os *sans-culottes*,^a que lhe traziam na ponta da lança a cabeça do deputado Féraud. Em 1814, o conde votou pela deposição de Napoleão. Dirigindo-se aos colegas, ele declara:

“Quando a pátria está em perigo e a independência nacional é ameaçada, não é o momento de se preocupar com formas que só podem ser aplicadas em tempos normais. Solicito que a mensagem seja imediatamente levada em consideração.”

O conde Valence intervém. É um homem respeitado. Combateu em Valmy em 1792, na Espanha em 1809 e no ano anterior organizou a resistência ao invasor no Franco-Condado. Ele rejeita a proposta de Boissy d’Anglas:

“Temos tempo suficiente para tomar uma decisão. O imperador vai reunir seus ministros em conselho, e, como levaremos quatro ou cinco horas para conhecer o resultado, é possível que nesse ínterim uma comissão examine a mensagem e nos comunique seu ponto de vista.”

Carnot aprova a medida, que pode impedir uma votação precipitada. Boissy d’Anglas volta ao ataque:

“Seria mesmo necessária uma comissão para expressar nosso sentimento e fazer declarações semelhantes às que estão contidas na mensagem da Câmara dos Representantes?”

Ele insiste:

“Os senhores declaram que a independência da nação está ameaçada.

“Os senhores declaram que estão em sessão permanente e que qualquer um que tente dissolver a Câmara será um traidor da pátria.

“Os senhores declaram que as tropas regulares e as guardas nacionais mostraram-se à altura da pátria.

“Parece-me que, para tais declarações, seria perfeitamente inútil a interferência de uma comissão.”

Nicolas Marie Quinette também intervém. Convencional regicida, ele foi capturado pelos austríacos e mais tarde, em 1795, trocado pela filha de Luís XVI, a atual duquesa de Angoulême. Quinette deve tudo a Napoleão: sua função de prefeito, seu assento no Conselho de Estado e seu título de barão de Rochemont. Sem remorso, ele abandona o imperador, juntando-se a Boissy d’Anglas e aos seguidores de La Fayette.

“A Câmara dos Representantes declarou-se em sessão permanente”, começa ele. “Esta resolução deve

ser apoiada e consolidada por deliberação equivalente da Câmara dos Pares.”

Depois de uma votação na qual se rejeita a criação de uma comissão, os pares discutem artigo por artigo a declaração da Câmara dos Representantes. O primeiro artigo é rapidamente aprovado. O segundo, a respeito de uma sessão permanente da Câmara, dá lugar a um confronto oratório de grande vivacidade.

“Quem nos ameaça? Quem? Acaso seria o governo?”

A exemplo dos representantes, os pares também têm consciência de estar promovendo uma revolução institucional. Alguns sentem escrúpulos de se opor a um homem ao qual tudo devem. Querem, assim, justificar-se. Pontécoulant faz-se seu intérprete.

Um momento antes, ele ainda estava preocupado com a legalidade, mas ei-lo agora a explicar que a declaração dos representantes, apesar de ir de encontro ao Ato Adicional, não deixa de ser positiva, pois é determinada pelo perigo extremo em que se encontra a pátria. A sessão permanente das Câmaras, explica ele com a habilidade de um jesuíta, é indispensável para a salvaguarda do regime constitucional, a integridade das leis e do território francês.

Todos os artigos da declaração, acrescenta o conde, constituem a base sobre a qual repousa a “salvação do povo”.⁵ O que significa que a ditadura de salvação pública exigida por Napoleão já é exercida pelos “representantes eletivos e os representantes hereditários” da nação. A explicação causa alívio na Assembleia, que aprova em votação o Artigo 2º e o Artigo 3º, prestando homenagem ao Exército regular e à Guarda Nacional.

Valence não se dá por vencido. Obstinado, volta à carga. Decididamente, ele não compartilha a opinião dos colegas. Ao novo direito que as Câmaras agora ameaçam criar ele opõe o direito do regime imperial. Apoiado pelo conde Élizabéth-Pierre de Montesquiou-Fezensac, um dos mais fiéis seguidores de Napoleão,⁶ Valence volta a tratar do Artigo 2º, que acrescenta à sessão permanente o imediato julgamento de todos aqueles que pretendem dissolver as Câmaras. O militar reformado insiste na gravidade de um dispositivo penal votado em regime de urgência sem a participação dos três poderes, nem as formas comuns de deliberação e sanção.⁷ Diante de uma violação do regulamento por parte da Câmara, parece-lhe indispensável recorrer a uma comissão.

Pontécoulant intervém indignado:

“São os senhores que violam o regulamento ao recuar constantemente de uma decisão tomada pela Assembleia. A designação de uma comissão foi rejeitada.”

Como os pares implicitamente atacam Napoleão, Valence tenta forçá-los a se desmascarar. Pergunta-lhes:

– Os senhores pretendem declarar traidor da pátria quem quer que tente dissolver a representação nacional. Quem nos ameaça? Quem? Acaso seria o governo?

– É a canalha incitada pelos inimigos da França – responde Pontécoulant.

E o conde se declara disposto a ser o acusante público de qualquer ministro que apresente um decreto de dissolução!

– Qual canalha? Quais inimigos? – volta a perguntar Valence.

Pontécoulant, querendo bancar o procurador, perde o sangue-frio. Boissy d’Anglas vem em seu socorro:

– É indecente voltar quatro vezes à mesma proposta – diz ele. – Peço que passemos aos votos, e que aquele que ainda venha a entrar a decisão da Assembleia seja chamado à ordem.

Os pares acabam aprovando por voto uma resolução concorde com a da Câmara dos Representantes,

com exceção do Artigo 5º, de convocação dos ministros à Assembleia. Ao atentar gravemente contra o regime imperial, os pares fingem compartilhar os escrúpulos de legalidade de Pontécoulant!

Tendo a Câmara decidido enviar a declaração ao imperador e aos representantes do povo, a sessão é suspensa. São 4h da tarde.

Nas ruas ao redor do palácio de Luxemburgo e do palácio Bourbon começa a juntar-se uma multidão, e os exemplares do *Moniteur* relatando a batalha do monte Saint-Jean circulam de mão em mão. Cada um faz seu comentário. É verdade que houve uma derrota, mas, afinal, é perfeitamente possível que a debandada do exército tenha sido provocada por boatos mal-intencionados de traidores. Por sinal, nem tudo está perdido, pois o imperador não anunciou que o exército volta a ser arregimentado na fronteira? Que a Câmara dos Representantes lhe dê os meios necessários para retomar a luta, e a guerra iniciada sob maus auspícios terminará com a vitória de nossos exércitos!

Por mais que os realistas distribuam panfletos prevendo o fim do Império, ninguém quer acreditar. Os transeuntes dão de ombros em sinal de desprezo e rasgam o poema que afirma:

*Du fier Napoléon,
Exécrons la mémoire.
Cette punition
Est le prix de sa gloire.*^{b8}

Villemain e os cidadãos que saem das tribunas públicas da Câmara entendem perfeitamente, todavia, que os pares, a exemplo dos representantes, recusam-se a contribuir para um novo plano de campanha do imperador. Alguns se destacam da multidão e se dirigem ao palácio do Eliseu, na esperança de ver Napoleão.

^a *Sans-culottes*: literalmente, “sem culotes”, sem os calções típicos da nobreza; essa foi a denominação dada pelos aristocratas a artesãos, trabalhadores ou pequenos proprietários que participaram da Revolução Francesa, sobretudo em Paris; os *sans-culottes* defendiam o aprofundamento das reformas políticas e ações de natureza popular. (N.T.)

^b “Do altivo Napoleão/Execremos a memória./ Essa punição/ É o preço de sua glória.” (N.T.)

11. “Se eu quiser, dentro de uma hora a Câmara não existirá mais”

PALÁCIO DO ELISEU, 17h-19h

“Falem do interesse da França”

Com as mãos cruzadas nas costas, Napoleão caminha por seu gabinete. Está furioso. Os representantes foram muito audaciosos! Arrogam-se direitos sobre seus ministros! Convocam-nos como se fossem servos obrigados a informá-los e obedecer-lhes!

“Proíbo-os de sair do lugar!”, exclama para os ministros, que ali permanecem imóveis, sem nada ousar dizer na presença do soberano, que, pálido de cólera, parece disposto a qualquer coisa para reagir ao insulto.

Mas há barulho de botas ao redor do palácio Bourbon, guardas tomam posição diante do Sena e já se ouvem conclamações à deposição nas Câmaras.

Napoleão hesita. Mais uma vez, o dilema: sufocar a rebelião ou negociar. Aos poucos a indignação se vai e ele é tomado pelo abatimento. Que seja! Os ministros comparecerão às Câmaras, não como agentes do Poder Executivo, obedecendo a uma intimação, mas como portadores de uma nova mensagem imperial. Serão portanto acompanhados por um delegado extraordinário, incumbido de representar o imperador e responder em seu nome aos deputados e aos pares. A lei o permite.

Para essa missão, o imperador escolhe Lucien Bonaparte. Napoleão confia mais nele que em seus ministros. Sabe que o irmão, político hábil, é capaz de lutar encarniçadamente contra o infortúnio. Durante muito tempo afastado do poder, Lucien deseja “recuperar-se de um longo jejum de ambição acumulada”.¹

A história se repete: no 19 de brumário, Bonaparte não soube expressar-se ante uma Assembleia em fúria, e Lucien a enfrentou. Sua firmeza diante dos deputados salvou a situação. Nesse 21 de junho, Napoleão, em nome da própria dignidade, recusa-se a comparecer às Câmaras, e mais uma vez é substituído por Lucien. Uma coisa é falar a soldados em posição de sentido, outra bem diferente é convencer uma Assembleia indócil.

A escolha de Lucien para representá-lo parece ao imperador uma sábia decisão. Na realidade, é uma resolução execrável, pois mergulha os deputados no pior dos pesadelos: em meio ao rufar de tambores e aos soldados mirando as baionetas, eles enxergam o fantasma de Murat; voltam a vê-lo entrando no Conselho dos Quinhentos, em 19 de brumário, e ordenando aos granadeiros: “Botem essa gente para fora!” Por trás de Murat estava nesse dia o homem que Napoleão lhes envia hoje. Como os deputados deixariam de sentir vertigem à ideia de que Lucien Bonaparte na verdade antecede o irmão em alguns minutos? De botas e capacete, César prepara-se para impor-lhes sua tirania.

Inconsciente da reação de defesa que vai provocar, Napoleão dirige-se aos ministros, recomendando: “Ide e falai do interesse da França, que deve ser caro aos seus representantes. Ao retornardes, tomarei a decisão que me for ditada pelo dever.”

“Serei acaso um miserável chefe de partido?”

Napoleão convida Lucien a ficar e o conduz por um breve passeio entre as árvores do jardim. Por cima do pequeno muro limítrofe, os irmãos veem a multidão reunida na avenida Marigny. Gritos e aclamações são ouvidos quando Napoleão aparece: “Viva o imperador! Armas! Armas!”

Lucien:

– Muito bem! Está ouvindo o povo? Uma palavra, e os inimigos do imperador serão sufocados. O mesmo se verifica em toda a França. Poderá, por acaso, entregá-los às facções?

Napoleão saúda a multidão e responde:

– Serei acaso mais que um homem, para trazer mil deputados transviados de volta à união, que é a única coisa que pode nos salvar? Serei acaso um miserável chefe de partido para provocar inutilmente uma guerra civil? Não, não! Jamais! No brumário, tínhamos de desembainhar a espada pelo bem da França; pelo bem da França, devemos hoje atirar longe essa mesma espada. Vá, tente convencer as Câmaras. Estou ao lado delas; muito poderia sem elas, pelo meu interesse, mas não seria capaz de salvar a pátria. Vá, proíbo-o sobretudo de falar, ao sair, a esse povo que me pede armas. Pela França, tudo tentarei; mas não quero tentar nada por mim mesmo.

Os olhos de Lucien enchem-se de lágrimas. Um momento de real emoção ou imagem idealizada para ilustrar o mito nascente do espírito de sacrifício do imperador? Pela primeira vez na vida Lucien diz ter se ajoelhado, “admirando do fundo do coração aquele pai da pátria traído, incompreendido por representantes transviados”.²

Napoleão rejeita a guerra civil, mas se diz capaz de, com um só gesto, erguer o povo de Paris contra os oponentes. Seria verdade? Seria ele de fato e sem contestação o “imperador dos subúrbios”?

Os infantes federados de Paris

Há trabalhadores por toda parte em Paris, empregados nas manufaturas, artesãos, companheiros que trabalham com seus mestres nas lojas ou oficinas e ajudantes à beira da indigência. Eles são particularmente numerosos nos faubourgs Saint-Antoine e Saint-Marceau. Para a maioria deles, Napoleão é o herdeiro da Revolução jacobina.

Sans-culottes do ano II, eles derramaram sangue por ela e ainda estão dispostos a defendê-la a qualquer pretexto. Na avenida Marigny, ao mesmo tempo que gritam “Viva o imperador!”, insultam aqueles que ainda consideram prepostos do Antigo Regime: “Abaixo os padres!”³

Os trabalhadores manuais gostam do imperador pelo trabalho assegurado e pelo pão vendido a preço baixo. Mais ainda que os outros franceses, mostram-se sensíveis à glória militar. E como não haveriam de ser, numa cidade constantemente atravessada por desfiles militares, cheia de colunas e arcos de triunfo, templos de guerra e obras-primas pilhadas nos países conquistados? Em Paris, muitos voluntários se adiantaram ao chamado de alistamento, dando testemunho do atrativo exercido pela profissão das armas. De volta à vida civil, eles propagam o culto do imperador na capital.⁴

Nobre e militar, Napoleão compartilha os preconceitos das elites em relação à “classe operária do povo”.⁵ “Seu pé vacila no terreno da igualdade.”⁶ Para ele, o operário existe apenas à medida que pertence a uma entidade coletiva: o povo e o estado de pobreza no qual se encontra não são um fenômeno social, mas um fato natural desejado pela Providência. O povo é incapaz de reflexão política. Se não se tomar cuidado, ele resvala inevitavelmente para a sedição e a anarquia.⁷ Essa visão da classe trabalhadora explica em grande parte a recusa do imperador de ser em 1815 “O Rei da *Jacquerie*”.^a

Para evitar o recomeço das insurreições, Napoleão Bonaparte muito cedo dotou-se de um aparelho de vigilância e repressão: “moscas” ou espiões infiltrados nas oficinas, *livret d’ouvrier*^b e manutenção do veto de associação. E não hesitou em recorrer à Guarda Imperial para sufocar a revolta de Caen, em

Invariavelmente, o imperador fazia com que as medidas contra os trabalhadores parecessem votadas à sua revelia, e, assumindo a postura de vingador dos fracos e oprimidos, conseguira manter-se firme no apreço popular. É o que atestam numerosas manifestações em maio de 1815.

O movimento de federação surgido na província ganhou a capital.⁹ A partir de 6 de maio, ao lado das sociedades políticas de burgueses e jovens funcionários liberais, surge uma federação operária.¹⁰ Em 11 de maio, operários dos faubourgs Saint-Antoine e Saint-Marceau comunicam aos concidadãos que se tinham confederado para defender a pátria e que estão dispostos a aceitar em suas fileiras todos aqueles que, em condições de portar armas, não pertençam à Guarda Nacional.¹¹ Sua palavra de ordem é: “Viva a nação, a liberdade e o imperador!” Sua carta de adesão, provavelmente redigida pelo antigo convencional Thuriot, tem tudo para assustar os notáveis. Ela promete levar o terror aos traidores que acaso pretendam mais uma vez aviltar a pátria.

Em 14 de maio, trabalhadores dos dois faubourgs desfilam da Bastilha às Tulherias. Entre eles, os veteranos interpelam Napoleão:

– Nós não gostamos dos reis impostos pelo inimigo... Vós sois o homem da nação, o defensor da pátria, e preservareis os direitos do povo... A maioria de nós fez sob as vossas ordens a guerra da liberdade e a guerra da glória. A pátria deve entregar armas àqueles que derramaram sangue por ela. Dai-nos, Sire, armas em seu nome.

Napoleão responde-lhes:

– Soldados federados, eu voltei sozinho porque contava com o povo e com o Exército. Vocês justificaram minha confiança. Aceito sua oferta. Vou dar-lhes armas. Soldados federados, há homens nascidos nas altas classes da sociedade que desonraram o sangue francês, o amor da pátria e o sentimento da honra nacional, sentidos inteiramente preservados no povo e no Exército. Fico muito feliz em vê-los, tenho confiança em vocês. Viva a nação!

O relatório do comissário de polícia do faubourg Saint-Marceau frisa que a manifestação, bem-organizada, não registrara nenhum excesso. Terminara com muita bebida, tendo as autoridades fornecido 6 mil garrafas de vinho aos manifestantes.¹²

Antecedido da “Marselhesa” e de “Ah! Ça ira”,^c o discurso de Napoleão invectivando membros das “classes altas” e prometendo armas aos operários não pode deixar de preocupar os burgueses. E no entanto é um discurso comportado e demagógico, pois Napoleão não tem a menor intenção de armar o povo dos subúrbios.

A 15 de maio, Napoleão decreta a formação de uma força de infantes federados à razão de um regimento por *arrondissement*; cada regimento deve ter dois batalhões e congregar 720 homens, com uma tropa totalizando 17.800 homens. Os infantes federados não serão armados, vinculando-se, no treinamento e no serviço, às legiões da Guarda Nacional. Seu chefe, o general Darricau, é um *vieux de la vieille*^d e um dos mais fiéis seguidores de Napoleão. Em 1793, ele estava com Bonaparte no cerco de Toulon. Acompanhou-o à Itália e ao Egito, combateu no Grande Exército e participou da expedição à Espanha. Barão do Império, Darricau está insatisfeito com a reputação de jacobinismo da sua tropa: em artigo publicado pelo *Moniteur*, ele afirma que seus homens não são “clubistas”,^e mas soldados que respeitam a disciplina militar.

Os solavancos do bonapartismo popular

O apreço popular por Napoleão parece prometer um recrutamento rápido. Mas isso não acontece. Apenas 5 mil infantes se apresentam, e as autoridades, preocupadas, julgam que não se alcançaria o total previsto

de 17.800 homens.¹³

Para isso, comitês formados em cada *arrondissement* fazem listas de trabalhadores aptos a portar armas. Comitês secundários criados em cada um dos bairros do *arrondissement* se incumbem das convocações. Os comissários de polícia que supervisionam o recrutamento mostram-se tão preocupados com o resultado que recomendam que os membros dos comitês sejam escolhidos entre os chefes de oficina mais estimados ou entre as pessoas influentes do bairro. O comissário de Saint-Thomas, por exemplo, escreve a 20 de maio:

“Prevista para esta manhã, às 10h, na minha casa, reunião para estabelecer as maneiras mais rápidas de iniciar um alistamento voluntário. Tenho para mim que optaremos por visitar oficinas e casas de trabalhadores para exortá-los a se alistar. Precisamos de pelo menos 1.400 homens. Quero crer que encontraremos grande dificuldade.”

O comissário de polícia Noël, por sua vez, informa:

“23 de maio. Bairro de Mail. Fui ontem com um membro da comissão às oficinas dos Correios onde já nos havíamos apresentado sem sucesso. Consegui fazer com que alguns trabalhadores decidam a se engajar. Fui também à oficina dos irmãos Erard, mas não pude convencer nenhum dos operários a se alistar.”

A 5 de junho, o comissário do bairro Feydeau e de Mont-Blanc informa que, apesar das prementes exortações, poucos operários tinham se apresentado para formar um batalhão de infantes.¹⁴

Por toda parte, as autoridades afixam cartazes exortando o alistamento, distribuem panfletos de casa em casa, andar por andar, convidando os moradores a se juntar aos infantes federados, mas os operários não se apressam a preencher as fileiras dos batalhões.

Alguns patrões, sem a menor vontade de que seus operários se ausentem para o treinamento, proibem-nos de se engajar.¹⁵ A antiga aristocracia também contribui para o fracasso do recrutamento, pressionando seus fornecedores. Antigos nobres, carolas e fanáticos, segundo o comissário da ilha Saint-Louis, exercem uma influência que ele tenta reprimir. Carregadores de água e comerciantes varejistas, por exemplo, recusam-se a se alistar temendo perder o negócio.¹⁶

Esse tipo de pressão nem sempre foi necessário. Existe em Paris, como em outras partes da França, um realismo plebeu. Denunciado em 1815, como já fora em 1814, pelas “moscas” da polícia, ele também explica a fraqueza numérica do engajamento.

Nobres se engajam nos batalhões de federados, mas para vigiá-los ou manipulá-los. Da masmorra onde está encarcerado, por exemplo, o sr. de Vitrolles, agente de Luís XVIII, ordenou que o sr. de Monjardet solicitasse o posto de chefe de estado-maior do bravo Darricau. Não se sabe que tipo de apoio lhe valeu a obtenção de um posto de que se serve para comprometer a formação e o fornecimento de armas dos infantes.¹⁷

Por sinal, nem todos os antigos *sans-culottes* apoiam o imperador. Alguns deles ainda criticam Bonaparte por ter fechado, em 1796, o Clube do Panthéon, onde se reuniam os babouvistas, ou ter mandado executar ou deportar jacobinos em 1800, ou, durante o Império, por ter dobrado as greves.¹⁸ Ainda hoje, basta que os operários se recusem a trabalhar, por não terem sido integralmente remunerados pelos patrões, para que a polícia intervenha e os obrigue a voltar às suas bancas.¹⁹

A repugnância de certos operários a se engajar também pode ser explicada pelo fato de que os batalhões de infantes federados não têm existência autônoma, estando vinculados à Guarda Nacional quanto ao treinamento e ao armamento.

Finalmente, o entusiasmo de muitos operários pelo imperador esfria em virtude do Ato Adicional às Constituições do Império. Os operários esperavam que Napoleão não se apresentasse como monarca moderado, mas como ditador, impondo sua lei aos aristocratas e seus aliados. Mostram que não tinham mais confiança no imperador abstendo-se maciçamente no plebiscito.²⁰

As abstenções, somadas ao fracasso do recrutamento dos batalhões de federados, permitem uma reavaliação do bonapartismo popular surgido na primavera de 1815. Indiscutivelmente muito forte em Paris em março, ele perde intensidade em junho, com algumas variações segundo os bairros, as camadas da sociedade e os ofícios exercidos.

Na noite do dia 21, a polícia avalia em 6 mil os indivíduos reunidos junto às grades do palácio do Eliseu. O número é impressionante. Mas a multidão não aumentara, talvez até tivesse diminuído desde a manifestação do dia 14 de maio.²¹ Por outro lado, 6 mil pessoas representam apenas 7% dos operários de Paris, e menos de 2%, se levarmos em conta mulheres e crianças.²²

Diminuição da confiança no imperador? A classe operária parisiense está dividida: aqui, homens dispostos a combater e morrer pelo herdeiro da Revolução; mais adiante, indivíduos afetados pelo cansaço e a falta de iniciativa que também acometem os outros franceses.

^a *Jacquerie*: nome dado à insurreição camponesa ocorrida no norte da França, em 1358, durante a Guerra dos Cem Anos, contra a situação decorrente da ausência de poder ulterior à Peste Negra; o campo estava à mercê de bandos de renegados e mercenários saqueadores; a revolta foi esmagada em menos de um mês, com a morte de cerca de 20 mil homens. (N.T.)

^b *Livret d'ouvrier*: caderneta do operário, tipo de documento oficial instituído pelo Consulado em 1803, cujo uso foi generalizado por Napoleão, para permitir às autoridades controlar horários e deslocamentos dos trabalhadores. (N.T.)

^c “Ah! Ça ira”: canção revolucionária que se popularizou na França na década de 1790, tendo como título e refrão uma expressão que significa “vai dar certo”. (N.T.)

^d *Vieux de la vieille*: “veterano”, alguém da “velha guarda”, denotando experiência e confiança; a expressão foi consagrada ainda na primeira metade do século XIX para designar os integrantes da Guarda Imperial criada por Napoleão Bonaparte. (N.T.)

^e Clubistas: referência aos membros do Clube dos Jacobinos, do qual faziam parte Robespierre, Danton e tantos outros líderes revolucionários adeptos da política do Comitê de Salvação Pública, em 1793. (N.T.)

12. O imperador em processo

PALÁCIO BOURBON, 18h-20h

“Faz-se necessária uma grande união...”

Às 18h, quando a Câmara dos Representantes volta a se reunir, o céu está tão escuro que o presidente, Lanjuinais, solicita que se acendam duas tochas. Caminhando à frente de Fouché e dos outros ministros, Lucien entra na sala. O uniforme da Guarda Nacional que traja choca os deputados, que interpretam isso como a confirmação dos boatos ouvidos nos corredores do palácio. O golpe de força está próximo. De volta ao Eliseu, certos representantes descrevem a multidão que aplaude o imperador e afirmam que um batalhão de infantes federados marcha para o palácio Bourbon, seguido de um destacamento da Guarda Imperial. Mais uma vez o fantasma de 19 de brumário assombra a Assembleia.¹

Lucien sobe à tribuna e fala com voz calma:

– Senhores representantes – começa ele –, nomeado delegado extraordinário de Sua Majestade Imperial para vir ao vosso encontro, com o objetivo de tomar convosco medidas de prudência, deposito na mesa a mensagem de Sua Majestade e solicito que se disponham a formar um comitê secreto para ouvir os ministros.

A convite do presidente, os espectadores se retiram e as portas são fechadas.² Lucien lê então a mensagem:

Senhor presidente,

Depois das batalhas de Ligny e monte Saint-Jean, e tendo providenciado o agrupamento do exército em Avesnes e Phillipeville para a defesa das fronteiras e das cidades de Laon e Soissons, dirigi-me a Paris a fim de acertar com meus ministros as medidas de defesa nacional e me entender com as Câmaras quanto ao necessário para a salvação da pátria.

Formei um comitê com o ministro das Relações Exteriores, o conde Carnot e o duque de Otrante [Fouché] para retomar e acompanhar negociações com as potências estrangeiras, com o objetivo de conhecer suas verdadeiras intenções e pôr fim à guerra, caso seja compatível com a independência e a honra da nação. Mas se faz necessária uma grande união, e eu conto com a cooperação e o patriotismo das Câmaras e seu apreço por minha pessoa.

Envio ao recinto da Câmara, como comissário, o príncipe Lucien, acompanhado dos ministros das Relações Exteriores, da Guerra, do Interior e da Polícia Geral, para levar a presente mensagem e fornecer os comunicados e informações de que a Câmara possa precisar.³

Davout, Carnot e Caulaincourt sucedem-se na tribuna, fornecendo informações sobre as tropas, os recursos do interior e as negociações. Em sua poltrona, Lucien parece mergulhado em pensamentos. Está convencido de que, ao enviar seus ministros e um delegado extraordinário ao recinto das Câmaras, Napoleão, “por assim dizer, já abdicou do poder”.⁴

O burburinho que toma conta da reunião vem afastá-lo de seus pensamentos. Muitos representantes levantam-se para questionar os ministros que se mantiveram calados. Os deputados estão indignados com isso. Em meio ao tumulto, um colaborador próximo de Fouché, o representante Lacoste, ex-chefe de divisão dos Arquivos da Polícia, faz a pergunta que está em todas as bocas:

“O senhor nos fala de independência nacional, nos fala de paz; mas que nova sustentação poderá dar a suas negociações? Que novos meios de comunicação tem em seu poder? Sabe perfeitamente, como nós, que a Europa declarou guerra exclusivamente a Napoleão! Agora então separa a nação do imperador?”⁵

“Caso se recuse, a deposição”

Sem esperar a resposta, Jay intervém, declarando em tom trágico:

“Não vou dissimular o perigo a que me exponho se a proposta que vou fazer não for apoiada por toda a Câmara. Mas ainda que devesse ter o mesmo destino que os antigos deputados da Gironda, não terei de recuar perante meu dever. Antes de expor minha proposta, peço ao presidente que interpele os ministros para que declarem com franqueza se consideram a França capaz de resistir aos exércitos combinados da Europa, e se a presença de Napoleão não é um obstáculo invencível para a paz.”⁶

O ator desempenha melhor seu papel porque o autor da peça está presente para intervir, se necessário. Sem dar tempo para que os colegas respondam, Fouché levanta-se e declara que “os ministros nada têm a acrescentar aos seus relatórios”. Oferece assim a Jay aquilo de que precisa para ir adiante sem mais demora.

O representante descreve num longo discurso a situação dos franceses: à parte suas divisões, afirma, estão todos convencidos, desde a publicação do Ato Adicional, da impossibilidade de alcançar a liberdade sob o comando de um chefe militar. Em seguida, o deputado pinta o quadro de um exército esgotado, dizimado, sem forças para fazer frente aos aliados. Claro que, se tiverem de combater, seus soldados haverão de fazê-lo com coragem, e o farão com honra e glória, mas a França, esgotada por longas guerras e dilacerada pela luta dos partidos, acabará presa das potências. Para concluir, Jay lembra mais uma vez que os aliados lutam exclusivamente contra Napoleão. Não caberia esperar que a abdicação ou a deposição de Bonaparte suspenda a marcha dos exércitos coligados para Paris?

Depois de ser aplaudido pela maioria dos deputados, Jay volta-se bruscamente para Lucien:

“E vós, príncipe, que demonstrastes um nobre caráter na boa e na má fortuna, lembrai-vos de que sois francês, lembrai-vos de que, em circunstâncias tão graves, nada é mais importante que o amor à pátria! Voltai ao vosso irmão e dizei-lhe que a Assembleia dos representantes do povo espera dele uma resolução que lhe seja mais honrosa que as muitas vitórias que ilustram sua glória militar. Dizei-lhe que, abdicando do poder, ele pode salvar a França, que por ele fez tão grandes e tão penosos sacrifícios, que seu destino o chama e que talvez dentro de um dia, dentro de uma hora, não haja mais tempo. Peço a nomeação de uma comissão a ser incumbida de convidar Napoleão a abdicar e anunciar-lhe que, caso se recuse, a Assembleia determinará sua deposição.”⁷

A retórica é perfeita, passando do convite à ameaça e percorrendo toda a gama do trágico e do patético, até a queda final, ressoando como a descida de um cutelo. Os deputados hesitavam em desferir o golpe decisivo, mas agora aplaudem Jay por ter tido a coragem de fazê-lo.

“Estão convidando a nação a abandonar seu imperador!”

Indignado com o ataque pessoal ao irmão, e ao mesmo tempo insultado e preocupado com a possível deposição do imperador, Lucien volta à tribuna. Com um talento que é reconhecido por La Fayette, ele refuta ponto a ponto as afirmações de Jay.

A situação do país? É muito melhor do que afirma o deputado. A nação em massa está unida ao imperador, no coração e na vontade. Será fácil reprimir as tentativas trelouçadas de um punhado de descontentes que rastejam na desgraça e se mostram insolentes na prosperidade. O exemplo da Vendaia submetida pelo general Lamarque é suficiente para pôr cobro ao exagerado alarme em que se tenta afundar a Assembleia.

“Quanto ao estrangeiro”, pergunta o príncipe, “que confiança podeis ter em suas declarações, constantemente desmentidas pelos fatos? Afirmam estar combatendo exclusivamente contra o imperador.

Que ridículo! É para invadir a França, para partilhar suas províncias que as potências se juntaram e se armaram. Elas sabem que enquanto continuar no trono para onde foi conduzido pelo desejo unânime da nação o imperador jamais consentirá em semelhante aviltamento.”

O exército não perdeu a coragem. Nos primeiros momentos de consternação, seus insucessos foram superestimados, e Lucien sustenta que, juntando-se os soldados convocados, os homens de Grouchy, os conscritos a serem recrutados e os que ainda se encontram nos quartéis, assim como os guardas nacionais, estará formado um exército de meio milhão de homens dispostos a rechaçar o inimigo do território nacional.

Os cálculos do príncipe são tão hipotéticos quanto os do irmão. Lucien vale-se do mesmo procedimento que Saint-Just utilizara em 1794 na tribuna da Convenção: arredondar o número de mobilizados para torná-lo mais impressionante e pudesse convencer.⁸

“Eu repito”, afirma o príncipe para concluir seu discurso, “que não é Napoleão que a Europa pretende atacar, mas a nação francesa. Estão convidando a nação a abandonar seu imperador! Ela seria então conduzida ao tribunal dos povos para ser severamente julgada por sua inconstância e leviandade! Não, jamais sua honra será assim comprometida.”⁹

Os deputados começavam a questionar o fundamento da proposta de Jay, mas as últimas palavras do príncipe dirimem suas dúvidas. Com efeito, elas são incrivelmente inoportunas, pois põem em dúvida a firmeza da nação. La Fayette apressa-se a intervir.

“É caluniosa a afirmação que se acaba de fazer. Como se ousa acusar a nação de ter sido leviana e pouco perseverante em relação ao imperador Napoleão? Ela o seguiu nas areias do Egito e nos desertos da Rússia, em cinquenta campos de batalha, em seus desastres e nas suas vitórias, e foi porque o seguiu que pranteamos agora o sangue de 3 milhões de franceses!”¹⁰

Os representantes mal acabaram de aplaudir La Fayette, e Lucien retoma a palavra. Propõe à Câmara que crie uma comissão para cooperar com o Conselho de Ministros na busca das medidas de salvação pública exigidas pelas circunstâncias.¹¹ Cedendo um pouco, Lucien tenta evitar que se vote uma moção exigindo que Napoleão abdique. Mas em vão.

Voltam a se levantar vozes para criticar Napoleão e exigir que ele entregue a coroa. Manuel, seguido por vários deputados aliados de Fouché, apoia a moção de Jay e insiste enfaticamente no risco de confundir a pátria com um homem. Mas a maioria ainda se recusa a atravessar o Rubicão na presença do público, que voltou a assistir aos debates. Uma coisa é fazer uma revolução jurídica pelo verbo, outra bem diferente é lançar-se numa empreitada que pode levar a uma revolução armada.

Os representantes descartam a proposta de Jay, adotando a do jovem advogado liberal Bérenger. Esta cria uma comissão de cinco membros incumbidos de se entender com a comissão que a Câmara dos Pares certamente irá nomear. As duas comissões irão se juntar ao Conselho de Ministros do imperador para reunir sem demora todas as informações sobre a situação da França e propor os possíveis meios de salvação pública. Os representantes desviam em proveito próprio a proposta apresentada por Lucien, conduzindo a Assembleia para uma posição de força.

A pedido de Garnier de Saintes, o presidente, Lanjuinais, e os quatro vice-presidentes, Flaugergues, La Fayette, Dupont de l’Eure e Grenier, são eleitos membros da comissão.

Às 20h30, Lucien entra no Luxemburgo para ler a mensagem do imperador. Uma hora depois, a Câmara dos Pares, “arrastando-se no caminho da Câmara dos Representantes”,¹² aceita a formação de uma comissão composta pelos generais Drouot e Dejean, por Andréossy, Boissy d’Anglas e Thibaudeau.

Os representantes esperavam refazer o 14 de julho, mas estão à véspera de um 10 de agosto. A queda do trono imperial acabaria por ocorrer, abrindo caminho, como em 1792, para uma Convenção Nacional destinada a transformar radicalmente as instituições?

Informada da agitação no palácio Bourbon e das questões que ela suscita, a rainha Hortense debate

com seus amigos o destino reservado a Napoleão. Será ele obrigado a abdicar? E acaso haverá de aceitar isso sem lutar, ou tentará, como no ano anterior, pôr fim à vida?

13. A corrupção do poder

DOS APOSENTOS DA RAINHA HORTENSE
AOS JARDINS DO ELISEU, 18h-23h

“Eu gostaria que o imperador convocasse toda a população às armas!”

Nos aposentos da rainha Hortense nas Tulherias, a discussão está no auge quando chegam os amigos da princesa, com as últimas notícias da Câmara. Eles haviam deixado as tribunas no momento em que os representantes decidiam deliberar em segredo, mas a palavra “abdicação”, segundo dizem, já circulava nas galerias, chegando ao auge a preocupação quanto ao destino reservado ao imperador.

La Bédoyère não se aguenta mais. Ante o anúncio de uma possível abdicação, exclama:

– Espero que o imperador não dê ouvidos, uma segunda vez, a insinuações tão pérfidas. Elas haveriam de pôr a perder, junto com ele, a própria França.

– O senhor quer que a Câmara o deponha? – pergunta a rainha.

– A Câmara jamais seria capaz de chegar a esse acúmulo de indignidade – afirma o general. – Ainda há nela autênticos patriotas que bem conhecem o poder do imperador sobre as massas e o que se pode esperar delas, quando ele quiser convocá-las! Basta-lhe dizer uma só palavra.

– É possível – retruca a rainha –, mas o imperador jamais desejaria agravar a situação da França, aprofundando suas divisões.

– Eu gostaria, senhora – recomeça La Bédoyère –, que o imperador estivesse bem seguro da nossa dedicação e da dedicação da nação, e que, fortalecido pela confiança que ela deposita nele, convocasse toda a população às armas e fechasse as Câmaras, se não forem capazes de entender suas intenções e nossas necessidades, se não se congregarem francamente ao redor dele. Napoleão deve armar-se da ditadura. Os bons franceses o desejam do fundo do coração. Ele poderá assim aniquilar os traidores que conspiram com os Bourbon e essa oposição medíocre que não entende que a maior necessidade de uma nação é sua independência. Quando o inimigo se aproxima – conclui La Bédoyère –, trata-se de *combater*, e não de *discursar*.

– O senhor esquece – diz a rainha – que há um ano só fazemos discutir? Que homens de talento, munidos talvez de boas intenções, trabalharam com constância para desvirtuar as intenções do imperador, que não foram capazes de entender? Ele talvez tenha cometido o erro de não explicá-las o suficiente. É exclusivamente por instinto que o povo conta com ele, pois há um ano se vem fazendo tudo para convencê-lo de que o imperador é inimigo dessa liberdade cujo nome está em todas as bocas, e veja quanto é cruel sua posição! O mais ínfimo ato, ainda que necessário, que viesse justificar essas calúnias, em vez de servi-lo, haveria de privá-lo talvez de seu derradeiro apoio: o apreço da multidão. Desse modo, o povo haveria de desconfiar de quem quer que atentasse agora contra sua liberdade.

– Haveremos de conquistar a liberdade – objeta La Bédoyère – quando assumirmos o comando em nossa própria casa, e não é hora de falar disso quando estamos a ponto de nos entregar de mãos e pés atados a déspotas estrangeiros. O imperador entende melhor que ninguém esse risco, e foi para dele preservar a França que, depois do seu fracasso, apelou para o patriotismo de todos e pediu aos deputados o concurso de todas as forças nacionais!

– Elas certamente ainda são consideráveis – reconhece a rainha. – Só a divisão poderá neutralizá-las; mas nem todo o gênio e nem toda a boa vontade do imperador são capazes de fazer frente à cegueira do momento.

– Pois bem, senhora – prevê La Bédoyère –, se a abandonarmos, se separarmos nossos interesses dos seus, a França estará perdida; o Exército, privado do seu comandante, será desmoralizado, desencorajado, dividido como uma parte da nação! Essa força popular, tão ameaçadora, desmaiara ao ver que lhe falta sua bandeira; os aliados avançarão sem resistência, virão impor os Bourbon pela segunda vez, e naturalmente não faltará reação: teremos todos os abusos contra os quais a nação se revoltou por tanto tempo, a ocupação estrangeira com todos os males que uma conquista e uma restauração podem trazer ao mesmo tempo.

Como os demais convidados da rainha, a srta. Cochelet, leitora da princesa, fica apavorada com as previsões. Ela espera que os franceses queiram defender-se, mas infelizmente os homens enérgicos e dedicados ao país, como La Bédoyère, são bem raros!

A rainha, por sua vez, convencida de que sua presença pode reconfortar o imperador, decide ir ao Eliseu.¹

“Os conselhos do ressentimento ou do egoísmo”

Enquanto a carruagem da rainha se dirige ao palácio do Eliseu, Lavalette, o diretor dos Correios, volta para casa. Ele passara o dia interrogando amigos e conhecidos. Entre todos eles, segundo escreve em seu caderno de recordações, encontrara apenas “o mais profundo abatimento ou uma extravagante alegria que tentavam esconder de mim com pavores fingidos e um sentimento de piedade por mim que eu tratava de repelir com a maior indignação”. Decididamente, não se pode esperar nada da Câmara dos Representantes. Ela quer a liberdade de expressão, mas prefere a Bonaparte os estrangeiros, os amigos dos Bourbon.

Por sinal, todos dão ouvidos “aos conselhos do ressentimento ou do egoísmo”. Uns esperam escapar “em meio ao tumulto e por sua escuridão, outros julgam poder tirar partido das circunstâncias”. Enfim, a maioria, “fiando-se loucamente na fala dos estrangeiros”, continua convencida “de que os Bourbon não voltarão a Paris, ou de que pelo menos o rei, certo de sua fraqueza e de sua incapacidade de governar, enfrentará freios e entraves que não lhe permitirão entregar-se à vingança nem afastar-se da Constituição”.² Fouché aumenta ainda mais essa cegueira garantindo-lhes secretamente que saberá pressionar o rei para que a liberdade seja salvaguardada e preservada de maneira duradoura.

Lavalette não escondera seu pessimismo aos bonapartistas da Câmara dos Pares. Disse-lhes que não teriam mais salvação e que em função disso precisavam tomar uma decisão. Tendo sido proscritos pelos Bourbon ao aceitar ser nomeados para a Câmara por Napoleão, resta-lhes apenas dar mostra de coragem, caindo “com elegância”.

Mas como convencer velhos ainda mais assustados com a adversidade porque haviam se acostumado aos confortos da vida? Só um dos pares pode ser considerado exceção: Sieyès. O abade que desferiu os primeiros golpes contra a realeza e permitiu a Bonaparte tomar o poder manifesta enfaticamente seu ódio à servidão com que os Bourbon ameaçam a França.

Abdicar ou dissolver

No Eliseu, a rainha Hortense caminha pelos jardins à espera de que o imperador a receba. Vendo-o vir em sua direção, é tomada por forte abalo. Napoleão procura disfarçar sua perturbação. Pergunta:

– Que vos disseram?

– Que vos sobreveio o infortúnio, Sire.

O soberano fica em silêncio por alguns instantes e em seguida convida a rainha a acompanhá-lo até o gabinete. Senta-se à sua escrivaninha, abre cartas, atira-as sem ler. Um criado vem avisar que o jantar está servido. Só então o imperador lembra-se da presença da cunhada.

– Provavelmente já jantastes – diz ele. – Gostaríeis de me acompanhar?³

A princesa o segue, ficando sozinha com Napoleão. Ele parece exausto e absorto em meditação profunda. Seu pensamento flutua, hora ele afirma querer adiar ou dissolver a Câmara rebelde, ora fala de acabar com tudo e abdicar sem mais demora.

Hortense recomenda-lhe que escreva ao czar ou ao imperador da Áustria para solicitar que o recebam e garantam sua segurança.

– Eu jamais escreverei a meu sogro – exclama Napoleão. – Foi ele quem me privou de minha mulher e de meu filho. É cruel demais! Alexandre é apenas um homem. Se estou reduzido a essa situação, prefiro recorrer a um povo, à Inglaterra.⁴

A conversa toma um rumo banal até a chegada da mãe do imperador. Aos sessenta anos, Letícia Bonaparte impressiona pela regularidade dos traços e o ar de nobreza que se irradia de toda a sua pessoa. Seus belos olhos negros, com longos cílios e sobrancelhas finas e bem arqueadas, dão inveja às jovens da corte. A rainha Hortense despede-se, enquanto Napoleão conduz a mãe e o irmão Joseph aos jardins do palácio. Lucien vai ao seu encontro.

Acompanhado de Caulaincourt, ministro das Relações Exteriores, e Maret, duque de Bassano, o príncipe confirma ao imperador a alternativa diante da qual o situam as Câmaras: abdicar ou ser deposto. Lucien propõe outra: abdicar ou dissolver. De sua parte, opta pela dissolução:

– A Câmara dos Representantes – diz ele – pronunciou-se de maneira clara demais para que haja alguma esperança de convencê-la. Dentro de 24 horas a autoridade da Câmara deve ser suspensa.

Maret e Caulaincourt são de opinião contrária: é necessário ceder às exigências dos deputados, caso contrário o imperador corre o risco de ser deposto, e o rei de Roma, seu filho, terá toda a chance de sucedê-lo.

– Eles não teriam coragem! – exclama Napoleão.

– É o senhor que não tem coragem – retruca Lucien. – Eu já disse e volto a dizer: só há uma solução, a dissolução!

A Constituição dá esse direito ao imperador. Se a Câmara se opuser, estará se declarando claramente rebelde à lei, e sua dissolução será ainda mais legítima. A Guarda Nacional? Não virá em socorro dos representantes, afirma Lucien. Os comerciantes que a integram não têm a menor vontade de expor suas mulheres e suas lojas aos horrores de uma guerra civil.

Não cabe mais deliberar, chega a hora de agir. Napoleão tergiversa. Parece abatido e incapaz de tomar uma decisão. São quase 11h da noite quando Lucien deixa o irmão para ir às Tulherias. Cambacérès está ali reunido com os ministros e os delegados das Câmaras.

Benjamin Constant vem então ao encontro do imperador. Apenas há três meses o escritor e grande pensador político depositou em Luís XVIII suas esperanças de uma monarquia parlamentar. Decepcionado, aderiu a Napoleão, que o associou à redação do Ato Adicional às Constituições do Império.

“Eu não voltei para inundar Paris de sangue”

Benjamin Constant considera que o imperador não tem como escapar à abdicação. Savary, inspetor-geral

da gendarmaria, de volta da Câmara dos Pares, compartilha de sua opinião. Dissolver, afirma ele, pressupõe uma força armada. A que está ao dispor de Napoleão é insuficiente. Como os deputados negam-lhe os homens e o dinheiro necessários para dar prosseguimento ao combate, resta-lhe apenas permitir que se dilacerem entre si. Essas cabeças exaltadas acaso se acham em melhores condições que ele de dissolver a pressão inimiga? Pois que Napoleão os tome ao pé da letra e os deixe plantados, abdicando.⁵

“Dentro de oito dias”, conclui Savary, “os estrangeiros chegarão, mandarão fuzilar alguns deles, enviarão outros para o exílio e porão fim a essa miserável comédia. Vós, Sire, ireis para a América desfrutar com alguns servidores fiéis o repouso de que precisais, de que todos precisamos.”⁶

Benjamin Constant explica que, se a abdicação não atende aos interesses de Napoleão, ela corresponde aos da França. O imperador recusa-se a ouvir esse tipo de argumento. Com efeito, considera seu destino indissociável do destino da França. Sua espada serve à defesa do país e à sua própria proteção. Privá-lo dela, no momento em que a coroa lhe é arrancada e os inimigos se aproximam, condena a França a perecer.

“Não se trata da minha pessoa, mas da França”, insiste ele. “Querem que eu abdique! Acaso calcularam os desdobramentos inevitáveis dessa abdicação? É ao meu redor, em torno do meu nome que se congregam as tropas; privá-las de mim é dissolvê-las. Se eu abdicar hoje, dentro de dois dias não tereis mais um exército... Esse exército não ouve as vossas sutilezas. Acaso julgam que axiomas metafísicos, declarações de direito e discursos de tribuna serão capazes de impedir uma debandada?”

“Rejeitar-me no momento em que eu desembarcava em Cannes é algo que eu teria entendido; abandonar-me hoje, eu não entendo... Não é quando os inimigos estão a 120 quilômetros que se derruba impunemente um governo. Acaso se julga possível retrucar aos estrangeiros com frases?”

“Se me tivessem derrubado há quinze dias, teria sido um ato de coragem, mas agora eu estou entre os alvos de ataque do estrangeiro, e portanto faço parte do que a França deve defender. Ao me entregar, ela própria se entrega, confessa sua fraqueza, admite sua derrota e estimula a audácia do vencedor... Não é a liberdade que me depõe, mas o medo, um medo de que haverão de se aproveitar vossos inimigos.

“E que direito afinal tem a Câmara de exigir minha abdicação? Ela deixa sua esfera legal, não tem mais uma missão. Meu direito, meu dever é dissolvê-la.”

O imperador tem consciência de que semelhante decisão pode dividir a população e enfraquecer o Exército. Este, no entanto, talvez encontre reforços. Basta que Napoleão apele para “essa classe veemente e numerosa, fácil de sublevar porque não tem propriedades e fácil de conduzir porque não tem luzes”.

“Como se o acaso quisesse reforçar em Napoleão o sentimento dos recursos que lhe são prometidos por essa resolução desesperada”, relata Benjamin Constant, “ecoam na avenida Marigny gritos de ‘Viva o imperador!’, emitidos por uma multidão de homens, em sua maioria da classe indigente e trabalhadora. Alguns, jurando defender o imperador, tentam escalar o muro para ir a seu encontro e cercá-lo.”⁷

O imperador repete a Benjamin Constant o que dissera horas antes a Lucien: ele não cumulou de honrarias e dinheiro os homens e mulheres que cercam o palácio. Deixa-os tão pobres quanto os havia encontrado. Só o instinto de necessidade os guia, e a voz do país fala pela voz deles. Se Napoleão pedir-lhes, eles varrerão de um só gesto a Câmara rebelde. Mas a vida de um homem não vale esse preço. “Eu não voltei da ilha de Elba para inundar Paris de sangue”, conclui o imperador.⁸

Napoleão manifesta então o desejo de abandonar tudo e partir para o exílio. Em que país terminará sua vida? Na Inglaterra? Nela, diz ele, sua estada seria “ridícula ou preocupante”. Ainda que lá permanecesse tranquilo, ninguém haveria de acreditar. Em cada nevoeiro veriam um disfarce de sua volta ao continente. À primeira impressão de um traje verde desembarcando no litoral, uns fugiriam para longe da França, outros poriam a França fora da lei. Ele comprometeria todo mundo, e de tanto dizerem “Ele

está voltando”, a tentação de voltar efetivamente haveria de invadi-lo. Mais vale partir para a América. Lá poderá viver com dignidade.

Nesse momento, o financista Ouvrard, convidado a comparecer ao palácio, apresenta-se diante de Napoleão.⁹ O soberano logo trata de interrogá-lo: poderia o negociante obter-lhe uma ordem de pagamento de 14 milhões na América setentrional? Em troca, dar-lhe-á 1 milhão e 400 mil francos de renda vinculada a suas terras ou às de sua família. Depois de longo período de conflitos, as relações entre o imperador e o financista correm tranquilas.

Ouvrard é sensível à confiança manifestada por Napoleão em seu momento de desgraça. Prudente, contudo, o homem de dinheiro não mistura sentimentos e negócios. Recusa-se a atender ao pedido do imperador, movido pelo temor de que o título oferecido seja contestado, com medo de atentar contra sua própria fortuna e o futuro de seus filhos. Napoleão não se deixa iludir pelos argumentos expostos por um homem que ostenta de maneira insolente seu luxo e sua riqueza. Mas como poderia mostrar sua indignação no exato momento em que conta com ele para salvaguardar e gerir sua própria fortuna?

Tendo despachado o financista, Napoleão reflete em voz alta. Afinal, que teria a temer se ficasse na França? Que soberano poderia persegui-lo sem prejudicar a si mesmo? Ele devolvera aos reis da Prússia uma parte de seus estados. Quantas vezes o czar não lhe apertou a mão, chamando-o de “grande homem”? Quanto ao imperador da Áustria, acaso teria prazer ou se sentiria honrado com as humilhações do genro? Uns e outros desejariam proclamar diante de todo mundo que agiram exclusivamente por medo?

“No fim das contas, verei”, acaba ele por dizer. “Não quero combater com as forças expostas. Eu estava conseguindo combinar nossos últimos recursos: sou abandonado com a mesma facilidade com que fui recebido! Pois bem, que tratem de apagar, se for possível, essa dupla mancha de fraqueza e leviandade! Que pelo menos seja coberta de luto, de glória! Que se faça pela pátria o que não se quer mais fazer por mim... Mas eu não o espero. Hoje, aqueles que entregam Bonaparte afirmam que é para salvar a França. Amanhã, ao entregar a França, provarão que quiseram apenas salvar suas cabeças.”¹⁰

Aborrecimento e asco de governar

Ao se despedir do imperador, Benjamin Constant está convencido de que ele logo abdicará. Napoleão afirma que o fará por espírito de sacrifício. Mais ponderado, o escritor identifica o mal que corrói o imperador e o leva a desistir: a doença do poder.

O poder corrompeu o imperador a ponto de torná-lo cego. Ele desdenhou dos homens que aceitavam acorrentar-se a ele. Por muito tempo julgou-os incapazes de se revoltar. Dando-se conta do seu erro, é grande sua surpresa por ter avaliado mal homens que julgava em condições de dominar para sempre, de tal maneira se mostravam dóceis. Rebeldes, ainda assim os súditos continuam medíocres aos seus olhos, e, vendo-os impacientes de tomar o poder que detém, o imperador os despreza ainda mais. São de tal ordem o aborrecimento e o asco de governar, segundo Benjamin Constant, que o levam a se despreocupar do próprio futuro. Que importa se permanecerá na França ou se partirá para o exterior?

Desde que ele retornou da ilha de Elba, os colaboradores mais próximos observaram o desinteresse que manifesta pelo próprio destino. Ele interrompe as conversas mais importantes para cuidar de coisas que não lhe dizem respeito. Já não domina como em outros tempos as distrações, o sono e o cansaço. Sua capacidade de concentração parece chegar ao fim. Ele se manifesta a respeito de perigos a que está exposto “como um homem que considera que não vale mais a pena esconder-se; e no entanto sabe melhor que ninguém que, para preservar defensores corajosos, é essencial convencê-los de que a defesa não é perigosa”.

“Em uma palavra”, conclui Benjamin Constant, “dir-se-ia que, ao se vincular novamente ao trono da

França, ele quisera apenas demonstrar quanto lhe era fácil transtornar simplesmente por sua presença nossa velha Europa, modelada de maneira tão pedante por governos rotineiros.”¹¹ Sua volta do exílio seria apenas a suprema vaidade de um homem habituado a jogar a vida, a fortuna e o destino num simples lance de dados?

Ao mesmo tempo megalômano e consciente da futilidade da glória, convencido de ser o melhor no jogo do poder, e contudo decidido a abandoná-lo, Napoleão, enojado dos homens, parece buscar alívio e repouso no *abandono de si mesmo*.

14. A tentação do suicídio

DAS TULHERIAS AO PALÁCIO DO ELISEU, 23h-3h

“Sua abdicação é necessária para o bem da pátria”

Apesar do avançado da hora, as grandes artérias da capital ainda estão cheias de uma multidão heterogênea de operários, artesãos e soldados de licença. Os vendedores ambulantes fazem a festa. A “Suzon”, num traje de moletom de listras vermelhas e brancas, serve aos passantes o café com leite que jorra das torneiras de ferro branco sustentadas no ombro. “Aguardente de vinho... Vida e animação a um soldo o copinho!” “Olha a boa aguardente para alegrar o coração! Olha meu barzinho! Olha a bebida!” Debaixo da sua tenda, o vendedor convida à degustação. Mais adiante, um comerciante oferece pãezinhos de Gonesse e laranjas que diz terem chegado de Portugal.

Mas a noite está menos para festa que para espera angustiada. Os curiosos olham com ansiedade as carruagens que passam escoltadas por cavaleiros de sabre em punho. Em torno dos monumentos públicos, homens armados vão e vêm numa ronda incessante. Todas as administrações regionais da capital são vigiadas e os postos de guarda ao redor do palácio Bourbon são reforçados. Nos salões do faubourg Saint-Germain e nos cafés do Palais-Royal todas as conversas tratam da possibilidade de um golpe de força. Quem dará o primeiro lance? O imperador? Os representantes?

O palácio das Tulherias está quase deserto quando, às 23h, os membros das comissões das Assembleias e os ministros se reúnem na sala do Conselho de Estado. No total, 21 pessoas sentam-se ao redor de uma mesa presidida pelo chanceler-mor Cambacérès. Face a face, os seguidores e os opositores do monarca. O clima de prudência mal chega a ser perturbado pelo murmúrio das conversas. Os homens ali presentes preparam-se para “repetir a frio o drama representado com paixão na Câmara dos Representantes”.¹

Thibaudeau convida-os a adotar como princípio de toda a discussão que tudo será sacrificado à salvaguarda da pátria, exceto a liberdade constitucional. Combatida pelos ministros, apoiada por La Fayette, a proposta é adotada por maioria de um voto. Primeiro confronto, primeira derrota de Napoleão. A ideia enunciada por Thibaudeau encerra em si mesma a abdicação do imperador.

Os ministros examinam em seguida as medidas a serem tomadas para a salvação pública. Apresentam projetos a respeito das finanças, do recrutamento do Exército e dos recursos de defesa. Os membros do governo não se cansam de debatê-los, detendo-se apenas para votar as propostas. Agem como se a reunião nada tivesse de extraordinário, como se as relações entre o Executivo e o Legislativo estivessem inalteradas. Os ministros temem, na verdade, o momento em que um deputado venha a fazer a pergunta que persegue a todos: Napoleão será convidado a abdicar?

Como os ministros abordam a questão de uma eventual paz, um representante pede que as Câmaras nomeiem deputados para negociar com o adversário, já que ele se recusa a tratar com Napoleão. Fouché apoia a solicitação. Os outros ministros objetam que semelhante medida equivale à deposição do imperador.

A proposta é aprovada por ampla maioria, mas com uma ressalva: os negociadores serão nomeados pelas duas Câmaras com aprovação de Napoleão. Ninguém se ilude. Ao se apropriar do direito real de

negociar com o estrangeiro, as Câmaras, através de seus delegados, declaram o chefe de Estado sob tutela. Uma paz sem o imperador é uma paz contra o imperador. Por que não dizer as coisas francamente? É disso que se incumbe La Fayette.

Tomando a palavra, o general dá seu consentimento a todas as medidas de defesa, e em seguida, passando ao problema da paz, pergunta:

“Já não está claro que toda paz e mesmo toda negociação será impossível enquanto Napoleão estiver à frente do governo?”

Murmúrios percorrem a assistência, e os ministros ficam indignados por ouvir La Fayette repetir as afirmações feitas horas antes pelo representante Jay.

“Se os ministros tivessem considerado verdadeiro o que acaba de afirmar o sr. de la Fayette”, intervém Lucien Bonaparte, “teriam sido os primeiros a solicitá-lo ao imperador.”

O general, pegando a bola no ar, retruca:

“Isso é que é falar como um francês, eu adoto a ideia e a transformo em moção. Proponho irmos todos ao encontro do imperador para dizer-lhe que, com base em tudo que aconteceu, sua abdicação tornou-se necessária para o bem da pátria.”

Lucien Bonaparte declara:

“O imperador está pronto para fazer os sacrifícios exigidos pela salvação da pátria, mas o momento de lançar mão desse recurso desesperado ainda não chegou. Pelo próprio interesse da França, convém aguardar o resultado das propostas a serem feitas aos aliados.”

Flaugergues e Lanjuinais insistem para que a moção de La Fayette seja votada. Cambacérès recusa-se e suspende a sessão.

São 3h da manhã. O Conselho se dissolve, levando consigo o fim próximo do Império.

Ao sair, Fouché murmura no ouvido de Thibaudeau: “Temos que acabar com isso hoje.”² Não longe dali, Benjamin Constant anota em seu diário, antes de se deitar: “O fim se aproxima. Uma total debacle. Não há mais exército, nem canhões, nem meios de resistência. Sessão dos representantes. La Fayette. A Câmara. Fria. Ela não terá como se salvar por seu consentimento nem por sua independência. ... O imperador mandou me chamar. Continua calmo e espirituoso. Vai abdicar amanhã, creio. Esses miseráveis serviram-lhe com entusiasmo quando ele esmagava a liberdade e o abandonam quando ele a restabelece.”³

Noite de angústias e incertezas

Durante horas Napoleão medita sobre a ressurgência da epopeia e o fracasso sofrido. “Amigos e inimigos, bem-intencionados e cruéis”, estão todos contra ele. O imperador continua só diante dos dois grandes partidos que lhe foram apresentados desde sua volta a Paris.

A seu lado, a espada da glória, de Ulm e Austerlitz. Deixá-la embainhada é entregá-la de bandeja a um bando de “mediócras” que, vendendo barato a liberdade e a independência da França, empanarão sua glória. Desembainhá-la é aviltar seu gume na guerra civil.

Há dois dias sua mente é constante joguete de perguntas e respostas, sempre as mesmas.⁴ Entrando em luta, ele compromete sua honra e macula sua lenda “na cloaca de sangue, crimes e abominações de todo tipo, acumulados sobre ele pelo ódio, os panfletos e os pasquins”. Para a posteridade e a história, ele se transforma no Nero, no Tibério da sua época.

Se pelo menos pudesse a este preço salvar a pátria! Mas é certo que teria êxito? Nem todos os perigos vêm de fora, as dissensões internas lhes são bem superiores. Não faltam insensatos dispostos a se deixar convencer de que o imperador só pensa em si mesmo, em suas vantagens pessoais. Como mostrar-lhes

que ele combate exclusivamente pela pátria?

Mais uma vez ele é chamado de déspota e tirano, acusado de violar o juramento que acaba de fazer. Quem pode garantir que, em meio à guerra civil que se anuncia, ele não será abatido por um braço francês? Que será da nação aos olhos de todo mundo e na estima das gerações mais distantes? Pois sua glória está ligada à dele.

Nessa noite de angústia, as incertezas voltam, invadindo permanentemente sua mente. Ele se dispõe a tudo abandonar, e no instante seguinte lhe volta a vontade de resistir. Sonha em mais uma vez convocar os 6 mil homens da Guarda Imperial de que dispõe em Paris, engrossar suas fileiras com a parte da Guarda Nacional que se manteve fiel e os federados dos subúrbios. Vê-se transferindo o corpo legislativo para Tours ou Blois e reorganizando em Paris os restos do exército. Ditador, ele trabalhará sozinho pela salvação da pátria.

Mas o corpo legislativo obedecerá? Ele pode obrigá-lo pela força. Mas, nesse caso, “que escândalo e que complicação a mais”! Desde o dia 20 de junho o imperador questiona: o povo abraçará sua causa? O próprio Exército continuará fiel? Numa crise que sempre recomeça, não irão se apartar dele? Não tentarão sair-se bem à sua custa? A ideia de que sem ele todo perigo seria afastado e a paz se tornaria possível não serve de pretexto para abandoná-lo? “As conveniências que cada um encontrou no ano anterior com os Bourbon não servirão hoje de estímulo decisivo para muita gente?”

Desde a volta a Paris, Napoleão continua pesando os prós e os contras. Convenceu-se de que não terá como resistir “à coligação externa, aos realistas internos, à infinidade de seitas que serão criadas pela violação do corpo legislativo; àquela parte da multidão que precisa ser posta em marcha à força; enfim, à condenação moral que, no infortúnio, nos atribui todos os males que se apresentam”. Resta-lhe apenas, portanto, a alternativa da abdicação.

Mas a cada vez o sonho de uma vitória possível retorna. Se o corpo legislativo não abrir dissidência, tudo é possível. Esquecendo ao mesmo tempo a rejeição da guerra por uma parte da opinião pública e o despreparo militar dos homens aos quais deve recorrer, Napoleão vê surgir em sua imaginação novas fortificações ao redor de Paris. Em menos de quinze dias a capital transforma-se numa praça inexpugnável defendida por seus habitantes, pela Guarda Nacional e os federados. O imperador reúne 80 mil soldados e repete com eles as proezas da campanha da França. Em 1814, apelidado “O 100 Mil Homens” pelos adversários, ele dividiu e derrotou um a um os numerosos exércitos da coligação, graças aos movimentos rápidos de um punhado de guerreiros. Que lhe sejam fornecidos soldados entusiastas e velozes, e ele deterá mais uma vez o avanço de ingleses e prussianos sobre Paris! O recrutamento em massa então será possível.

“O apelo à nação, a magnitude do perigo, o ardor generalizado, a grandeza do espetáculo” haverão de atrair “multidões de todas as partes para a capital”. Quatrocentos mil homens logo estarão em pé de guerra. Como as tropas aliadas não passam de 500 mil, a coisa irá se reduzir a um só combate, no qual o medo estará de ambos os lados em confronto. O adversário hesitará e a confiança dos franceses no imperador aumentará.

Na imaginação do monarca, 1799 renasce mais uma vez. Trocando o manto imperial pelo uniforme do general Bonaparte, ele instaura uma ditadura militar de salvação pública. Uma elite comprometida com a coisa pública o apoia e mostra aos cidadãos a necessidade de sacrificar o interesse pessoal pelo bem coletivo, pelo Estado-nação baseado nos princípios de liberdade e igualdade. Negligenciando o nacionalismo a que sua política deu origem na Europa, Napoleão está convencido de que a chama revolucionária, incendiando mais uma vez os povos, o ajudará a vencer os soberanos coligados contra ele.

Tudo é possível. Mas os representantes sustentam sua rebelião, e tudo se torna incerto. Diante dos liberais da Câmara, ele é tomado de um ódio e uma indignação que se transformam em fúria. Mente

superior capaz de respirar o que está no ar em seu tempo, Napoleão sabe que os notáveis desejam um governo representativo. Mas seria este o momento de falar a respeito, e mesmo de tentar criar “esse novo grau de civilização”,⁵ enquanto o inimigo se aproxima? Uma ditadura de salvação pública seria de longe preferível.

Será que a rejeitariam? Que seja. Ele se tornará o “grande homem” tão louvado pelo Século das Luzes. Abdicará, preocupado antes de tudo em poupar os súditos dos sofrimentos físicos e das dores morais de uma guerra civil. E irá então entrar para a história como um mártir movido pelo espírito de sacrifício à coisa pública.

Abdicar, repetir a humilhação sofrida em 1814, mergulhar na desonra? Não. Antes morrer. Viria então à sua mente a ideia de pôr fim a seus dias?

À beira do abismo

No início de junho de 1815, quando Napoleão se preparava para entrar em campanha, Charles Louis de Gassicourt, farmacêutico do imperador, fora convocado ao Eliseu. O imperador falou da gravidade da guerra iniciada, dos possíveis reveses aos quais não gostaria de sobreviver e da recusa em aceitar um eventual cativo. Assim, ordenara a Gassicourt que preparasse uma dose infalível de veneno, alojando-a numa joia que só pudesse ser aberta pelo próprio Napoleão. Desse modo, o soberano teria sempre ao seu alcance a possibilidade, perfeitamente oculta, de se suicidar.

Perturbado com semelhante ordem, o farmacêutico tentara dissuadir o imperador. Falou-lhe sem buscar dissimular a violenta emoção de que era tomado. Napoleão o ouvira, mas tinha reiterado sua ordem! Gassicourt voltara então ao laboratório para preparar o veneno, acomodando-o numa joia entregue a Napoleão na véspera da partida para os campos de batalha de Ligny e Waterloo.

Na noite de 21 para 22 de junho, Gassicourt é despertado por um emissário do Eliseu, solicitando que acorra à cabeceira do imperador. Napoleão tentara se matar. Tendo ingerido o veneno, ele se arrependera, e pede que o ajude a neutralizar os efeitos.

Com os cabelos em pé e o corpo banhado em suor frio, o farmacêutico está aterrorizado. Mas tenta fazer com que o paciente vomite. Gassicourt obriga então Napoleão a beber abundantemente para provocar novos vômitos, lavando assim o estômago e impedindo a assimilação completa da droga. As medidas tomadas deixam o imperador fora de perigo.

No entanto, Gassicourt continua preocupado com as possíveis sequelas da tentativa de envenenamento. Informado de que o imperador queixa-se de dores estomacais, ele se apavora com a ideia de que, apesar dos cuidados tomados, uma parte do veneno não tenha sido eliminada. Em 1821, quando Napoleão vem a morrer de uma lesão do estômago, Gassicourt julga-se responsável. “Não foi possível extrair certa quantidade do veneno”, teria dito ele; “com isso, mais cedo ou mais tarde, a morte era certa.”⁶

Que pensar desse relato? Se Gassicourt confia seu segredo ao general barão Thiébauld, nem por isso ele deixa de ser o único a ter testemunhado a tentativa de suicídio. Acontece que, para o policial, como para o historiador, um só testemunho de nada vale. Além disso, parece difícil aceitar que uma droga apresentada por seu inventor como “infalível” não tenha tido efeito mortal imediato.

De qualquer maneira, os mais próximos do imperador, especialmente Marchand, seu camareiro, constataram – o que não deixa de ser perturbador e de dar crédito à tese do suicídio – que, ao despertar, Napoleão não aparentava seu estado normal.

Indubitavelmente, a noite de angústia corroera a energia moral do soberano.

“Eu não tinha mais”, explicaria ele próprio, “o sentimento do sucesso definitivo. Já não era mais minha confiança inicial: fosse porque a idade a que a sorte costuma ser favorável começava a me

escapar, fosse porque, a meus próprios olhos, em minha própria imaginação, as maravilhas da minha carreira já estivessem comprometidas – o fato é que eu sentia que me faltava algo. Não era mais aquela sorte vinculada aos meus passos que se comprazia em me satisfazer, era o destino severo ao qual eu ainda conseguia arrancar, como que à força, alguns favores, dos quais ele no entanto logo se vingava; pois é notável que eu não tivesse então nenhuma vantagem que não fosse imediatamente seguida de um revés.

“E todos esses golpes, devo dizer, atingiram-me sem propriamente me surpreender. Eu sentia instintivamente um desenlace desafortunado. Não que isso tenha influenciado minhas decisões e as medidas que tomei. Mas dentro de mim ainda assim prevalecia esse sentimento.”⁷

Napoleão não teria, apesar de tudo, tentado abreviar o sofrimento moral experimentado na noite de 21 para 22 de junho? A tentativa não teria sido a primeira.

Condenado a viver

Bonaparte tinha apenas dezessete anos quando, jovem oficial em Valence, sentiu forte desejo de morrer. Que estava ele fazendo neste mundo? Como a morte é inevitável e os sofrimentos da vida, grandes, por que não se aniquilar? Se já tivesse passado dos sessenta anos, pensava, ele respeitaria o preconceito de seus contemporâneos e esperaria com paciência que a natureza cumprisse seu curso. Entretanto, como não sentia mais nenhum prazer em viver “em meio a homens distantes da natureza, covardes, vis e rastejantes”, tudo sendo para ele sofrimento, por que não pôr fim a seus dias?⁸

Bonaparte era nesse momento um jovem exilado sem grandes recursos, um pequeno nobre sem qualquer apoio num ofício onde muitos são necessários para fazer carreira. Temendo jamais ser capaz de realizar seus sonhos, receando ficar eternamente prisioneiro de uma mediocridade que o enojava, como poderia ele esquivar-se à grande onda sentimental que, proveniente da Alemanha e da Inglaterra, submergia então a França?

O *Dicionário da Academia Francesa* dá testemunho da recrudescência do fenômeno ao registrar, em 1779, a palavra “suicídio”, que vinha substituir termos e perífrases como “occisão, morte voluntária” ou “homicídio de si mesmo”, para designar um ato até então excepcional.

Mero episódio, essa tentação da morte num jovem que ignora que o cansaço da vida é um ato de fé na vida, a prova de que é considerada “uma festa única para a qual não fomos convidados, uma mesa splendidamente servida da qual fomos expulsos apesar de sentir fome”.⁹

Passada a crise da juventude, Bonaparte adotou a opinião de Rousseau, para quem o suicídio é um roubo contra o gênero humano. Promovido a general e feito primeiro-cônsul, Bonaparte aproveitou-se de uma oportunidade que lhe era oferecida no campo de Bolonha para ensinar a seus soldados o desprezo pelo suicídio. A morte de um granadeiro que se matara por decepção amorosa havia desencadeado uma onda de suicídios no Exército, e Bonaparte tratara de intervir. Explicara, numa ordem do dia, que um militar deve saber vencer a dor e a melancolia das paixões, e que suportar com firmeza as verdadeiras penas da alma constitui um ato tão corajoso quanto se manter firme sob a metralha de uma bateria. “Entregar-se sem resistência, matar-se para fugir à dor é abandonar o campo de batalha sem ter vencido.”¹⁰

A chaga de juventude, que ele julgava curada, voltou a se abrir em 1814. Durante a campanha da França, Napoleão revelou ao barão de Bausset que, durante os combates em Arcis-sur-Aube, ele fizera de tudo para encontrar uma morte gloriosa, expondo-se sem hesitar às balas que choviam ao seu redor. Mas se arrependera, convencido de que buscar a morte por desespero é uma covardia. “O suicídio”, concluía, “nada tem a ver com meus princípios nem com a posição que ocupei no cenário mundial.”¹¹ E

no entanto...

Na noite de 12 para 13 de abril de 1814, Napoleão convoca Caulaincourt à sua presença. São 3h da manhã, e o ministro vê na penumbra que o imperador, deitado, entrega-lhe uma carta. Com a voz fraca, o soberano diz: “Abrace-me, dentro de pouco tempo não estarei mais aqui. Leve então minha carta à imperatriz. Guarde as dela com a pasta na qual se encontram para entregá-las a meu filho quando for adulto... Ah!, como é difícil morrer, como somos desgraçados por ter uma constituição que prolonga o fim de uma vida por cujo fim anseio.” Ele é interrompido pelo vômito.

Napoleão envenenara-se. O imperador confessa a Caulaincourt que ingerira o veneno que trazia num saquinho pendurado ao pescoço. É uma mistura de beladona e heléboro-branco. Formulado durante o Terror, foi usado por Condorcet para se matar. No momento de partir para a Rússia, o imperador ordenara a seu cirurgião, Yvan, que o preparasse, com o objetivo de utilizá-lo para não cair vivo nas mãos do inimigo.

Despertado, Yvan acorre às pressas à cabeceira de Napoleão. Ele é a segunda testemunha a confirmar a tentativa de suicídio. O imperador pede que lhe dê um veneno mais eficaz. O cirurgião se recusa, fica apavorado e depois se acalma, obrigando o doente a vomitar. Já fora de perigo, o imperador, Yvan, pálido como a morte, o deixa, para nunca mais voltar a vê-lo.¹² Como diz ele próprio, Napoleão é um homem condenado a viver.

Em Santa Helena, Napoleão, refletindo sobre o suicídio, escreveria: “O homem que, sucumbindo ao peso dos problemas atuais, busca a morte, comete uma injustiça consigo mesmo, obedece por desespero e fraqueza a uma fantasia do momento, a ela sacrificando toda a existência ainda por vir.” Entretanto, num dia em que lhe pesa o exílio por demais prolongado, ele confessa ao duque de Rovigo que às vezes tem vontade de abandonar seus companheiros de infortúnio. “Não deve ser muito difícil”, diz. “Basta que eu me deixe arrebatado, e logo estarei longe de vocês.”

As tendências suicidas de Napoleão estão bem comprovadas para que aceitemos a hipótese de um envenenamento voluntário na noite de 21 para 22 de junho de 1815. Com a cabeça cheia de dúvidas e resoluções abortadas, Napoleão, “esse monumento da vontade”, está a ponto de mergulhar no vazio.

Passada a crise, no entanto, cabe perguntar se Napoleão de fato estaria decidido a abdicar, como afirmaria um ano depois. O dia que começa o leva a um derradeiro confronto. Seria ele agora o tipo de homem que foge? Como num campo de batalha, tudo vai depender do golpe de vista e do momento.

QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO

“Ofereço-me em sacrifício...”

15. “Sozinho, nada posso”

PALÁCIO DO ELISEU, 9h

Pobre França!

Tendo se levantado às 9h, Napoleão mais uma vez calcula suas chances de enquadrar a Câmara dos Representantes. E então conta e volta a contar os homens de que dispõe para um golpe de força: os 5.300 homens da Guarda Imperial, os 6 mil infantess e cavaleiros da força regular, as oito companhias de veteranos, os setecentos gendarmes, as companhias de artilharia da Marinha, os dois batalhões de militares reformados, os 3.500 federados fardados e armados...

Sim, tudo isso constitui força suficiente para submeter os representantes. Mas ao brandir contra eles o machado de guerra ele irremediavelmente se priva do apoio dos notáveis necessários para mobilizar o país. Isso para não falar do fato de que agir assim leva diretamente à guerra civil.

Ele é apanhado no interminável vórtice do dilema. Ao tomar conhecimento das medidas adotadas nas Tulherias, não consegue acreditar na resolução dos deputados de forçá-lo a abdicar.

O conde de Lavalette vai ao seu encontro, fornecendo-lhe as informações de que dispõe sobre o estado de espírito dos representantes do povo. E elas não são boas. Segundo o diretor dos Correios, nada mais resta a Napoleão além de apelar do trono sem demora. O imperador ouve-o com ar sombrio. Dá impressão de ter controle sobre si mesmo, mas “a agitação de sua alma e todo o horror de sua posição transparecem no seu rosto e nos seus movimentos”.

– Eu sei – diz-lhe Lavalette – que Vossa Majestade ainda pode desembainhar a espada, mas com quem e contra quem? A coragem foi esmagada pelo abatimento, o exército ainda está na maior desordem. Nada se pode esperar de Paris, e o golpe de Estado de 18 de brumário não pode ser repetido.

– Esse pensamento está longe da minha alma – responde-lhe Napoleão. – Não quero mais ouvir falar de mim mesmo. Mas pobre da França!”¹

Nesse momento, Savary e Caulaincourt solicitam audiência. Confirmam a irritação dos deputados e também exortam Napoleão a renunciar a um poder que as Câmaras estão interessadas em lhe tomar – mais do que se preocupam em armar “a nação para a defesa comum”.

Napoleão reitera o que lhes disse na véspera: “Sozinho, nada posso; se deixarem que eu sucumba, veremos. De minha parte, tomei a decisão. Mandei expedir comunicados à Câmara e espero sua resposta.”²

O imperador de fato mandara avisar aos deputados que aceitava a nomeação pela Câmara de uma comissão incumbida de tratar diretamente com as potências coligadas. Além disso, informara que estava disposto a se sacrificar se sua presença no trono impedisse a abertura das negociações.³

Concessão importante. Ela já traz em si a abdicação, mas o fato é que Napoleão ainda tergiversa.

Quantos homens para deter o avanço inimigo?

Nesse momento, é anunciada a chegada do sr. de Vatry, ajudante de campo do príncipe Jérôme. Enviado

por seu chefe a Paris para prestar contas da situação do exército, o oficial dirigiu-se inicialmente à Câmara dos Pares. Informado de sua presença na capital, o imperador deu-lhe ordem de ir ao Eliseu.

O ajudante de campo acaba de atravessar os destroços do exército. Está portanto em condições de fazer um resumo dos recursos que ainda restam ao soberano. O imperador o interroga: quantos homens poderão ser dispostos em linha? A resposta é desesperadora: não mais que 25 mil. O imperador recusa-se a acreditar. A estimativa parece-lhe muito baixa. Ele convida o ajudante de campo a refletir melhor e calcular de lápis e papel na mão.⁴

O soberano, por sua vez, calcula de novo os contingentes com os quais julga contar. Acrescentando aos 25 mil homens que o oficial viu batendo em retirada na direção de Avesnes os soldados arregimentados por Soult, os cavaleiros de Dejean e os dois corpos de exército de Grouchy, as forças a serem opostas aos aliados elevam-se a 60 mil homens!

Que Davout se apresse a ir ao encontro dos deputados para lhes dar uma notícia que deve infundir-lhes coragem de novo e alterar seu estado de espírito em relação ao imperador!

Mais uma vez os números apresentados nem de longe levam em conta a desmoralização do Exército. Napoleão ignora igualmente o alcance da traição dos generais que acorrem a Paris para conhecer seu novo senhor: Luís XVIII ou seu primo, o duque de Orleans. O imperador só seria informado da fermentação no Exército e da agitação persistente entre seus chefes pela carta que lhe é escrita no mesmo dia por Soult.

PALÁCIO BOURBON, 9h

“Os aliados jamais negociarão enquanto o imperador estiver à sua frente”

Reunida por volta das 9h, a Câmara dos Representantes⁵ evidencia inicialmente “as piores disposições”.⁶ Os agentes de Fouché por toda parte incitam os deputados a exigir a abdicação.

Às 9h30, na ausência de Lanjuinais, o sr. Bedoch, um dos secretários, assume a presidência da Câmara. Procurador-geral e conselheiro de Estado, ele é um homem de coragem: restaurado Luís XVIII, Bedoch defendera com audácia a liberdade de imprensa ameaçada.

Vários deputados pedem-lhe que abra a sessão sem mais demora. Como ainda não foram concluídos a redação das atas da reunião anterior e o relatório da Comissão Extraordinária reunida nas Tulherias, Bedoch propõe que se adote outra ordem do dia. Os deputados se opõem.

Gritos ecoam de toda parte:

– Comissão! Comissão! Temos de ouvir a comissão!

O deputado Lacoste mostra-se indignado:

– Estão adiando o momento de atender à vontade da Câmara, perde-se tempo para os interesses da pátria!

O general Grenier, relator da comissão, finalmente sobe à tribuna. Aproximando-se dos cinquenta anos, o militar impressiona pelos serviços prestados. Soldado do rei, aderiu à Revolução e participou de todas as campanhas da República. No Consulado e no Império, combateu em todos os campos de batalha da Europa.

Grenier expõe inicialmente o pedido para que as Câmaras escolham em suas fileiras os integrantes de uma embaixada a ser incumbida de negociar com as potências estrangeiras. Adiantando-se à chegada da mensagem imperial, ele anuncia a concordância do imperador com a nomeação desses embaixadores. O general também comunica a decisão do imperador de se sacrificar, caso represente um obstáculo para

qualquer negociação visando assegurar a independência do país.

O assentimento de Napoleão ao desejo manifestado por La Fayette ainda é apenas condicional. Mas com ele se redobra o ardor dos deputados no sentido de exigir a abdicação do soberano.⁷

Grenier passa sem mais delonga ao segundo tema de deliberação da Comissão Extraordinária, dizendo respeito ao convite para que os ministros de Estado proponham às Câmaras medidas de salvação pública.

O deputado Leyraud⁸ toma bruscamente a palavra. No ano anterior, ele recebera Luís XVIII com entusiasmo. Chegara inclusive a compor uma canção em sua homenagem, por ele mesmo interpretada num banquete de guardas nacionais. O deputado sonha em apresentar-se como defensor das liberdades contra a ditadura da espada.

“E nós também refletimos sobre as circunstâncias difíceis em que se encontra a França. O resultado dos últimos acontecimentos dilacerou os corações, e nos perguntamos por que meios conseguiríamos salvar a pátria. A propósito das maneiras de rechaçar as forças das potências coligadas e tentar reagir, devemos proceder a um levantamento dos recursos que nos restam e nos debruçar sobre nossa situação interna. Se calcularmos as forças dos exércitos inimigos...”

Os deputados expressam sua irritação e interrompem o orador com violento clamor. Eles querem intimar o imperador a abdicar, e eis que um importuno tenta desviá-los de sua preocupação. Que Napoleão desça do seu trono, e os representantes do povo saberão perfeitamente tomar as medidas policiais e de defesa necessárias!

Crochon, representante do Eure, propõe que sem mais demora a Assembleia envie uma delegação aos aliados. A negociação a ser empreendida irá se basear numa solene declaração de paz ao mundo. Ouvindo-o, os representantes julgam estar voltando cerca de 25 anos atrás. Ao afirmar que “a nação francesa renuncia para sempre a toda guerra ofensiva e de ambição”, Crochon de fato está usando quase os mesmos termos outrora empregados pela Assembleia Constituinte.

Um obscuro deputado, Antoine Duchesne, traz a Assembleia de volta à realidade do momento. Querendo demonstrar que a salvação da pátria exige a renúncia de Napoleão à coroa imperial, ele descreve longamente o caos em que o imperador mergulhou a nação, a qual, já agora desunida, revela-se sem forças diante dos aliados:

“Nossos desastres são grandes, não podemos negar. São atestados pela própria presença do chefe de nossos exércitos na capital. Se a energia da nação não tem limites, o mesmo não se pode dizer de seus recursos. Disseram-nos que eles equivalem aos que ela tinha em 1791. Quisera Deus que isso fosse verdade! Mas são demasiados os motivos para que eu não compartilhe dessa opinião. Falam-nos também de imitar os espanhóis, que deram tão grande exemplo de espírito nacional, um sentimento tão profundo da própria independência. Mas, infelizmente, nossa situação atual não é muito diferente? Por infortúnio, não é verdade que na França não prevalece a mesma unanimidade de sentimentos, unanimidade que seria a única...”

Ele é interrompido por murmúrios. E recomeça:

“Não creio portanto que a Câmara esteja em condições de propor negociações às potências aliadas. Nos próprios elementos que nos foram fornecidos está a prova de que eles constantemente recusaram as propostas que lhes foram feitas, afirmando que jamais negociarão enquanto o imperador estiver à sua frente.”

Napoleão sob sursis

Regnault de Saint-Jean-d'Angély entra então na sala e se aproxima de Lanjuinais, que reassumira a presidência da sessão. Diz-lhe ao pé do ouvido que antes das 15h o imperador enviará à Câmara uma

mensagem para levar a cabo suas intenções. A promessa é ouvida por vários deputados, que protestam:

- Querem fazer a Assembleia perder tempo – clama um deles.
- Exijo que nos reunamos em gabinete – diz outro.
- Não, não... Não sairemos daqui... Nada de meios-termos – exclamam os deputados.

Duchesne retoma a palavra:

– Precisaríamos ter certeza de encontrar no desenvolvimento das forças da nação uma defesa forte o suficiente para apoiar nossas negociações e cuidar com êxito de nossa honra e nossa independência. Esses dois recursos não nos dão certeza de que seríamos capazes de preservar nossas liberdades. As circunstâncias ainda podem trazer para perto da capital os exércitos vitoriosos, e então, sob seus auspícios, voltar a surgir aquela antiga família...

– Jamais, jamais! – gritam na plateia.

– Estou expressando francamente meu pensamento – afirma Duchesne. – Quais seriam as consequências desses acontecimentos? Só podemos tomar uma decisão, convencer o imperador, em nome da salvação do Estado, no sagrado nome de uma pátria que sofre, a declarar sua abdicação.

– Sim, é isso, apoiado, apoiado! – gritam.

Lanjuinais restabelece a calma e pede aos representantes que esperem a chegada da mensagem imperial.

O general Solignac, deputado por Millau, levanta-se. Ele é mais conhecido como especialista em golpes de Estado do que em tática militar. Na República, participou dos golpes de 13 de vindemiário (setembro-outubro), de 18 de frutidor (agosto-setembro) e de 18 de brumário. Por sinal, está acostumado a considerar a caixa do Exército parte integrante do seu patrimônio, o que em dado momento levou Napoleão a rebaixá-lo de sua patente. O general propõe que se nomeie uma delegação de cinco membros para ir ao imperador falar-lhe da urgência de uma decisão.

Seria uma afronta a Napoleão. Os deputados bem o sentem. Alguns cercam o general, recomendando que, por escrúpulo ou temor da ira vingadora do monarca, ele aguarde a chegada da mensagem imperial. Solignac consente, propondo-se a emendar seu texto. A plateia divide-se, e a maioria se opõe a qualquer emenda. Solignac aceita um compromisso:

“Senhores”, diz aos representantes, “todos queremos salvar a pátria, mas será que não poderíamos conciliar esse sentimento unânime com o desejo honroso de que a Câmara preserve a honra do chefe de Estado?”

Nenhum deputado fica chocado com o fato de um crápula expulso do posto por malversação venha falar da honra do soberano. Todos aprovam o que ele diz.

“Se eu estivesse pedindo que esperássemos até esta noite ou até amanhã, poderiam objetar-me algumas considerações, mas uma hora...”, acrescenta o general.⁹

Submetida a votação, a proposta é aceita. Como se se tratasse de um condenado, a Assembleia concede a graça do *sursis* àquele que ainda ontem a fazia tremer de medo. Uma hora lhe é concedida *por especial favor*, para que tome sua decisão e dê a conhecer, como não duvidam os deputados, sua abdicação *espontânea!*

Ao meio-dia a sessão é suspensa. Na saída, La Fayette aborda Lucien Bonaparte, que se encontra na Câmara na qualidade de comissário do governo.

– Diga ao seu irmão que nos mande a abdicação; caso contrário, lhe mandaremos sua deposição.

– E eu – retruca Lucien – vou lhes mandar La Bédoyère com um batalhão da Guarda.¹⁰

Mera bravata do general La Fayette: a ameaça é inútil, pois Fouché, seu mentor, quer a abdicação do soberano, e não sua deposição, que poderia desencadear um movimento popular. Mas não faltam deputados tentados pela medida. Alguns, tendo entreouvido as palavras de La Fayette, aplaudem-no.

Villemain constata que “nenhuma intenção contrária, nenhuma declaração de pesar e resistência em favor de Napoleão resta nesta Assembleia para a qual entraram tantos homens outrora ligados à Revolução e depois ao Império”.¹¹

Uma tendência coletiva arrasta tudo; para começar, os indivíduos que vão mudando ao sabor da sorte de seu senhor. Em seus encarniçados ataques à pessoa do imperador, eles parecem “cães disputando um cadáver”.¹² Mas nem todos os deputados têm motivações tão sombrias. Alguns deles consideram com toda sinceridade que o interesse público impõe que o futuro da França seja separado do futuro de um homem que não se encontra mais em condições de defendê-la.¹³ Ainda assim, hesitam em enviar uma delegação ao monarca para comunicar-lhe a vontade imperativa da Câmara, de tal maneira estão conscientes de que será para ele uma afronta. Solignac não tem esses escrúpulos. Juntamente com alguns dos colegas, ele se prepara para sair, conquistar o Eliseu e se vingar daquele que o puniu por suas falcatruas.

A sessão tem prosseguimento, e os representantes ouvem o ministro da Guerra, que veio falar-lhes da situação dos contingentes armados.

Uma força armada respeitável

“Senhores”, começa Davout, “recebemos ontem notícias do exército. As informações que nos chegaram, apesar de não oficiais, levavam-nos a crer que nossos desastres não eram tão consideráveis quanto se poderia temer. Hoje essas informações adquiriram caráter oficial mais positivo, e a seu respeito posso empenhar minha honra diante da Câmara.

“Um oficial da ordenança do príncipe Jérôme, partido de Avesnes a 21 de junho, encontrou o caminho coberto de soldados. Nele devem se encontrar pelo menos 20 mil homens arregimentados. Alguns oficiais da Guarda encontraram no caminho veículos com fuzis e em seguida armaram pelo menos 5 mil soldados. De todo canto foram reunidos canhões, caixas de munições, veículos.

“Por toda parte emissários causavam alarme, anunciando o inimigo. O comandante De La Fère mandou prender todo aquele que espalhasse boatos perniciosos.

“A Guarda foi mobilizada em Avesnes.

“Eis um trecho de um despacho do duque da Dalmácia:¹⁴ ‘O senhor marechal escreveu no dia 20, de Rocroy, dizendo que, com os batalhões de Philippeville, reuniu 2 mil homens da velha guarda e muitos outros destacamentos.’

“O marechal Grouchy informa que derrotou, no dia 18, os restos do exército prussiano. As comunicações com o marechal Soult estavam livres.

“Outro oficial não viu nenhum inimigo entre o marechal e a fronteira. Não resta dúvida de que o senhor marechal lá está com seu corpo de cavalaria.

“Assim, ainda dispomos de um exército de 60 mil homens na fronteira do norte. Podemos, além disso, enviar para lá 10 mil homens, com cavalaria e peças de canhão. Acrescento que, se a Câmara tomar medidas enérgicas e declarar traidor da pátria todo guarda ou todo militar que abandonar a bandeira, uma muralha muito forte poderá se opor à invasão estrangeira, e será possível contar com um exército suficientemente respeitável para sustentar as negociações com um inimigo que já demonstrou que nem sempre cumpre fielmente suas promessas.”¹⁵

Davout não tenta esconder a gravidade da situação. Entretanto, querendo demonstrar que ela não é desesperadora, joga com as informações. Embora diminua o número de soldados encontrado no caminho pelo ajudante de campo (são 25 mil homens, em vez de 20 mil), o príncipe os apresenta como “arregimentados”, o que ainda está longe da verdade. Recorrendo a uma soma de números muitas vezes

imprecisos, o marechal insiste em estabelecer em 60 mil o total dos homens disponíveis para conter o inimigo e permitir o início de negociações.

Claro está que o ministro não menciona o estado de esgotamento físico e moral das tropas. Finalmente, se forem dar ouvidos ao príncipe, os deputados podem ter a impressão de que o inimigo ainda não está em solo nacional. Acontece que há mais de 24 horas os representantes foram informados pelos primeiros militares a chegar a Paris de que as fronteiras foram vencidas pelos ingleses e prussianos.

Um deputado, decerto alarmado pela contradição entre as afirmações do príncipe de Eckmühl e as informações de que dispõe, interrompe de repente o ministro, perguntando:

– Gostaria que o ministro se dispusesse a dizer à Câmara se é verdade que o inimigo posicionou tropas ligeiras nas proximidades da cidade de Laon.

– Esses relatos são falsos – responde Davout –, assim como os disseminados ontem, segundo os quais eu estava mobilizando tropas para marchar contra esta Assembleia; afirmação odiosa que está sendo repetida hoje. Senhores, eu declaro aqui, neste momento, pela minha honra, que todos esses boatos são falsos.

Se efetivamente os primeiros vestígios do avanço dos aliados ainda não chegaram a Laon, o fato é que Davout não pode ignorar que há 24 horas os ingleses estão em Philippeville e os prussianos em Avesnes e Landrecies.¹⁶

O deputado protesta:

– Os comunicados que são mandados tardiamente à Câmara...

Os outros deputados que querem ouvir o ministro clamam:

– Ordem! Ordem!

O sr. Lanjuinais chama o deputado à ordem e pede que o príncipe prossiga.

– Os comunicados que acabo de fornecer à Câmara – retoma o ministro – não são tardios nem ardilosos, eu não seria capaz disso; eu os recebi há pouco, e o sr. Regnault de Saint-Jean-d’Angély estava presente no momento em que chegaram os despachos.

Depois de uma observação do deputado Flaugergues sobre o direito dos representantes do povo de censurar coletivamente um ministro, a sessão é suspensa.

São 11 da manhã.¹⁷

16. O sacrifício

PALÁCIO DO ELISEU, 11h-12h

“Como querem violentar-me...”

Quando chegaram ao palácio do Eliseu, Solignac e seus colegas explicam ao soberano que “a Câmara fica profundamente comovida por ser obrigada a impor a si mesma uma separação tão dolorosa, mas não pode deixar de lhe pedir que se sacrifique mais uma vez para salvar, através de negociações, aquilo que já não é possível defender pelas armas”.¹

Napoleão sabe que o pedido é na verdade um ultimato. Se não receber resposta dentro de uma hora, a Câmara haverá de declarar sua deposição. Lucien o confirma, pois parece que ele também foi prevenido por missivas anônimas.²

Mas o imperador recebe bem os deputados. Diz-lhes que, ao voltar à França, pretendia apenas libertar a nação. Acrescenta que se a Assembleia dispuser de meios para alcançar esse resultado, não tem a menor intenção de impedi-la, mas quer saber em que consistem esses meios. No entanto, Napoleão garante aos deputados que está para enviar aos representantes uma nova mensagem que irá atender a seus reclamos.³

Após a partida da delegação, Regnault de Saint-Jean-d’Angély presta contas ao imperador da sessão da Câmara. O ministro frisa que o discurso de Davout foi mal recebido por deputados impacientes por ouvir o anúncio da abdicação. Avisa que, se esta não se der logo, os deputados irão votar a deposição. Por tanto tempo contida, a raiva de Napoleão explode. Ele caminha para baixo e para cima, vai do seu gabinete ao patamar da escada do jardim e proclama:

“Como querem violentar-me, não abdicarei! A Câmara não passa de uma mistura de jacobinos, cérebros inflamados e ambiciosos que querem postos e desordem. Eu deveria tê-los denunciado à nação e tratado de expulsá-los. Mas o tempo perdido pode ser recuperado...”

“Ela exige que eu me sacrifique, e eu consinto...”

Tendo recuperado a calma, o imperador volta a ouvir Regnault. A eventualidade da deposição assusta o ministro. Ela privaria Napoleão de sua coroa, ao mesmo tempo retirando a seu filho o direito de sucedê-lo. Mais uma vez, assim, o ministro preconiza uma pronta abdicação:

– Senhor, não procureis, eu vos peço, lutar por mais tempo contra a invencível força das coisas. O tempo está passando, o inimigo avança. Não permiteis que a Câmara e a nação vos acusem de ter impedido a paz. No ano passado, vós vos sacrificastes pela salvação de todos...

– Minha intenção – responde o imperador – nunca foi recusar-me a abdicar. Eu era soldado, voltaria a sê-lo. Mas quero que me deixem meditar em paz a esse respeito. Diga-lhes que esperem.⁴

O príncipe Joseph e Caulaincourt apoiam Regnault:⁵ Napoleão deve acatar o desejo dos representantes. Bassano e Cambacérès calam-se. Fouché mantém-se impassível.

Carnot implora ao imperador que, ao abdicar, “não entregue a nação, ao abdicar, à vingança dos

émigrés”, declarando que “só cabe esperar salvação com a ajuda de uma tentativa firme e, se necessário, terrível”.⁶

E acrescenta:

“Não deis exemplo de desânimo nem sinais de debandada. Reassumi vosso comando militar e declarai a pátria em perigo. Convocai toda a nação a se defender.”⁷

Significa isso, mais uma vez, pregar o golpe de força e a instauração de uma ditadura provisória de salvação pública.

Napoleão hesita.

O fantasma da guerra civil volta a se apresentar a ele: a Guarda Imperial, marchando sobre o palácio Bourbon, inevitavelmente irá se confrontar com uma das legiões da Guarda Nacional que lá se encontram desde a véspera. Sangue será derramado.

O imperador se recompõe e, dirigindo-se aos ministros e príncipes, diz:

“Senhores, sozinho, nada posso. Afastar todos de mim é pô-los a perder. Eu convoquei esta Assembleia para que ela me infundisse força; em vez disso, suas divisões acabam de me privar dos poucos recursos de que eu ainda dispunha. Foi convencida de que eu representava o único obstáculo à conclusão de acordos com os quais ela é ludibriada. O tempo é curto demais para que se tenha esperança de esclarecê-la. Ela voltou seu olhar para outro ponto. Exige que eu me sacrifique, e eu consinto, pois não vim à França para alimentar a discórdia interna. O tempo, que tudo analisa, provará quais são as intenções daqueles que acabam de destruir os recursos que ainda nos restam.”⁸

O príncipe Lucien tenta pela última vez convencer o irmão. A única resposta a ser dada a covardes que, para encontrar a paz, estão dispostos a aceitar tudo é instaurar uma ditadura:

– Não tivestes muitos motivos de vos arrepender por teres seguido meu conselho em 18 de brumário – diz ele. – O país nos aprovou e vos aclamou. Mas não é menos verdade que, legalmente, não tínhamos o direito de tomar medidas que constituíam nada mais nada menos que uma revolução. Que diferença hoje! Vós dispondes de todos os poderes. O estrangeiro marcha sobre Paris. Nunca uma ditadura, uma ditadura militar, foi tão legítima.⁹

– Meu caro Lucien – responde Napoleão –, é verdade que no 18 de brumário só tínhamos por nós a salvação da pátria... Hoje, temos todos os direitos, mas não devo fazer uso deles.

A “Declaração ao povo francês”

O imperador volta-se para Fouché e, “com um sorriso amargo”, recomenda-lhe: “Escreva a esses senhores que fiquem tranquilos; eles serão atendidos.” O duque de Otrante, sem parecer notar o tom empregado pelo soberano e com ar de quem obedece, apanha uma folha de papel da mesa do Conselho e redige uma carta ao deputado Manuel.¹⁰

Napoleão retira-se com o irmão Lucien para um pequeno compartimento conhecido como Sala de Prata. O príncipe toma da pena e, não sem alguma reticência, escreve o que lhe dita o imperador:

Declaração ao povo francês

Ao dar início à guerra para sustentar a independência nacional, eu contava com a convergência de todos os esforços, de todas as vontades, e o concurso de todas as autoridades nacionais. Tinha motivos para esperar o sucesso e havia enfrentado todas as declarações das potências contra mim.

As circunstâncias parecem-me mudadas. Ofereço-me em sacrifício ao ódio dos inimigos da França: que eles possam ser sinceros em suas declarações de realmente ter se voltado apenas contra a minha pessoa. Minha vida política terminou, e eu proclamo meu filho, com o título de Napoleão II, imperador dos franceses.

Os ministros atuais¹¹ formarão provisoriamente o Conselho de Governo. Meu interesse por meu filho leva-me a convidar as Câmaras a organizar sem demora a regência com uma lei.

Na sala ao lado, Carnot inclina a cabeça. Uma lágrima corre-lhe pelo rosto. Estaria chorando pelo homem que se entrega? Ou pela França, arrastada por ele em sua queda?¹³

Como o messias crucificado

Há 24 horas a palavra “sacrifício”, que acaba de ser inscrita na *Declaração*, não sai da boca do imperador e dos que lhe estão mais próximos. Muito repetido já na época, o termo aparece ainda hoje nos textos dos que se encarregam de escrever a lenda napoleônica.

Sacrifício? Não podemos deixar de notar que, mais ainda que em 1814, Napoleão é impulsionado nesse sentido pela conjunção entre derrota militar e fracasso político. É pego no mecanismo de um jogo que ele mesmo permitiu lhe fosse imposto pela necessidade. Déspota, se faz soberano liberal para não ficar atrás da política adotada por Luís XVIII e também para conquistar a confiança dos notáveis. A partir do momento em que estes o rejeitam, e os seguidores fiéis, perdendo a confiança, caem na imobilidade, o imperador mártir não pode deixar de aceitar a coroa de espinhos que lhe é entregue.

Para além das duas abdições que ele se torna o primeiro soberano europeu a aceitar, Napoleão pretende inscrever sua renúncia na continuidade de um destino completamente voltado para a defesa da França. Ontem ele arriscava a vida e salvaguardava a espada da independência do país. Hoje, quebrada a espada, ele a sustém pelo verbo. O texto que dita ao irmão e ao qual dá o título de “Declaração ao povo francês” é antes uma exortação que uma renúncia. Ele, outrora designado pelos bispos “o herói eleito e nominado pelo Altíssimo”,¹⁴ entrega aos franceses, como um messias crucificado, uma mensagem redentora: sua salvação virá da união e da vontade que demonstrarem de se distanciar dos pérfidos que, atirando-o ao chão, querem abater a França.

A “Declaração”, texto extremamente rico, traz em si outra imagem do imperador. Mais que um monarca de direito divino que, abdicando, ainda manifesta sua autoridade e dá nova feição “ao caráter mortal do absoluto do poder”,¹⁵ o texto revela um Napoleão magistrado popular obrigado pelas circunstâncias a abandonar o cargo. A abdição de um monarca absoluto de direito divino fica marcada com o sinete da traição e da desonra. Seu trono não é mais uma propriedade de que pode dispor a seu bel-prazer, mas um quartel que não pode abandonar sem cometer a maior das covardias. O magistrado que renuncia ao cargo depois de ter sido várias vezes consagrado pelo povo, ao contrário, alcança a grandeza. A glória, com efeito, está garantida ao cônsul que abre mão das insígnias do poder e faz “votos pela pátria, em vez de lançar sobre ela o combustível da discórdia”.¹⁶

Mas estaria o sacrifício inteiramente consumado?

No primeiro ditado que fez, Napoleão não mencionara o filho. Lucien, Carnot e Regnault observaram que, ao contrário do que acontecera em 1814, quando ele abdicou incondicionalmente, nada o obrigava agora a “renunciar, em favor de seus herdeiros”, ao trono da França. Pediram-lhe então que fizesse acompanhar a abdição de uma cláusula preservando os direitos do filho a sucedê-lo. A medida, disseram eles, permitiria afastar os Bourbon. “Os Bourbon!”, respondeu Napoleão. “Pois bem! Pelo menos estes não ficarão sob o tacão austríaco.”

O monarca não se ilude: a abdição em favor do filho é uma tolice. Os inimigos se aproximam, e com eles vem Luís XVIII, ao passo que aquele que foi rei de Roma tornou-se arquiduque austríaco. Desde que Maria Luísa, sua mãe, o levara para Viena em 1814, ele é praticamente um prisioneiro político na Áustria. Em termos imediatos, portanto, seu filho não tem nenhuma chance de se tornar imperador. Mas como estarão as coisas dentro de alguns anos?

A abdicação condicional preserva o futuro do herdeiro. No momento, priva os membros das duas Câmaras de qualquer esperança de paz. Eles sabem muito bem que, para os aliados, não há qualquer diferença entre Napoleão I e Napoleão II. A consumação do sacrifício é assim retardada e talvez até questionada *sine die*.

A abdicação condicional não seria uma derradeira manobra do partido bonapartista liderado pelo cardeal Fesch, tio de Napoleão, e os irmãos do monarca, Lucien, Joseph e Jérôme? Mais uma vez o fantasma do golpe de Estado de 18 brumário ressurgiu para rondar a imaginação de liberais, republicanos e realistas.

Mártir, messias, novo e glorioso Cincinato, ou César maquiavélico? Urgente é levar a “Declaração” às duas Câmaras. Será por ironia que Napoleão incumba Fouché da missão com os representantes? Ao vê-lo sair do Eliseu, seguido de Decrès e Caulaincourt, um indivíduo grita na multidão: “Lá vão o carrasco, o confessor e o carcereiro!”¹⁷

17 “Entrego meu filho à França”

PALÁCIO BOURBON, PALÁCIO DO ELISEU, 12h-15h

“Apertar e cruzar os nós no corpo do gigante abatido”

Ao meio-dia, os representantes começam a chegar ao palácio Bourbon.¹ Enquanto esperam o reinício da sessão, conversam ruidosamente. Manuel é cercado por um grupo numeroso. O deputado anuncia que nos minutos seguintes a abdicação estará no gabinete do presidente.

E se a coisa toda não passasse de uma derradeira astúcia do imperador para ganhar tempo? Os boatos mais pérfidos circulam pela sala. O presidente tenta acalmar os representantes, pede que voltem a seus assentos e ordena aos oficiais diligências para a evacuação dos corredores laterais, onde se introduziram elementos estranhos à Câmara.

– Solicito uma exceção para os senhores oficiais da Guarda Nacional – intervém o general Solignac.

– Para todos aqueles que portem o uniforme da Guarda Nacional de serviço – acrescenta o deputado Arnault.

A proposta é aceita. Ela homenageia a força armada cidadã, além de tranquilizar os deputados, permanentemente preocupados com a eventualidade de um golpe. Faz-se silêncio quando é anunciada a entrada de Fouché, duque de Otrante, do conde Carnot, de Caulaincourt, duque de Vicence, e de Davout, príncipe de Eckmühl.

Depois de lembrar que o regulamento proíbe qualquer manifestação de aprovação ou discordância, o presidente lê a “Declaração” do imperador. Em seguida, dá a palavra a Fouché.

“Senhores”, diz o duque de Otrante, “chegou o momento em que a Câmara dos Representantes deve se pronunciar diante da nação e da Europa por sua liberdade, sua independência e pelo êxito dos princípios pelos quais a nação derrama seu sangue e se entrega a sacrifícios há 25 anos. Não é diante de uma Assembleia composta de franceses que eu julgaria necessário recomendar a consideração devida ao imperador Napoleão e lembrar os sentimentos que deve inspirar em sua desgraça. Os representantes da nação não irão se esquecer, nas negociações que estão para se iniciar, de determinar os interesses daquele que durante longos anos presidiu os destinos da pátria. Proponho portanto à Câmara que delibere que uma comissão de cinco membros seja imediatamente nomeada, que ela seja incumbida de procurar as potências aliadas para tratar dos interesses da França nas circunstâncias e na posição novas em que ela se encontra, e apoiar seus direitos e a independência do povo francês. Solicito que essa comissão, designada hoje, possa partir amanhã.”

Para que Napoleão beba o cálice da amargura até o fel, o próprio Fouché entrega o soberano à proteção “de homens que, durante catorze anos, ele viu se arrastarem a seus pés, e que considera revoltosos!”²

Napoleão mal entregou à Assembleia seu ato de falecimento político, e Fouché já o enterra. Em sua homilia, o ministro presta-lhe homenagem, ao mesmo tempo lembrando, pérfido, os sacrifícios que os franceses padeceram sob seu reinado. Quanto a reconhecer Napoleão II e instaurar uma regência, nem pensar. Fouché conta com seus amigos na Câmara para impedir que o imperador se eternize.

O representante Dupin,³ do círculo de Fouché, levanta-se precisamente para dar sua contribuição ao

monumento de tartufismo imaginado pelo ministro.

“Senhores”, diz ele, “a abdicação do imperador era necessária; ela é grande e generosa, e merece que se manifeste a gratidão nacional. O sacrifício que neste momento faz o imperador Napoleão prova, com efeito, que ele buscava a glória e a felicidade do povo francês; e hoje, para que esta glória e esta felicidade não sejam comprometidas, para que a independência nacional não seja atacada, ele acaba de se sacrificar. Ele devolve ao povo francês os poderes que lhe haviam sido confiados. Vosso maior dever é, portanto, aceitar essa abdicação em nome da nação que representais. Eu vos proponho a seguinte deliberação:

“A Câmara dos Representantes, considerando que a salvação do povo é a suprema lei, declara:

“Artigo 1º. Em nome do povo francês, a Câmara dos Representantes aceita a abdicação de Napoleão.

“Artigo 2º. A Câmara dos Representantes declara-se Assembleia Nacional. Deputados partirão em seguida em direção ao quartel-general dos aliados para estipular os direitos da independência nacional e particularmente a inviolabilidade da pessoa de Napoleão.

“Artigo 3º. Será indicada uma Comissão Executiva de cinco membros, três deles nomeados pela Câmara dos Representantes e dois pela Câmara dos Pares.

“Artigo 4º. Essa comissão nomeará em seguida um generalíssimo, e os ministros continuarão em suas funções.

“Artigo 5º. Uma Comissão Especial será incumbida de preparar os trabalhos de uma nova Constituição, que deverá garantir nossas instituições nacionais. Ela constituirá as bases do pacto e das condições nas quais o trono poderá ser ocupado pelo príncipe que o povo tiver escolhido.”⁴

Como observa Villemain, tudo é pensado, tudo é expressivo nessa curta alocução feita para “apertar e cruzar os nós no corpo do gigante abatido e impedi-lo de qualquer novo solavanco e qualquer tentativa de fuga”.

O orador, ao mesmo tempo que reconhece a grandeza e a generosidade do gesto de Napoleão, toma o cuidado de declará-lo completo e irrevogável. Sua proposta modifica a abdicação, que deixa de ser apenas um ato absoluto do soberano, para se tornar “um contrato inviolável” entre Napoleão e a França.⁵

O segundo artigo, transformando a Câmara em Assembleia Nacional, detentora única do poder, assinala o completo rompimento com a ordem dinástica do Império. O artigo seguinte amplia ainda mais essa separação. O anúncio de negociações diretas com o adversário em nome da nação, a criação de um governo provisório e a formação de uma Comissão Especial para preparar a entronização de um monarca cujo nome ainda não é pronunciado são outras tantas medidas destinadas a descartar a proclamação de Napoleão II como imperador e a instauração de uma regência.

Dupin erra ao tentar explicar um projeto cuja habilidade foi secretamente reconhecida pelos deputados. Acaba irritando. E é obrigado a se calar.

O deputado Mourgue aproveita para tomar seu lugar na tribuna.

“Ontem era o dia da prudência, hoje é o da ação. O inimigo avança, os discursos gastam a paciência, detêm o movimento: chega de discursos!”

Muitas vezes os que preconizam o laconismo falam com abundância. Mourgue não escapa à regra, estendendo-se em pontos de vista perfeitamente alinhados com os de Dupin. Depois de prestar homenagem ao imperador, “colocado sob a salvaguarda da honra nacional”, e de solicitar uma transformação da Câmara em Assembleia Nacional, ele faz um pedido original: incumbir a Guarda Nacional, sob o comando supremo de La Fayette, secundado pelo marechal Oudinot, de proteger a Câmara.

É tentar juntar os contrários. Oudinot é considerado um realista, assim como o marechal MacDonald, recomendado por Mourgue como generalíssimo dos exércitos de terra e mar. Essa primeira porta aberta à restauração dos Bourbon ainda não é aceita por grande parte da Assembleia, que manifesta sua

desaprovação. O antigo convencional Garrau lembra a todos o Artigo 67 do Ato Adicional às Constituições do Império. O artigo proíbe às Câmaras propor o restabelecimento dos Bourbon. Dupin tenta retomar a palavra, mas é impedido.

As lágrimas de Regnault

Regnault de Saint-Jean-d'Angély dirige-se, por sua vez, aos representantes com uma emoção que mal consegue disfarçar. Por alguns momentos, seus olhos ficam cheios de lágrimas e, com a garganta apertada, ele para de falar.

É preciso preservar ao máximo, diz ele, a organização política e administrativa, assim como a forma existente de governo. Tudo que tende a quebrar os instrumentos criados para substituí-los por outros pode atirar o país no labirinto da total desorganização.

Entretanto, para atender ao desejo legítimo daqueles que consideram ainda reduzido demais o campo das liberdades, ele sugere que a Câmara convoque uma comissão para rever as Constituições imperiais.

O fiel seguidor de Napoleão parece empenhado em combater Dupin e Mourgue, mas de repente se alinha às suas posições. Seria Regnault guiado pela “convicção de uma imperiosa necessidade”? Deixar-se-ia levar pelo “entusiasmo do talento que quer agradar ao auditório”,⁶ ou estaria seguindo o conselho de Fouché, de “contemporizar para nada comprometer”?⁷

Regnault reconhece que a Comissão Executiva proposta por Dupin compensará a ausência de autoridade posterior à abdicação do imperador. Ele exorta a Assembleia a constituí-la, para opor viva resistência aos inimigos – e aos sediciosos dispostos a apoiá-los e abrir-lhes passagem. Ao aprovar a comissão, Regnault admite a possibilidade de um novo contrato monárquico que pode selar o fim de Napoleão II.

Estaria o ministro preocupado em fazer com que esqueçam sua mudança de posição? De repente ele passa a descrever em termos próprios a situação em que se encontra Napoleão, a fim de mexer bem fundo o sentimento dos representantes:

“Há um momento apenas, tínheis à vossa frente um homem que haveis proclamado grande. Esse homem será julgado pela posteridade. Ele fora investido pelo povo do poder soberano; e acaba de entregá-lo sem reservas, sem condições pessoais.”

Regnault detém-se, com a voz alterada pela emoção. A sala continua mergulhada no mais profundo silêncio. Passado um momento, o ministro recomeça:

“Creio que a Câmara deve a seu respeito fazer-se intérprete dos sentimentos que lhe são devidos, e que a nação continuará a ter por ele...”

“Sim, sim, apoiado”, gritam na plateia.

Regnault prossegue:

“Talvez, inclusive, seja aqui o momento de vos revelar o que aconteceu no interior de seu gabinete. Ontem, senhores, quando o abordei, declarei-lhe que nada se comparava à fidelidade que lhe havia jurado, mas que, respondendo à sua confiança, devia dizer-lhe que ele não tinha mais como defender a independência e os direitos da nação; reiterei-lhe que, como ministro, morreria junto ao seu trono para defendê-lo, mas que, como representante do povo, imbuído dos deveres que essa condição me impõe, tinha para com a minha pátria o dever de lhe falar a linguagem imperiosamente exigida pela salvação do Estado. Cabe-me portanto, senhores, tendo cumprido o dever de homem de Estado, cumprir aquele que me é imposto pelo coração. Peço a ordem do dia sobre as propostas que vos são feitas. Peço que o dia não se encerre sem que o Conselho Executivo seja nomeado. E peço que a secretaria se encarregue de procurar o imperador para lhe manifestar a gratidão do povo francês pelo sacrifício que julgou

necessário fazer pela independência nacional.”

Dupin propunha que se aceitasse a abdicação de Napoleão num estilo de *secura* próxima de um registro de tabelião, mas Regnault se vale do registro afetivo. Ouvindo-o, dir-se-ia que Napoleão e os representantes trocavam congratulações: a abdicação engrandece o imperador e sua glória repercute naqueles que a aceitam!

A Câmara decide por unanimidade enviar o presidente e a secretaria para falar com Napoleão e manifestar-lhe, em nome da França, a gratidão e o respeito com os quais “ela aceita o nobre sacrifício que ele fez em nome da independência e da felicidade do povo francês”.

Ao deixar o palácio Bourbon, o grupo é coberto de insultos pelos populares. “Olhem como estão com pressa de se livrar daquele a quem devem suas cordas e equipamentos!”, grita alguém.⁸

O *Aiglon*^a sempre esquecido

No decreto de envio de uma delegação ao imperador, a Câmara inclui a nomeação de uma comissão de cinco membros, três dos quais escolhidos entre os representantes e os dois outros, entre os integrantes da Câmara dos Pares. Ela será provisoriamente investida do poder de governar. Os ministros continuam em suas funções, sob a autoridade da comissão. Uma mensagem é enviada à Câmara dos Pares para comunicar-lhe as decisões da Câmara dos Representantes. Nem uma única palavra é dita a respeito do Conselho de Regência. Ninguém fala do *Aiglon*. Decididamente, o rei de Roma é um príncipe facilmente esquecido!⁹

O Poder Executivo caiu das mãos de Bonaparte, e os deputados dele se apoderam. Ainda ontem queriam apenas a ampliação do Poder Legislativo. Agora investem no campo do Executivo. Alguns deputados se questionam: ao retomar o princípio da centralidade do Legislativo, não estariam voltando vinte anos atrás? Não estariam retornando à época em que a Convenção, reunindo em si mesma todos os poderes, designava no seu próprio seio um Comitê de Salvação Pública incumbido de governar a França com a ajuda dos ministros?

Depois de viva discussão, a Câmara decide que os deputados designados membros da comissão perderão provisoriamente seus mandatos de representantes. Por outro lado, a Câmara confia à comissão a tarefa de nomear os plenipotenciários que irá enviar aos aliados.

O deputado Lacoste causa um momento de preocupação na Câmara: diz ter recebido uma carta anunciando a chegada de 10 mil soldados a Paris. Tumulto na sala. Pergunta-se: “Que está nos dizendo? Que significa isso? A carta é assinada? Por quem?”

Pela milésima vez, ouvem-se as palavras “18 de brumário, 18 de brumário!”

O ministro da Guerra restabelece a calma ao afirmar que o movimento é protagonizado por tropas que, acampadas à beira do Somme, foram convocadas por ordem sua a se dirigir à capital. Davout promete: “Senhores, enquanto eu estiver no comando, nenhum francês precisará temer uma traição.” A cena dá testemunho da persistente psicose dos representantes em relação ao César deposto. Eles chegam a temê-lo muito mais que aos inimigos que se aproximam da capital.

O ministro da Guerra, ajudado pelo general Mouton-Duvernet e pelo deputado Flaugergues, traz os deputados de volta à dura realidade: o inimigo se aproxima, os soldados desertam, os efetivos se desfazem, a guerra deve ser declarada *nacional*, para que todos os franceses sejam soldados. A proposta é aprovada. Resta tomar as medidas necessárias para efetivar o improvável recrutamento em massa tão desejado por Napoleão.

Passa um pouco das 15h quando a sessão é suspensa. A Câmara aguarda o retorno de Lanjuinais do Eliseu e a resposta à mensagem enviada à Câmara dos Pares sobre a criação da Comissão Executiva.

“Eu abdiquei exclusivamente por ele”

“Foi um espetáculo imponente a chegada dos nove representantes do povo imbuídos do respeito devido a uma Assembleia Nacional, que vinham anunciar àquele que, depois de ter dominado os soberanos do continente, ainda comandava o Exército francês, sua Guarda e uma grande força nos arredores, que ele não era mais imperador e que a nação retomava o governo.”¹⁰

O marquês de la Fayette, que em suas *Memórias* se apresenta como o duelista que dá a estocada vitoriosa no adversário, descreve uma cena bem distante da realidade. Os deputados, por mais que se apresentem como depositários da soberania nacional, não se impõem propriamente perante o César deposto.

Até o último momento Napoleão se empenha em demonstrar-lhes que continua a ser o monarca. Começa por submetê-los, desde a recepção, à etiqueta em vigor há mais de dez anos na corte imperial. No salão onde os recebe, ouve com atitude calma e um porte cheio de nobreza as poucas palavras de homenagem a ele endereçadas por Lanjuinais. Elas não parecem tocá-lo. Sua resposta estala como o chicote castigando o couro dos culpados.

“Agradeço-lhe pelos sentimentos expressados”, diz ele a Lanjuinais. “Desejo que minha abdicação represente a felicidade da França. Mas imagino que não será assim. Ela deixa o Estado sem chefe, sem existência política. O tempo perdido no empenho de derrubar a monarquia podia ter sido empregado para deixar a França em condições de esmagar o inimigo. Recomendo à Câmara que trate logo de reforçar os exércitos.”

Em seguida, sem deixar a atitude de aparente serenidade, Napoleão faz advertências que mais podem ser encaradas como ordens do que como conselhos:

“Quem quer a paz deve preparar a guerra; não deixem esta grande nação à mercê dos estrangeiros. Tomem cuidado para não ter suas expectativas frustradas: é aí onde reside o perigo. Em qualquer posição na qual me encontre, estarei sempre bem se a França estiver feliz. Recomendo meu filho à França. Espero que ela não esqueça que eu abdiquei exclusivamente por ele. E também fiz esse grande sacrifício pelo bem da nação. Somente com minha dinastia ela poderá ser livre, feliz e independente.”¹¹

O lembrete sobre o destino que se deve reservar a seu filho e à sua dinastia ressoa como ameaça. Enquanto Napoleão II não for proclamado imperador, a abdicação é nula e sem efeito.

Napoleão cala-se. Os deputados choram. Acaso se deixariam levar pela emoção do momento? Estariam vertendo lágrimas sobre seus próprios destinos, como tantas vezes fazem os vivos diante da agonia dos entes queridos?

Eles vieram assistir aos últimos instantes do príncipe, e eis que o moribundo levanta-se para fustigá-los e ameaçar os homens ávidos de se apropriar do seu patrimônio. Decididamente, os representantes continuam encontrando pelo caminho o fantasma de 18 de brumário.

Lanjuinais despede-se do imperador comunicando-lhe que, como a Câmara votou apenas e especificamente a abdicação, ele tem “o dever de prestar-lhe conta do desejo de Sua Majestade”.¹²

Regnault de Saint-Jean-d’Angély, que se juntara à delegação, aproxima-se de Napoleão “para assumir diante dele a honra de ter suscitado essa homenagem de gratidão nacional”. Com extrema frieza, diz-lhe o imperador: “Se a decisão era vossa, devíeis ter lembrado antes de mais nada que o título de imperador não se perde.”¹³

Sem cumprimentá-lo, Napoleão dá-lhe as costas.

^a *Aiglon*: filhote de águia, apelido dado ao filho de Napoleão. (N.T.)

18. O odioso jugo estrangeiro

PALÁCIO DE LUXEMBURGO, 14h30-17h

“Tudo isso é mentira... Estão sendo enganados”

Na tribuna da Câmara dos Pares, o conde Lacépède abre a sessão às 14h30 e dá a palavra ao ministro do Interior. Carnot lê a “Declaração” do imperador. Num plenário meio vazio, o jovem Villemain se espanta: nem um protesto, nem um arrependimento numa Assembleia apesar de tudo composta de homens que tudo devem ao imperador.

Como se se tratasse do texto mais banal do mundo, Lameth solicita que seja entregue a uma comissão, e sua proposta é aceita sem que qualquer dos membros da Câmara se levante para manifestar seu pesar.

Carnot retoma a palavra para ler o comunicado do ministro da Guerra sobre a situação das Forças Armadas. Arrola os dados sobre as baixas inimigas, indica os recursos que restam ao governo, exagerando-os: congratula-se, assim, pelos 50 mil homens trazidos por Grouchy e os soldados arregimentados por Soult.

De repente, um homem levanta-se no meio da plateia, o corpo retesado pela violência do movimento que o anima. Com os cabelos ruivos da grenha e da barba, e o rosto branco de mandíbulas crispadas, o indivíduo é a própria expressão da raiva e da indignação. Com uma voz surda que aos poucos se vai elevando, ele relata a batalha perdida.

No silêncio da sala os espectadores veem a carga dos couraceiros do general Milhaud, os artilheiros ingleses abatidos junto aos equipamentos, a onda de fogo abrindo amplas brechas nas linhas francesas, os granadeiros da Guarda abalados pelo ataque impetuoso do inimigo, a chegada das colunas prussianas, a ausência de Grouchy e finalmente a retirada, depois de um sobressalto desesperado de defesa.

O homem detém-se por um momento. Passa os olhos pela plateia e sua voz se faz ouvir de novo no silêncio da sala:

“É pura invenção afirmar que entre 50 mil e 60 mil homens estão ou serão reunidos em Rocroy ou em algum outro ponto. Já será muito se o marechal Grouchy conseguir conservar 12 mil ou 15 mil homens.

“Com isso e alguns destroços mais, com guardas nacionais incumbidos, como já se disse, de deter os fugitivos, será acaso possível, depois de tamanha dispersão, na ausência do imperador, tendo a artilharia sido tomada, oferecer resistência séria ao inimigo no caminho para Paris?”

“Estamos hoje derrotados demais para travar batalha. Eis o verdadeiro estado de coisas. Desespera-me ter de dizê-lo. Há pouco tempo Wellington estava na nossa dianteira em Nivelles, diante de Bruxelas, com 80 mil homens, artilharia numerosa, regimentos de cavalaria intactos e uma confiança no sucesso que jamais tivera antes. Os prussianos, inicialmente menos maltratados do que se afirmou e fortalecidos pela vantagem recém-conquistada, avançam com dois grandes corpos expedicionários sem esperar outros exércitos em seu encalço ou pelos flancos. Uma primeira onda estará às portas de Paris antes de sete ou oito dias.

“No atual estado de coisas, não podeis pensar em mais nada senão na paz. Permitiu-se que fôsseis surpreendidos por dois exércitos consideráveis. Não tendes tempo para vos mobilizar, recompor vosso material e vos reposicionar em linha. Não se trata apenas de um campo de batalha, mas de um Império

perdido; eu digo as coisas como são, para que haja proveito e ninguém seja enganado na desgraça. Sobre tempo apenas para negociar. É preciso fazer a paz: não temos forças para mais nada.”¹

O marechal Ney enfrentou não poucos desastres e muitos combates de retaguarda. Na campanha da Rússia, foi um dos últimos a atirar contra os russos. Ele volta a se sentar, percorrendo a sala em todas as direções com um olhar triste e orgulhoso. Um longo silêncio de estupefação segue-se ao discurso daquele que aderiu a Napoleão depois de ter prometido ao rei entregá-lo numa jaula de ferro. A Câmara é então percorrida por murmúrios. As palavras do príncipe da Moscóvia, segundo alguns, dão testemunho da “aflitiva desordem de uma alma desesperada”.² Para outros, são exageradas, desmobilizadoras e pérfidas.³ E se o príncipe tivesse razão?

Discussão em torno de um combate

Durante quase meia hora ecoam na Câmara dos Pares as palavras de confronto entre os que aceitam o relatório de Carnot e os que o rejeitam. O general Latour-Maubourg reconhece que o texto apresentado pelo ministro da Guerra “nada tem de muito autêntico; que nele são citados elementos de exatidão insuficientemente comprovada, cartas de oficiais que não puderam acompanhar todo o movimento do dia nem o alcance das perdas”. O general chega a solicitar que se faça uma acusação contra Carnot caso se comprove que o ministro queria enganar a Câmara.

Carnot protesta: a carta que acaba de ler é assinada pelo ministro da Guerra, e as informações que contém foram fornecidas pelos relatórios vindos dos exércitos. O conde de Flahaut, um dos ajudantes de campo do imperador, apoia o ministro:

“Esta carta está de acordo com a verdade”, diz ele; “foi redigida com base no meu relatório. No dia 18, o marechal Grouchy obteve uma grande vantagem e derrotou o exército prussiano sob o comando do marechal Blücher; deve haver 40 mil homens sob suas ordens.”

O marechal Ney sustenta “tudo que falou”, frisando que “disse apenas o que viu”: as forças à disposição de Grouchy chegam apenas a alguns milhares de homens.

O conde de Pontécoulant pede que se encerre uma discussão dolorosa para todos. Mas volta a lançar o debate dizendo:

“Noto que o príncipe, em sua discussão, aparentemente criticava as operações do marechal Grouchy. Eu tenho a honra de ser seu parente, e sou por isso chamado a defender sua reputação. O marechal combateu como bom francês, como bom soldado, como bom general. Causa espécie que se achem no direito de censurar o comportamento desse general sem conhecimento positivo dos fatos.”

O príncipe da Moscóvia não recua:

“Não quero incriminar o marechal Grouchy. Ele não tinha como tomar a iniciativa das manobras, e sou o primeiro a reconhecer que cumpriu seu dever como bom francês e como general, mas afirmo que não pode haver atualmente 40 mil homens sob suas ordens.”

O debate não acaba, e a Assembleia é tomada pelo cansaço. O presidente suspende a sessão.

O jovem Villemain deixa a sala e vai sentar-se num canto afastado do Jardim do Luxemburgo para pensar tranquilamente sobre o que acaba de ouvir. Com o coração apertado, escreve, ele encrava “nos sulcos de [sua] jovem memória essas palavras de heroico luto e indignação que percebe amargas como a morte”. Em seguida perambula por alguns momentos pelas alamedas. Sob as árvores que testemunharam tantas jornadas revolucionárias, ele se espanta com a tranquilidade e a beleza do dia de verão. Agora que testemunha o fim de um Império, entende melhor o que tantas vezes leu nos livros de história sobre a queda dos imperadores romanos derrotados pela deserção de um general e condenados por um decreto do Senado.⁴

Às 15h30 a sessão é reiniciada e Villemain retorna à sala onde estão reunidos os pares.

“Solicito que declaremos se é Napoleão II que estamos proclamando...”

O presidente procede à leitura da mensagem da Câmara dos Representantes que lhe comunica o envio de uma delegação ao imperador e a resolução que cria uma Comissão de Governo.

Thibaudeau toma a palavra e constata que, adiantando-se os representantes à Câmara dos Pares, resta-lhe apenas aderir a uma resolução que, no fim das contas, preserva a liberdade e a independência nacionais.

Após breve discussão, Pontécoulant submete o seguinte texto à aprovação da Câmara: “A Câmara dos Pares adere à deliberação da Câmara dos Representantes e ao mesmo tempo se declara cheia de admiração pela maneira generosa como o imperador terminou sua vida política.”

Mas quanta hipocrisia, pensa La Bédoyère. O conde de Pontécoulant, ao se referir à última parte da “Declaração aos franceses”, esquece deliberadamente que a abdicação está subordinada ao reconhecimento de Napoleão II. O jovem general levanta-se com ardor e põe em pauta a questão embaraçosa que ninguém quer formular nem ouvir:

“Solicito que declaremos se é Napoleão II que estamos proclamando, ou se é um novo governo que queremos adotar. Foi pelo filho que Napoleão abdicou. Qual é então esse novo governo que se pretende instaurar? Devemos nos lembrar, senhores, do governo provisório [de 1814] e de seus desastrosos desdobramentos.

“Será preciso que o sangue francês volte a ser derramado para ficar sob o jugo odioso do estrangeiro, para curvar a cabeça sob um governo aviltado, para ver nossos bravos guerreiros submersos na humilhação e na amargura e privados da existência devida a seus serviços, a suas feridas, à glória da nação?”

“Será necessário deixar bem clara a forma de governo que se pretende adotar. O imperador tratou de fazê-lo. Sua abdicação é indivisível. Será nula se seu filho não for reconhecido. Pelo menos, essa é a minha opinião.”

O conde de Boissy d’Anglas levanta-se para se opor às palavras do general. Em sua longa experiência de assembleias revolucionárias, ele aprendeu a manter a calma para melhor pressionar e vencer um adversário:

“A proposta do orador precedente não é política, mas é intempestiva”, diz ele. “No momento, trata-se apenas de cuidar da resolução encaminhada para deliberação. O imperador fez pela pátria o mais nobre dos sacrifícios. Ele nos conduz a medidas políticas da maior importância, impossíveis de decidir aqui e agora. Invoco a ordem do dia.”

O conde de Ségur toma a palavra. No ano anterior, ele votara pela deposição, mas hoje não vacila no apoio a Napoleão. Declara à Assembleia que a proposta de La Bédoyère, apesar de intempestiva, não deve ser recusada. E convida os colegas a rejeitar prejulgamentos e sobretudo a nada descartar.

Thibaudeau volta a intervir. Como revolucionário intransigente quanto a um eventual retorno dos Bourbon, ele diz que “nem a nação, nem o governo provisório que formaremos, nem ninguém neste mundo sonha em reintroduzir o governo opressivo e aviltante sob cujo peso gememos durante um ano”. E conclui exigindo que a ordem do dia deixe “as coisas inteiras, para dar a entender que estamos dispostos a rechaçar um governo rejeitado pela nação e que ninguém quer”.

La Bédoyère exigia uma resposta clara, e Thibaudeau, velha raposa política, lhe dá uma resposta no mínimo ambígua. A menção implícita ao Artigo 67 do Ato Adicional, que prega o ódio aos Bourbon, não tem necessariamente como desdobramento lógico a proclamação de Napoleão II.

Sem prestar mais atenção aos questionamentos e observações de La Bédoyère, os pares aprovam em votação a proposta do conde de Pontécoulant. Mais uma vez seguem as iniciativas tomadas pelos representantes. Depois de tomar conhecimento de um relatório tranquilizador sobre a situação do Exército e de ouvir a mensagem dos representantes declarando uma guerra *nacional*, os pares se dispersam por volta das 17h. A sessão será retomada às 20h.⁵

“Desde que Bonaparte não volte de novo, inopinadamente!”

Ao deixar a Câmara, Thibaudeau reflete sobre os acontecimentos do dia. Volta a se ver, horas antes, num intervalo das sessões, indo ao encontro do imperador numa delegação com Lacépède e Valence.

Napoleão parecia abatido ao ouvir Lacépède proferir uma dessas frases que sempre providencia em qualquer situação. Ele se eximiu de falar do rei de Roma. O imperador logo tratou de lembrar-lhe, “com azedume e num tom exaltado”, que sua abdicação se dava em favor de seu filho. Se as Câmaras não quisessem ouvi-lo, ele haveria de recuperar seus direitos. Que pretendem então os pares da França? – perguntara ele. A volta dos Bourbon? Que se preparem então para derramar lágrimas de sangue! Acaso esperam convencer o duque de Orleans a se tornar rei? Os ingleses não querem saber disso. De qualquer maneira, o duque recusará o trono por receio de ser considerado usurpador, à falta de uma abdicação dos Bourbon.

Ao se despedir de Napoleão, Lacépède e Valence choraram. Thibaudeau, por sua vez, não se deixou levar pela emoção. Afinal, Bonaparte construiu uma carreira gloriosa e conquistou a imortalidade. Mas nós, a França, a Revolução, pergunta-se Thibaudeau, que poderemos ganhar, que será de nós?⁶

Sabendo que Fouché está por trás das decisões tomadas pelas Câmaras, Thibaudeau decide voltar a se encontrar com o ministro a fim de obter respostas para as perguntas que o assediam. O ministro da Polícia o recebe, e Thibaudeau logo pergunta com veemência:

– Como é que não defendeu Napoleão? E a regência? Logo você, que foi tão caloroso partidário dela!

– É muito simples, os tempos são outros. Quando não restou mais dúvida de que as potências não queriam saber de Bonaparte, ainda no Campo de Maio, e que se ele quisesse abdicar teria sido possível negociar a regência. O exército estava intacto, não conhecíamos o segredo de nossas forças. Hoje a coisa é muito diferente.

– Entendo. Entretanto, não era motivo para que, por nossa própria conta, abrissemos mão da regência. Seria o momento de ceder nessa questão quando não se tivesse mais alternativa.

– Não temos tempo a perder. Os acontecimentos avançam depressa, não nos deixemos surpreender. De resto, foi o que a Câmara quis.

– Você levou-a a querer.

– Acha mesmo?

– E usou Regnault, um caloroso bonapartista. Não deixa de ser astucioso.

– E daí?

– Não o acuso de um crime. Depois de abandonar o pai, as Câmaras decerto não têm vontade de se imolar pelo filho. Encaro tudo isso como mera disputa de palavras. O processo foi julgado e perdido. Resta apenas lutar por gastos e custos maiores ou menores. Como vê, eu não poderia ser mais franco. Nem se dê ao trabalho de bancar o esperto comigo. Estou pronto para tudo.

– Não quero ser esperto, mas tampouco me sinto tão inclinado a compor quanto você – retruca Fouché.

– Vamos disputar o terreno palmo a palmo. Sem chegar a nos agarrar à regência, vamos propô-la. Veremos o que querem as potências.

– Pode ter certeza. Bem sabe que elas trarão de volta os Bourbon.

– Quando todas as chances tiverem sido esgotadas, se for necessário passar por isso, veremos em que condições. Ainda é possível salvar os princípios e os homens.

– Certamente. Mas os Bourbon voltarão furiosos e ávidos de vingança. Potências são intermediários muito suspeitos. Para convencê-las, seria necessária uma grande energia. E por toda parte só vejo divisões, ouço apenas o grito de “Salve-se quem puder!”. Que podemos esperar depois do ataque que nos desferiu o marechal Ney? Ele veio nos empurrar para as forças caudinas previstas pelo imperador.

– Ney perdeu a cabeça e nem por isso perdeu grande coisa. Mas o que diz é pura verdade, não devemos nos iludir. O exército está em debandada e desfeito. São as forças caudinas! Quem nos levou a esse ponto? Bonaparte. O diabo desse homem nos será fatal até o fim. Devemos organizar logo nosso governo provisório, enviar negociadores e juntar os destroços do exército para retardar o máximo possível a marcha do inimigo e proteger Paris.

– Muito bem.

– Desde que Bonaparte não volte de novo, inopinadamente!

– Mas o que teme que ele faça?

– Mais um de seus caprichos. Há um punhado de loucos sempre o incitando. Lucien, Savary, La Bédoyère, fanáticos capazes de tudo pelo seu ídolo, Bassano, Roederer, Ségur, Boulay, Defermon. Posso me sentir seguro quanto aos representantes, mas quanto aos pares...

– Fique tranquilo, não será difícil contê-los. No pequeno grupo de seguidores fiéis, a maioria só o demonstra por respeito humano. Há 24 horas venho observando toda essa gente. Se lhes oferecermos segurança no futuro, haverão de se mostrar mansos como cordeiros.

– E quem será nomeado pela Câmara dos Pares para o governo provisório?

– Não sei. As coisas andam tão rápido que nem temos tempo de nos acertar.

– Nada de bonapartistas... Homens da Revolução... Você. A Câmara dos Representantes deu um bom exemplo.

– Eu? – pergunta Thibaudeau. – Não quero saber. Não me sinto suficientemente flexível para negociar a má acomodação numa situação ruim. E nem é certo que a consigamos. Negociar a volta dos Bourbon! É a maior desgraça que poderia me acontecer. Entre eles e eu, eterna incompatibilidade... Assim como entre eles e a França. É possível, provável, que eu nunca veja isso chegar ao fim.

– Pensando assim, só nos restaria jogar a chave por baixo da porta e nos abrigar debaixo das cobertas. Mas alguém tem de fazer alguma coisa.

– Você, Carnot, que está na linha de frente. Forçou o imperador a abdicar, cabe-lhe agora tomar seu lugar. Cumpra o seu dever, e veremos como conseguirá se sair. Eu nada tenho a ver com tudo isso que aconteceu. E ficaria muito contrariado se visse meu nome misturado a tudo que está por vir.

– Mas não ficará contrariado de tirar proveito.

– Grande vantagem, realmente! Não o censuro por entrar no governo: sua posição o exige, é o seu dever! Faça o que estiver ao seu alcance para salvar pelo menos os princípios e os interesses da Revolução. Quanto aos homens, não sei se poderão contar com alguma segurança. Mas se puder agir com liberdade, não creio que eu permaneça sob o governo dos Bourbon.

– Se eles voltarem, será exclusivamente sob a condição de que as pessoas e as propriedades sejam respeitadas.

– Assim seja! – conclui Thibaudeau.

Fouché, da satisfação à decepção

Foi rezada a missa. Na verdade, o que se poderia acrescentar às últimas falas de Fouché? O “homem-

serpente” pretende lutar palmo a palmo para salvar, além dos homens, os princípios que marcaram a primavera de sua vida política. Também quer, como tantos outros, salvar a própria pele e sua riqueza, facilitando a volta dos Bourbon.

Ele obteve a abdicação do imperador em menos de 48 horas. E se congratula por tê-lo feito em tão pouco tempo. Mas a abdicação é condicional. Que fazer para afastar o filho de Napoleão?

Pasquier, o ex-chefe de polícia de Paris, vem ao seu encontro e lhe pergunta:

– Que pretende fazer quanto à condição a respeito do filho, que mais uma vez ele pretende impor à França? Não será ao senhor que teremos de dizer o quanto ela é perigosa. Precisamos antes de mais nada de paz, e só podemos encontrá-la, seja externa ou internamente, com a casa dos Bourbon.

– E acaso imagina que não o sei, tanto quanto o senhor? – responde Fouché. – Mas fomos apanhados de surpresa. Ele foi esmagado com tanta rapidez que não nos deu tempo de preparar nada. Entretanto, não é possível fazer com que as pessoas mudem de ideia assim, do dia para a noite. Por sinal, precisamos poupar o exército, que não deve ser assustado e devemos tentar manter ao nosso lado, pois ainda é capaz de causar muito mal. Se me fizerem o favor de não me apressar demais, tudo se arranjará da melhor maneira e para satisfação de todo mundo.

Fouché manuseia as cordinhas que movimentam mais de um manequim na Câmara dos Representantes. E se prepara para usá-las na conquista do poder. Já deu o recado a seus amigos deputados: na nomeação dos três membros da Comissão de Governo, nem um só voto deve faltar à sua candidatura e às de Lambrechts e Flaugergues, criaturas suas. Lanjuinais? Que seja afastado, espalhando-se pelos corredores que é indispensável à presidência da Câmara. La Fayette? Que seja apresentado aos bonapartistas como inimigo de Napoleão, aos realistas como republicano e aos liberais como aliado de Luís XVIII.

Certo da vitória, o ministro exulta antecipadamente:

“Como vê, estou em excelente posição de força”, diz ele a Pasquier, “pois nada é melhor que um poder coletivo à disposição de um homem só.”⁷

Pasquier o convida a agir com rapidez. Fouché reitera que não se devem atropelar as coisas. Se não puder dispor do tempo de que precisa, afirma, tudo será posto a perder.

O ministro despede-se de Pasquier e junta-se, no salão ao lado, a cerca de sessenta pessoas por ele convidadas. O deputado Gourlay aproxima-se dele e lhe sopra ao ouvido os resultados da eleição para a Comissão de Governo. Ao reiniciar a sessão, os representantes votaram, por volta de 16h30: no primeiro turno, Carnot recebeu 324 votos, num total de 504 sufrágios expressos, Fouché, 293, o general Grenier, 204, La Fayette, 142, MacDonald, 137, Flaugergues, 46, Lambrechts, 42. Como Grenier não obteve maioria absoluta no primeiro turno, foi necessário um segundo. Finalmente, foi eleito terceiro membro da comissão.

Fouché está desapontado com esse sucesso apenas parcial. Terá de contar, na comissão, com dois seguidores fiéis ao imperador, um dos quais, Carnot, não é facilmente manejável. Fouché mantém-se impassível. O jogo continua, a partida desloca-se agora para o palácio de Luxemburgo.

Os amigos se despedem. Suas carruagens cruzam nas ruas de Paris com transeuntes ainda sob o efeito da notícia da abdicação do imperador.

19. Os parisienses e a abdicação

RUAS DE PARIS, NOITE DE 22 PARA 23 DE JUNHO

Paris indignada, Paris que se manifesta

Ao deixar a Câmara dos Pares, La Bédoyère vai ao encontro da rainha Hortense para comunicar-lhe sua contrariedade. Cruza no caminho com Ida Saint-Elme, que conheceu nas fileiras do Grande Exército. Maria Versfelt, seu nome verdadeiro, é uma dessas mulheres livres e independentes que se escondem sob a farda para acompanhar o amante aos campos de batalha. Ligada ao marechal Ney, Ida o seguiu à Bélgica e assistiu à batalha de Waterloo.

Fora de si, La Bédoyère fala simplesmente em sequestrar o imperador, conduzi-lo até o Exército e impor leis a “esses senhores, os modernos romanos”. O general, que segundo Ida não entende nada das sutilezas da política, enxerga em Napoleão exclusivamente o homem dos soldados. Acima de tudo militar, o general tem do imperador uma visão fanática de seguidor religioso. Na exacerbação de sentimentos que manifesta pelo gênio deposto, ele não deixa de ter seu encanto. Sim, decididamente, pensa Ida, “nada é mais belo que La Bédoyère defendendo a causa do imperador”. Despedindo-se dela, o general promete, com expressão decidida, desafiar todos aqueles que traírem Napoleão.¹

Na entrevista com a rainha Hortense, La Bédoyère continua a manifestar seu inconformismo por Napoleão não ter se apresentado diante dos deputados ainda coberto da poeira dos combates. Em sua intenção de separar o imperador da nação, os representantes não entendem que o sacrificam sem salvar o país. “Todos os franceses”, repete o general, “devem unir-se à águia imperial, fazer-se soldados e, mais uma vez conduzidos pelo gênio do imperador, encher-se daquela velha energia que garantiu o triunfo da nossa Revolução.” Se isso não acontecer, os Bourbon voltarão, e com eles os tributos, as vinganças e as humilhações.²

La Bretonnière compartilha a emoção do general. Durante todo o dia, o estudante ficou plantado diante do palácio Bourbon ou do palácio do Eliseu. Sentado num café, folheia interminavelmente os jornais. Está impaciente. Num dia como este, o *Moniteur Universel* podia pelo menos publicar um suplemento para dar as informações do dia.

As páginas de 1 a 3 informam sobre as sessões de 21 de junho na Câmara dos Representantes e na Câmara dos Pares. Na página 3 são publicadas a ordem do dia da Guarda Nacional e a relação das doações para seus trajes. Mas tem algum sentido, num momento em que a pátria está em perigo, reservar três colunas da página 4 para o relatório que o sr. Castellan apresentou ao Instituto sobre um método de encáustica ou pintura a óleo de oliva em gravura de cera?

O *Journal des Débats* estampa na primeira página notícias do exército da Vendeia e passa a descrever a batalha de Waterloo, concluindo com um relato das sessões da Câmara dos Representantes no dia 21 de junho. O *Journal de Paris* também só oferece notícias velhas. Mas na última página o olhar de La Bretonnière é atraído pelo resumo da sessão do tribunal penal. Nele, os senhores Le Normant e Bocquet tinham sido julgados, na véspera, acusados de atentar contra a vida do imperador. A absolvição foi sentenciada depois de um vibrante arrazoado no qual o advogado provou que a denúncia decorria exclusivamente de excesso de zelo dos gendarmes e do Ministério Público. Sinal de mudança dos

tempos: a defesa proclamou em alto e bom som o direito soberano do povo diante dos representantes do governo.

Decididamente, pensa La Bretonnière, só mesmo pelo boca a boca se pode saber o que acontece na capital. Corre que Napoleão errou redondamente ao voltar a Paris para se entender com os representantes. Melhor teria feito se ficasse com seu exército, e agora a derrota de Waterloo tornou-se irreparável.

Ao tomar conhecimento das pressões exercidas pelas duas Câmaras para obter a abdicação, os amigos de La Bretonnière ficam indignados. Juram, como ele, fazer a caveira de La Fayette. O general nobre, afirma La Bretonnière, tomou “uma decisão estúpida” ao ousar exigir a destituição do monarca. Como homens “velhos na idade e na experiência”, pergunta-se o estudante, são capazes de acreditar que a coligação volta-se apenas contra a pessoa de Napoleão? Ao obrigá-lo a abdicar, eles derrubam as barreiras que separam a França tricolor da França dos monarcas absolutos!³

Não, não, nada de abdicação! É uma perfídia, pensam o jovem estudante e seus amigos. Por que o imperador deixou-se derrubar pelas Câmaras, em vez de dissolvê-las? Os ministros são traidores. Não teremos o rei de Roma e seremos obrigados a suportar a vingança dos Bourbon. Viva o imperador! Devemos nos reunir, percorrer as ruas, nos manifestar ruidosamente a favor de Napoleão.

A Paris noturna atravessada pelos estudantes oferece um espetáculo contrastante. Aqui, indiferença, adiante, gritos e vivas ao imperador. Nos teatros, quando cai o pano, um público pouco numeroso dirige-se para a saída sem pedir, como de costume, que os atores entoem uma canção nacionalista. No Palais-Royal, alguns debatem as cotações da Bolsa, indo e vindo diante do Café Montansier, que acaba de fechar. Mais adiante, sob o peristilo, grupos se formam, e a Guarda Nacional trata de dispersá-los.

Na ponte au Change e no cais da Grève, onde costumam se reunir os trabalhadores desempregados, os policiais identificam elementos suspeitos. Aproximam-se e os ouvem manifestar o receio de que em breve os Bourbon estejam de volta. No Jardim das Tulherias, um provocador ostenta uma flor de lis no chapéu. Ameaçado de agressão, foge. Numa sala da rua de Grenelle, federados ouvem e aplaudem discursos patrióticos, e depois se retiram “sem perturbar a tranquilidade” do bairro.⁴

Em compensação, os informantes da polícia avisam que um cortejo vem descendo dos subúrbios. À frente de 5 mil a 6 mil manifestantes caminham os federados, com bandeiras tricolores desfraldadas e a “Marselhesa” nos lábios. Vivas se ouvem de todos os lados. Trezentos deles dirigem-se à praça Vendôme. Ajoelham-se diante da coluna em homenagem ao Grande Exército e juram defender Napoleão até a morte.⁵

Os gritos das ruas mal conseguem atravessar as paredes do Liceu Napoleão. Num dos dormitórios, Émile Barry, filho de um representante do povo, sonha que já é amanhã. Com outros alunos de retórica, ele jurou escapular ao alvorecer à vigilância obsessiva do diretor, o sr. de Wailly, e à tutela rigorosa do chanceler-mor Lebrun, grão-mestre da universidade. Desde que tomaram conhecimento da notícia da abdicação, Émile e os outros alunos de retórica só pensam em matar aula por tempo indeterminado. Pretendem colocar a liberdade reconquistada a serviço da causa patriótica: abertas as portas do Liceu, irão rumar para os subúrbios, chegar à barreira da Itália e alcançar as fortificações que estão sendo construídas ao redor da capital! Que venham pás, picaretas e carrinhos de mão: eles vão suar e se esfaltar quanto puderem para colaborar com a defesa de Paris. Que venham os fuzis para combater ingleses e prussianos!⁶ Esta noite, os alunos do Liceu Napoleão sonham com a glória.

Os franceses nunca terão energia para romper as cadeias?

A abdicação provoca ao mesmo tempo medo e esperança em todos os que torcem para que, com a

derrocada, venha o fim de uma ditadura à qual já se haviam resignado e se restabeleça uma ordem social mais de acordo com seus antigos privilégios. Disso dá testemunho o clima reinante nos aposentos da sra. de Montcalm, antibonapartista convicta. Há vários dias a marquesa se questiona que decisão tomar. Ficaré em Paris para salvar seus bens da pilhagem que sempre acompanha o desfecho funesto de um cerco, ou fará as malas para acompanhar a irmã e se afastar do ogro corso e do delírio das duas Câmaras?

Que é que estão esperando os generais que se declararam contra o imperador, como MacDonald, Oudinot e Gouvion Saint-Cyr,⁷ para se unir aos realistas, proclamar a deposição, tomar a frente dos acontecimentos e evitar a desordem?

“Seria muito mais honroso que os franceses chamassem de volta o seu rei, em vez de recebê-lo dos estrangeiros”, escreve a marquesa em seu diário. “O partido dos Orleans e sobretudo o partido republicano dominam as duas Câmaras, nada se pode esperar delas. Será então que os franceses nunca terão energia para romper as cadeias?”

A marquesa surpreende-se com a aparente aceleração do tempo. Apenas uma hora atrás Napoleão reinava, e ei-lo agora forçado a entregar a coroa a um bando de liberais que passam a governar por ele.

“Como os deputados foram capazes de ouvir sem protestos o discurso de Regnault?”, pergunta-se ela. “Ele teve a coragem de fazer o elogio de Napoleão, este que levou milhares de indivíduos à morte para depois pôr-se a salvo de todo perigo e mostrar-se incapaz de preservar com uma guerra de guerrilha ou outros recursos a reputação conquistada com as vitórias. O próprio marechal Ney atribuiu integralmente a Bonaparte a destruição do Exército. E foi a um chefe assim que a Câmara agradeceu com sua votação!”

Nesse início de noite, a marquesa ouve o clamor dos manifestantes. Ao adormecer, pensa que, como sempre, basta um punhado de agitadores a soldo para mobilizar um povo até agora apático.⁸

A abdicação tem cara de subterfúgio

A certa distância do palacete da marquesa, o barão de Barante escreve à sua mulher.⁹ Ainda na véspera, ele lhe explicava que Napoleão a essa altura não tinha exército, “pois levava suas forças ao extermínio de maneira pavorosa”. Ele não tinha mais esperança de ver as Câmaras deixarem de lado a covardia para tomar partido. E eis que agora se dava uma reviravolta. As Câmaras finalmente forçaram Napoleão a se retirar, embora com alguma dificuldade. Como no ano anterior, em Fontainebleau, Napoleão inicialmente recusou-se a abdicar, contando com o apoio de certos colaboradores no desejo de perder tudo para não ceder.

O relato da situação feito pelo duque mistura realidade e boatos:

“Finalmente”, escreve o barão, “recebemos esta manhã uma espécie de abdicação condicional, misturada a incríveis solicitações de homens e dinheiro.¹⁰ Apesar de fraca e pressionada, a Câmara, não o julgando suficiente, cogitou o problema da deposição, mas o partido jacobino e imperial levava vantagem.¹¹ Tomou-se então a decisão de esperar a abdicação, que chegou por volta de 14h, trazida pelos ministros.

“Ele proclamava o filho. Nessa altura, belo discurso do sr. Dupin, simpatizante dos Bourbon por abstração, sem mencioná-los; revolta dos jacobinos e dos militares. Regnault subiu à tribuna; defendeu a regência, falou com expressivo enternecimento das desgraças e virtudes do grande homem. Em meio ao alarido, baixou-se um decreto de redação ambígua, aceitando a abdicação e instituindo um governo provisório. E começou-se então a dar tréguas ao jacobinismo e ao sentimento de defesa.

“O imperador cerca-se do populacho no Eliseu, confraterniza com os federados, dá curso ao zelo desesperado dos militares, de tal maneira que esta noite sua abdicação tem cara simplesmente de

subterfúgio, de um ardil para ganhar tempo, a fim de tentar alguma coisa.

“A Câmara”, escreve o aristocrata, não sem certo exagero, “assumiu coloração absolutamente jacobina. Tudo vai depender do governo provisório. Fouché foi nomeado, o que é a perfeição; Carnot também, o que é o contrário. Os outros haverão de sê-lo antes que eu chegue ao fim desta carta. Não vai ser nada fácil desalojar esse sujeito. Impossível convencê-lo a abrir mão de alguma coisa; ele quer viver e reinar. Dentro de dois dias, contudo, os aliados dirão o que pretendem fazer com ele. Essa fúria moribunda do jacobinismo vai impedir qualquer acerto, e o rei voltará pelas mãos dos estrangeiros ou da reação.

“A Guarda Nacional e os recursos de Paris estão em ordem. A cidade está tranquila, exceto nas imediações do Eliseu e das Câmaras. Espera-se que tudo aconteça tranquilamente. Mas o imperador de bom grado recorrerá a uma política de terra arrasada.”

O barão não é o único em Paris a acreditar que a abdicação é um stratagem.

“A canalha dos realistas”

Em seus gabinetes, os panfletários realistas se agitam. Afiam suas penas para advertir os leitores sobre o ardil do “usurpador”. Um deles redige um texto a que dá o título de “A abdicação de Bonaparte”. Começa seu libelo botando na boca de Napoleão: “Minha carreira política acabou, proclamo meu filho imperador”, para em seguida explicar:¹²

“Eis o que isso significa em bom francês: eu bem que gostaria de permanecer no lugar que acabo de usurpar, pois não o havia retomado para deixá-lo tão depressa. Mas a nova prova de *incapacidade e covardia* que acabo de dar é forte demais. Vejo-me forçado a apresentar minha *abdicação*. Agora é necessário ceder às *circunstâncias*. Eu serei capaz de retomar o poder: o encaminhamento que dou a minha *abdicação* me deixa esse recurso e mantém a esperança dos meus partidários. Nada arrisco: ao entregar o trono ao meu filho, preservo toda a minha autoridade no futuro. Retiro-me no momento, mas é para voltar depois.”

O relator afirma então que a abdicação não passa de uma artimanha dos bonapartistas para enganar os aliados, e acaba chamando o imperador de incompetente e covarde.

Os realistas não se limitam a investir com a pena contra o morador do Eliseu, juntando-se também aos financistas e comerciantes que partem para o ataque contra a Bolsa. Nessa noite, um parisiense escreve a um amigo, oficial do Exército do Norte: “Acredita que os juros aumentaram cinco francos? É a canalha dos realistas que está comprando, na expectativa de voltar a ver, como mostra uma caricatura, seu execrável rei na garupa de um cossaco e esmagando os cadáveres dos defensores da pátria.”¹³

Mais ou menos à mesma hora, Fouché, já em acordo com os realistas do comitê legitimista, ordena a transferência para a prisão da Abadia de um dos seus chefes, Eugène de Vitrolles. Detido em 4 de abril quando tentava sublevar o sul, ele foi esquecido durante muito tempo numa prisão de Toulouse. O ministro da Polícia pretende libertá-lo para que seja seu intermediário com Luís XVIII.

PALÁCIO DE LUXEMBURGO, NOITE DE 22 DE JUNHO

Salvar do naufrágio a independência nacional, as leis e a liberdade civil

Villemain atravessa os corredores do palácio à espera de que tenha início novamente a sessão da Câmara. Uma cena da história da Inglaterra o obceca. Ele volta a ver em imaginação um deputado da Câmara dos Comuns alertando os concidadãos: o fantasma da escravidão se aproxima em meio às trevas,

e o ruído de suas correntes não é suficiente para pôr de sobreaviso os distraídos que não o veem. Pois o mesmo fantasma não estaria batendo na porta dos franceses?

Villemain tem um sobressalto. Uma sombra aproxima-se. Ele reconhece Pontécoulant, que lhe diz: “Muito bem, aprecio essa constância política na sua idade: o homem não vive exclusivamente de pão, mas de tudo aquilo que aqui embaixo consideramos a palavra da verdade. Como também pretendo ficar até o reinício das deliberações, que serão graves, ofereço-lhe hospitalidade.”

Pontécoulant leva-o a um compartimento vizinho. Enquanto faz uma colação, o ex-prefeito de Dyle explica ao jovem professor da Sorbonne que o desastre era previsível desde a volta de Napoleão da ilha de Elba. Ele estava evidente em toda parte, no esgotamento das forças, no desânimo dos espíritos e “nessa vertente da necessidade que pode ser encontrada em determinadas épocas e que nenhum esforço do gênio seria capaz de superar”.

O antigo convencional, tendo denunciado as manobras de “Fouché de Nantes”¹⁴ em favor dos realistas, reconhece contudo que a volta dos Bourbon transformou-se no “aspecto de longe mais provável, e relativamente o melhor”.

“Que voltem portanto os Bourbon”, acrescenta, “e que durem, se conseguirem! Para isso, contudo, que apliquem a Carta de maneira mais decidida que no momento em que a promulgaram!”

Ante as torrentes revolucionárias, Pontécoulant enfrentou mais de um naufrágio. Embora nunca o conseguisse completamente, sempre tentou salvar da catástrofe a independência nacional, as leis e a liberdade civil. O ex-prefeito espera que a volta dos Bourbon ocorra dessa vez com paz civil, com a manutenção das liberdades e a salvaguarda do espaço de poder conquistado pelos deputados.

Depois de prever que o egoísmo e as quimeras do partido bonapartista iriam atrasar a volta inevitável dos Bourbon, o par da França despede-se do jovem amigo. “Deixe-me sonhar sozinho com tudo isso durante uma hora”, diz-lhe, “pois temos de malhar o ferro enquanto está quente; e esta noite terei golpes a desferir e a aparar, quando for reaberta a sessão.”

Até agora os pares seguiram os representantes; esta noite, querem passar da retaguarda aos postos avançados do combate político. Pontécoulant pretende ser o herói de uma sessão que já considera histórica.¹⁵

Um complô bonapartista?

Para Pontécoulant, a última frase da “Declaração ao povo francês” é reveladora das intenções do imperador. Ao escrever que só a sua dinastia pode permitir que a nação viva livre, feliz e independente, Napoleão faz um apelo ao povo e uma ameaça às Câmaras.

É necessário responder-lhe, pensa Pontécoulant, que sua dinastia não existe mais. Morreu no ano passado, com o Tratado de Fontainebleau. Ele então renunciou para sempre “à coroa para si e para seus descendentes”. Se chegou por um momento a se apoderar de novo dela, foi exclusivamente “por uma espécie de usurpação e transgressão dos seus próprios compromissos”. A abdicação condicional, uma maneira de a família Bonaparte se perenizar, não deve ser aceita.

Pontécoulant está convencido de que entre Lucien, Joseph, Jérôme Bonaparte e seu tio, o cardeal Fesch, se trama um complô. Que lhes importa, pensa Pontécoulant, a enorme catástrofe que se abateu sobre a França se o regime, que lhes assegura fortuna e honrarias, for preservado. Afastados do governo provisório, eles pretendem instaurar um Conselho de Regência para ocupar seus lugares e continuar governando a França.

Se a família Bonaparte escolheu o palácio de Luxemburgo para levar a cabo seu empreendimento, foi porque a Câmara dos Pares tem mais bonapartistas que a Câmara dos Representantes. Os Bonaparte,

pensa Pontécoulant, pretendem com isso que os pares reconheçam a abdicação condicional. Fortalecidos por essa decisão, eles passarão a pressionar os representantes. Em caso de recusa dos deputados, o clã dos Bonaparte, segundo está convencido Pontécoulant, porá em marcha o exército, os federados e “a população parisiense”. Eles imporão pela força o que não alcançaram pela persuasão.

20. O rei de Roma é francês?

CÂMARA DOS PARES, 21h-2h

“Que a Câmara reconheça Napoleão II...”

Às 21h, quando o presidente abre a sessão, Pontécoulant e seus amigos estão convencidos de que os próximos debates serão decisivos para o futuro da França:

“Comenta-se”, escreve ele, “que a decisão da Câmara dos Pares determinará o comportamento de Napoleão; se ele tiver a seu lado a Câmara Alta, está decidido a recorrer novamente à espada para impor as condições de sua abdicação. Estará em pauta, portanto, uma questão de vida ou morte. A Câmara dos Pares poderá atrair sobre o país a guerra civil, acrescida à guerra estrangeira, caso se deixe levar por um momento de fraqueza ou de dúvida. É profunda a emoção entre os pares, reina um silêncio impressionante em toda a sala, parece que assistimos a uma daquelas grandes sessões das nossas primeiras assembleias, nas quais eram decididos o destino do Estado, o triunfo ou o aniquilamento dos partidos.”¹

O presidente começa por registrar o encontro entre a delegação da Câmara e o imperador. Mal terminou, lembrando as últimas palavras de Napoleão – “Abdiquei exclusivamente por meu filho” –, e Lucien toma a palavra:

“Trata-se agora de evitar a guerra civil”, diz ele, “de saber se a França é uma nação independente, uma nação livre. O imperador morreu, viva o imperador! O imperador abdicou, viva o imperador! Não pode haver ação real entre o imperador que morre ou abdica e seu sucessor. Essa é a máxima sobre a qual repousa uma monarquia constitucional. Toda interrupção é uma anarquia.”²

Na verdade, Lucien desvia em proveito da monarquia imperial a aclamação que se ouvia à morte de um rei. “O rei está morto, viva o rei!” – clamava-se em Versalhes para indicar que o corpo do soberano podia descer à terra, mas sempre subsistia o corpo imaterial, o corpo místico que, perante Deus, unia a monarquia a seus súditos. O primeiro descendente masculino da família real recebia com a coroa esse segundo corpo, e ninguém, nem mesmo o rei que morria ou abdicava, podia mudar isso.

Decerto querendo impressionar, Lucien confunde deliberadamente a monarquia de direito divino dos Bourbon com a monarquia de direito constitucional dos Bonaparte.³

Na esperança de obter a adesão dos pares, o príncipe lembra-lhes em seguida o Ato Adicional e seu juramento a Napoleão. Mas logo perde as esperanças. À parte alguns aplausos, a Câmara recebe com frieza palavras por sob as quais, na opinião de alguns, está a ambição do príncipe. “A hereditariedade monárquica e a religião do juramento ligada à honra pública da nação são de fato coisas importantes”, observa Villemain, “mas elas ainda não se enraizaram suficientemente em proveito dos Bonaparte para exercer influência sobre os pares e os demais franceses.”⁴

Lucien Bonaparte é francês?

Pontécoulant intervém com protestos de fidelidade a Napoleão, a quem “deve tudo”. Em seguida desfere o primeiro golpe. Evitando responder diretamente à proposta do príncipe, ele a rejeita com uma questão

de forma.

“Se bem entendi, querem que adotemos uma proposta sem deliberação, o que vai de encontro às regras, às obrigações da Câmara.”

Logo em seguida o conde desfere outro golpe contra o adversário, perguntando com que direito faz uma proposta tão exorbitante:

“O príncipe é francês? Não o reconheço como tal. Certamente o considero francês pelos sentimentos, pelo talento, pelos serviços prestados à liberdade e à independência nacional. Gostaria de adotá-lo como francês, mas ele, que invoca a Constituição, não tem um título constitucional. É príncipe romano, e Roma já não faz parte do território francês.”

Quem não aplaudiria uma definição de identidade francesa baseada na que fora adotada em 1789? Em compensação, a referência ao título de Lucien como príncipe de Canino, em 1810, é um golpe baixo⁵ que desonra o conde de Pontécoulant. Apesar de ter uma designação honorífica romana e de ter vivido, por vontade do irmão, longe do território nacional até 1815, Lucien sempre foi e continua a ser um príncipe francês. O próprio Pontécoulant o reconheceu como tal, ao apoiar dois meses antes uma proposta do príncipe na Câmara dos Pares.

Indignado, o príncipe levanta-se para responder. Pontécoulant o obriga a se sentar:

“Responderéis mais adiante, príncipe, respeitai a igualdade de que tantas vezes deu o exemplo. O preopinante pediu algo inadmissível”, prossegue ele. “Não podemos aprová-lo sem desistir da consideração pública, sem trair nossos deveres e a pátria, cuja salvação está em nossas mãos.”

Pontécoulant, por sua vez, declara que não pode aceitar que se proclame Napoleão II. Não importando seu respeito e sua dedicação ao imperador, não haverá de reconhecer como rei uma criança, nem jamais poderá aceitar como soberano um indivíduo que não reside na França.

Sem citar explicitamente a família Bonaparte, Pontécoulant explica que, se Napoleão II fosse proclamado, não *demorariam* a recorrer a qualquer *senatus consultum* considerado fundamental para declarar estrangeiro e cativo o novo imperador, para invalidar a regência e instituir outra, provocando assim uma guerra civil.

Desse modo, Pontécoulant convida os pares a deliberar sobre a questão ou passar à ordem do dia. “Falam-nos de minoria sediciosa”, conclui. “Mas onde está ela? Seríamos acaso sediciosos, nós que queremos a paz? Reluto em acreditar que uma minoria posterga resolução capaz de fechar a porta a qualquer negociação e que tende a nos levar a reconhecer como soberano um indivíduo que não reside na França.”

O príncipe Lucien entende perfeitamente que, por trás das sutilezas do par da França sobre a identidade nacional e a legitimidade do jovem príncipe como governante, está antes de mais nada a preocupação de impedir a instauração de uma regência que fosse controlada por ele e pelos membros de sua família.

Lucien, para começar, responde à acusação contra sua identidade francesa. “Se não sou francês aos seus olhos, sou-o aos olhos da nação inteira.” O mesmo se poderia dizer a respeito do filho do imperador, o rei de Roma, já agora duque de Reichstadt, exilado em Schönbrunn.

Lucien retoma então o primeiro argumento para defender sua proposta:

“A partir do momento em que abdica, Napoleão é sucedido pelo filho. Não há deliberação a tomar, mas uma simples declaração a ser feita. O imperador abdicou em favor do filho. Nós aceitamos seu sacrifício. Cabe agora pôr a perder o resultado? Não pedimos a opinião dos estrangeiros. Ao reconhecer Napoleão II, fazemos o que devemos fazer, convocamos ao trono aquele que a ele é chamado pela Constituição e pela vontade do povo.”

Boissy d’Anglas objeta que, estando o filho de Napoleão no campo dos invasores da França, não pode ser proclamado pelos representantes do povo nem pelos pares. Enquanto o inimigo não tiver devolvido o

rei de Roma, “a dignidade nacional impede que a coroa fique depositada em mãos inimigas”. Boissy d’Anglas conclui implorando aos colegas: “Não podemos nos dividir, é a única força que nos resta: e reconhecamos apenas, no momento, o poder de nossas Assembleias Nacionais.”⁶

“Só se podem ouvir vozes servis e baixas?”

Para La Bédoyère, semelhante proposta é o mesmo que uma traição. Ele não consegue mais conter-se, e a paixão que o sacode reflete-se no transtorno de seus traços. “Seu rosto é tomado por sombria irritação e seus olhos azuis reluzem de indignação.” Ele é a própria imagem de “uma natureza generosa e suave arrebatada pela dor e perturbada pela violência que se impõe”.⁷ Sua atitude chama ainda mais atenção por contrastar com a de numerosos pares, conduzidos pela idade às portas do sono.

“Repito o que já disse esta manhã. Napoleão abdicou em favor do filho. Se a Câmara dos Pares e a dos Representantes não proclamarem Napoleão II, a abdicação será nula, totalmente sem valor.”

E então, criticando os covardes e infiéis:

“Pude ouvir certas vozes ao redor do trono do soberano ditoso. Elas se afastam agora, que ele encontra o infortúnio. Há pessoas que não querem reconhecer Napoleão II, pois preferem receber a lei do estrangeiro, dando a ele o nome de *aliados*.”

“A abdicação de Bonaparte é indivisível. Se não quiserem reconhecer seu filho, ele deve desembainhar a espada, cercado pelos franceses que derramaram sangue por ele e que ainda estão cobertos de ferimentos.

“Ele será abandonado pelos vis generais que o traíram.

“O imperador não pode negar-se à nação. Abandonado uma primeira vez, será que o abandonaremos uma segunda, nós que juramos defendê-lo até no infortúnio?”

“Porém, caso se proclame que todo francês que abandonar sua bandeira será coberto de infâmia, tendo sua casa arrasada, sua família proscrita, então não haverá mais traidores, nem essas manobras que provocaram as recentes catástrofes e pelas quais haverá alguns responsáveis sentados aqui entre nós.”

Ao dizer essas palavras, o olhar de La Bédoyère detém-se no marechal Ney.

Vozes se elevam para vaiar o orador. Onde é que esse jovem militar pensa que está? Num corpo da guarda? Acaso imagina que fala a subordinados? Seu discurso é escandaloso, suas palavras, ultrajantes e provocadoras. Que o presidente o faça calar-se!

“Ouçam-me!”, grita mais uma vez La Bédoyère. “Acaso se decretou que neste recinto só se podem ouvir vozes servis e baixas?” Suas últimas palavras perdem-se no tumulto de que é tomada a Assembleia.

O conde Cornudet des Chaumettes intervém. Ele é tido na Câmara como moderado e conciliador. O conde lembra que, se as atas registrarem a reivindicação do príncipe Lucien, essa precaução será suficiente para consagrar os direitos de Napoleão II. Entretanto, acrescenta, o príncipe está fora da França e cativo. Em tal circunstância, a segurança pública e a independência nacional exigem a instauração de um governo provisório a fim de tomar as indispensáveis medidas de salvação pública e encetar negociações com o inimigo.

“Nossos bravos militares irão clamar ‘Viva Napoleão II!’”

Pronto contra-ataque dos bonapartistas. O sacrifício de Napoleão, explica o conde Ségur, não deve ser em vão. Cabe que o governo provisório negocie em nome de Napoleão II e assumam a condição de *regência*. Por sinal, será a melhor maneira de testar a boa-fé dos aliados, que afirmam que Napoleão é o

único obstáculo para a paz.

Maret, secretário de Estado e duque de Bassano, apressa-se a apoiar a proposta:

“Um representante declarou que não reconheceria um príncipe ausente, que não obedeceria a um soberano que está fora da França. Pois bem, esse príncipe não reinará, mas seu poder será exercido. O caso está previsto na Constituição.”

Quando o príncipe morre ou está ausente, explica ele, instaura-se uma regência, e se a regência estiver ausente, estabelece-se então um Conselho de Regência. Querem substituí-lo por um governo provisório, mas com que direito haverá ele de reinar? – pergunta Maret. Em nome de quem exercerá o poder? Se as propostas de paz forem rejeitadas, se for necessário rechaçar o estrangeiro, qual será o grito de guerra e arregimentação do Exército? E o próprio duque responde:

“Para mim não resta dúvida de que nossos bravos irão clamar ‘Viva Napoleão II!’” Vão aderir a esse nome para eles vinculado a tantas lembranças honrosas.

“Por quem a nação fez tantos sacrifícios? Por ela mesma, sem dúvida, mas também pelo governo consagrado por 1 milhão e 500 mil votos, assim como pela aclamação unânime de toda a nação.”

Os dois partidos continuam a se enfrentar por muito tempo ainda.

Os bonapartistas, com Ségur, Bassano, Roederer e o príncipe Joseph, lutam palmo a palmo, acrescentando aos argumentos constitucionais e militares já apresentados motivos de ordem diplomática: em nome de quem se haverá de enviar ao inimigo a delegação incumbida de negociar uma eventual paz? Ao proclamar Napoleão II, não estaria estabelecido um vínculo com a Áustria? Essa potência acaso poderia ver os franceses como inimigos, “quando adotarmos como soberano o filho do seu sangue?”, pergunta o conde Roederer.

Para fazer frente à tática dos bonapartistas, Cornudet, Lameth, Quinette e Thibaudeau preconizam a união mais estreita com a Câmara dos Representantes.

Uma Comissão de Governo é nomeada, dizem eles, sua forma é adotada pelas duas Câmaras, três de seus membros são imediatamente designados pela Câmara dos Representantes, só resta à Câmara dos Pares concluir a nomeação. Com que autoridade o governo provisório assim formado exercerá o poder? Cabe à Câmara dos Representantes dizê-lo, assegura Pontécoulant.

A sessão se arrasta. Há muito já soou a meia-noite quando Flahaut volta a perguntar: “Napoleão abdicou, está politicamente morto, por que não haveria seu filho de sucedê-lo?”

O ministro da Marinha, Decrès, intervém brutalmente:

“Acaso é este o momento de se preocupar com pessoas, quando a pátria está em perigo?”, pergunta. “Não podemos perder um só instante quanto às medidas exigidas para sua salvação. Peço que a discussão seja encerrada.”

Adotada a proposta, a Câmara procede à nomeação dos dois membros que devem completar a Comissão Provisória de Governo. Caulaincourt, duque de Vicence, é eleito no segundo turno de escrutínio. Legitimista e amigo de Fouché, o ministro das Relações Exteriores e ex-embaixador na Rússia também deve sua nomeação aos laços de amizade com o czar. O segundo membro eleito, com discreto apoio de Fouché, é o barão Quinette. Lucien é derrotado. Obtém apenas dezoito dos setenta votos. Isso significa que grande parte dos seguidores fiéis de Napoleão, cujo apoio era esperado pelo príncipe, o abandonou pelo caminho, aderindo ao grande partido dos “vira-casacas”.

O fracasso de Lucien é praticamente total: a regência parece definitivamente descartada. A Câmara dos Representantes terá de dizer amanhã se a Comissão Provisória vai ou não exercer sua autoridade em nome de Napoleão II. São 2h da manhã quando a sessão é encerrada.

“Só a abdicação pode salvar a França”

De volta da Câmara dos Pares, onde leu a “Declaração ao povo francês”, Carnot presta contas ao imperador da “dolorosa missão” de que fora incumbido pelo soberano. Depois de ouvi-lo, Napoleão faz silêncio por um longo momento e em seguida lhe diz, em tom afetuoso:

“Senhor Carnot, eu o conheci tarde demais.”

Enquanto atravessa o jardim, o ministro do Interior questiona-se: a ditadura de salvação pública e o recrutamento em massa teriam salvado a nação? Agora já não pensa assim.

Para o ministro, contudo, ainda não chegou a hora de arrependimentos e remorsos. Uma nova missão o espera. Na verdade, Carnot considera-se presidente de direito da Comissão de Governo: pois não foi o primeiro a ser eleito pela Câmara dos Representantes, e com o maior número de votos? Ele se apressa então a voltar ao ministério a fim de se preparar para a reunião do dia seguinte.

Ao voltar a seus aposentos, Napoleão não tem mais ilusões quanto ao seu destino. Terá agora de se preparar para o exílio. O imperador solicita então a Decrès, ministro da Marinha, que ponha à sua disposição as duas fragatas ao largo de Rochefort, que estão prontas para zarpar. Decrès responde que precisa primeiro receber ordens da Comissão de Governo. E só poderá fazê-lo em 23 de junho, quando a comissão finalmente for promulgada.⁸ As palavras do ministro da Marinha conscientizam o imperador, caso ainda fosse necessário, sobre a perda de um poder que no dia seguinte ninguém mais deterá. Paris vai dormir sem um governo oficial.

Concluída sua missão, terminada sua prodigiosa carreira, Napoleão está quase só. Os homens que o cercavam, agitados pela preocupação exclusiva do repouso a qualquer preço, o abandonaram. Permanecem no palácio alguns servidores fiéis. O imperador “parece insensível e como que indiferente à dedicação que lhe manifestam”.⁹

Quando está para se deitar, Napoleão interroga Marchand sobre a repercussão de sua abdicação em Paris.¹⁰

“Sire”, responde o valete, com a mais profunda tristeza e a mais viva emoção, “ninguém entende; estão espantados que Vossa Majestade não dissolva a Câmara e que não adote a ditadura em momento tão grave.

“Paris está assustada com a aproximação do inimigo, não confia nos homens que estão à frente do governo, e todas as pessoas com quem me encontrei hoje dizem que se sentem entregues de mãos e pés atados.

“O ministro é acusado de traição, estão todos tão irritados que parecem querer vítimas, e basta uma palavra de Vossa Majestade para que se disponham a encontrá-las no Ministério e na Câmara. Todos, Sire, estão convencidos de que não se receberá o rei de Roma, e de que será preciso sofrer a vingança dos Bourbon.”

“Só a abdicação pode salvar a França”, explica mais uma vez o imperador, “ante o abandono das Câmaras; agir de maneira diferente do que estou fazendo seria provocar uma guerra civil por cujo sangue derramado eu teria de me censurar. Não o quero.”

À noite, um pouco depois de 2h, o imperador é despertado. Informam-no do fracasso de seu irmão Lucien e de La Bédoyère de fazer com que a Câmara dos Representantes proclamasse seu filho.¹¹ Indignado, Napoleão profere gritos de raiva contra os patifes da Câmara. Afinal, antes de conciliar o sono, jura a si mesmo mobilizar dentro de algumas horas seus partidários para que voltem à carga.

Enquanto bonapartistas, amigos de Fouché e liberais disputavam uns com os outros na Câmara, combate ainda mais decisivo se desenrolava 200 quilômetros ao norte da capital. Bombardeada pelos canhões do general Ziethen, a praça de Avesnes caiu nas mãos dos prussianos.

21. O cortejo dos vencedores

NO CAMPO DOS ALIADOS, O DIA 22 DE JUNHO

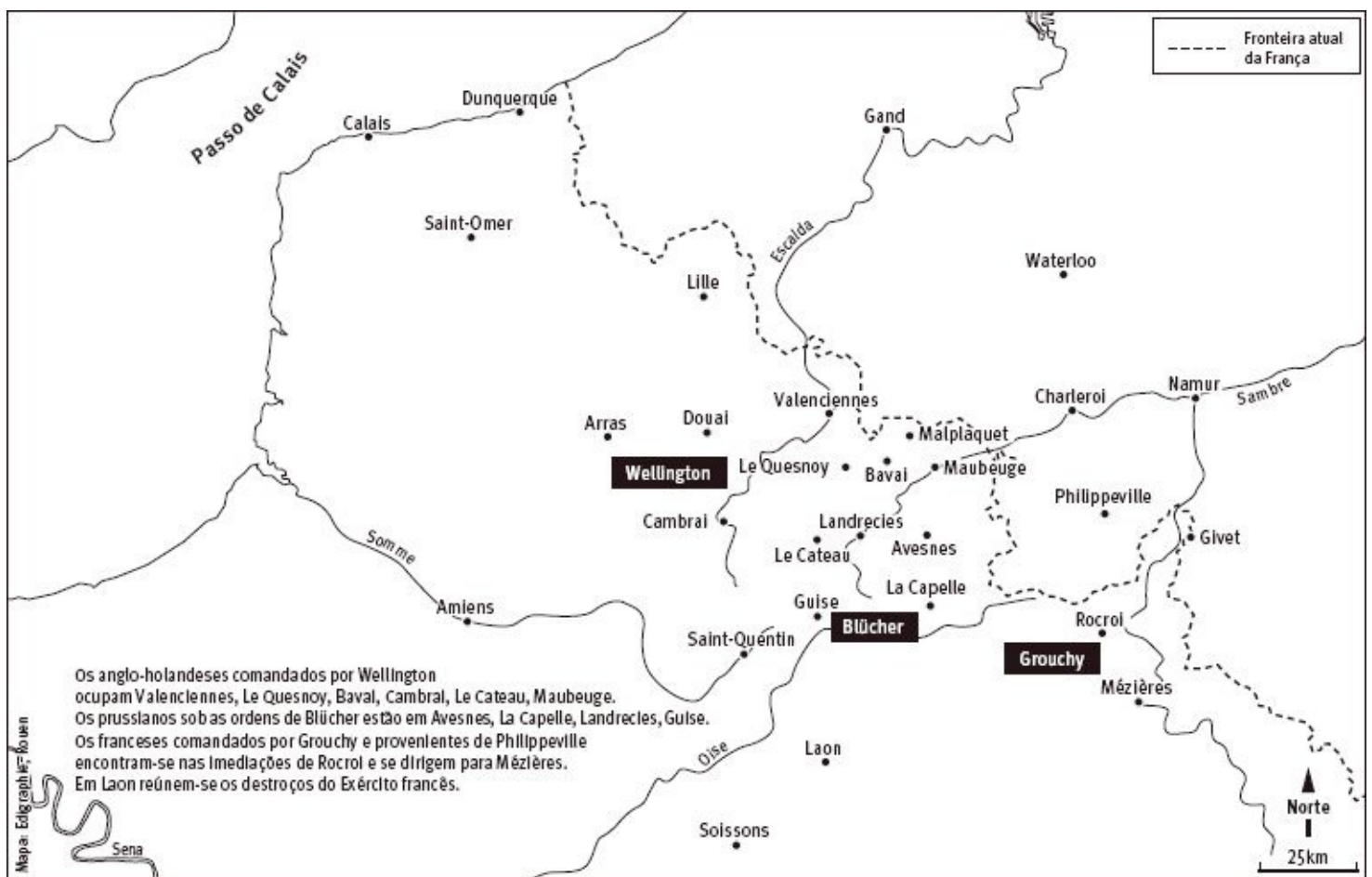
Tomar Paris o mais rápido possível

Obtida a vitória em Waterloo, os aliados mal tiveram tempo de respirar. Chegaram à fronteira em marcha forçada. Os prussianos atravessam-na no dia 20, os anglo-holandeses no dia 21. Os dois exércitos acampam entre o Escalda e o Sambre.

Os 52 mil anglo-holandeses ocupam Gommegnies, Bavai e Le Cateau-Cambrésis, onde Wellington, o vencedor de Waterloo, monta seu quartel-general. O corpo comandado por Frederico, príncipe dos Países Baixos, ocupa Valenciennes e Le Quesnoy.

O primeiro corpo prussiano investe contra Avesnes. Os 1.700 homens, entre guardas nacionais e veteranos, que defendem a praça sofrem durante 24 horas o bombardeio de seis obuses e oito canhões. O principal depósito de pólvora da fortaleza é incendiado, explode e provoca a destruição de grande parte da cidade. No dia 22 ela se rende. Elementos do primeiro corpo já avançam na direção de La Capelle e patrulham o Oise.

O 4º corpo, sob as ordens de Von Bülow, marcha de Landrecies para Guise, e sua vanguarda chega a Hannapes. O 3º corpo, comandado por Von Thielmann, avança de Charleroi para Beaumont. O 2º corpo, destinado a atacar as fortalezas, se dispersa: duas brigadas com cavalaria bloqueiam Maubeuge, uma brigada marcha sobre Landrecies, outra sobre Givert e Philippeville. O marechal Blücher monta seu quartel-general em Catillon-sur-Sambre. No total, os prussianos alinham 66 mil homens.



2. A invasão: situação em 22 de junho

Wellington e Blücher decidem conceder um dia de descanso a seus homens. Precisam mobilizar os retardatários e esperar a bagagem deixada para trás. Os dois comandantes aproveitam para passar em revista o plano de invasão elaborado no dia 20 em Bruxelas. Eles sabem que os soldados de Grouchy acampam um pouco mais a leste, em Rocroi, e que os derrotados de Waterloo recuam para Laon.

Os generais aliados decidem enviar para Laon apenas um destacamento, a fim de enganar os franceses quanto a suas verdadeiras intenções. De fato, os dois comandantes não pretendem atacar Laon, mas chegar a Paris o mais rápido possível, para se antecipar a Grouchy. Planejam percorrer a margem direita do Oise: os ingleses por Cambrai, Péronne, Ham e Creil; os prussianos, por Saint-Quentin, Chauny e Compiègne. Os dois exércitos atravessarão o Oise em Compiègne, Pont-Sainte-Maxence e Creil.

As tropas aliadas poderão marchar com mais rapidez na direção da capital se não forem incomodadas pelos adversários. Wellington e Blücher consideram que no momento os franceses não têm condições de atacá-los. Livres de toda movimentação tática, os soldados aliados alcançarão seu objetivo em bom estado físico. Terão percorrido uma região que, não sofrendo requisições do Exército francês, poderá fornecer-lhes as provisões necessárias.¹

Marchar prontamente na direção de Paris também deverá permitir aos ingleses e prussianos chegar à capital antes dos demais aliados da coligação. Duzentos e cinquenta mil russos ainda estão acampados nas proximidades de Frankfurt. Os austríacos, dispendo de 180 mil homens, mal começam a atravessar a ponte de Basileia para se espalhar pela Borgonha. Tudo indica que Paris capitulará antes que russos e austríacos cheguem ao Mosa ou ao Marne. Castlereagh, ministro inglês das Relações Exteriores, e Frederico Guilherme III, rei da Prússia, estarão portanto em posição de força nas negociações de paz que inevitavelmente irão introduzir modificações na ata final do Congresso de Viena.

Na verdade, de 1º de novembro de 1814 a 9 de junho de 1815 toda a Europa mundana e diplomática

outorga uma Constituição ao reino da Polônia, pretende impor à Europa seu projeto de Santa Aliança dos reis contra qualquer tipo de movimento revolucionário.

Um açoitador convicto

Divisão entre os soberanos europeus quanto aos resultados da guerra travada em comum, dissensões entre os comandantes de seus exércitos. Blücher sonha em ser o primeiro a entrar em Paris, dominar a cidade e submetê-la à pilhagem e ao fogo depois de mandar fuzilar Napoleão. Wellington está decidido a adiantar-se a ele na capital para nela exercer sozinho a autoridade e influenciar o destino da França. Mas receia que uma marcha rápida demais prejudique o abastecimento de suas tropas e, em consequência, sua ordem e a disciplina.

Aos 46 anos, o vencedor de Waterloo é ao mesmo tempo temido, respeitado e admirado por seus homens. Muitos fizeram com ele as campanhas difíceis e vitoriosas de Portugal e Espanha. Eles temem e veneram esse aristocrata de rosto alongado e pele pálida, nariz aquilino e olhos azuis, dotado de um sangue-frio e de uma coragem fora do comum. Os soldados, “recrutados para beber”, como a eles se refere seu comandante, puderam sentir na pele a importância da disciplina na filosofia de comando de seu general.

Napoleão conquista seus homens pelo verbo e a familiaridade. Wellington nunca faz discursos diante das tropas e raramente visita seus acampamentos. O imperador francês puxa a orelha dos soldados, o duque manda açoitar seus guerreiros à menor infração. Seu exército tem uma unidade de carrascos treinados para chicotear, enforcar e fuzilar. Mas o soldado que, orgulhoso de servir, pertence ao exército de Wellington pode vangloriar-se de ser um profissional da guerra bravo e competente.³

O duque cuida nos mínimos detalhes do bom abastecimento de seu exército, para que ele, no seu próprio dizer, tornado “terrivelmente ruim” pela mistura de soldados britânicos, belgas, holandeses e hanoverianos, não se disperse nos campos em saques e visitas a tabernas.

A proclamação que a 22 de junho ele dirige aos franceses dá testemunho, é verdade, do caráter moderado da ocupação que pretende impor ao país; mas atesta sobretudo a preocupação de assegurar uma boa alimentação a seus homens. Escreve ele:

“Faço saber aos franceses que entro em seu país à frente de um exército já vitorioso, não como adversário (exceto do usurpador, inimigo evidente do gênero humano, com o qual não podemos ter paz nem trégua), mas para ajudá-los a sacudir o jugo de ferro que os oprime.

“Em consequência, dei as seguintes ordens ao meu exército, e exijo que qualquer ato de infração me seja dado ao conhecimento.

“Os franceses sabem, todavia, que tenho o direito de exigir que se comportem de maneira tal que me permita protegê-los daqueles que pretendam fazer-lhes mal.

“É necessário, assim, que atendam às requisições que serão feitas por pessoas autorizadas, em troca de recibos em boa e devida forma; e que se mantenham em suas casas tranquilamente, sem qualquer correspondência ou comunicação com o usurpador inimigo, nem com seus seguidores.

“Todo aquele que se ausentar de seu domicílio depois da entrada na França e todo aquele que estiver ausente, a serviço do usurpador, serão considerados partidários e inimigos; e suas propriedades serão destinadas à subsistência do exército.”⁴

A 20 de junho, o exército foi avisado numa ordem do dia: está entrando num território que deve considerar amigo, sendo o rei da França um aliado. Nada deve ser tomado sem pagamento. Aqueles que se comportarem de outra maneira serão severamente punidos.⁵

Na verdade, as populações francesas recebem os ingleses com muito menos temor que aos prussianos,

considerados autênticos saqueadores.

Medo dos prussianos

A se dar crédito aos textos de certos ingleses, a campanha militar mais parece uma incursão turística em terras exóticas. O oficial Alexander Cavalié Mercer, anotando com minúcia tudo que vê, fica particularmente impressionado com os agricultores. “São proprietários de pequenas terras (talvez apenas alguns acres)”, escreve ele, “frações das grandes propriedades vendidas em lotes durante a Revolução. Eles mesmos as cultivam, com a ajuda da família, e por isso são considerados agricultores pelo governo. São obrigados a inscrever esta palavra juntamente com o seu número (eles são todos numerados) em suas carroças.”

O jovem oficial considera que os camponeses são de uma “raça simples, prestativa, mas muito ignorante”. Seu dialeto é praticamente incompreensível. Alguns dos que vêm a ser questionados por ele afirmam nada conhecer do que acontece pelo mundo. Sabem que a França está em guerra com a Inglaterra, a Prússia e a Rússia, e nada mais. Nunca ouviram falar de Wellington, de Nelson, nem de Luís XVIII.

– E por acaso conhecem “Buonaparte”? – pergunta o inglês.

– Não, senhor, não conhecemos – respondem eles.

– E Napoleão?

– Ah, mas claro, senhor, esse é o imperador, não é mesmo, senhor?

Para muitos camponeses, Napoleão é o homem que os força a pagar impostos e obriga seus filhos a ir para a guerra. Quanto aos conflitos do imperador com os países estrangeiros, não conhecem grande coisa e nem de longe se perguntam por que motivo os ingleses estão no território nacional.⁶ Mas sabem o suficiente para que a simples menção aos prussianos os faça tremer.

O tenente-coronel Jackson confirma que os camponeses lembram-se, aterrorizados, da ocupação prussiana de 1814. Os prussianos muitas vezes entravam em aldeias completamente abandonadas pelos moradores. A soldadesca pilhava, arrebentava as barricadas nas adegas, destruía móveis e colchões, incendiava as casas. Afastando-se das estradas principais, os soldados prussianos se espalhavam pelos campos, pisoteando ou queimando as plantações de trigo. Quando os agricultores se queixavam, os oficiais respondiam que seus homens estavam pagando aos franceses na mesma moeda, pois os soldados de seu imperador em outros tempos haviam saqueado a Prússia.⁷

À pilhagem sucediam-se as requisições. O ocupante privava os agricultores de seus meios de subsistência, de seus animais de tração, seus meios de transporte e dos cocheiros que os conduziam. Enquanto os pais de família calculavam pedaço a pedaço a quantidade de pão a ser embebida na sopa da manhã ou da noite, milhares de estrangeiros comiam e bebiam à larga, jogando fora alimentos e bebidas que não tinham mais condições de ingerir. E ainda era o caso de se dar por feliz quando os soldados não desonravam as moças e senhoras!

A nova invasão provoca um início de êxodo. Mas nem todos os camponeses fogem. A ideia de voltar a viver o inferno da ocupação os deixa tão paralisados quanto aterrorizados. Eles não pensam em partir nem em resistir quando têm início os desmandos dos prussianos. Apenas suportam, e depois, quando não aguentam mais, pedem que “sejam queimados, degolados, mas que tudo isso acabe!” Às vezes os camponeses acusam: o responsável por tantos males é o imperador, com seu insaciável apetite de conquistas!⁸

Os aldeões acaso veriam em Luís XVIII um salvador? Os oficiais ingleses afirmam que eles nem sequer sabem de sua existência. A afirmação é exagerada, e em sua maioria os habitantes das fronteiras

estão convencidos de que o irmão de Luís XVI porá fim a seus sofrimentos.

COM LUÍS XVIII, NA ESTRADA DE GAND A GRAMONT

O rei em “veículos do estrangeiro”⁹

Exilado em Gand, o rei, temendo em dado momento a ofensiva de Napoleão, preparou-se para voltar à estrada e se afastar da fronteira francesa. Tranquilizado pela vitória de Waterloo, ele cumprimentou o vencedor e mobilizou as energias de seus seguidores para preparar o retorno a Paris. Na capital, os realistas tentam atrair para o seu campo os deputados hesitantes, entrando em contato com pessoas que frequentam os corredores do poder. Fazem de tudo para reinstaurar o rei e levá-lo a entrar na cidade antes dos aliados. Se o conseguirem, a legitimidade de Luís XVIII não será questionada pelos soberanos europeus, e o monarca disporá da autoridade necessária para evitar os horrores de uma invasão estrangeira e garantir a independência nacional.

Ante o fracasso da manobra, Luís XVIII decide voltar ao seu reino depois dos ingleses. Mas não sem debates. Políticos como o marquês de Jaucourt, o barão Louis, Chateaubriand e Guizot lembram que, agindo dessa maneira, o rei compromete sua causa: está ferindo o orgulho nacional e esfriando a afeição que os franceses acaso tenham por ele. Talleyrand, que ficou longe de Gand, compartilha dessa opinião.

Luís XVIII tem consciência de que sua chegada à França depois dos estrangeiros confirmará uma associação algo servil com a coligação vitoriosa. Mas também sabe que o tempo urge e que, se quiser governar o mais rápido possível, precisa voltar a Paris ao mesmo tempo que os aliados. Presente na capital, ele terá recursos para sufocar as intrigas dos partidários do duque de Orleans. Finalmente, uma vez instalado nas Tulherias, o rei poderá se opor aos abusos que os prussianos ameaçam cometer na capital.

Os ingleses, convidando-o a marchar com eles, são os únicos que realmente apoiam sua volta ao trono da França. Luís XVIII viveu durante muito tempo na Inglaterra e fez amizade com o regente, o futuro Jorge IV. O ministro das Relações Exteriores, lorde Castlereagh, também estima o soberano francês, considerando-o o mais qualificado para estabelecer e manter a paz entre os dois países.

No entanto, o governo inglês, cauteloso, prefere esperar para se manifestar oficialmente. Wellington não evidencia a mesma reserva. O duque respeita um rei que soube conhecer e apreciar quando representava a Inglaterra em Paris, em 1814. Seus sentimentos em relação a Luís XVIII, sua ambição pessoal e os interesses do seu país explicam, juntos, seu apoio ao Bourbon.

Wellington espera que a presença do rei a seu lado permita-lhe conseguir a rendição das praças-fortes e garantir o abastecimento de suas tropas. Chegar a Paris acompanhado de Luís XVIII também significa garantir melhor controle da cidade e fortalecer sua posição, assim como a de seu governo, no jogo diplomático que irá começar. Finalmente, Luís XVIII comprometeu-se, em maio de 1814, a honrar os créditos de particulares ingleses que estão em litígio há décadas, e Wellington espera levar a bom termo negociações iniciadas quando ele era embaixador em Paris.

Na véspera de sua entrada na França, o comandante em chefe dos exércitos anglo-holandeses toma todas as medidas necessárias para que Luís XVIII atravesse a fronteira. Escreve ao duque de Feltre, ministro da Guerra do rei, que chegou o momento de Sua Majestade pôr-se em movimento. Recomenda-lhe que se dirija a Mons passando por Gramont, e manda preparar nessa cidade as instalações para o rei e sua corte. Ao mesmo tempo, Wellington pede ao duque de Berry, filho mais novo do conde de Artois e sobrinho do rei, que se junte a ele. Finalmente, manda entregar armas a um dos agentes do rei em Ypres.

“Todos me parecem favoráveis à sua causa”

A 22 de junho, às 8h da manhã, Luís XVIII deixa Gand em direção a Mons. Na noite do mesmo dia dorme em Gramont. Informado da partida do rei, Wellington escreve ao duque de Feltre para explicar-lhe a situação dos exércitos aliados e falar da ajuda que espera do soberano:

“Mantemos bloqueadas as praças de Maubeuge e Landrecy, pelos prussianos; e de Valenciennes e Quesnoy, por nós mesmos. Tenho três divisões de infantaria em Bavay e quatro divisões entre Bavay e aqui, além das tropas utilizadas no bloqueio. Todo mundo interromperá o avanço amanhã para permitir a chegada do que nos é necessário, e talvez Sua Majestade possa chegar com as tropas que marcharão de Bavay e das imediações de Quesnoy depois de amanhã.

“Sua presença é muito importante. Todos me parecem muito favoráveis à sua causa. Encontramos bandeiras brancas em muitos lugares; e como todas as praças são ocupadas por guardas nacionais, seria muito conveniente que se comesse a trabalhar para dispor de uma ou duas delas. Dizem-me que a população de Cambrai é excelente. A guarnição é pequena, não mais que 2 mil homens. Se Sua Majestade puder dispor dessa praça, permanecerá nela até o fim das operações militares. Se isso não ocorrer, é necessário que o rei mantenha-se nas proximidades do quartel-general. A derrota do exército inimigo está mais decidida do que se supunha. Os soldados deles retiram-se aos bandos. Os cavaleiros e soldados do comboio vendem seus cavalos na região, os fuzileiros abandonam suas armas e voltam para casa. Disseram-me hoje que há mais de 2 mil fuzis na floresta de Mormal.”¹⁰

Para Wellington, como diz ele próprio, não sem certa arrogância, está tudo decidido, e ele volta à França à frente de um exército *já* vitorioso. Mas Wellington é prudente demais para não temer um derradeiro sobressalto de Napoleão, de cuja abdicação ainda não tem conhecimento.¹¹

Seu exército e o de Blücher estão a 200 quilômetros da capital quando, em 23 de junho, os deputados preparam-se para o último debate a fim de decidir se o rei de Roma deve ou não ser levado ao trono de seu pai.

SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO

Napoleão II, imperador interino

22. Maquinações do homem-serpente

MINISTÉRIO DA POLÍCIA, 6h-10h

Complô ao alvorecer

O sol mal nasceu e Fouché já se reúne com os colaboradores mais próximos. Todos eles são deputados na Câmara dos Representantes.¹ As ameaças do imperador durante a noite chegaram a seus ouvidos, e eles temem uma última manobra de Napoleão e seus seguidores. Ela decerto consistiria em obter, simultaneamente à proclamação de Napoleão II, a instauração de um Conselho de Regência. Nas mãos do tio e dos irmãos de Napoleão I, esse conselho iria se apropriar do poder da Comissão de Governo. Por trás dos parentes do imperador haveria Napoleão.

Todos concordam: não seria prudente nem possível impedir o reconhecimento de Napoleão II sem se expor à ira do Exército e à revolta de uma parte da população de Paris. Napoleão II será proclamado, portanto, mas sem regência. A Comissão de Governo que Fouché pretende controlar a seu bel-prazer irá monopolizar assim o Poder Executivo.

Para alcançar seu objetivo, os seguidores de Fouché decidem deixar que os bonapartistas exponham suas propostas para em seguida opor-se a elas, menos no empenho de convencer do que de fazer com que o debate se arraste, para dar aos deputados a impressão de que se encontram num impasse. Manuel, que é um orador hábil, intervirá fazendo uma proposta que, assemelhando-se a um compromisso, permitirá a Fouché levar todas as vantagens nesse jogo político.²

Os orleanistas sentem-se então confiantes. Contam com partidários na Câmara, e Fouché ainda não descartou a possibilidade de levar Luís Filipe ao trono da França. Quanto aos seguidores de Luís XVIII, Fouché trata de acalmar sua impaciência sem lhes revelar a pretendida manipulação. E justamente Pasquier, que está entre os partidários do exilado de Gand, solicita um encontro com Fouché. Em 1814, quando era chefe de polícia de Paris, Pasquier traiu Napoleão, o que não o impediu de voltar a oferecer seus serviços ao imperador em 1815. Decepcionado por se ver desempregado, ele aderiu aos partidários dos Bourbon favoráveis a uma monarquia parlamentar.

“Meu poder limita-se a evitar o mal”

Pasquier vem informar-se sobre as medidas tomadas por Fouché para fazer frente às iniciativas dos bonapartistas. O ministro comunica-lhe seus motivos de preocupação. A Câmara é formada por um lodo opaco, com comportamento difícil de se prever. De tal maneira que o projeto mais bem-arquitetado para arrebanhar todo o apoio necessário pode acabar fracassando por nada. Fouché não o esconde ao interlocutor: os realistas, com sua vontade de agir o mais rápido possível em favor de Luís XVIII, podem acabar transformando-se no grão de areia que vai emperrar a máquina:

“Acaso se pode saber o que virá a acontecer numa Assembleia mal organizada como esta?”, pergunta ele. “Um movimento de eloquência, algum cansaço e o desejo de acabar com a situação podem ocasionar, quando menos se espera, uma declaração contrária às intenções da maioria. Quais seriam as

consequências de semelhante declaração? Ela certamente uniria o Exército em torno de Napoleão II, e nada poderia ser mais grave.”

Fazendo ouvidos moucos, Pasquier incita Fouché a fazer com que Luís XVIII seja proclamado o mais rápido possível, pois:

“Se vos limitardes no momento a impedir o ato de reconhecimento de Napoleão II, ainda assim caberá temê-lo.”

Fouché retruca:

“Eu certamente tenho crédito suficiente nessa Assembleia, mas não tive tempo de prepará-la para uma transição tão brusca. Fui apanhado desprevenido. Se quisesse conduzi-la longe demais, depressa demais, ela poderia acabar me escapando completamente. Veja como nomearam Carnot ontem. No momento, meu poder limita-se a evitar o mal, a impedir o perigo mais premente; nesse sentido, nada negligenciei, dei as devidas instruções aos amigos mais certos e capazes.

“Felizmente há entre eles um homem do maior talento, com o qual posso contar. Esse homem é Manuel. Acaso o conhece? Ninguém mais que ele teria chance de mudar os rumos de uma assembleia. Ainda há pouco eu lhe dizia que é absolutamente necessário impedir a qualquer custo que os direitos dessa criança sejam reconhecidos. Ele me disse que ficasse tranquilo e respondeu a todas as minhas perguntas.

Pasquier responde-lhe:

“Eu não conheço o sr. Manuel, mas com quem podeis contar no Exército?”

Fouché informa que Grouchy e seu exército entraram na França, mas são seguidos de perto por prussianos e ingleses. Tentando tranquilizar Pasquier, ele afirma que o general logo estará tomando posição em favor das mudanças efetuadas.

Ainda mais importante que a decisão de Grouchy é a de Davout. Acontece que o ministro da Guerra, como tantos outros militares, continua ligado à família imperial. Esquivando-se de qualquer pergunta a esse respeito, Fouché desvia o rumo da conversa:

“Quando poderemos nos comunicar com essas pessoas em Gand?”, pergunta. “Eles são tão inábeis! Acaso não deveriam ter entrado em contato comigo? Devem estar a par das minhas intenções. Elas devem ter chegado a eles por mais de uma via.”³

A preocupação do ministro é fingida. Ele esconde do interlocutor que Vitrolles, o agente mais importante do rei, aguarda na antessala. Fouché espera usá-lo como intermediário com Luís XVIII.

“Eu não acreditava no que estava ouvindo”

Depois de se despedir de Pasquier, Fouché recebe Vitrolles. É frio o encontro entre o carcereiro e o antigo preso: aquele faz alguns cumprimentos de mera polidez, da boca para fora, e o chefe realista responde com “agradecimentos muito superficiais” por ter recuperado a liberdade. Em seguida, Fouché entra no assunto:

“O senhor irá ao encontro do rei”, diz o duque de Otrante, “e lhe dirá que estamos trabalhando a seu serviço, e ainda que não fosse o mais diretamente possível, acabaremos por chegar a ele. Nesse momento, teremos de passar por Napoleão II e provavelmente pelo duque de Orleans; mas no fim das contas chegaremos a ele.”

Vitrolles não acredita no que está ouvindo:

– Mas como é que chegou a esse ponto? – retruca, com vivacidade. – Já não considera que essa desgraçada coroa da França foi suficientemente arrastada na lama? Quer agora transferi-la de uma cabeça para outra? E que cabeças!

– Não vou dizer-lhe – retoma Fouché – que é exatamente o que eu desejava, mas é o que prevejo que vai acontecer. Já desfiz um pouco a soberania de Napoleão II. Tentávamos ontem decidir em nome de quem seriam intitulados os atos públicos. Carnot dizia: “Mas é muito simples, em nome de Napoleão II.” “Não se trata disso”, respondi-lhe; “é preciso que sejam efetuados em nome do povo francês.” E o imbecil aplaudiu.

Vitrolles fica de tal maneira abalado pelas últimas palavras do interlocutor que acaba por não o ouvir mais. Recompondo-se, ele explica ao duque de Otrante:

– Conversando com o senhor, chego à conclusão de que o rei está cercado de servidores em melhores condições de servi-lo em suas questões externas. Mas não conta com ninguém aqui para informá-lo das coisas mais importantes para ele. Eu bem me prontificaria a ficar; mas antes de tomar essa decisão eu apresentaria três condições. A primeira é a garantia para minha cabeça; fazia parte do meu dever arriscá-la em Toulouse;⁴ mas no momento, livre para partir, seria mais que uma tolice. A segunda condição para que minha estada aqui seja de alguma utilidade para Sua Majestade é que eu disponha de recursos para me comunicar com o rei e de salvo-condutos para enviar-lhe mensagens. Finalmente, em terceiro lugar, a certeza de vê-lo uma vez por dia, pois sem isso minhas informações seriam incompletas. E veja bem, meu caro senhor, se minha presença aqui pode ser útil ao rei, ainda o seria mais para o senhor. A confiança do príncipe com isso se veria aumentada, e eu poderia fazer valer junto a ele a franqueza de suas intenções e a retidão de suas iniciativas.

Ao sorriso zombeteiro que aparece nos lábios de Vitrolles, Fouché responde em tom de troça:

– Caramba! Não deixa de ser uma ideia. O senhor estar aqui é muito bom. Esses pobres realistazinhos de Paris ficarão encantados. Para eles, o senhor seria como uma bandeira branca tremulando na praça Vendôme. Respondendo a suas condições, eu diria que sua cabeça estará na mesma vara que a minha; se eu conseguir salvar uma delas, garantirei também a outra. Mas vou logo avisando que a minha está razoavelmente ameaçada. Todos os celerados do Exército, os Flahaut, os Exelman, juraram pregar-me uma boa peça. No que diz respeito aos salvo-condutos, vou mandar entregar-lhe cinquenta, para que faça o uso que bem entender; e quanto a encontrá-lo, não será uma vez, mas duas ou três vezes por dia, a qualquer momento, a qualquer hora, quando o senhor bem quiser.⁵

Fouché expõe em seguida a dificuldade de sua posição, encontrando-se entre militares,⁶ bonapartistas, realistas legitimistas e orleanistas que, formando uma espécie de terceiro partido, consideram a coroa ao alcance da mão de Luís Filipe. O barão de Vitrolles não se deixa iludir, pois sabe que Fouché na verdade é um jogador vaidoso, que sente mais prazer numa partida à medida que a considere “digna dele por sua importância, por seus riscos e pelo alcance do que está em jogo”.⁷

Ao sair do encontro, Vitrolles está convencido de que Fouché, preocupado em preservar seu lugar, entrará em ação para devolver a coroa a Luís XVIII. Se necessário, o barão, para obrigá-lo a isso, dispõe em Paris de um exército de alguns milhares de homens. Feisthamel, major dos federados, é um de seus integrantes.

O marechal MacDonald, o marechal Oudinot, Sémonville, d’André, Royer-Collard e Hyde de Neuville também foram incumbidos por Luís XVIII de agir na capital. As palavras tranquilizadoras de Fouché não servem propriamente para acalmá-los: como os aliados se aproximam de Paris, eles consideram que o rei deve ser proclamado antes que os exércitos estrangeiros entrem na capital. Assim como Vitrolles, estão dispostos a um golpe de força, considerando que está em jogo a independência do soberano, e portanto também a da França, além de sua liberdade.

“Dou-lhe o meu voto”

À noite, Fouché recebeu a carta de Carnot convocando-o à sede do Ministério do Interior. Jogou a carta no lixo e tratou de redigir uma circular solicitando a todos os comissários que fossem às Tulherias, para “constituir-se”.⁸ Eles comparecem. Ignorando a convocação redigida por Carnot, desde logo identificam a ascendência do ministro sobre a Assembleia. A atitude de Carnot é desconcertante: ao responder à convocação do colega, ele põe em jogo o título e a função de que se julga investido.

Reunidos os comissários, Carnot vai se informar com Fouché:

– Que quer dizer com constituir-se?

– Antes de mais nada, eleger nosso presidente – responde-lhe Fouché. – Dou-lhe o meu voto.

– E eu lhe dou o meu – responde Carnot por polidez.

A votação é efetuada. Fouché sai vencedor, com três votos em cinco. O ministro da Polícia teria votado nele mesmo? Questionado por Thibaudeau, Fouché responde com uma enorme gargalhada.⁹

A comissão elege então Berlier como secretário. Conselheiro de Estado, ele é conhecido por ter sido um convencional regicida. Masséna, príncipe de Essling, é nomeado para o comando da Guarda Nacional de Paris: o general Andréossy, para o da 1ª Divisão Militar; e o general Drouot, para o da Guarda Imperial.

Masséna está com a saúde por demais abalada “para enfraquecer seu egoísmo e inspirar-lhe dúvidas na dedicação”.¹⁰ Como tantos outros náufragos da velhice, ele se recusa a comprometer suas honrarias e sua fortuna apoiando o imperador, a quem, por sinal, se aliou da boca para fora. Fouché fica ainda mais satisfeito com a nomeação dessa gloriosa relíquia, porque isso lhe permite afastar La Fayette, que poderia apresentar-lhe muitos problemas no cargo. O novo presidente deixou claro que o ilustre general seria mais útil como plenipotenciário nas negociações com os aliados.

Andréossy, ex-chefe do estado-maior de Bonaparte no Egito, desde 1802 levou uma vida de diplomata entre Londres, Viena e Constantinopla. Fouché pode contar com sua obediência. Entre os três promovidos, o general Drouot, que já comandava a Guarda Imperial em Waterloo, é o único seguidor fiel do imperador.

Caulaincourt, Fouché e Carnot, não podendo exercer seus postos no ministério enquanto forem membros da comissão, são substituídos por homens que exercem suas funções em caráter interino. Bignon, que já é subsecretário de Estado para Relações Exteriores, torna-se ministro. Pelet de la Lozère, que desempenhou funções no Ministério da Polícia Geral, assume a titularidade da pasta. O general Carnot-Feulins, deputado na Câmara dos Representantes e irmão de Lazare Carnot, é proposto como ministro do Interior pelo general Grenier e por Fouché. O duque de Otrante alega a necessidade de manter um entendimento íntimo entre a comissão e o ministério. Agindo assim, Fouché tenta sobretudo assumir uma aparência de imparcialidade.¹¹

É uma manhã bem cheia para Fouché: em questão de poucas horas, ele se certificara do apoio dos realistas, passara a perna em Carnot, iludira La Fayette e se apropriara do Poder Executivo que caíra das mãos do imperador. Resta-lhe levar Manuel e seus comparsas a interpretar a tragicomédia de um poder usurpado de Napoleão II com a mesma rapidez com que lhe foi concedido.

23. Os interesses de um homem e os da pátria

PALÁCIO BOURBON, 11h30

“Temos um imperador na pessoa de Napoleão II”

Os representantes começam por debater questões muito distantes das preocupações dos bonapartistas ou dos amigos de Fouché: a substituição de Carnot-Feulins no cargo de secretário da Assembleia, a leitura das mensagens enviadas à Câmara e a criação de uma publicação oficial intitulada *Logo Tachigraphique*. Ele permitirá à Câmara publicar por conta própria as atas mais exatas possíveis de seus debates. Muitos representantes queixam-se dos jornalistas que, a exemplo dos que trabalham no *Journal de Paris*, falseiam os discursos pronunciados na Câmara.¹ Mas como evitar que o órgão oficial não se transforme no jornal de uma maioria?

O debate é tão útil para a liberdade de imprensa quanto para o bom funcionamento do regime parlamentar, ainda na infância. Mas seria o momento adequado para levá-lo a efeito?

Bérenger, jovem deputado e advogado em Valence, traz a Assembleia de volta aos problemas do momento. Napoleão abdicara, a Comissão de Governo o substituíra provisoriamente, mas deveriam seus membros desfrutar do mesmo estatuto que o chefe de Estado e se declarar isentos de responsabilidade por seus atos? Bérenger não considera isso, afirma ele, pois se trata de magistrados eleitos. Pede assim que a Assembleia declare a responsabilidade coletiva dos membros da comissão.

A proposta mira diretamente Fouché. Se for aceita, levará os membros da comissão a vigiar seu presidente e deixar de acompanhá-lo em suas votações, temendo ser sancionados por um de seus erros. Fouché, entretanto, confia na força de seu partido na Câmara para se opor vitoriosamente a esse ataque disfarçado.²

Na verdade, seu amigo Dupin rejeita a proposta de Bérenger e pede que os membros da comissão prestem juramento de obediência às leis e de fidelidade à nação. “Disso depende”, diz ele, “a salvação do povo francês”, que se tornou “nossa suprema lei.”

Mas perante quem haverá a comissão de prestar juramento? Defermon, ex-conselheiro de Estado, aproveita a oportunidade que lhe é oferecida de defender os direitos do príncipe imperial. A ofensiva dos bonapartistas tem início. Dura cerca de uma hora, sem intervenção da clientela de Fouché.

Defermon constata inicialmente que, antes de qualquer juramento, os deputados precisam dizer quem será o homem em torno do qual pretendem que funcione o sistema constitucional. Um único nome se impõe. “Entre os representantes”, afirma Defermon, “não há quem não pense: temos um imperador na pessoa de Napoleão II.”

O orador é interrompido pelos aplausos dos bonapartistas. Ele prossegue frisando que os inimigos externos não zombarão mais dos esforços da nação quando constatarem que a Constituição é a “estrela polar” dos franceses, tendo como ponto fixo Napoleão II. “Como seríamos vistos aos olhos da Europa e da nação”, pergunta ele, “se não seguíssemos fielmente nossas leis fundamentais? Napoleão I reinou com base nessas leis. Napoleão II é, portanto, nosso soberano.”

Defermon é novamente interrompido por ruidosas manifestações. Passados alguns minutos, o deputado volta a tomar a palavra afirmando que, fortemente escorados na Constituição e pronunciando-se em favor

do chefe por ela designado, os representantes tranquilizarão a todos. Irão mostrar à Guarda Nacional que rejeitam Luís XVIII; e ao Exército, que as instituições imperiais serão para sempre preservadas. Não restará mais dúvida quanto à preservação constitucional da dinastia de Napoleão.

Os bonapartistas manifestam seu entusiasmo levantando o chapéu e gritando “Viva o imperador!”. A aclamação é repetida nas tribunas e nos corredores por alguns oficiais do Exército regular e da Guarda Nacional.³

A carga vitoriosa dos bonapartistas é repentinamente interrompida por Bérenger, que insiste em exigir uma votação sobre a responsabilidade dos membros da comissão. Que poderia acontecer, pergunta ele, se um deles, eximindo-se do cumprimento do dever, perdesse a confiança da Assembleia?

“O imperador morreu. Viva o imperador!”

Mudando de assunto, Boulay de la Meurthe intervém. Aquele que, no dizer de Fouché, é um dos “adeptos mais exaltados de Bonaparte” retoma a argumentação apresentada na véspera por Lucien Bonaparte, explicando que, pela Constituição, Napoleão II é imperador. A Assembleia estaria perdida e a França sucumbiria se o fato for posto em dúvida. Não pode haver a menor dúvida a esse respeito.

“O imperador morreu. Viva o imperador!”, diz ele. “Napoleão I declarou sua abdicação, e os senhores a aceitaram; por isso, pura e simplesmente, pela força das coisas, por uma consequência irresistível, Napoleão II é o imperador dos franceses. Os senhores não podem sequer deliberar, nossas leis fundamentais decidiram o problema. Só a extinção da dinastia poderia interromper essa marcha natural.

“De resto, ontem eu não tinha a menor dúvida de que todos sabiam que Napoleão II era nosso soberano, pois, ao ser feita a proposta de declarar vago o trono, os senhores a reprovaram.”

Depois de apelar para a razão dos deputados, Boulay de la Meurthe tenta sensibilizar sua fibra patriótica:

“Senhores, se o trono fosse considerado vago, poderíamos apostar na perda total da França, ela não demoraria a encontrar o miserável destino da Polônia...”

Um deputado grita: “E da Espanha!”

“As potências aliadas”, recomeça Boulay de la Meurthe, “haveriam de partilhar nossas mais belas províncias, e, se destinassem aos Bourbon um recanto do Império seria na esperança de se apropriar dessa última porção.”

Depois de vilipendiar os Bourbon, Boulay de la Meurthe acusa os orleanistas, que agem na sombra para tentar se apoderar do trono:

“Vou botar o dedo na ferida. Existe uma facção de Orleans... Sim, eu sei”, diz então, dirigindo-se a um deputado que tenta interrompê-lo, “por mais que me interrompam, estou falando com base em informações seguras. Sei que essa facção é puramente realista. Sei que seu objetivo secreto é manter contatos até mesmo entre os patriotas. De resto, não é certo que o duque de Orleans queira aceitar a coroa, ou, caso a aceitasse, se seria apenas para restituí-la a Luís XVIII...”

“Posso garantir positivamente o que acaba de dizer”, clama um representante.

O ataque contra os orleanistas provoca tal tumulto que Boulay de la Meurthe é obrigado a forçar a voz para se fazer ouvir:

“Proponho que a Assembleia proclame Napoleão II imperador dos franceses”, diz ele.

Muito bonito proclamar Napoleão II, mas é preciso que ele esteja na França. O ex-convencional Pénieres-Delzors, autor da observação, convida então os plenipotenciários a solicitar aos aliados que devolvam o imperador-menino. Ao aceitar a volta à França do príncipe e de sua mãe, acrescenta ele, a Áustria estará dando garantias de paz. Pois o príncipe imperial não é mais que um símbolo para muitos

bonapartistas? Nenhum deles apoia a proposta de Pénières-Delzors. É então que se levanta o general Mouton-Duvernet, deputado do Alto Loire.

Por quem os soldados derramam seu sangue?

Aos 45 anos, o militar ferido em Arcole e feito barão por suas proezas militares na Espanha não costuma medir palavras. Já está impaciente com essas discussões que não acabam. As coisas são muito simples: a vontade da nação, a vontade dos soldados é ter um governo nacional, e não um governo estrangeiro! E esse governo só pode ser organizado em torno de Napoleão II.

O experiente soldado resgata o tom do voluntário nacional que fora em 1791 para dizer que ao simples nome de Napoleão II os franceses haverão de se levantar para defender a pátria!

O marquês de Malleville quebra o entusiasmo patriótico do general observando que, ao aceitar a abdicação de Napoleão I, os deputados não acataram formalmente seu sucessor.

Ouvindo essas palavras, Regnault de Saint-Jean-d'Angély dá um salto. A Comissão de Governo só deve e só pode agir em nome de Napoleão II, diz ele, “caso contrário o Exército não sabe mais a quem obedecer, sob quais bandeiras combaterá e por quem derramará seu sangue”.

“Pela nação!”, gritam na sala.

Regnault reconhece que, sendo nacional, o Exército francês não luta por um homem, mas por seu país, mas esse país, acrescenta, tem uma Constituição, e essa Constituição exige um chefe. Em seu nome são feitas as leis; em seu nome os soldados combatem; em seu nome os negociadores tratam com as potências estrangeiras.

Regnault adverte os representantes: “As más intenções se agitam, as facções podem se irritar e os senhores põem em dúvida a deliberação tão útil e tão sábia que tomaram na sessão de ontem. Proponho que proclamem Napoleão II imperador dos franceses e que todos os atos públicos e privados sejam redigidos em seu nome.”

Em nome da nação!

A intervenção de Regnault surpreende, embaraça e cansa mais do que empolga uma Assembleia na qual circula, segundo observa Villemain, um vento de liberdade. O jovem percebe que o empenho de submissão e a pompa cortês do ministro chocam “o sentimento de igualdade rude e zombeteiro, principal forma da liberdade” entre os franceses. Ao perguntar exaltado em nome de quem o Exército deve combater, Regnault esquece a França para lembrar o trono, esquece a nação para lembrar uma família.⁴

Tem início o contra-ataque. Os bonapartistas invocam a Constituição, os amigos de Fouché, a nação. Aqueles agarram-se a um texto que consideram sagrado, e portanto imutável; estes invocam a nação soberana. Esta transcende a Constituição redigida em seu nome; ela faz e desfaz leis, concede e toma de volta a autoridade que delega.

O deputado Dupin observa que depois da derrota o imperador entendeu que não podia mais ser útil ao seu país. Caberia então esperar de uma criança o que não se pode mais esperar de um herói? Em tal circunstância, será necessário muito mais que uma aclamação e um ímpeto de entusiasmo para deliberar!

“É preciso salvar a pátria, conter o impulso do estrangeiro, assumir o controle em casa”, clama o deputado. “É preciso salvar a pátria por meios dignos de nós... Que podemos opor ao empenho dos inimigos? A nação, é em nome da nação que lutaremos, que negociaremos, é dela que devemos esperar a

escolha do soberano, é ela que antecede qualquer governo e a ele sobrevive.”

“É dela que devemos esperar a escolha do soberano”: estas palavras pronunciadas no fim do discurso abrem o alçapão sob os pés do príncipe imperial e autorizam implicitamente a entrada em cena do Bourbon.

“E por que não a República?”, pergunta Bory de Saint-Vincent, dissimulando a preocupação por trás da troça.

Dupin desce da tribuna murmurando um verso de Corneille: “O pior dos Estados é o Estado popular.”⁵ Ele deixa a Câmara indecisa. “Dá para ver o que ele não quer, desconfiar do que quer, mas ele não é capaz de suscitar adesões quando seu próprio voto não parece claro.”⁶

O tempo passa. Já lá se vai mais de uma hora que os deputados debatem em vão. Os bonapartistas não se cansam de exigir a proclamação de Napoleão II, e os seguidores de Fouché de se opor a ela. Alguns representantes, vencidos pelo cansaço, propõem o adiamento das propostas até agora apresentadas. Afinal, afirma o deputado Duchesne, será necessário esperar para ver se a Áustria, finalmente entendendo seus próprios interesses, nos devolve o príncipe e sua mãe! No momento em que a Assembleia parece a ponto de se dissolver, Manuel pede a palavra.

“Preservemos o passado, não alienemos o futuro”

“A figura jovem e bela, a atitude simples e decidida”,⁷ a clareza da linguagem e a facilidade de elocução do jovem advogado de Aix prontamente encantam o auditório.

Manuel volta sua atenção em primeiro lugar para o príncipe herdeiro. Depois de falar de sua esperança de que os aliados venham a distinguir o destino do rei de Roma do destino de seu pai, o deputado reconhece que o filho de Napoleão deve herdar o trono. Nem a Constituição nem as circunstâncias autorizam a substituição de seu nome por algum outro.

Mas falta uma condição para que seja possível governar, lutar e negociar em seu nome: a unanimidade. Assim como a Câmara, a França está dividida, e a desunião parece impedir a proclamação de Napoleão II.

Manuel passa então em revista os diferentes partidos em confronto, questionando-se sobre as respectivas posições de força:

“Na verdade”, explica, “os partidos não são tão numerosos nem tão fortes quanto se supõe. Que partido poderíamos temer efetivamente? O partido republicano? Nada nos permite pensar que esse partido ainda exista, seja em cabeças desprovidas de experiência, seja nas que vieram a amadurecer pela experiência.

“Seria então o partido de Orleans? Esse partido, certamente, pelas garantias que oferece aos princípios e aos homens da Revolução, parece apresentar mais chances que qualquer outro para a liberdade e a felicidade do povo. Ou então o partido realista? Na Câmara, todos o rechaçam, em geral de acordo quanto ao destino que prometeria à França. Mas não se pode dissimular que, especialmente entre aqueles que não sabem elevar-se acima de seus interesses particulares, os realistas contam com numerosos sectários que a eles se vincularam, em certos casos, por lembrança, por sentimento, por hábito; em outros casos, por amor à paz, ao bem-estar e aos prazeres tranquilos.”

Manuel consegue o milagre de satisfazer todo mundo. Contenta os bonapartistas, lisonjeia os orleanistas, reconhece a solidez dos realistas. O jovem deputado convida todos a esquecer o homem, a família, a dinastia antiga ou recente que defendem para pensar apenas no interesse que a todos une: o interesse da pátria. O que não significa que os deputados devam abrir mão da possibilidade de seguir diferentes caminhos para salvá-la:

“Por que não haveríamos de preservar, nessa questão, possibilidades de escolha tão absolutas quanto nossa dedicação à sua causa sagrada? Senhores, demos ontem um grande passo. Sabemos acaso se será o bastante, se pode ser considerado, já não digo suficientemente irrevogável, mas completo o bastante para garantir tudo aquilo que deseja nossa pátria? Deixemos que o tempo entre em ação e os acontecimentos se desdobrem; preservemos o passado, não alienemos o futuro.”

No momento, tanto a necessidade quanto a Constituição impõem a proclamação de Napoleão II:

“Para que adiar? Para ver se o início das negociações lhe será favorável? Devemos esperar que o seja; mas se assim não for, como estais decididos a não colocar os interesses de um homem acima dos interesses da pátria, tereis sempre a possibilidade, por mais apegados que estejais a Napoleão II, de sacrificar vossos desejos mais caros à salvação do Estado. Até então, será necessário unir toda a França, unir os amigos da pátria em torno de uma opinião fixa e determinada.”

Impossível ser mais claro: Napoleão II é um imperador interino. O poder está nas mãos da Comissão de Governo formada por “homens experientes e capazes”. Segundo Manuel, eles defendem o governo da França daqueles que pretendem tutelar um soberano ainda na menoridade.

Os deputados entendem que Manuel tem em mente os irmãos e o tio de Napoleão I. O orador o nega: “Não acuso nem aponto ninguém, mas exijo uma garantia; e quando a nação concorda em fazer novos esforços e aceitar novos sacrifícios pela preservação de sua Constituição e a dinastia de Napoleão, será necessário pelo menos que tenha todas as garantias quanto à maneira como seu destino será traçado sob este nome.”

Assim, Manuel propõe que a ordem do dia baseie-se:

“1º. No fato de que Napoleão II tornou-se imperador dos franceses em consequência da abdicação de Napoleão I e por força das Constituições do Império.

“2º. No fato de que as duas Câmaras quiseram e pretenderam, pelo decreto com data de 22 sobre a nomeação de uma Comissão de Governo Provisório, fornecer à nação, nas circunstâncias extraordinárias em que se encontra, as garantias de que precisa para sua liberdade e sua tranquilidade, mediante uma administração investida de toda a confiança do povo.”

A proposta é aprovada por unanimidade. A Câmara, afirma Fleury de Chaboulon, se deixa enganar por inexperiência. “Ela tem em seu seio homens de grande capacidade e sagacidade. Mas a maior parte de seus membros jamais integrou uma Assembleia. Ela se deixou subjugar pelo brilho da eloquência, com mais facilidade ainda porque não existe nela qualquer ideia preestabelecida, nenhuma vontade dominante capaz de servir como condutor e guia.”⁸

Fouché leva a melhor e Napoleão sai perdendo: seu filho nunca passará de um príncipe das sombras, um soberano provisório, um imperador *in partibus*. Ontem Fouché cortava a cabeça real de Luís XVI, hoje não joga a cabeça imperial no cesto, mas a lobotomiza, privando Napoleão de sua vontade de homem e soberano de nomear um sucessor.

Tragicomédia: o fim da sessão é marcado por vivas ao imperador da parte de bonapartistas, inconscientes de terem sido enganados.

“Estabelecemos o confronto entre o Antigo Regime e as Constituições do Império”

“Depois dessa ilusória unanimidade acarretada pela mágica ordem do dia de Manuel”,⁹ o duque de Otrante, instalado na presidência, sente-se mais à vontade. Dirigindo-se aos seus partidários, ele afirma, zombeteiro:

“Muito bem! A coisa não poderia estar melhor: estabelecemos o confronto entre o Antigo Regime e as Constituições do Império. Espero que logo venhamos a ver frente a frente os respectivos advogados, e

que de tudo isso saia algo mais de acordo com as necessidades e as luzes do século. Manuel saiu grandemente honrado, e a Câmara dos Representantes também, ao votar como um só homem. Muitas vezes é este o grande papel das Assembleias.”¹⁰

La Fayette, por sua vez, não esconde sua alegria. Escreve a uma amiga que o grande objetivo dos irmãos de Napoleão malogrou. “Queriam manter o poder. Mas ele foi transferido para as mãos de uma comissão eletiva.”¹¹

Os realistas também se congratulam pelo resultado da votação na Câmara. O barão de Barante, que entendeu perfeitamente o sentido da manobra de Fouché, escreve que “a coisa está melhor depois de dois dias bem tempestuosos”. Os adeptos do Império foram logrados. “Temos um governo provisório, e não uma regência, transição indispensável à preparação da Câmara dos Representantes para a ideia dos Bourbon.” Embora se regozije por em breve voltar a ver o soberano legítimo, Barante teme que a adesão a Luís XVIII ainda suscite muitas dificuldades. Escreve ele: “Só mesmo vendo as convulsões de raiva que a palavra, que a simples ideia de Bourbon provoca nos generais e na metade da Câmara dos Representantes”, e está certo de que haverá “tempestade na Câmara no dia em que tiver de dar à luz os Bourbon”. Mas isso não irá durar, prevê ele: “Tendo partido Bonaparte, a exaltação jacobina e imperial recuará, transformando-se em bom e declarado medo da reação.” O rei deverá o trono a Fouché. Barante reconhece: o ministro foi de uma admirável habilidade, mas está enganado se se acredita capaz de impor ao rei condições por demais duras para sua restauração.¹²

O jogo de Manuel ainda passa totalmente despercebido de certos bonapartistas. Disso dá testemunho o relato do general de Lascours: mal saiu da Câmara, ele faz uma visita à srta. Cochelet, leitora da rainha Hortense, para comunicar-lhe sua alegria pela vitória obtida pelos seguidores do imperador.

A Câmara, relata ele, não foi unânime... Felizmente, congratula-se o sr. de Lascours, Manuel estava presente. De um só gesto ele resolveu todas as dificuldades que se apresentavam com uma capacidade de persuasão e convicção que a todos mobilizou, e foi em meio a aclamações que Napoleão II veio a ser reconhecido pela Assembleia. Maravilhado, o general exclama: “Esse sucesso equivale a uma batalha vencida, pois assegura um Império!”¹³

À TARDE, NO JARDIM DAS TULHERIAS

Nada de cerimônias nem de aparato...

A certeza da chegada dos aliados seguidos pelo rei Luís XVIII enche de alegria o coração da Paris realista. O estudante La Bretonnière constata isso com tristeza ao percorrer o faubourg Saint-Germain e o Jardim das Tulherias. Esses lugares voltam a adquirir sua fisionomia “aristocrática”.

Um amigo seu, Hippolyte Bordet, chega esbaforido da Câmara. Abordando-o, transmite sem rodeios a informação: os representantes acabam de proclamar Napoleão II imperador. La Bretonnière se regozija. Bordet, que integrou as fileiras do pessoal do rei e continua fervoroso partidário de Luís XVIII, dá uma gargalhada e afirma: “Napoleão II não será um grande obstáculo à volta do rei. Dentro de oito dias ele estará entre nós!”

La Bretonnière recusa-se a acreditar. Mas é obrigado a admitir que, nas horas e nos dias seguintes, a proclamação de Napoleão II não surte grande efeito na capital. Nada de cerimônias nem de aparato para anunciá-la.

“O pobre reizinho de Roma”, conclui La Bretonnière, “vê sua realeza ser transferida para a Câmara com a mesma solenidade de uma emenda sobre o tabaco ou a potassa!”¹⁴

“Apresssem-se a chegar a algum porto”

O discurso de Manuel foi tão astucioso que Regnault de Saint-Jean-d’Angély, a exemplo do general de Lascours, deixou-se convencer. Ele correu ao Eliseu para transmitir o que considera uma boa notícia. A rainha Hortense está presente. Ela relata que, à pergunta de Napoleão, “Muito bem! Que estão fazendo na Câmara?”, Regnault responde:

- É muito boa a disposição geral. Napoleão II foi proclamado com muito entusiasmo.
- Mas o que estão fazendo? – interrompe Napoleão, que não se ilude quanto ao destino reservado a seu filho.
- Estão debatendo os artigos da Constituição.
- Ah! – exclama o imperador, levantando-se com ímpeto. – Estamos de volta ao Baixo Império: debates no momento em que o inimigo está à nossa porta!

A rainha Hortense, por sua vez, só pensa numa coisa: salvar o imperador. Ela o vê discutir com os irmãos sem chegar a uma decisão e sabe que quanto mais esperar menos ele será senhor do próprio destino. Por sinal, Napoleão parece indiferente a isso. Essa atitude deixa a princesa desolada. É o que ela confia a Madame Mère. Letícia Bonaparte a estimula a falar a esse respeito ao imperador.

“Sire”, diz-lhe ela, “os franceses não são mais dignos de vossa preocupação, pois vos abandonaram. Pensai apenas em vós mesmo. Não percais um só momento na busca de vossa segurança.

“Se optardes pela América, apressai-vos a demandar um porto antes que os ingleses sejam informados dos acontecimentos. Se for a Áustria, estabeleci imediatamente vossas condições. O soberano haverá de se lembrar que sois seu genro. Quanto aos ingleses, seria conferir-lhes demasiada glória, e eles iriam encarcerá-lo na Torre de Londres. O imperador da Rússia¹⁵ é o único no qual podeis confiar. Foi um dos vossos amigos, é leal e generoso. Escrevei-lhe, ele haverá de se mostrar sensível.”

Napoleão ouve-a calmamente e, sem responder, pergunta-lhe sobre seus projetos: “Pretende partir para vossa propriedade no campo perto de Genebra?”

A rainha não consegue dissimular certa irritação por se ver assim tratada como criança. “Ah! Não estou preocupada comigo, Sire”, exclama ela, “mas apenas com Vossa Majestade. A pior das alternativas que recomendo seria preferível à inatividade em que vos vejo.”¹⁶

Embora se recuse a debater com a rainha sobre o local de seu exílio, Napoleão é levado a refletir, depois dos conselhos que dela recebe. Ele estava decidido a partir para a Inglaterra, mas agora se pergunta se a América não seria destino mais seguro.

Réquiem para os bravos

No palácio de Luxemburgo, a Câmara dos Pares ouve o general Drouot. Ele é a própria encarnação da meritocracia republicana. Originário de uma família de camponeses pobres, o general é um autodidata que passou no exame de admissão à Escola Politécnica e avançou na carreira sem contar com honrarias nem riqueza. Em Waterloo comandava a Guarda Imperial. Seu depoimento sobre a batalha contradiz, sem designá-lo explicitamente, o relato do marechal Ney.

Drouot descreve a coragem dos soldados, o derradeiro esforço para vencer os ingleses e a resistência

oposta aos prussianos, que de repente se apresentaram no campo de batalha. Ele relata a carga impetuosa dos cavaleiros ingleses, rompendo as linhas e provocando a retirada, mas se defrontando com os doze batalhões da Guarda, que entram em combate encarniçado.

A Câmara escuta Drouot mergulhada em silêncio religioso. Mas o comovente discurso conclui com uma mancada:

“Se empenharmos nesta grande crise a energia necessária”, afirma Drouot, “este mais recente infortúnio servirá apenas para engrandecer nossa glória. E que sacrifício haveria de custar aos verdadeiros amigos da pátria, num momento em que o soberano, que um dia proclamamos e no qual investimos toda a confiança nacional, acaba de fazer o mais generoso e o maior dos sacrifícios?”

“Depois da batalha de Cannes, o Senado romano aprovou em votação agradecimentos ao general vencido, pois não desistira da salvação da República, e tratou sem descanso de lhe fornecer os meios necessários para reparar as perdas causadas por sua obstinação e seus erros. Numa circunstância menos crítica, os representantes da nação acaso se deixariam abater, esquecendo os perigos públicos em troca de inúteis debates internos, em vez de pensar naquilo que seria a salvação da pátria?”¹⁷

Comparar Napoleão ao cônsul Varron, único culpado, segundo “o julgamento da história”, da derrota infligida por Cartago às legiões romanas, é no mínimo inadequado. Informado da intervenção de Drouot, o imperador exclama: “Pobre e bravo Drouot, sempre inocente! Falar do cônsul Varron ao se referir a mim! Que inabilidade diante de uma Assembleia francesa! Eu sou na verdade Aníbal, mas um Aníbal sem exército e sem asilo, tendo os próprios cartagineses como implacáveis inimigos.”¹⁸

A gafe de Drouot passa despercebida da Câmara dos Pares, que manda imprimir seis exemplares do discurso. Após intervenção de Thibaudeau, é votada e aprovada resolução semelhante à de Manuel. Assim, o enterro do Império acompanha a oração fúnebre do Grande Exército.

24. Que será do imperador?

COMISSÃO DE GOVERNO, TARDE DE 23 DE JUNHO

“Os inimigos do pai nunca são amigos do filho”

A Comissão de Governo reúne-se mais uma vez para a nomeação dos plenipotenciários que devem ir ao encontro dos aliados. La Fayette, Voyer d’Argenson, Sébastiani, Pontécoulant e Laforest são nomeados; Benjamin Constant é designado secretário.

Em graus diversos, todos são capazes de se adaptar a uma restauração dos Bourbon. La Fayette aliou-se a Luís XVIII em 1814, e não lhe será difícil repetir o gesto, embora deva suportar os ataques dos realistas empenhados em se vingar do envolvimento do general na Revolução. Quando Napoleão voltou da ilha de Elba, Voyer d’Argenson ofereceu apoio ao rei. Assim como Benjamin Constant, ele está disposto a aderir novamente a Luís XVIII, se o rei concordar em reformular a Carta em sentido mais literal. Em troca da manutenção de seu título e de sua função, Pontécoulant consentirá em ajudar o Bourbon a recuperar o trono. Laforest, amigo de Talleyrand, professa opiniões extremamente realistas. O general Sébastiani, enfim, rompeu em 1814 com Napoleão para obter favores de Luís XVIII. E só pensa em voltar a fazê-lo.¹

Fouché pode ficar tranquilo: a predisposição favorável dos plenipotenciários a uma segunda Restauração e, no caso de alguns, a recente ou antiga inimizade em relação ao imperador garantem que não irão defender a causa de Napoleão II, ou que irão fazê-lo de maneira pouco firme. Informado da missão e dos nomes dos plenipotenciários, o imperador constata isso: “Se é verdade que as instruções dadas vão no sentido da minha dinastia, seria o caso de escolher outros homens”, diz ele. “Os inimigos do pai nunca são amigos do filho.”²

Benjamin Constant é o único dos plenipotenciários a manter relações com os aliados. Embora Voyer d’Argenson e seus amigos tenham experiência diplomática, o talento deles nesse terreno não lhes permite sustentar debates de maior envergadura. Quanto a La Fayette, que se vangloria de ter derrubado Napoleão exclusivamente com sua eloquência, ele está cego demais pela vaidade para ser capaz de desmontar as armadilhas adversárias.

Desse modo, os plenipotenciários estão longe de se equiparar à inteligência e habilidade de um Talleyrand. Foi o que pretendeu Fouché, como sempre considerando que tudo tem de começar e acabar em sua própria pessoa.³ Com grande habilidade, o presidente da comissão destacou o patriotismo e a preocupação de independência nacional dos homens que escolheu, a fim de que fossem aceitos pelos colegas, em especial por Carnot.

Apesar disso, o bonapartista Bignon, provisoriamente incumbido da pasta das Relações Exteriores, empenha-se em dar instruções a seus negociadores, todos opostos à proclamação de Napoleão II. Ele explica que se trata da pátria, cuja salvação está vinculada à independência nacional e à integridade do território nas fronteiras de 1814. A independência nacional só é completa à medida que os princípios que animam as instituições estiverem imunes aos ataques estrangeiros. A hereditariedade do trono na família imperial é um desses princípios. Para respeitá-lo, Bignon recomenda que se busque o apoio da Áustria. Esta, segundo ele, não pode admitir que um Bourbon seja rei na França enquanto outro Bourbon,

Ferdinando IV, recupera em Nápoles o trono perdido pelo príncipe Murat, cunhado de Napoleão. No fim das contas, o amor do imperador da Áustria pelo neto deve levá-lo a aceitar o ponto de vista dos negociadores franceses. As instruções do ministro provisório acabarão na cesta de lixo!

Blücher pretende mandar fuzilar Napoleão, como está autorizado no decreto de banimento do imperador pelo Congresso de Viena. Mas Bignon o ignora. Ele recomenda que se recorra “à generosidade pessoal dos soberanos para se conseguir uma residência que possa satisfazer ao imperador”.⁴

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, FIM DA TARDE

“Se eu estivesse no lugar de Napoleão, haveria de mandá-los passear”

Que pode esperar Fouché de uma negociação com os aliados? Thibaudeau quer se tranquilizar a esse respeito. Vai então ao Ministério das Relações Exteriores, onde o presidente janta com os membros da Comissão de Governo, os ministros e os plenipotenciários – que nessa mesma noite irão partir para cumprir sua missão. Os rostos e as falas dos convivas têm uma serenidade e uma alegria que chocam Thibaudeau, ainda mais porque contrastam com a gravidade das circunstâncias. Fouché o percebe. Trata então de tomá-lo pelo braço e o conduz à sua carruagem, onde os dois têm uma longa conversa. Ainda consternado com o espetáculo a que acaba de assistir, Thibaudeau pergunta a Fouché, com amarga ironia:

– Nossos plenipotenciários acaso se dirigem a uma festa? Onde estão indo? Que vão fazer? O que está achando a esse respeito, quais suas expectativas?

– Eles vão se encontrar com soberanos – responde Fouché. – Estão instruídos a exigir a independência nacional, a integridade do território e, antes de mais nada, um armistício. Este ponto é o mais importante. Se o conseguirmos, deteremos os ingleses e os prussianos. Tenho motivos para crer que obteremos condições mais favoráveis da Áustria e da Rússia.

– Um armistício! Não vai consegui-lo. Você mesmo não haveria de concedê-lo, se estivesse no lugar dos soberanos. Eles querem chegar a Paris. Só Deus sabe se os plenipotenciários conseguirão encontrá-los, onde e quando. Blücher e Wellington avançam, tudo será decidido antes do início de negociações... A menos que se tomem medidas, assim como a firme decisão de lhes fazer frente!

– Certamente. Todas as medidas foram tomadas. É o que se pode constatar pelas propostas feitas hoje às Câmaras.

– Integridade do território? Perfeitamente compreensível. Não creio que as coisas cheguem a ponto de uma partilha do território. Independência nacional! Que significa isso? Quando ela é exigida, é porque já não existe mais, ou já não se tem mais a força ou a vontade de defendê-la.

– É o direito de escolhermos nosso governo.

– Supondo-se que ela fosse concedida, o que não creio, que governo haveríamos de escolher?

– É o que veremos.

– Isso não significa nada. Napoleão II, Orleans, a República, tudo isso serve apenas para distrair os tolos. Se as potências concederem algum direito, será apenas para que o usemos de acordo com a conveniência delas.

– Elas o reconheceram em atos solenes.

– Sim, como em 1814, para depois ignorá-lo solenemente. Reconheceram-no antes da batalha de Waterloo, ao declarar que exigiriam garantias e que não podiam contemplar melhor perspectiva que a restauração dos Bourbon. Mas depois da batalha...

- Nossos plenipotenciários devem insistir em sua exclusão e nos direitos de Napoleão II.
- Parece outra pessoa falando! Depois de tudo que você fez para afastá-lo!
- Bem sei que isso não será obtido. Mas não há mal nenhum em complicar a negociação. Trata-se de uma deferência com a Áustria. Não se deve tomar a última palavra como ponto de partida.
- Essas artimanhas de nada servem, não estamos tratando com imbecis.
- Outra coisa é que as potências tragam de volta os Bourbon sem impor nenhuma condição, e que só aceitemos recebê-los mediante certas estipulações.
- Trate então de assumir uma atitude de firmeza, arregimentando o Exército, reunindo depressa todos os recursos, mostrando-se decidido, preparado para o combate. Caso contrário, seus negociadores serão objeto de troça. Blücher e Wellington vão passar-lhes a perna. E o imperador?
- Sua segurança e sua inviolabilidade devem ser estabelecidas.
- Isso não quer dizer nada. Ele não pode permanecer na França. Para onde iria? Que será dele?
- O local de sua residência será fixado pelas potências.
- O que significa que ele será entregue a elas.
- Faremos como em 1814.
- Em 1814 ele tratou de potência para potência.
- Ele quer ir para os Estados Unidos.
- Como?
- Pediu duas fragatas, e as terá.
- E os ingleses?
- Eles não se opõem. Foi pedido um salvo-conduto.
- E se eles se opuserem?
- Negociaremos outro lugar.
- Se estivesse no lugar dele, sei perfeitamente o que faria.
- O quê?
- Haveria de mandá-los andar e tomaria a minha decisão.⁵

Thibaudeau não se ilude, portanto: a negociação não passa de uma grande comédia cujo texto foi escrito para ser ignorado por atores que não entendem para onde estão sendo conduzidos pelo autor. Este representa nos bastidores uma peça completamente diferente.

A negociação permite a Fouché ganhar tempo. Ele ainda hesita entre os pretendentes ao trono. Precisa saber qual deles convém aos aliados, podendo ao mesmo tempo oferecer-lhe as garantias que espera: manutenção do liberalismo político, salvaguarda de sua posição e de sua situação pessoal, proteção para as pessoas e os bens dessa “turba de altos funcionários, marechais e generais”⁶ que lhe deram carta branca para negociar.

Três candidatos à coroa se apresentam: Napoleão II, Luís XVIII e o duque de Orleans, que Fouché julga encontrar-se em meio aos exércitos invasores. O filho do imperador? É um peão no tabuleiro, um peão com a função de influenciar os aliados em sua escolha, para depois influenciar o pretendente escolhido.

Luís XVIII ou Luís Felipe de Orleans? Este último está mais de acordo com os princípios revolucionários aos quais Fouché ainda se apegava. Ele dá, assim, instruções secretas aos plenipotenciários para que apoiem a candidatura do duque de Orleans caso considerem que ela tem chance de ser aceita pelos aliados.

Na verdade, o presidente da Comissão de Governo acredita mais no apoio dos soberanos estrangeiros a Luís XVIII. Na incerteza quanto às intenções dos aliados, contudo, Fouché precisa mostrar-se prudente, não desprezando nenhum dos meios disponíveis para “voltar ao porto”.⁷ Assim é que nessa mesma noite

ele escreve a Luís XVIII e ao duque de Orleans. As cartas são encaminhadas ao campo inglês por Gaillard. O homem de confiança leva-as costuradas no colete do paletó.⁸

Quanto a Napoleão, Fouché sabe que os ingleses não estão muito inclinados a lhe conceder salvo-conduto. Trata então de fornecê-lo ele próprio. A armadilha na qual o imperador deve cair já está montada, e as fragatas ancoradas para recebê-lo e ao seu séquito não passam de iscas.⁹

“Nos traíram... Estamos perdidos”

Apesar de todas as precauções, Fouché ainda teme o homem que abateu. Preocupa-se, antes de mais nada, com as reações do Exército, que ainda considera em condições de reerguer o imperador deposto.

O moral dos soldados e oficiais, contudo, só piora. Frieza, desânimo e defecção caracterizam a maioria dos militares que se encontram em Paris. Muitos abandonaram suas unidades para flunar na capital, como se tudo estivesse findo.

O trabalho nas fortificações avança sem convicção, e o marechal Lefebvre fica indignado. Encontrando Thibaudeau, ele se queixa: “Meu caro, nos traíram, fomos entregues, estamos perdidos.” No momento em que o inimigo logo estará às portas de Paris, o marechal Masséna afirma aos guardas nacionais que sua missão primordial é... manter a ordem pública! O marechal declara aos colaboradores mais próximos que se recusa a sustentar um cerco que exponha seu castelo e seu palacete às chamas. Quase todos os marechais e grande parte dos generais assumem a mesma posição.¹⁰

O único corpo de certa forma considerável que a França pode opor aos invasores é o de Grouchy, comandante em chefe do Exército do Norte, com cerca de 30 mil homens. Tudo o mais não passa de escombros. Entretanto, ao ser anunciada a abdicação do imperador, a desordem e a deserção se agravam, não poupando sequer as tropas de Grouchy.

Mas Davout, ministro da Guerra, faz o que está a seu alcance para manter a ordem nas fileiras do Exército. Anuncia-lhe a abdicação com cuidado, apresentando o augusto chefe no término de sua carreira como o mais heroico em seu sacrifício, depois de ter tentado tudo para restabelecer a paz na pátria: “Ele renuncia ao supremo cargo”, escreve, “e dessa maneira força os inimigos a mostrar se foram sinceros em suas declarações, e se foi de fato exclusivamente à sua pessoa que declararam guerra.”

Para que o sacrifício de Napoleão não seja inútil, Davout convida os soldados a combater: “Se a Europa consentir com a paz, a França haverá de devê-la a Napoleão; se nossos inimigos foram pérfidos, bravos guerreiros, opõe uma barreira inexpugnável a seus esforços. Uma grande nação que defende sua independência não pode ser subjugada.”

O ministro conclui com uma exortação: “Napoleão faz tudo aquilo que depende dele; sacrifica-se no altar do ódio de seus inimigos para poupar o vosso sangue; estai sempre prontos para derramá-lo pela pátria.”

A 23 de junho, o ministro conclui sua mensagem ao Exército comunicando-lhe que a Câmara dos Representantes proclamou Napoleão II, conferindo-lhe os direitos que lhes são transferidos pela abdicação do pai.¹¹

Davout escreve também a Soult, general de brigada do Exército, recomendando que impeça que qualquer destacamento da Guarda faça em direção a Paris movimentos suscetíveis de causar os piores efeitos. “Divulgue a todos”, recomenda, “que a abdicação do imperador é absolutamente voluntária e ditada pelos nobres sentimentos que o tornaram tão caro ao povo francês. A melhor demonstração de apreço que os bravos podem dar-lhe é manter-se fiéis a essas mesmas águias que ainda são nosso signo de arregimentação e continuar a demonstrar a boa disposição que sempre os animou.”

Em vão. Os soldados da Guarda abandonam as fileiras protestando contra a traição, juntam-se aos

militares que voltam para casa ou afluem para a capital, segundo declaram, para ser úteis ao imperador.

Soult, por sua vez, vale-se do pretexto da abdicação para demitir-se. “Rogo-lhe que considere minha missão cumprida”, escreve ele a Davout em 23 de junho. “Não tenho mais condições de dar continuidade a meus serviços.”

O palácio do Eliseu atacado a qualquer momento...

Fouché teme a reação do Exército e se preocupa ainda mais com a atitude dos federados. Já os vê arrastando a população dos subúrbios e incitando o imperador a assumir a vanguarda. Por mais que remunere contramanifestantes e repita para si mesmo que o povo reunido ao redor do Eliseu é formado apenas por exaltados ou bandidos a soldo do prefeito Réal,¹² o fato é que não consegue se tranquilizar.

Para dirimir o perigo, só há uma saída: obrigar Napoleão a se estabelecer a alguns quilômetros de Paris, à espera de sua partida da França. Para isso, Fouché decide jogar com o temperamento desconfiado de Napoleão. Faz com que cheguem ao Eliseu notícias oficiosas advertindo contra projetos de assassinato do imperador, e se vale disso como pretexto para reforçar a guarda do palácio.¹³ Ele provoca comoção no Eliseu ao enviar um emissário do general Hulin para avisar que o palácio será atacado a qualquer momento. Todos passam a esperar, mas nada acontece.

É fácil sequestrar ou assassinar Napoleão. O palácio, que dez dias antes “mal era capaz de conter a ávida multidão de ambiciosos e bajuladores”, esvaziou-se de repente e já não passa de uma “vasta solidão”. Foi abandonado por todos os homens “sem fé, sem honra, atraídos pelo poder e afastados pelo infortúnio”. Alguns velhos granadeiros ainda montam guarda, e um único vigia posta-se à porta daquele “que em outros tempos contou sob suas bandeiras milhões de soldados”.¹⁴

Os que cercam o soberano têm medo e o exortam a partir. É preciso agir com rapidez, os aliados se aproximam e Luís XVIII, segundo se diz, prepara-se para se juntar a eles.

25. O sonho do cidadão Bonaparte

MONS

“Príncipe de Talleyrand, o senhor nos abandona?”

Na manhã do dia 23, Talleyrand deixa Bruxelas e chega a Mons passando por Hal para evitar os campos de batalha. Chega à cidade onde reside Luís XVIII às 18h. Há semanas o rei deu-lhe ordem de juntar-se a ele. Prudente, Talleyrand esperou a decisão das armas.

Representando o rei no Congresso de Viena, Talleyrand saiu de lá reconhecido como hábil diplomata. Devia se sentir satisfeito, mas está furioso. Tentou impedir a viagem do rei na companhia dos ingleses, mas fracassou. Talleyrand esperava ser ouvido pelo soberano, mas vai encontrá-lo escutando seus piores inimigos: o duque de Blacas, conselheiro íntimo do rei, e o conde de Artois, seu irmão. Os dois se odeiam, mas se põem de acordo na hora de se opor à política liberal preconizada por Talleyrand para a monarquia restaurada.

Talleyrand tem o humor de um rei que “julga sua autoridade ignorada”. Como Chateaubriand o incite a pedir uma audiência a Luís XVIII, ele se recusa: “Jamais tenho pressa”, afirma ele. “O momento chegará amanhã.”¹

Há muito tempo o rei e seu ministro se detestam. Ainda jovens, haviam disputado as graças da sra. de Balbi. Políticos, rivalizaram, no início da Revolução, para ocupar o papel principal na França. No Império, Talleyrand espionou o pretendente à coroa, tentou mandar sequestrá-lo e em seguida empenhou-se em comprar sua renúncia ao trono. Em 1814 os dois entenderam que tinham um interesse em comum: a queda de Napoleão.

Talleyrand deixa a paixão na porta de qualquer negociação. Por sua vez, o rei distingue, entre os homens ao seu redor, os que são *fiéis*, muitas vezes sem experiência, e os *úteis*, experientes, mas pouco confiáveis. Talleyrand é um destes. Trata então de usá-lo, cuidando invariavelmente de deixar bem clara para o seu ministro a distância que os separa.²

O rei convida o príncipe para cear. Os dois não chegam a trocar duas palavras. O soberano, suspendendo essa atitude de desprezo, concede pouco depois uma audiência a Talleyrand. Este recomenda que ele não siga os aliados até a capital, mas que se dirija a uma cidade como Lyon, livre de qualquer ameaça estrangeira, para lá estabelecer seu governo. E insiste: que o rei só volte a Paris quando a cidade estiver “livre dos sediciosos e de qualquer força estrangeira”.³

Passando a tratar de política interna, Talleyrand recomenda ao rei que reconheça publicamente os erros cometidos durante a Restauração, que alienaram uma parte da opinião pública. Distante de qualquer espírito de revanche e vingança, o soberano deve empreender decididamente uma política liberal: liberdades individuais, liberdade de imprensa, independência do Judiciário, responsabilidade solidária dos ministros, separação dos poderes.

Luís XVIII ouve, mas não quer saber de nada. O ministro se exalta, ameaça demitir-se e partir para uma estação de águas na Alemanha. Obtém apenas o afastamento de seu rival, o favorito Blacas.

Na manhã seguinte, às 8h, o rei prepara-se para entrar numa carruagem e dirigir-se ao quartel-general de Wellington em Cateau. Ao ser acordado, Talleyrand recebe a informação com sobressalto. Veste-se às

pressas, apoia-se, ao caminhar, no braço de Ricé, um de seus colaboradores mais próximos, e murmura: “Manipulado! Traído!” Chegando ao palácio do rei, vê a carruagem saindo pela porta principal. Ricé faz sinal para que o cocheiro se detenha. O rei se informa.

– Sire, é o sr. de Talleyrand.

– Ele está dormindo – retruca o soberano.

– Ei-lo, Sire!

Fingindo espanto, o soberano interroga seu ministro: “Príncipe de Talleyrand, o senhor nos abandona? As águas vão lhe fazer bem. Não deixe de nos dar notícias.”

Talleyrand não cairia por muito tempo no desfavor do rei. Mas o desentendimento, apesar de passageiro, vem carregado de consequências. Ele revela as hesitações do rei quanto à política a ser adotada em relação aos súditos e às pressões sobre ele exercidas pelos elementos mais reacionários de seu séquito. Por mais que esteja prevenido há muito tempo das iniciativas desajeitadas do irmão, ele não consegue escapar. Amanhã virá a vingança ou a indulgência? O esquecimento das afrontas passadas ou novamente o derramamento de sangue? Paz ou guerra civil?

Na capital, aclamações de uns e vociferações de outros acabam por ceder. Reina a calma. Pelo menos é este o conteúdo dos relatórios policiais que os jornais parisienses começam a difundir.

PARIS, GRÁFICA DO JOURNAL DE PARIS

O crime de Adélaïde Petit

Na gráfica do *Journal de Paris*, tipógrafos e impressores aguardam diante de suas máquinas. A edição do sábado, 24 de junho, está quase fechada, faltando apenas o relatório da chefatura de polícia sobre as condições na capital. Quando ele finalmente chega, o revisor examina a prova com os tipógrafos, cortando aqui e ali para ganhar algumas linhas nas informações gerais.

Segundo o relatório policial, a noite foi calma. A Guarda Nacional não encontrou dificuldades para fechar a sala dos federados na rua de Grenelle; apenas alguns operários ainda davam vivas a “Napoleão o Grande!”. No Palais-Royal, a polícia temia a repetição das manifestações ocorridas na véspera, nas quais “moças de pouca virtude” se haviam misturado aos agitadores. Mas nada aconteceu. Como corra o boato de que sediciosos pretendiam tomar os postos da Guarda Nacional, vários indivíduos “de juízo aparentemente perturbado” foram detidos.

Na verdade, a polícia descobriu um complô para tomar arsenais, armar os subúrbios, marchar para o Eliseu e devolver a Napoleão a coroa imperial. À noite, a Guarda Nacional cercou a região da praça do Trono e deteve duzentas pessoas.⁴ O público de nada soubera.

O revisor nem tem tempo de se questionar quanto aos mistérios da desinformação ministerial. Precisa encontrar espaço para o relatório da polícia. Pretendia anunciar os ensaios de *Washington ou L’Orpheline de Pennsylvanie* pela companhia dos atores do Ambigu. A peça foi concebida para espicaçar a curiosidade do público. No momento em que os franceses lutam por sua independência, “convém”, escreveu o redator, “lembrar esse povo que tantos sacrifícios fez para conquistar a liberdade e esses franceses generosos que contribuíram de forma tão denodada para a defesa de causa tão bela”. Tanto pior. O anúncio será publicado na edição de domingo. Virá acoplado a um artigo sobre a chegada à capital de uma multidão de feridos de guerra. Setecentas camas adicionais foram instaladas no hospital Hôtel-Dieu para recebê-los.

Como nos episódios anteriores, o jornal nada dirá sobre o êxodo de milhares de homens, crianças,

mulheres e velhos fugindo do inimigo que se aproxima. Os refugiados começam a atravessar os subúrbios da capital com seus animais e suas charretes cheias dos bens mais valiosos.⁵

Para a composição da edição dominical, o revisor terá mais uma vez de jogar com letras e linhas. Muitas informações precisam ser acomodadas. É o caso do julgamento de Adélaïde Élizabéth Petit, jovem de boa família que há dois meses estrangulou o filho recém-nascido. O julgamento mobiliza a opinião pública. E o redator do jornal pretende dedicar duas colunas inteiras ao processo, que acaba absolvendo a assassina em virtude de suas “qualidades morais reduzidas”. A fim de abrir espaço para o julgamento, será necessário condensar as informações sobre o destino do imperador.⁶

Antes de acionar as máquinas, o revisor dá uma derradeira olhada na última página. E fica tranquilo: a cotação dos juro não foi esquecida. Ontem, ela caíra para 55 francos, ao ser anunciada a abdicação; agora volta a subir para 59 francos!

PALÁCIO DO ELISEU

“Por que não a América?”

Antes de se deitar, Napoleão reflete sobre seu iminente exílio. Seria o caso de antecipar a partida? É o que lhe recomenda Rovigo. Durante todo o dia, o duque não se cansou de repetir-lhe que Fouché se valeria das vantagens de sua posição para arruiná-lo. “A morte do imperador é necessária para a segurança da vida de Fouché”, avisou. “O presidente da Comissão de Governo conhece muito bem as revoluções para se expor a um possível retorno de Napoleão ao poder.” Outras pessoas de seu círculo lhe confirmaram que, se necessário, Fouché seria perfeitamente capaz de entregá-lo aos inimigos para salvar a própria pele.

Um incidente comprova a intenção do ex-ministro da Polícia de manter o imperador à sua mercê. Antecipando-se à partida do soberano, Rovigo vai buscar dinheiro na Tesouraria da Coroa. Mal recebe a soma solicitada, e chega a ordem de bloquear qualquer crédito e não liberar fundo algum em favor de quem quer que seja.⁷

Napoleão agora está convencido: precisa partir, e rápido. Mas com que destino? A Inglaterra? No fim da noite, Lavalette, que acredita na generosidade do povo inglês, aconselhará-o a solicitar hospitalidade à Grã-Bretanha. Mas o general Flahaut de la Billarderie reiterou a advertência da rainha Hortense: as instituições inglesas são excelentes para os britânicos, mas os estrangeiros não são autorizados a desfrutar de suas vantagens. O imperador encontrará apenas opressão e injustiça nesse país. A nação não será consultada sobre o tratamento a lhe ser dispensado, e, em vez de encontrar proteção, ele será submetido aos piores insultos.

E a América, mais exatamente os Estados Unidos? Lavalette objetou que seria imitar o general Moreau, o pior inimigo do imperador, que fora morto no campo dos adversários da França.⁸ Mas embora o general tenha deixado amigos na América, seria este realmente um argumento para não buscar asilo ali? Transformado no cidadão Bonaparte, o imperador desfrutaria na América de uma liberdade toda especial, num continente bem à sua medida. “Lá é possível percorrer mil quilômetros e ser igual a todo mundo em qualquer lugar. Qualquer um pode perder-se na multidão como bem lhe aprouver, sem nenhum inconveniente, com seus costumes, sua língua e sua religião.”

Napoleão começa a sonhar: instalado na América, mandará chamar os amigos mais próximos, que se transformarão no núcleo de uma pátria nova. “Antes que se passe um ano, os acontecimentos da França e da Europa haverão de agrupar a seu redor milhões de indivíduos, em sua maioria dispostos de propriedades, talento e instrução.”⁹ Está decidido: ele irá para a pátria de Benjamim Franklin. Por sinal,

os Estados Unidos, lutando entre 1812 e 1814 contra o imperialismo inglês, não empreenderam o mesmo combate que a França napoleônica?

O imperador trata, portanto, de reiterar suas ordens a Decrès: que as fragatas *Saale* e *Méduse*, ancoradas em Rochefort, estejam preparadas para levantar âncora. O ministro da Marinha, mais uma vez, responde que só entrará em ação depois de receber o aval da Comissão de Governo, vale dizer, de Fouché.

Sem mais esperar, o imperador prepara-se para partir. Reúne toda a sua correspondência com os soberanos e algumas cartas autógrafas que em 1814 escaparam às buscas. Ordena a Fleury de Chaboulon que queime as petições, cartas e mensagens recebidas desde sua volta da ilha de Elba.

Fleury de Chaboulon está empenhado em destruir os arquivos quando Napoleão, passando pelo gabinete onde ele se encontra, tira-lhe bruscamente uma carta das mãos. Ela traz a assinatura de um duque. Depois de lê-la, o imperador a devolve a Fleury, sorrindo:

“Não queime esta, guarde-a consigo. Se vier a ser incomodado, ela será uma excelente recomendação. O duque não se eximirá de jurar aos outros que conservou por eles uma casta fidelidade, e quando souber que o senhor tem em mãos a prova material de que se pusera a meus pés, e que eu não quis saber dele nem de seus serviços, haverá se colocar de quatro para servi-lo, temendo que o senhor abra a boca.”

O soberano está gracejando, pensa Fleury de Chaboulon. Percebendo que não o convenceu, Napoleão reitera seu conselho:

– Não, estou dizendo. Não queime esta carta nem as de outras pessoas de igual tendência: eu dou-as ao senhor para que lhe sirvam de salvaguarda.

– Mas, Sire – objeta Fleury de Chaboulon –, serei acusado de tê-las roubado.

– Se criarem caso – diz-lhe o imperador –, o senhor os ameaçará de mandá-las imprimir na íntegra, e eles se calarão: eu os conheço.

Napoleão não esperou a hora de ser abandonado para perder as ilusões quanto a juramentos e promessas de fidelidade. Sabe há muito tempo que os que o cercam fazem parte do mundo das marionetes manipuladas por diferentes senhores, a seu bel-prazer.

O imperador volta a seus aposentos. Nessa noite, o valete não constata qualquer agitação especial no imperador deposto.

Mas Napoleão, monarca sem cetro nem coroa, ainda reina durante muito tempo sobre a França. Para a maioria dos franceses – sem muitas informações, em virtude da demora das comunicações –, Napoleão continua a ser o imperador. Os habitantes de Baiona, por exemplo, só tomam conhecimento da abdicação em 29 de junho, e os de Digne, em 2 de julho.

Das torres de Notre-Dame aos campanários das igrejas de cidades e aldeias, é longo o voo de recuo da águia. Ela é acompanhada pela voz de Napoleão. Com a “Declaração aos franceses”, a águia fala do sacrifício aceito, da concórdia desejada e da redenção garantida. E ainda pode ser ouvida em meio ao rufar dos tambores dos inimigos, aos gritos de vingança dos realistas e aos urros de terror dos seguidores chacinados do imperador.

Epílogo

Napoleão deixa Paris em 25 de junho, em direção ao castelo de Malmaison. A rainha Hortense o recebe, e ele lá permanece até 29 de junho. Durante cinco dias, Fouché e a Comissão de Governo o exortam a ir para Rochefort. Tal como pediu, a *Saale* e a *Méduse* estão à sua espera. Entretanto, sem salvo-conduto inglês, Napoleão recusa-se a partir.

Logo o inimigo está cercando a capital, e a 29 de junho o imperador propõe à comissão assumir o comando do Exército. Afirma que deterá as tropas inimigas, dando tempo ao governo provisório para negociar com as potências. Cumprida sua missão, promete exilar-se para sempre. Proposta rejeitada: “Acaso estará zombando de nós?”, pergunta Fouché. E acrescenta: “Já não sabemos como ele cumpre suas promessas?”

Napoleão conforma-se em ir para Rochefort. Sem passaporte, o porto é para ele uma prisão, e a *Saale*, um cárcere mantido pela esquadra inglesa ancorada ao largo da ilha de Aix. As soluções que lhe são propostas para escapar implicam abandonar os que o acompanham, e ele as rejeita. A armadilha, em grande parte montada por Fouché, vai se fechando: Napoleão vê-se obrigado a esperar que os aliados decidam seu destino.

A 13 de julho, ele decide pedir asilo à Inglaterra. Escreve ao regente que, encerrada sua carreira política, ele vem “como Temístocles sentar-se à casa do povo britânico e submeter-se à proteção de suas leis”. No dia seguinte, sobe a bordo do *Bellérophon*. Napoleão julga embarcar com destino à Grã-Bretanha; transferido para o *Northumberland*, ele começa uma viagem que o levará ao fim do mundo.

Em 7 de julho, os aliados entraram em Paris; dissolvido o governo provisório, o rei foi restaurado e formou-se um ministério Talleyrand-Fouché.¹ Na Áustria, a imperatriz Maria Luísa escreveu ao pai: “Soube com grande alegria que o rei Luís XVIII retornou à capital, o que me tranquilizou a respeito de uma quantidade de boatos tolos que circulavam...”² “Boatos tolos?” A proclamação de seu filho imperador!

Entre julho e setembro, bandos de realistas entram em confronto no sul da França com os bonapartistas e os sobreviventes do jacobinismo, massacrados às centenas em Marselha, Avignon e Nîmes. O marechal Brune e o general Ramel são assassinados por eles.

O Terror legal acompanha o Terror branco, sucedendo-o. No caminho entre Waterloo e Paris, o general La Bédoyère previra que seria fuzilado se Napoleão abdicasse. Condenado à morte, ele próprio comanda o pelotão de fuzilamento pelo qual é abatido. Os generais Faucher, Mouton-Duvernet e o marechal Ney também são fuzilados.

A 20 de novembro, depois que o segundo Tratado de Paris reduziu a França a suas fronteiras de 1790, o país é obrigado a pagar pesadíssima indenização de guerra e a manter durante três anos uma força de ocupação de 150 mil homens. A derrota abate, humilha, divide, machuca o corpo e a alma da França. Mas engrandece o imperador vencido.

Acorrentado à rocha de Santa Helena, Napoleão ganha o perfil de um messias. Militares e civis fazem-se seus apóstolos. O *Memorial* é sua bíblia, a “Declaração ao povo francês”, o testamento que veneram. A exemplo de La Bretonnière, que se fez poeta, os seguidores do novo culto cantam a vida e o sacrifício de Napoleão. E divulgam sua mensagem, na qual estão inscritos os princípios universalistas de 1789.

Os apóstolos transformam-se em cruzados. Percorrem às centenas os caminhos do Velho e do Novo

Mundo, pregando de armas em punho a liberdade dos povos e a emancipação das nações. Lutam ao lado de Bolívar pela independência da América Latina, misturam-se aos insurretos napolitanos e piemonteses, oferecem sua espada aos liberais espanhóis, sua vida aos gregos revoltados. Em 1830, participam das barricadas parisienses, apoiam os patriotas belgas e socorrem os poloneses.³ Agem em memória de seu chefe, considerando-o herdeiro da Revolução e mártir que se sacrificou para não mais se derramar o sangue francês.

Napoleão realmente tinha outra escolha senão abdicar?

Em março de 1815, o povo o aplaude. Sua volta do exílio parece uma segunda revolta que põe em causa a legitimidade dos Bourbon, ao mesmo tempo que expulsa uma aristocracia imbecil. Resultado de um movimento popular e militar, a nova revolução mobiliza um cortejo de manifestantes que parecem saídos diretamente das cidades e das aldeias de 1789. Os camponeses, sem terras ou proprietários de algumas parcelas, avançam lado a lado com operários e artesãos que têm como riqueza apenas os braços e a família. Estão todos exasperados com os excessos e a arrogância de uma aristocracia que ameaça restabelecer, com a ajuda do estrangeiro, os privilégios, os direitos senhoriais e os dízimos. “Volto a encontrar”, constata Napoleão, “tão universal e violento quanto no início, o ódio aos padres e à nobreza.”⁴

Membros da burguesia acompanham e tentam organizar o povo das cidades e do campo. Em sua maioria são pequenos patrões que, ao lado de seus assalariados, manuseiam a garlopa e o martelo, a roda do tear e a lançadeira, ou atendem em suas lojas por trás do balcão. Funcionários, agentes e chefes de escritório dos ministérios e das administrações locais também se juntam a eles.

A maioria dos proprietários e dos notáveis foge deles. Não é entre comerciantes e banqueiros, entre homens de negócios e especuladores que a chegada de Napoleão provoca alegria e entusiasmo.⁵ Nesse sentido, 1815 lembra mais 1793 que 1789: para vencer o inimigo interno e o adversário externo, só uma parte da burguesia, formada de jacobinos e bonapartistas, considera indispensável a ajuda do povo. No contexto de uma ditadura de salvação pública, esses pequenos notáveis dispõem-se a associar medidas sociais à defesa nacional. A seus olhos, Napoleão, mais que um monarca, é um magistrado, o homem da salvação pública.

Por sinal, o próprio imperador sustenta essa ambiguidade. No início dos Cem Dias, por exemplo, dá a entender várias vezes que se tornara novamente jacobino. Em Laffrey, vale-se da palavra “cidadãos” para se referir aos camponeses e soldados de que se cerca. Promete, por fim, engabelar padres e nobres.⁶

Esse vocabulário aterroriza os burgueses liberais. Para eles, o movimento popular é anarquia, e a ditadura de salvação pública, um empreendimento demagógico. O paradoxo é que os notáveis dão as costas ao monarca no exato momento em que ele os trata mais como associados do que como simples intermediários do poder.

Os deputados liberais, por sua vez, não veem em Napoleão um monarca constitucional, mas um César, um adversário da liberdade. Às vezes mais interessados na instauração de um Parlamento “à inglesa” do que na organização da defesa nacional, os representantes do povo preparam-se, depois de algumas protelações, para estender a mão aos realistas. E teriam outra saída? Eles encontram-se num isolamento ainda maior que o do imperador. Não têm a apoiá-los nem o povo nem o Exército. E a Guarda Nacional, por mais que deixe clara sua hostilidade a Napoleão, não está muito disposta a investir contra as barricadas.

Mas a revolução popular, jacobina e patriótica de 1815 é paralisada por suas próprias carências, mais do que pela ação dos burgueses liberais ou a desconfiança daquele que levou ao poder.

Carência territorial: desde o início as regiões em que os bonapartistas e jacobinos são influentes ocupam apenas um espaço reduzido, em grande parte, ao centro e ao leste da França. A guerra o reduz ainda mais. Os franceses aspiram à paz, o Império volta a mergulhá-los no horror dos combates, sua

vontade de defesa definha, seu patriotismo se desgasta e seu apego ao imperador enfraquece. Em junho de 1815, a zona de fidelidade já recobre apenas 28 departamentos situados entre Angoumois e Berry, Bourbonnais e Borgonha, Nivernais e Orléanais, uma parte do Delfinado, Champagne e Lorena.⁷

Em compensação, aqueles que se opõem à Revolução de 1815 continuam fortes em vastas extensões de terras muito populosas, nas quais o movimento antifeudal e anticlerical praticamente não teve qualquer ressonância: o norte, inclusive a Picardia; o grande oeste, incluindo Normandia, Maine e Anjou; a maior parte de Aquitânia, Maciço Central, Languedoc e Provença. Presente nessas regiões desde 1792, a contrarrevolução realista deu prosseguimento à sua disseminação durante o Império.

O próprio Napoleão deu a seus piores inimigos meios de manter vívido o realismo, ao praticar até 1814 uma política de ampla anistia em relação aos *émigrés* e devolver-lhes suas propriedades ainda não vendidas como bens nacionais.⁸ Aqui e ali, os camponeses que avançaram um pouco com a Revolução de 1789 voltam a adquirir o hábito de baixar a cabeça e obedecer, como dizem, ao “nosso senhor”. A Restauração amplia ainda mais os terrenos de enraizamento do realismo. Finalmente, o expurgo incompleto das administrações locais, na época dos Cem Dias, permite a muitos nobres conter a ação de jacobinos e bonapartistas.

As carências também dizem respeito à organização, aos responsáveis e seguidores do movimento de apoio a Napoleão. Por mais que as federações, a exemplo dos clubes e sociedades populares de 1793, congreguem pequeno-burgueses, militares e um amplo leque das classes trabalhadoras, o fato é que a rede por elas montada através da França são menos densas que a dos jacobinos no ano II. Seus seguidores são muito menos numerosos que as centenas de milhares de militantes que povoavam os clubes e sociedades populares na época de Robespierre.⁹ Finalmente, faltam líderes e militantes experientes.

A culpa é ao mesmo tempo da Revolução e do imperador: aquela, entre 1794 e 1799, dizimou a elite *sans-culotte* ou jacobina, este concluiu o trabalho de repressão, eliminando dirigentes cuja ausência, em 1815, torna impossível, ou muito difícil, uma eventual mobilização geral e a formação de um governo de salvação pública.

Desse modo, o Napoleão autocrata de antes de 1814 enfraquece antecipadamente o movimento bonapartista de 1815, e o Napoleão liberal de 1815, recusando-se a se apoiar num movimento de tipo jacobino, gera para si mesmo e para seu regime as condições que o impedem de repetir 1793.¹⁰

Em suas *Memórias*, Benjamin Constant presta homenagem ao espírito de sacrifício de Napoleão. Para ele, o monarca, “contando com os destroços de um exército ainda invencível e uma multidão galvanizada pelo som do seu nome”, preferiu abrir mão do poder “a disputá-lo pelo massacre e a guerra civil”. O escritor conclui frisando que, nessa oportunidade, o soberano “mostrou-se à altura da espécie humana”.¹¹

Benjamin Constant e os historiadores que há dois séculos ecoam suas palavras desconhecem uma verdade: Napoleão abre mão de uma solução que não chega a ser uma saída.¹² Ele não tem mais dinheiro para dar prosseguimento à guerra por muito tempo. Faltam-lhe soldados, e os que ainda tem sob seu controle estão em sua maioria desmoralizados. Os bonapartistas ligados aos jacobinos não são afinal numerosos o bastante nem bem-organizados para lhe permitir, se desejar, sacudir a inércia e gerar um entusiasmo nacional redentor.¹³ Napoleão nada mais pode fazer além de desencadear uma guerra civil perdida de antemão. Está condenado a abdicar.

O desenlace fatal do seu empreendimento já está presente no momento em que desembarca no litoral francês em março de 1815. Apanhado entre a irresistível invasão de centenas de milhares de estrangeiros e a fragilidade do apoio interno, Napoleão pode efetivamente ganhar uma ou duas batalhas, mas no fim sua derrota está garantida. Fouché o compreendeu prontamente.

Se tudo devia ser abandonado e perdido, não há como deixar de reconhecer que “a empreitada era mais sedutora que sólida”.¹⁴ Ela fascina pela vontade de forçar o destino e mostrar-se mais exaltado

quando vencido e caído por terra do que como vencedor e de pé.¹⁵

A empreitada também seduz pelo surgimento desse “fantasma” que, personificando a Revolução, faz “tremor o Velho Mundo” e leva já agora os reis a “reinar desconfortavelmente, tendo no horizonte a rocha de Santa Helena”.¹⁶

Nesse sentido, a abdicação está menos envolta no crepúsculo de um deus sacrificado do que na luz dos homens que rompem cadeias.

Anexo: O voo da águia ao inverso

Em nome de Napoleão I, imperador dos franceses

Enquanto em Paris os deputados ainda debatem se os atos oficiais serão redigidos em nome da nação ou no de Napoleão II, a vida pública continua a se desdobrar no interior, sob a égide de Napoleão I. O anúncio oficial da abdicação do soberano, na verdade, chega com atraso de um a quinze dias.

Nesse sentido, o mapa que traçamos com informações recolhidas nos arquivos da Secretaria de Estado e da Polícia Geral revela a existência de pelo menos duas França. Ao norte de uma linha que vai de Rennes a Metz, as cidades de prefeitura ou subprefeitura tomam conhecimento da notícia no mesmo dia, ou, no máximo, passados dois dias. Algumas em decorrência da proximidade de Paris e do envio de cavaleiros levando a informação aos exércitos em caráter de urgência. É o caso de Château-Thierry e das cidades e povoados das cercanias.

O general Morand recebe a notícia no dia 22 à noite e a transmite ao inimigo, solicitando a interrupção dos combates. A maioria das cidades deve ser rapidamente informada através dos veículos públicos que, partindo de Paris, podem se valer de uma boa rede de vias de comunicação fluvial ou terrestre. Rouen é informada em um dia,¹ Caen, Le Havre, Rennes e Tours,² em dois dias. Outras localidades, como Lille, Metz e Lyon,³ são comunicadas por telégrafo aéreo e retransmitem a informação para Estrasburgo ou Belfort.⁴ Estafetas também partem de Lyon em direção a Saint-Étienne, Grenoble e Marselha.⁵

A maior parte das cidades da região de Languedoc-Roussillon⁶ é informada da abdicação por veículo público ou pelo correio, com cinco a sete dias de atraso. Toulouse, informada depois de apenas três dias, divulga a notícia ao seu redor.⁷ Em Bordeaux, a 24 de junho, o prefeito ainda tem como última notícia a batalha de Waterloo. Recomenda aos *maires* do departamento que oponham resistência aos boatos. Eles devem informar aos cidadãos sob sua responsabilidade que só a traição explica a debandada de uma parte do Exército. O prefeito afirma que antes da batalha do monte Saint-Jean Napoleão obtivera duas vitórias consecutivas sobre os ingleses, conquistando deles seis bandeiras. O magistrado esclarece que o Exército se reorganiza em Avesnes e Philippeville, e que o imperador está a ponto de tomar medidas enérgicas, com a ajuda das duas Câmaras.⁸



4. O anúncio da abdicação

O anúncio da abdicação chega às regiões montanhosas com atraso de sete a quinze dias. Na região de Cantal, Aurillac só fica sabendo do desastre a 27 de junho.⁹ Nos Baixos Alpes, os habitantes de Dignes só são informados da “Declaração ao povo francês” e da formação de um governo provisório a 2 de julho! E ainda assim se trata de um recorde de rapidez, pois três meses antes a cidade havia esperado 25 dias para tomar conhecimento da entrada de Napoleão em Paris, depois do retorno da ilha de Elba.¹⁰

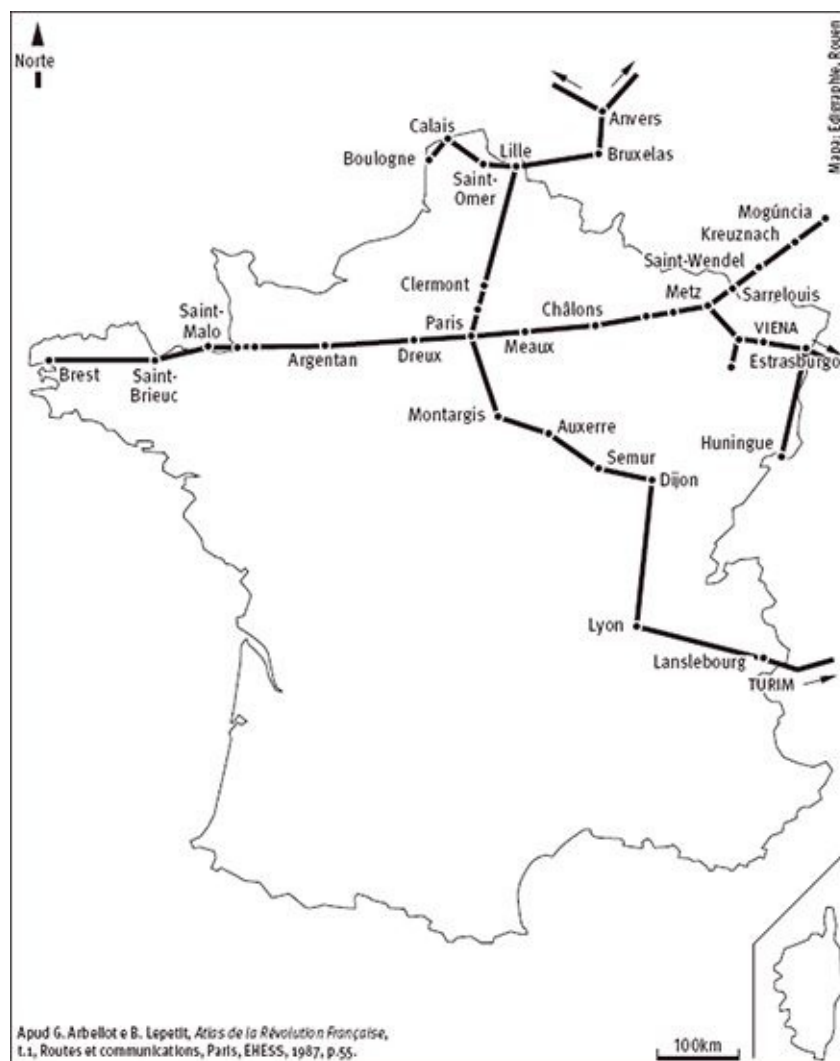
O anúncio oficial da abdicação às vezes é retardado pelas autoridades civis e militares, temendo uma guerra civil em suas cidades. Em Lyon, uma carta redigida a 25 de junho por um particular nos informa que as autoridades esperaram várias horas para transmitir a mensagem imperial. Desde a volta da ilha de Elba, observa o autor da carta, o prefeito e o general no comando da praça observaram o maior silêncio a respeito de todos os despachos telegráficos recebidos, falando apenas dos êxitos obtidos pelo imperador.¹¹ Em Quimper, a carta do duque de Otrante, com data de 24 de junho, dando conhecimento do “terrível revés e do grande sacrifício” só é publicada a 4 de julho.¹²

Os bonapartistas informados da queda do imperador passam do desespero à raiva. Em Lyon, são rasgados os cartazes informando sobre a volta de Napoleão a Paris e sua abdicação, redigidos em estilo calmo e moderado. “Um populacho assustador, do qual faziam parte até alguns militares, percorreu diferentes bairros em meio a vociferações. A Guarda Nacional soube se impor.” Em Château-Thierry, os militares desertam gritando: “Acabou-se o imperador, acabaram-se os soldados.”¹³

A 24 de junho, o conde de Montholon informa que os soldados fogem, voltando para casa ao mesmo tempo que saqueiam e cometem uma infinidade de atos de violência. Às vezes, são unidades inteiras que se evaporam na natureza, como no caso do 11º de Caçadores.¹⁴ Por toda parte os guardas nacionais abandonam as bandeiras.¹⁵ Em Soissons, o general de brigada tenta acalmar os militares mandando afixar a proclamação de Napoleão II.¹⁶ Todos os chefes de regimento são convidados a lê-lo para seus homens.

“Em vão”, conta o soldado Canler, “o coronel, querendo estimular nosso entusiasmo, gritava ‘Viva

Napoleão II!’ O regimento também gritou ‘Viva Napoleão II!’’. Mas havia tristeza nos rostos, e parecia que nas trocas de olhares estava a pergunta: que será de nós sem nosso imperador?”¹⁷



5. O telégrafo em 1815

Em Périgueux, o conde Lucotte, general de exército no comando da 20ª Divisão Militar, informado da “terrível notícia”, manda cobrir os muros da cidade com uma proclamação convocando às armas. “Não seremos russos, nem prussianos, nem ingleses, nem alemães!”, escreve ele. “Preferimos morrer de armas em punho que deixar de ser franceses. Nada mais de partidos nem de vingança. Estejamos unidos e salvemos a pátria!”¹⁸

Nas cidades do Oeste e do Sul, a notícia da abdicação logo provoca confrontos entre realistas e bonapartistas. Em Rennes a agitação é extrema; os federados expressam seu inconformismo, enquanto os adversários dão vazão à alegria. Oficiais circulam pela cidade para arrancar os cartazes anunciando que Napoleão deixou de ser imperador. “O despacho telegráfico é forjado”, afirmam. Por medo de que seja destruído, eles reinstalam em seu lugar o busto de Napoleão que a administração municipal mandara retirar. Ai daqueles que se opuserem!¹⁹

No Havre, cortejos realistas e bonapartistas percorrem a cidade e entram em confronto. Os Bourbon são aclamados em Bourse.²⁰ Em Caen, manifestantes lutam gritando “Viva o imperador!” ou “Viva Luís XVIII!”.²¹ Em Saint-Valéry-en-Caux, Honfleur e nos municípios próximos, bandeiras brancas tremulam nas janelas. Em Dieppe e Calais tem início a guerra das bandeiras, sendo a tricolor exibida nas varandas de uns e a branca, nas de outros.²²

O prefeito de Tours escreve ao ministro do Interior a 25 de junho:

“Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que no dia de ontem o boato da abdicação do imperador espalhou-se pela cidade, mas o partido realista que disseminou a notícia a fazia acompanhar de circunstâncias favoráveis aos inimigos do governo e desalentadoras para os amigos da pátria; desse modo, os partidários dos Bourbon quiseram provocar a opinião e abalá-la, insinuando surdamente que Luís XVIII fora proclamado. Essa gente pôs em ação todas as suas manobras secretas, e em poucos instantes só se falava em Tours da vitória da causa real.”²³

O prefeito garante ter tomado as medidas necessárias para que a situação não degenere e a ordem pública seja mantida. O mesmo não ocorre no Sul, onde a notícia da abdicação, em cidades como Marselha, provoca recrudescimento de confrontos e massacre de bonapartistas.²⁴

Napoleão queria preservar a França da guerra civil. Mas esta, já presente, amplia-se constantemente à medida que a notícia de sua abdicação percorre o território nacional.

Prefácio

1. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée, du retour et du règne de Napoléon I^{er} en 1815*, Londres, C. Roworth, 1820, v.2, p.198s. Essas memórias mereceram anotações críticas de Napoleão em Santa Helena (ver a reedição da Bibliothèque des Introuvables, Paris, 2007).
2. Archives Nationales (AN), F7 4280, “Proclamation du 7^e de ligne, signée La Bédoyère”.
3. Service Historique de l'Armée de Terre (Shat), MR 718, fl.30 Mss Kellermann.
4. Marbot, general barão de, *Mémoires du général baron de Marbot*, Paris, Mercure de France, 1983, t.II, p.431.
5. H. de Mauduit, *Histoire des derniers jours de la Grande Armée, ou Souvenirs, documents et correspondance de Napoléon en 1814 et 1815*, Paris, Dion, 1854, t.II, p.360.
6. Ibid., p.487.
7. I. Saint-Elme, *Souvenirs d'une courtisane de la Grande Armée*, Paris, Tallandier, 2004, p.742.
8. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, Paris, Paulin, 1845, t.XX, p.313.
9. Rússia, Suécia, Inglaterra, Países Baixos, Prússia, Áustria, Piemonte-Sardenha, Saxe, Baviera, Baden-Württemberg, Suíça, Nápoles, Espanha e Portugal.

1. “Que será desta pobre França?”

1. Joseph Bonaparte, seu irmão, a rainha Hortênsia, sua cunhada, Savary, duque de Rovigo, inspetor da gendarmaria, o conde de Lavalette, diretor dos Correios, e Carnot, ministro do Interior.
2. M. Ourry, *La Famille mélomane, comédie en un acte mêlée de couplets*, Paris, sra. Masson, 1812.
3. M. Dieulafoy e M. Gersin, *L'Intrigue impromptue, ou Il n'y a plus d'enfants*, comédia vaudeville, 1815.
4. Bibliothèque Historique de la Ville de Paris (BHVP), Ms 1013, fl.129 e 130.
5. BHVP, Ms 1013, fl.122.
6. Edgard Quinet, num artigo intitulado “L'Abdication”, publicado na *Revue des Deux Mondes*, 1861, p.527, escreve que o Eliseu foi escolhido para tranquilizar os que estavam preocupados quanto às intenções do monarca.
7. Segundo H.-M. Williams, in M. Breton de la Martinière (org.), *Relation des événements qui se sont passés en France depuis le débarquement de Napoléon, le 1^{er} mars 1815 jusqu'au traité du 20 novembre*, Paris, Dentu, 1816, p.154.
8. O médico Dubois, que examinou várias vezes o imperador, constatou seu deplorável estado de saúde. Ver Veron, *Mémoires d'un bourgeois de Paris*, Paris, Librairie Nouvelle, 1856, p.99.
9. Waterloo.
10. Outros memorialistas, como Louis Marchand, situam essas frases no momento em que Napoleão toma banho.
11. Segundo o marquês de Noailles (*Le comte Molé. Sa vie. Ses mémoires*, Paris, Champion 1922, t.II, p.228), o deputado Defermon, presente, teria advertido: “Podemos esperar grandes resoluções, a menos que tomemos sem demora a iniciativa.”
12. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., v.2, p.209-10.
13. A.-M., conde de Lavalette, *Mémoires et souvenirs du conde de Lavalette*, Paris, Mercure de France, 1994, p.350; Marchand escreve em suas *Mémoires de Marchand: premier valet de chambre et exécuteur testamentaire de l'empereur* (Paris, Tallandier, 2003) que o conde foi convidado a acompanhar o imperador.
14. O barão Fain, em suas *Mémoires du baron Fain, premier secrétaire du cabinet de l'Empereur* (Paris, Plon, 1908, p.288), informa que o imperador, habituado a se banhar várias vezes, sempre tomava banhos muito quentes.
15. G. Peyrusse, 1809-1815. *Mémorial et archives de M. le baron Peyrusse, trésorier général de la couronne pendant les Cent-Jours*, Carcassonne, Labau, 1869, p.312-3.
16. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.332.
17. Maréchal L. Davout, *Souvenirs manuscrits*, apud H. Houssaye, 1815, v.3, *La seconde abdication; La terreur blanche*, Paris, Perrin, 1893-1905, p.15.
18. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo pour servir à l'histoire de l'empereur Napoléon*, Paris, Bossange, 1828, t.VIII, p.139.

19. Foi o que o abade Sieyès sussurrou ao ouvido de Lanjuinais. Feito par da França, o abade havia muito era o especialista em eutanásia dos regimes próximos de expirar. Em 1789, com seu panfleto *Qu'est-ce que le tiers état?*, ele desferiu um golpe de misericórdia no Antigo Regime, e em 1799 provocou um golpe de Estado que levou Bonaparte ao poder. Ver C.-F. barão de Méneval, *Napoléon et Marie-Louise: souvenirs historiques de mr. le baron de Méneval, ancien secrétaire du portefeuille de Napoléon, premier consul et empereur, ancien secrétaire des commandements de l'impératrice régente*, Paris, Amyot, 1845, t.II, p.463.
20. L. Marchand, *Mémoires...*, op.cit., p.227.
21. Sobre a assessoria ministerial de Napoleão, ver o excelente trabalho de I. Woloch, *Napoléon and his Collaborators: the Making of a Dictatorship*, Nova York, W.W. Norton & Company, 2001.
22. Seu nome também é escrito na forma Regnaud; adotamos a ortografia da maioria dos documentos oficiais e do *Moniteur*.

2. O homem-serpente

1. E. la Bretonnière, *Macédoine, souvenirs du Quartier Latin dédiés à la jeunesse des écoles. Paris à la chute de l'Empire et pendant les Cent-Jours*, Paris, L. Marpon, 1863, p.67 e 109. O Liceu Imperial é o atual Liceu Louis-le-Grand.
2. P. Foucher, *Souvenirs de Pierre Foucher, 1772-1845*, Paris, Plon, 1999, p.167.
3. R. Rémond, *La vie politique en France depuis 1789*, t.1, 1789-1848, Paris, A. Colin, 1965, p.244s; M. Duverger, *Constitutions et documents politiques*, Paris, PUF, 1992, p.134s.
4. E. la Bretonnière, *Macédoine, souvenirs du Quartier Latin...*, op.cit., p.241.
5. E. le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France depuis le retour de l'île d'Elbe jusqu'à la nouvelle de Waterloo*, tese de doutorado em Letras, Paris, Alcan, 1923, p.431.
6. J. Chaumié, “Les girondins et les Cent-Jours”, *Annales Historiques de la Révolution Française*, 1961, n.205, p.329-65.
7. Joseph Bonaparte considera-o “homem de bem, de visão curta, um Catão burguês e eterno joguete dos intrigantes de todos os tipos e partidos”. Ver C.-F., barão de Méneval, *Napoléon et Marie-Louise: souvenirs historiques...*, op.cit., t.III, p.395.
8. Ver J.-D. Lanjuinais, *Réflexions patriotiques sur l'arrêté de quelques nobles de Bretagne daté du 25 octobre 1788*, texto impresso, s.l.; e *Préservatif contre l'avis à mes compatriotes, avec des observations sur l'affaire présenté par un membre des états du Dauphiné*, texto impresso, s.l. n.d.
9. Ver Lanjuinais, *Notice historique sur J.-D. Lanjuinais*, Paris, Doudey-Dupré, 1832, p.8.
10. Mensagem da Câmara dos Representantes, 7 jun.
11. E. le Gallo, *Les Cent-Jours: essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.466.
12. *Ibid.*, p.475.
13. *Ibid.*, p.476.
14. Depois da invasão da França, no verão de 1792, o general Dumouriez é escolhido para substituir La Fayette no comando do Exército; este último já estava sob suspeita por ter defendido o rei em 1791, depois da fuga para Varennes, e de ter mandado atirar contra o povo, que exigia a deposição do monarca. Num decreto, a Assembleia o acusa de conspirar com o inimigo, preparando outra fuga da família real, e determina sua detenção.
15. G. du Mortier, marquês de la Fayette, *Mémoires, correspondance et manuscrits du général La Fayette, publiés par sa famille*, Paris, Fournier, 1837, t.V, p.451. Ver também P. Chanson, *La Fayette et Napoléon, un duel historique ignoré*, Lyon, Éditions de Lyon, 1958, p.288s.
16. É a tese defendida por Stefan Zweig na biografia que lhe dedicou.
17. S. de la Rochefoucauld, duque de Doudeauville, *Mémoires de M. de la Rochefoucauld, duc Doudeauville*, Paris, Lévy, v.10, 1863, p.261.
18. E. de Waresquiel, *Cent-Jours, la tentation de l'impossible, mars-juillet 1815*, Paris, Fayard, 2008, p.481.
19. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.319.
20. M. Vovelle, “Présentation”, in J. Fouché, *Mémoires de Fouché, présentées par M. Vovelle*, Paris, Imprimerie Nationale, 1992, p.19.
21. H. Houssaye, 1815, v.2, *La première restauration: le retour de l'île d'Elbe*, Paris, 1899, p.580s.
22. E. de Waresquiel, *Cent-Jours, la tentation de l'impossible...*, op.cit., p.409s.
23. R. de la Croix, duque de Castries, *Louis-Philippe*, Paris, Tallandier, 1980, p.104.
24. Palavras de Jonville, enviado por Blacas, confidente de Luís XVIII, para vigiar Luís Filipe; apud E. de Waresquiel, *Cent-Jours, la tentation de l'impossible...*, op.cit., p.412.
25. B. Capefigue, *Les Cent-Jours par M. Capefigue*, Paris, Langlois, v.2, p.245-6.
26. H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot par son fils*, Paris, Hachette, 1907, v.2, p.462.

3. Declarar a pátria em perigo

1. L. Carnot, *Mémoire au roi par mr. le lieutenant général Carnot, dernier gouverneur d'Anvers*, Paris, 1814, p.20s.
2. Em 1814, esse mito, ainda muito vivo, inspirou alguns prefeitos. Eles exigiram o recrutamento em massa “para preservar a ordem social e

a glória do nome francês”. Ver J. Hantraye, *Les cosaques aux Champs-Élysées: l’occupation de la France après la chute de Napoléon*, Paris, Belin, 2005, p.47-8.

3. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l’histoire de la vie privée...*, op.cit., p.211-4; Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op.cit., v.2, p.510-1; Maréchal L. Davout, *Mémoires manuscrits*, apud H. Houssaye, 1815, v.3, *La seconde abdication*, op.cit., p.17.
4. A.-A. Ernouf, *Maret, duc de Bassano, par le baron Ernouf*, Paris, Perrin, 1884, p.659.
5. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l’histoire de la vie privée...*, op.cit., p.213.
6. Ibid., p.213-4.
7. H. Houssaye, 1815, v.3, *La seconde abdication*, op.cit., p.21-2.
8. A expressão é de C. von Clausewitz in *Campagne de 1815 en France*, Paris, Champ Libre, 1973, p.173.
9. Certos autores, como o conde d’Ornano (*Marie Walewska, l’épouse polonaise de Napoléon*, Paris, Les Éditions Comtales, 1947), situam nesse momento um encontro de Napoleão com a condessa Walewska e Alexandre, filho dos dois. Trata-se de uma confusão com um encontro que ocorreu antes da partida de Napoleão para a guerra. A análise do documento e o depoimento de Ph. Poirson (que teve acesso aos arquivos de família dos Walewski) evidenciam o erro; ver *Walewski, fils de Napoléon*, Paris, Balzac, 1943.

4. O funeral da glória

1. G. Barral, *L’Épopée de Waterloo, narration nouvelle des Cent-Jours et de la campagne de Belgique en 1815 composée d’après des documents inédits et les souvenirs de mes deux grands-pères, officiers de la Grande-Armée et combattants de Waterloo*, Paris, Flammarion, 1895, p.287.
2. T. Puvis, “Souvenirs, 1813-1815”, *Revue Historique des Armées*, n.3, 1979, p.119; J.-B. Lemonnier-Delafosse, *Souvenirs militaires du capitaine Jean-Baptiste Lemonnier-Delafosse*, Paris, Le Livre Chez Vous, 2002, p.222.
3. Idem.
4. Coronel Trefcon, *Carnet de campagne du colonel Trefcon*, Paris, E. Dubois, 1914, p.193.
5. J. Tyrbas de Chamberet, *Mémoires d’un médecin militaire: aux XVIII^e et XIX^e siècles*, Paris, Christian, 2001, p.167.
6. G. Barral, *L’Épopée de Waterloo...*, op.cit., p.285. Acontece de os militares franceses matarem seus prisioneiros. Às vezes o exemplo é dado pelos chefes: J. Tyrbas de Chamberet (*Mémoires d’un médecin militaire...*, op.cit., p.164) afirma ter visto o príncipe Jérôme dar um tiro de pistola na cabeça de um prisioneiro que não se afastara depressa quando ele se aproximava.
7. Os saques e pilhagens começaram às vezes antes mesmo de Waterloo; ver as *Mémoires* do general Radet, Saint-Cloud, Belin, 1892, p.338.
8. J.-B. Lemonnier-Delafosse, *Souvenirs militaires...*, op.cit., p.230; J. Tyrbas de Chamberet, *Mémoires d’un médecin militaire...*, op.cit., p.168.
9. Idem.
10. Capitão H. de Mauduit, *Histoire des derniers jours de la Grande Armée...*, op.cit., t.II, 1854, p.499s. O autor cita o relatório entregue a Napoleão em 22 de junho sobre a agitação entre os generais.
11. Marechal E. de Grouchy, *Mémoires*, Paris, Dentu, 1874, t.IV, p.345-7.
12. Capitão H. de Mauduit, *Histoire des derniers jours de la Grande Armée...*, op.cit., t.II, p.498.
13. S. Larréguy de Civrieux, *Souvenirs d’un cadet (1812-1823)*, Paris, Hachette, 1912, p.173. Ver também H. Biot, *Souvenirs anecdotiques et militaires, 1912-1932*, Paris, Emile Paul, 1904, p.264.
14. General L.-F. Fantin des Odoards, *Journal du général Fantin des Odoards, Étapes d’un officier de la Grande Armée, 1800-1830*, Paris, Plon, 1895, p.439.
15. Uma estimativa dos efetivos é fornecida em 23 de junho pelo general de brigada do Exército: 50 mil homens estão em condições operacionais. Com os quartéis, o efetivo chega a 100 mil infantes e 20 mil cavaleiros (AF IV 1937/296). Em Santa Helena, valendo-se dos dados sobre efetivos disponíveis em 26 de junho, Napoleão voltaria a afirmar que a situação, embora crítica, não era desesperada. Mas não fala do lamentável estado moral da tropa. Ver *Correspondance de Napoléon I^{er} publiée par ordre de Napoléon III*, Paris, Bibliothèque des Introuvables, v.13, 2006, p.203. O general G. Gourgaud afirma que em 26 de junho 71 mil homens estavam a postos, que duzentos canhões podiam facilmente ser organizados e que em julho o contingente poderia ter chegado a 130 mil homens (*Campagne de 1815 ou Rélation des opérations militaires qui ont eu lieu en France et en Belgique pendant les Cent-Jours*, Londres, Ridgway, 1818, p.114s). O tenente J.-M. Chevalier, em *Souvenirs des guerres napoléoniennes* (Paris, Hachette, 1970), estima em 65 mil os homens reunidos em Laon, afirmando igualmente, sem avaliar seu estado moral, que se a França quisesse rechaçaria o inimigo.
16. J.-P. Bertaud, *La révolution armée, les soldats citoyens et la Révolution Française*, Paris, Robert Laffont, 1979.
17. J.-R. Poirier, *Invasion de 1815. Le siège de Mézières en 1815*, Paris, H. Charles-Lavauzelle, 1894, p.66.
18. H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op. cit., p.515.

5. “Às armas, cidadãos!”

1. Ver mapa, p.268. Temendo a conscrição, os *chouans* voltaram a pegar em armas no fim de abril de 1815.

2. AN, F7 9685, Nord, 20 jun.
3. Nós concluímos a investigação de H. Houssaye (1815, v.2, op.cit.) examinando, além dos relatórios enviados ao ministro da Guerra, os que foram mandados ao ministro do Interior pelas autoridades civis e militares de todos os departamentos e todas as divisões militares.
4. La Roche-sur-Yon.
5. AN, F7 9711, Haute-Vienne.
6. AN, F1cI 26/131, 13 mai. Mensagem anônima ao ministro do Interior.
7. O texto foi publicado no suplemento do *Journal de la Côte d'Or*, n.28, no fim de abril, constando in AN, F7 9649.
8. Erro de Fremiet, que confunde o recrutamento de voluntários de 1792 com o recrutamento em massa de 1793.
9. AN, F1cI 26/87.
10. A expressão é usada nos relatórios dos prefeitos e comissários extraordinários, nas cartas e mensagens das séries AF IV, FicI e F7 do Arquivo Nacional por nós examinados.
11. Sobre Paris e os infantes federados, ver p.122.
12. O prefeito de Cantal chama a atenção para o fato na chegada das delegações da federação de Lyon a Aurillac (AN, F7 9639, Cantal, 6 jun).
13. R.S. Alexander, *Bonapartism and Revolutionary Tradition in France: The Fédérés of 1815*, Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1991; ver também a contribuição de P. Lévêque, “La Révolution de 1815”, in *Les Entretiens d’Auxerre, Les Cent-Jours dans l’Yonne: Aux Origines d’un Bonapartisme Liberal*, colóquio sob a coordenação de L. Hamon, Paris, Maison des Sciences de l’Homme, 1988, p.51s.
14. Ver, por exemplo, o pacto da confederação do Périgord de 24 de maio de 1815, AN, AF IV 1937.
15. AN, F7 9640, Charente, 18 abr.
16. AN, F7 9659, Haute-Garonne, 25 abr.
17. AN, F7 9650, Côtes-du-Nord.
18. O calendário revolucionário adotado pela Convenção em 6 de outubro de 1793 tinha duplo objetivo: exaltar a República e limitar a religião católica, suprimindo o calendário gregoriano. Napoleão aboliu o calendário revolucionário em 9 de setembro de 1805.
19. AN, F7 9700, Seine, 2 mai.
20. AN, F1CI 26/131, 13 mai.
21. AN, F1a 554, Vesoul, 13 mai.
22. Ver a contribuição de P. Levêque, “La Révolution de 1815, in *Les Entretiens d’Auxerre, Les Cent Jours dans l’Yonne...*, op.cit., p.60s.
23. AN, F1a 554, Lons-le-Saulnier, 22 abr.
24. AN, F7 9650, carta do prefeito, 11 mai 1815.
25. AN, F7 9689, Puy-de-Dôme, 26-31 mar.
26. AN, F7 9680/H236.
27. Na verdade, a maioria dos burgueses obrigados a prestar esse serviço comprou substitutos. R. Dupuy, *La Garde Nationale*, Paris, Gallimard, 2010, p.312s.
28. AN, F7 9680, Meurthe, 13 jun.
29. H. Houssaye, 1815, v.2, op.cit., p.635.
30. AN, AFIV 1935, quarta pasta, quadro, 19 mai.
31. AN, F7 3646, carta do príncipe de Eckmühl ao ministro do Interior, 21 mai.
32. AN, F7 9642, Corrèze, carta do prefeito ao ministro do Interior, 20 abr.
33. AN, F7 9709, Vaucluse, 27 abr.
34. AN, F7 9653, Drôme, 31 mai.
35. AN, F7 9675, Lozère, 13 jun.
36. AN, F7 9689, Puy-de-Dôme, carta do prefeito, 10 mai.
37. AN, F7 9639, Cantal, Saint-Flour, 28 mai.
38. AN, F7 9666.
39. AN, F7 9669, Haute-Loire, 10 jun. Igual tentativa de corrupção na Gironda, em Landes e no Baixo Pirineu (F7 9689, Baixo Pirineu, 9 mai).
40. AN, F7 9685, Nord, 8 abr.

6. Desencanto

1. AN, F1a 555, 14ª Divisão Militar, 4 mai.
2. AN, F1a 556, correspondência do comissário extraordinário, 14 abr. Ver E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l’histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.343.
3. Apud E. Le Gallo, *ibid.*, p.345.
4. *Ibid.*, p.356.
5. AN, F7 9668 e F1a 555, correspondência do comissário extraordinário, 14 mai.
6. AN, *ibid.*, 19 mai.

7. AN, Fla 555, 11ª Divisão Militar (Gironde, Landes, Pirineus), carta, 15 mai.
8. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.354s.
9. AN, F7 9694, carta ao ministro do Interior, 24 mai.
10. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit.
11. AN, F1a 554, 18 abr.
12. AN, F7 3734 e F7 9652. Ver também C. Fohlen (org.), *Histoire de Besançon*, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1964, p.294s.
13. AN, F1cIII 26/96.
14. J.-F. Mayeux, *À l'Empereur sur l'impossibilité de concilier l'Acte Additionnel aux Constitutions avec la majesté, l'indépendance et le bonheur du peuple*, Paris, Babeuf, 1815.
15. L. Dubroca, *Cinquième cahier. Le vieux républicain. Catéchisme politique d'un peuple libre qui veut solidement fonder sa liberté et d'un prince qui veut régner par la puissance de l'opinion publique*, Paris, texto impresso pelo autor, 1815, apud E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.235.
16. Prissette, *Non ou rejet motivé de l'Acte Additionnel aux Constitutions de l'Empire*, Paris, Imprimerie de Renaudière, 1815, p.21.
17. *Ibid.*, p.23. Ver também J.-A. Faubert, *Le printemps sacré de 1815. Aux hommes libres*, Paris, mai 1815, exigindo que todos os cidadãos tenham o direito de votar nas assembleias primárias.
18. AN, F7 9669, correspondência, 3 mai.
19. Ponsard, *Observation à Napoléon sur l'Acte Additionnel*, 6 mai 1815, apud E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.233-7. Ver também AN, F7 9689/21, Puy de Dôme.
20. A pesquisa do historiador Langlois demonstrou que o plebiscito do ano VIII fora fraudado para diminuir o número de abstenções. Ver “Le plébiscite de l'an VIII” ou “Le coup d'État du 18 pluviôse an VII”, *Annales Historiques de la Révolution Française*, 1972, n.207, p.43-65, 231-46 e 391-415.
21. AN, F7 9693, carta do prefeito do Baixo Reno ao ministro do Interior, 23 mai 1815.
22. F. Bluche, *Le plébiscite des Cent-Jours*, Genebra/Paris, Droz/Minard, Champion 1974, p.125s.
23. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.278.
24. AN, F1a 553, 1ª Divisão Militar, Aisne, Eure-et-Loir, Loiret, Oise, Seine, Seine-et-Marne, Seine-et-Oise. A lista da 2ª Divisão Militar (Ardennes, Maine, Mosa) é entregue ao gabinete do ministro em 19 de junho, e a da 7ª Divisão Militar (Hautes-Alpes, Drôme, Isère, Mont-Blanc), em 10 de junho; ver F1a 554.
25. AN, F1a 554, carta, 24 abr.
26. AN, F7 9689/28, Puy-de-Dôme, 3 mai.
27. AN, F7 9706, Tarn-et-Garonne, 13 jun. Ver também o relatório de 5 de maio do comissário extraordinário da 8ª Divisão Militar sobre o prefeito de Bouches-du-Rhône, F1a 554.
28. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.272.
29. AN, F7 9703, correspondência, 19 mai.
30. AN, F7 9671, Nantes, correspondência, 22 mai.
31. AN, AF IV 1934.
32. AN, F1a 555, 10ª Divisão Militar, correspondência, 17 mai.
33. AN, F7 9674, correspondência, 24 mai.
34. Apud E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.273.
35. AN, F1a 554, 7ª Divisão Militar.
36. AN, F7 9703, Deux-Sèvres, 13 mar.
37. AN, F1a 553, 1ª Divisão Militar, 21 jun.
38. AN, F1a 554, nota, 25 abr.
39. Apud H. Houssaye, *1815*, v.2, op.cit., p.506.
40. AN, F1a 555, carta do barão d'Alphonse, 28 abr.
41. AN, F7 9711, correspondência, 24 mai. A lei de 30 de abril determina a eleição de *maires* nos municípios de menos de 5 mil habitantes. Nos municípios de mais de 5 mil habitantes, os *maires* são nomeados pelo chefe de Estado.
42. AN, F7 9652, 2 mai.
43. AN, F7 9683, 18 mai.
44. AN, F7 9683, Nièvre, 26 mai.
45. AN, F7 9695/187, Rhône.
46. AN, F1a 555, carta a Carnot, 13 mai.
47. AN, F7 9687, 30 mai.
48. AN, F7 9668, 22 mai.
49. AN, F7 9674, cidadão Larrieu, do departamento de Lot-et-Garonne, a Carnot, 17 jun.
50. General L.-F. Fantin des Odoards, *Journal...*, op.cit., p.428.

7. “Guilhotina para Napoleão!”

1. Em artigo publicado no *Globe* (20 abr 1833), C.-A. Sainte-Beuve reflete a primeira opinião; e H. Forneron, a segunda, em sua *Histoire générale des émigrés pendant la Révolution française*, Paris, Plon, 1884. Ver P. Lafue, *Desmarest, policier de l'Empereur*, Paris, Colbert, 1943.
2. AN, F7 6627/fl. 543. F7 6627/fl. 459. F7 6627/fl. 556. F7 6629/fl. 812.
3. A sra. Nicolas não é a única a agir assim. E. Le Gallo (*Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.346) menciona o caso de um pensionato de moças em Esquermes, perto de Lille, mantido por antigas religiosas, no qual um dos exercícios escritos das alunas consistia em copiar as declarações do rei.
4. AN, F7 6627/528, 559, 560, 512, 515, 381, 330. F7 6628/588, 595, 686.
5. AN, F7 6627/432.
6. AN, F7 9702.
7. AN, F7 6627/455.
8. Luís XVIII.
9. AN, F7 9653, Drôme, 17 mai.
10. Ver *Le Journal Général de France*, especialmente ed. 29 mar; e J.-P. Bertaud, *Quand les enfants parlaient de gloire. L'Armée au coeur de la France de Napoléon*, Paris, Aubier, 2006, p.376s. Em meio à infinidade de panfletos bonapartistas publicados em 1815, e não raro anônimos, ver em especial: *Le cri général et le voeu des français, Avons-nous tort, avons-nous raison?, La confession de Napoléon au grand architecte de l'Univers*, de Marcel, *Ouvrez les yeux, français! Trente-six chandelles et le nez dessus, vous n'y verriez pas plus clair, Le grand secret politique et militaire de la France*.
11. *Le Nain Jaune*, *Gazette Française*, 10 mai 1815, p.3. Há vários *Nain Jaune*, nem todos realistas.
12. Anônimo, *Courage français! Tout va bien*; e anônimo, *Les voeux sincères des français*.
13. Panfleto circulando a partir de Paris e apreendido em Haute-Marne em 6 abr. AN, F7 9678.
14. Anônimo, *Questions d'un citoyen*, 1815, p.11.
15. *Ibid.*, p.21.
16. Consultamos também aqui a subsérie F7, para obter informações complementares às fornecidas pela excelente tese de E. Le Gallo. *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit.
17. AN, F7 9651, 11 jun.
18. AN, F7 9663, 1º mai.
19. AN, F7 9706, 16 mai e 8 jun.
20. AN, F1a 555, relatório do barão d'Alphonse, 8 mai.
21. G. de Berrier de Sauvigny, *Le comte Ferdinand de Bertier (1782-1864) et l'énigme de la congrégation*, Paris, Les Presses Continentales, 1948.
22. Esse número provavelmente é exagerado. M. Capefigue, *Les Cent-Jours...*, op.cit., v.2, p.82.
23. AN, F1a 555, 9ª Divisão Militar, 6 jun. E. Le Gallo (*Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.376) informa que o duque de Angoulême, em entendimento com Luís XVIII, conseguiu do governo da Espanha o comando de um corpo espanhol para entrar na França. Também solicitou o embarque para Marselha de dois regimentos espanhóis sob o comando do marquês de Rivière.
24. G. de Bertier de Sauvigny, *Le comte Ferdinand de Bertier...*, op.cit., p.171s.
25. AN, F7 9675, 14 jun.
26. AN, F7 9639, 29 abr e 28 mai.
27. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.363.
28. H. d'Espinhal, *Souvenirs militaires, 1792-1814*, Paris, Société d'Éditions Littéraires et Artistiques, t.II, 1901, p.359.
29. AN, F7 9653, 5 e 6 mai.
30. Os crimes de opinião, frequentes no Consulado e no início do Império, nem sempre significam adesão a Luís XVIII. Refletem ao mesmo tempo a impregnação de formas de pensamento herdadas da época monárquica (o sofrimento leva a insultar os detentores do poder) e uma mentalidade revolucionária (o detentor da autoridade será tanto mais ofendido quanto menos lhe é reconhecido um caráter sagrado). Ver R. Allen, *Les tribunaux criminels sous la Révolution et l'Empire, 1792-1811*, Rennes, PUR, 2005, p.220s.
31. AN, F7 9653, 14 jun.
32. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.353.
33. AN, F7 9710, 2 mai.
34. AN, F7 9649, 8 abr.
35. AN, F7 9652, 4 mai.
36. AN, F7 9685, 8 abr e 5 mai.
37. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.347.
38. AN, F7 9687, 30 mai.
39. AN, F7 9704, 11 e 18 mai.
40. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.347.
41. AN, F1c III, Seine-et-Marne, 6 e 19 abr.
42. AN, F7 9702, 16 jun.
43. Luís XVIII. A fonte dessas informações encontra-se em AN, AF IV 1935, carta do comissário extraordinário, 18 mai 1815.
44. AN, AF IV 1935, 26 mai, Direction Générale des Cultes.

45. AN, F1c I 26/470.
46. AN, F7 9639, Cantal, correspondência, 23 abr.
47. AN, F7 6626/207.
48. AN, F7 6627/477.
49. AN, F7 6627/557.
50. AN, F7 6627/280.
51. AN, F7 6627/290.
52. AN, F7 9706.
53. AN, F7 6629/870.
54. AN, F7 6629/833.
55. AN, F7 6628/689, 31 mai.
56. AN, F7 6627/512 e F7 6627/493.
57. E. Waresquiel, *Cent-Jours, la tentation de l'impossible...*, op.cit., p.376.
58. E. Le Gallo, *Les Cent-Jours, essai sur l'histoire intérieure de la France...*, op.cit., p.330.
59. Provavelmente o general reformado Beaufort.
60. AN, AF IV 1934, terceira pasta/14.

8. La Fayette e a bandeira de 1789

1. Srta. Cochelet, leitora da rainha Hortense, *Mémoires sur la reine Hortense et la famille impériale*, Paris, Ladvocat, t.III, 1842, p.127s. Ver também príncipe Napoleão (org.), *Mémoires de la reine Hortense*, Paris, Plon, 1927, t.III, p.18s.
2. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.325.
3. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires de A.-C. Thibaudeau, 1799-1815*, Paris, Plon, 1913, p.506-8.
4. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains d'histoire et de littérature*, Paris, Didier, 1855, t.II, p.269.
5. *Ibid.*, p.270-1.
6. H.-M. Williams, *Relation des événements qui se sont passés en France...*, op.cit., p.157.
7. F.-R. de Chateaubriand, *Mémoires d'outre-tombe*, Paris, Flammarion, 1982, t.II, p.611.
8. Em 23 jun 1789.
9. G. du Mortier, marquês de La Fayette, *Mémoires, correspondance et manuscrits...*, op.cit., t.V, p.455.
10. P. Chanson, *Lafayette et Napoléon...*, op.cit., p.288.
11. G. du Mortier, marquês de La Fayette, *Mémoires, correspondance et manuscrits...*, op.cit., t.V, p.316 e 459.
12. P. Chanson, *Lafayette et Napoléon...*, op.cit., p.287.
13. *Le Moniteur Universel*, n.173, 22 jun 1815, p.711-2; *Le Journal des Débats*, 22 jun 1815, p.1-4.
14. A. Thiers frisa esse aspecto em *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.341.
15. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.510.
16. L. Girard, *La Garde Nationale, 1814-1811*, Paris, Plon, 1964, p.42s; R. Dupuy, *La Garde Nationale, 1789-1812*, Paris, Gallimard, 2010, p.312s.
17. *Le Moniteur Universel*, op.cit., n.173, p.712; *Journal de Paris*, 22 jun 1815, p.3-4.

9. Fascinado pelo abismo

1. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.215.
2. Marechal L. Davout, *Mémoires manuscrits*, apud H. Houssaye, 1815, v.3, *La seconde abdication*, op.cit., p.31.
3. *Le Moniteur Universel*, op.cit., n.173.
4. Ver p.231.
5. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.326.
6. *Le Moniteur Universel*, op.cit., n.173, p.712-3.
7. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.284s.

10. A salvação do povo

1. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.496.

2. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.285.
3. Ibid., p.287.
4. *Le Moniteur Universel*, op.cit., n.173, p.712.
5. Ibid., p.711.
6. De uma grande família da nobreza francesa, o conde foi nomeado camareiro-mor da França em 1810, e sua mulher foi incumbida de criar o rei de Roma.
7. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.290.
8. BHVP, Ms 1013, fl.132.

11. “Se eu quiser, dentro de uma hora a Câmara não existirá mais”

1. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.292.
2. L. Bonaparte, *La vérité sur les Cent-Jours*, Paris, Ladvocat, 1835, p.56-61.
3. L. Marchand, *Mémoires...*, op.cit., p.231.
4. J.-P. Bertaud, *Quand les enfants parlaient de gloire...*, op.cit.
5. A expressão era usada na época.
6. H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op.cit., p.512.
7. Ver a esse respeito D. Cohen, *La nature du peuple: les formes de l’imaginaire social, XVIII^e-XIX^e siècles*, Paris, Champ Vallon, col. La Chose Publique, 2010.
8. G. Lavalley, *Napoléon et la disette de 1812: à propos d’une émeute aux halles de Caen*, Paris, A. Picard et Fils, 1896.
9. K. Tonneson, “Les fédérés de Paris pendant les Cent-Jours”, *Annales Historiques de la Révolution Française*, n.249, 1982, p.393s.
10. Archives de la Préfecture de Police de Paris (APP), Aa 330, fl.47.
11. APP, Aa 331.
12. APP, Aa 330, fl.2.
13. K. Tonneson, “Les fédérés de Paris pendant les Cent-Jours”, op.cit., p.405.
14. APP, Aa 330 fls.8, 9 e 56. Cabe comparar a esses relatórios pessimistas os do faubourg Saint-Germain, onde uma manufatura de tabaco fornece numerosos voluntários, ver Aa 330, fl.27.
15. APP, Aa 330, fl. 51.
16. APP, Aa 330, fl. 31. Também se constata muita indolência e despreocupação dos oficiais da Guarda Nacional no empenho do recrutamento e organização dos batalhões.
17. J.-P.-G. Viennet, *Souvenirs de la vie militaire de Jean-Pons-Guillaume Viennet de l’Académie Française*, Moulins, Crépin-Leblond, 1929, p.140.
18. Ver, por exemplo, a investida de 8 de junho de 1809 contra os operários que trabalhavam na ponte de Iena e os pedreiros do Arco do Triunfo que se recusavam a trabalhar mais para ganhar mais, invocando a qualidade de vida (AN, F13/206). Outro exemplo: a greve dos carpinteiros do Arco do Triunfo, em 18 de março de 1810, exigindo aumento salarial (AN, *ibid.*).
19. É por esse motivo que os operários das oficinas de armas da rua de Charonne se insurgem em 5 de junho de 1812. Ver BHVP, Ms 1013, fl.126.
20. F. Bluche, *Le plébiscite des Cent-Jours*, op.cit., p.119.
21. BHVP, Ms 1013, fl. 144. J. Thiry, in *Les Cent-Jours* (Paris, Berger-Levrault, 1943), estima em 12 mil o número de manifestantes em 14 de maio.
22. A população operária é estimada em 90 mil indivíduos, e em 350 mil, contando as mulheres e as crianças. A população total de Paris é de aproximadamente 600 mil habitantes. Sem querer estabelecer comparações arriscadas, tão diferentes são as circunstâncias e o que está em jogo, cabe lembrar as estimativas sobre os participantes das jornadas revolucionárias: mais de 10 mil em 14 de julho de 1789, 20 mil em 20 de junho de 1792 e 80 mil em 2 de junho de 1793.

12. O imperador em processo

1. Anônimo, *Esquisse historique sur les Cent-Jours, et fragments inédits relatifs aux séances secrètes des Chambres, à la marche du gouvernement provisoire et aux négociations d’Haguenau*, Paris, Baudoin Frères, 1819, p.39.
2. *Le Moniteur Universel*, 22 jun, p.713.
3. *Correspondance de Napoléon I^{er} publiée par ordre de Napoléon III*, op.cit., p.299.
4. L. Bonaparte, *La vérité sur les Cent-Jours*, op.cit., p.56.
5. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l’histoire de la vie privée...*, op.cit., p.220.
6. Anônimo, *Esquisse historique sur les Cent-Jours...*, op.cit., p.40.
7. Ibid., p.44.

8. No ano II, o Exército contava 800 mil homens. O amigo de Robespierre arredonda o total para 1 milhão a fim de impressionar ao mesmo tempo os franceses e seus inimigos.
9. Anônimo, *Esquisse historique sur les Cent-Jours...*, op.cit., p.44-6.
10. Ibid. A se dar crédito ao general, o número de mortos supera o dos efetivos reunidos desde 1799 (2 milhões). Hoje, o total de baixas é estimado em 900 mil homens.
11. O relato do *Esquisse historique* (op.cit.), favorável a La Fayette, afirma que Lucien se cala depois da intervenção do general. Seguimos aqui o relato da sessão constante do livro de Lucien Bonaparte (*La vérité sur les Cent-Jours*, op.cit., p.56).
12. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.511.

13. A corrupção do poder

1. Srta. Cochelet, *Mémoires sur la reine Hortense...*, op.cit., p.131-5.
2. A.-M., conde de Lavalette, *Mémoires et souvenirs...*, op.cit., p.351.
3. Srta. Cochelet, *Mémoires sur la reine Hortense...*, op.cit., t.III, p.20.
4. *Mémoires manuscrits de Mme. de X*, apud H. Houssaye, v.3, op.cit., p.46.
5. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo*, op.cit., t.VIII, p.143s.
6. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.363.
7. B. Constant, *Mémoires sur les Cent-Jours en forme de lettres*, Paris, Béchet Aîné, 1820-22, t.II, p.137-9.
8. Ibid., p.140.
9. Ouvrard provocou sobretudo uma crise financeira que quase causou o desmoronamento do Império em 1805, às vésperas de Austerlitz. O encontro dos dois em 21 de junho de 1815 é relatado nas *Mémoires de G.-J. Ouvrard sur sa vie et ses diverses opérations financières*, Paris, Moutardier, 1826, t.I, p.208-9.
10. B. Constant, *Mémoires...*, op.cit., t.II, p.143 e 144.
11. Ibid., p.142-3.

14. A tentação do suicídio

1. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.511.
2. Anônimo, *Esquisse historique sur les Cent-Jours...*, op.cit., p.48; P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.224-5; A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.297-8; A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.511.
3. B. Constant, *Lettres à Mme. Recamier*, Paris, C. Klincksieck, 1977, nota 3, p.168.
4. Napoleão descreveu em 1816 seu estado de ânimo nos dias que se seguiram a Waterloo (ver E. de las Cases, *Mémorial de Sainte-Hélène*, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1977-78, t.I, p.463s). O relato é feito num momento em que o imperador ainda tem fresca na memória a luta íntima que viveu. Nós o reproduzimos aqui sem ignorar que Napoleão, como qualquer memorialista, joga com as lembranças, especialmente a fim de chamar atenção para seu desejo de se sacrificar. Terá ele realmente pensado em utilizar os federados, indo de encontro à decisão tantas vezes reafirmada de não ser o rei da *Jacquerie*? Se assim foi, por que motivo o general Gourgaud, que também ouviu a confissão de Napoleão, não o menciona em *La campagne de 1815...* (op.cit., p.143)? Por outro lado, Napoleão certamente avalia melhor em 1816 que um ano antes a ascendência realista sobre os “cidadãos vira-casaca” e a instabilidade da multidão.
5. Ibid.
6. General barão Thiébault, *Mémoires du général baron Thiébault*, Paris, Le Livre Chez Vous, t.II, p.282-3.
7. Napoleão em Las Cases, Santa Helena, apud A. Dansette, *Napoléon: pensées politiques et sociales*, Paris, Flammarion, 1969, p.426.
8. A. Palluel, *Dictionnaire de l'empereur*, Paris, Plon, 1969, p.1056.
9. P. Morand, *L'art de mourir*, seguido de *Le suicide en littérature*, Paris, 1933, p.37.
10. M. Monestier, *Suicides: histoire, techniques et bizarreries de la mort volontaire des origines à nos jours*, Paris, Le Cherche Midi, 1995, p.38.
11. A. Dansette, *Napoléon...* op.cit., p.425.
12. J.-M. Des Cilleuls, “Yvan, chirurgien de Napoléon”, extraído dos Archives de Médecine et de Pharmacie Militaires, v.CIII, n.6, 1935, p.1026s.

15. “Sozinho, nada posso”

1. A.-M., conde de Lavalette, *Mémoires et souvenirs...*, op.cit., p.194.
2. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.145.

3. A informação é fornecida indiretamente por P. Fleury de Chaboulon em suas *Mémoires...*, op.cit., p.226.
4. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.145-6.
5. Seguimos aqui o relato da sessão pelo *Moniteur Universel*, n.174, 23 jun 1815, p.715s.
6. Ibid.
7. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.299.
8. Câmara dos Representantes (1814-48), *Aux électeurs de l'arrondissement de Guéret: biographie de M. Leyraud*, Guéret, 1846, p.1s.
9. *Le Moniteur Universel*, 23 jun 1815, p.716s.
10. H. de Gallier, "Lucien Bonaparte", *Revue des Revues*, 15 abr 1904, p.481; A.-F. Villemain escreve em seus *Souvenirs contemporains...* (op.cit., p.301) que La Fayette, sucedendo Solignac na tribuna, afirma com autoridade: "Que fique registrado: se Napoleão não se decidir por si mesmo, vou propor sua deposição." O relato do *Moniteur Universel* (n.174, 23 jun 1815) omite essa ousadia do general.
11. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.301.
12. R. Margerit, *Waterloo: 18 juin 1815*, Paris, Gallimard, 1964, p.463.
13. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.301.
14. O marechal Soult.
15. *Le Moniteur Universel*, n.174, 23 jun 1815, p.716.
16. C. von Clausewitz, *Campagne de 1815 en France*, op.cit., p.183 e 189.
17. Respeitamos aqui o horário fornecido no relato da sessão pelo *Moniteur Universel*, op.cit., p.717.

16. O sacrifício

1. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.147.
2. Pelo menos é o que afirma Auguste Petiet, adido do estado-maior de Davout, que atribui uma dessas cartas a Fouché em seus *Souvenirs militaires de l'histoire contemporaine*, Paris, Dumaine, 1844, p.225.
3. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.148.
4. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.227.
5. Davout, convencido por Fouché, dá a mesma opinião.
6. Montholon, *Récits de la captivité de l'empereur Napoléon à Sainte-Hélène*, Paris, Paulin, 1847, t.I, p.7.
7. H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op.cit., p.513. Ao contrário de H. Houssaye (1815, v.3, op.cit., p.59), consideramos que os depoimentos de Montholon e do filho de Carnot são complementares. O ministro do Interior, obcecado desde seu *Mémoire adressé au roi en juillet 1814* (Paris, Vauguelin, 1815) com a volta dos ultracontrarre-volucionários ao poder, incita mais uma vez o imperador a uma ditadura militar provisória.
8. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.153-4. Marchand, em seus *Mémoires...* (op.cit., p.230), dá outra versão: "São uns loucos, diz Napoleão, e La Fayette e seus aliados uns tolos, politicamente: querem minha abdicação e tremem de medo de que eu não a aceite. Haverá de aceitá-la e ao mesmo tempo responsabilizá-los pelos males que se abaterão sobre a França. Querem que eu abdique em favor de meu filho, o que é um absurdo quando os inimigos estão às portas de Paris e os Bourbon vêm atrás deles. Unidos, poderíamos salvar-nos; divididos, não temos recursos."
9. H. de Gallier, "Lucien Bonaparte", *Revue des Revues*, op.cit., nota manuscrita do príncipe; J. Thiry, *La seconde abdication de Napoléon I^{er}*, Paris, Berger-Levrault, 1945, p.53.
10. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.229; A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.302-3.
11. Em um primeiro momento, Napoleão juntava aos ministros seus irmãos Lucien e Joseph. Como Maret observasse que a Câmara tomaria isso como provocação, o imperador riscou seus nomes.
12. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.229-30; L. Bonaparte, *La vérité sur les Cent-Jours*, op.cit., p.108s; L. Marchand, *Mémoires...*, op.cit., p.230; A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo*, op.cit., p.154; A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.303.
13. H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op.cit., p.514.
14. J.-P. Bertaud, *Quand les enfants parlaient de gloire...*, op.cit., p.226.
15. J. Le Brun, *Le pouvoir d'abdiquer: essai sur la déchéance volontaire*, Paris, Gallimard, col. L'Esprit de la Cité, 2009, p.251.
16. L. Bonaparte, *La vérité sur les Cent-Jours*, op.cit., p.114-24. O príncipe Lucien apresenta nesse momento a monarquia imperial como um corpo místico que, a exemplo daquele da realeza dos Bourbon, nunca morre. "O imperador está morto, viva o imperador!", disse ele. Alguns anos depois, mudaria de opinião, confessando seu erro e apresentando o irmão como magistrado eleito, como "rei do povo".
17. I. Saint-Elme, *Souvenirs d'une courtisane...*, op.cit., p.743.

17. "Entrego meu filho à França"

1. Reproduzimos o relato da sessão vespertina pelo *Moniteur Universel*, n.174, 23 jun 1815, p.717-9.

2. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.513.
3. Paira uma suspeita de orleanismo sobre esse advogado que já em abril se opunha ao juramento ao imperador. Ele se defende da acusação em suas *Mémoires de M. Dupin*, Paris, Plon, t.I, p.17.
4. *Moniteur Universel*, op.cit., p.717.
5. Segundo Villemain, Dupin teria sido inclusive astucioso ou pérfido o suficiente para afirmar no Artigo 1º que a Câmara aceitava “pura e simplesmente, sem qualquer condição, a abdicação de Napoleão”, o que era o exato contrário do texto do imperador, vinculando a abdicação à hereditariedade da coroa.
6. É a opinião de Villemain em seus *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.355.
7. Segundo H. Houssaye, 1815, v.1, *Les Cent-Jours*, op.cit., p.65.
8. I. Saint-Elme, *Souvenirs d’une courtisane...*, op.cit., p.743.
9. Já em 1812 os ministros, informados pelo general Malet do suposto falecimento do soberano, não tinham pensado em salvaguardar os direitos do rei de Roma criando um Conselho de Regência. Questionado sobre a omissão, um dirigente respondera: “O rei de Roma? Ah! Nesse aí ninguém nunca pensa!” O que dizia tudo quanto à confiança na perenidade das instituições imperiais.
10. G. du Mortier, marquês de La Fayette, *Mémoires, correspondance et manuscrits...*, op.cit., t.V, p.456.
11. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.362; P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l’histoire de la vie privée...*, op.cit., p.233.
12. Anônimo, *Esquisse historique sur les Cent-Jours...*, op.cit., p.51.
13. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l’histoire de la vie privée...*, op.cit., p.234. O autor afirma em nota que na deliberação não lhe havia sido atribuído o título de imperador: ele fora chamado apenas de Napoleão Bonaparte.

18. O odioso jugo estrangeiro

1. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.308s; *Le Moniteur Universel*, op.cit., p.719. O jornal se equivoca quanto ao início da sessão, afirmando que ocorreu às 5h30.
2. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l’Empire*, op.cit., t.XX, p.385. Drouot, um dos que têm esta opinião, aproximou-se do marechal para censurá-lo por suas afirmativas “com modos graves e doces”.
3. Ney está sempre se justificando pelos erros táticos de que é acusado por Napoleão. Pensando em se exilar, o príncipe foi em 21 de junho ao encontro de Fouché para pedir-lhe passaportes, que lhe foram fornecidos. Fouché lhe teria ditado o comportamento que veio a assumir no dia seguinte na Câmara? É pouco provável que o orgulhoso militar tenha aceitado desempenhar papel de coadjuvante. Como assinala Villemain: “Suas palavras, arrancadas com tortura do fundo d’alma”, eram “visivelmente sinceras.” Thibaudeau as considera, ao contrário, palavras de um homem que perdeu a cabeça. Ver A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.518.
4. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.315.
5. *Ibid.*, p.317s; *Moniteur Universel*, op.cit., p.720.
6. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.514-5.
7. E.-D. Pasquier, *Histoire de mon temps, mémoires du chancelier Pasquier*, Paris, Plon, 1893-95, t.III, p.253.

19. Os parisienses e a abdicação

1. I. Saint-Elme, *Souvenirs d’une courtisane...*, op.cit., p.743.
2. Hortense, rainha da Holanda, *Mémoires*, Paris, Mercure de France, 2006, p.428.
3. E. La Bretonnière, *Macédoine, souvenirs du Quartier latin...*, op.cit., p.271-2.
4. AN, AF IV 1934/28, Bulletin de la Préfecture de Police de Paris.
5. AN, F7 3200/4.
6. E.-L.-F. Bary, *Cahiers d’un rhétoricien de 1815*, Paris, Hachette, 1890, p.135-6.
7. Ele também se recusou a se juntar a Luís XVIII em Gand, aguardando que os acontecimentos se esclarecessem.
8. Marquesa de Montcalm, *Mon journal, 1815-1818, pendant le premier ministère de mon frère*, Paris, Grasset, 1935, p.69s.
9. P. Brugière, barão de Barante, *Souvenirs du baron de Barante, de l’Académie Française, 1782-1866*, organizado por Claude de Barante, Paris, Calmann-Lévy, 1892, t.II, p.152s.
10. Existe aí certo exagero.
11. O autor, favorável a Fouché, não entende bem a manobra do ministro.
12. *L’Abdication de Bonaparte*, panfleto anônimo de 1815. Na Biblioteca Nacional encontra-se também uma peça de teatro publicada em 1815 e intitulada *Bonaparte ou l’abus de l’abdication, pièce historico-héroïco-romantico bouffonne en cinq actes et en prose, ornée de danses, de chants, de combats, d’incendies, d’évolutions militaires etc...* O autor (A. Martainville) apresenta um Napoleão que, mal tendo deixado o poder, já pensa em reconquistá-lo.
13. Apud R. Margerit, *Waterloo...*, op.cit., p.477.
14. Pontécoulant evoca aí a missão de Fouché em Nantes, em março de 1793. Nela, Fouché lançara uma proclamação exortando a “vingar a

pátria” pela revolta da Vendeia.

15. Em seus *Souvenirs historiques et parlementaires du comte de Pontécoulant (ancien pair de France), extraits de ses papiers et de sa correspondance, 1764-1848*, Paris, 1893, o conde apresenta-se com certo exagero como o ator principal da noite de 22 de junho.

20. O rei de Roma é francês?

1. Conde de Pontécoulant, *Souvenirs historiques et parlementaires...*, op.cit., p.397.
2. Seguimos, quanto a esta sessão, o relato do *Moniteur Universel*, n.175, sábado, 24 jun, p.721s.
3. Posteriormente ele reconheceria seu erro; ver L. Bonaparte, *La vérité sur les Cent-Jours*, op.cit., p.113s.
4. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.333.
5. O colégio eleitoral de Seine levantou seis semanas antes a mesma objeção, privando o príncipe do direito de voto. O príncipe não ousou reclamar. Ver P. Duvergier de Hauranne, *Histoire du gouvernement parlementaire, 1814-1848*, Paris, Michel Lévy Frères, 1870-72, t.III, p.71.
6. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.336-7.
7. Ibid.
8. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit., p.158.
9. C.-F., barão de Méneval, *Napoléon et Marie-Louise, Souvenirs historiques...*, op.cit., p.531.
10. L. Marchand, *Mémoires...*, op.cit., p.231.
11. E.-D. Pasquier, *Mémoires du chancelier Pasquier...*, op.cit., p.255.

21. O cortejo dos vencedores

1. C. von Clausewitz, *Campagne de 1815 en France*, op.cit., p.183 e 189; L. Navez, *La campagne de 1815*, t.II, *De Waterloo à Paris*, Bruxelas, 1912, p.15-6.
2. Luís XVIII, saxão por parte de mãe, interessava-se particularmente pelo destino desse país.
3. J. Keegan, *L'Art du commandement, Alexandre, Wellington, Grant, Hitler*, Paris, Perrin, 2010, p.201s.
4. A.W., duque de Wellington, *The Dispatches of Field Marshal, the Duke of Wellington, During his Various Campaigns in India, Denmark, Portugal, Spain, the Low Countries, and France. From 1799 to 1818*, Londres, Murray, 1838, v.12, p.494-5.
5. A.W., duque de Wellington, Antony Brett-James (org.), *Wellington at War, 1794-1815: A Selection of his Wartime Letters*, Londres/Nova York, Macmillan and Co./St. Martin's Press, 1961, p.312.
6. A.C. Mercer, *Journal de la campagne de Waterloo*, Paris, B. Giovanangeli, col. Édition du Grenadier, 2007, p.137-8.
7. B. Jackson, *Lieutenant-colonel Basil Jackson. Waterloo et Sainte-Hélène: notes et souvenirs d'un officier d'état-major*, Paris, Plon, 1912, p.123s.
8. J. Hantraye, *Les cosaques aux Champs-Élysées*, op.cit., p.58s.
9. À acusação da propaganda realista, referindo-se a Napoleão como um corso sanguíário que nem sequer era francês, os bonapartistas respondem denunciando os Bourbon, que voltaram nas carroças do estrangeiro. Sobre essa guerra de palavras, ver E. de Waresquiel, *L'Histoire à rebrousse-poil: les élites, la Restauration, la Révolution*, Paris, Fayard, 2005, p.157.
10. A.W., duque de Wellington, *The Dispatches of Field Marshal...*, op.cit., p.491-6.
11. Ele só vem a sabê-lo em 24 de junho, ao ler o *Journal de l'Empire*; ver E. de Waresquiel, *Cent-Jours, la tentation de l'impossible...*, op.cit., p.446.

22. Maquinações do homem-serpente

1. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.520.
2. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.245.
3. E.-D. Pasquier, *Mémoires du chancelier Pasquier...*, op.cit., t.III, p.255-7.
4. Até ser detido em 4 de abril, Vitrolles, ajudante do conde de Saint-Aulaire, animava em Toulouse o movimento de resistência realista.
5. E.-F.-A. d'Arnaud, barão de Vitrolles, in E. Forges (org.), *Mémoires et relations politiques du baron de Vitrolles, 1815-1830*, Paris, Charpentier, t.III, 1884, p.43-5.
6. Réal avisa em 23 de junho que militares se preparam para incendiar os quatro cantos da capital para que Napoleão não deixe o poder. AN, F7 3200/4.
7. E.-F.-A. d'Arnaud, barão de Vitrolles, *Mémoires et relations politiques...*, op.cit., p.48.
8. AN, Afiv 1933, atas das sessões da Comissão de Governo.

9. Carnot, filho, conta a história de outra maneira em suas *Mémoires sur Lazare Carnot...* (op.cit., p.517): “Ao entrar na sala, e antes mesmo que todos se sentassem, o general Grenier tomou a palavra: ‘Senhores’, disse ele, ‘devemos nos constituir prontamente. Proponho que o sr. duque de Otrante seja nomeado presidente.’ Caulaincourt aprovou. Quinette inclinou-se sem nada dizer. Tendo se expressado a maioria, Carnot nem chegou a votar.”
10. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.520.
11. É a opinião do filho de Lazare Carnot, ver H. Carnot, *Mémoires sur Lazare Carnot...*, op.cit., p.518.

23. Os interesses de um homem e os da pátria

1. Utilizamos neste capítulo o relato do *Moniteur Universel*, n.175, 24 jun 1815, p.722s.
2. J. Fouché, *Mémoires de Fouché*, op.cit., p.456.
3. Esta última informação é fornecida por A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.377.
4. *Ibid.*, p.379-80.
5. A. Dupin, *Mémoires de M. Dupin*, op.cit., t.1, p.18.
6. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.382.
7. A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, op.cit., t.XX, p.326.
8. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.250.
9. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit.
10. *Ibid.*, p.387.
11. G. du Mortier, marquês de La Fayette, *Mémoires, correspondance et manuscrits...*, op.cit., t.V, p.524.
12. P. Brugière, barão de Barante, *Souvenirs du baron de Barante*, op.cit., p.157-8.
13. Srta. Cochelet, *Mémoires sur la reine Hortense...*, op.cit., p.140.
14. E. La Bretonnière, *Macédoine, Souvenirs du Quartier Latin...*, op.cit., p.273-4. La Bretonnière engana-se ao afirmar que o domingo foi o dia da proclamação.
15. Sabemos da admiração do czar pela rainha e da estima que ela tinha por ele desde que Luís XVIII, a pedido seu, a fizera duquesa de Saint-Leu, em 1814, com uma pensão de 400 mil francos.
16. Hortense, rainha da Holanda, *Mémoires*, op.cit., p.434-5.
17. A.-F. Villemain, *Souvenirs contemporains...*, op.cit., p.370.
18. *Ibid.*, p.371.

24. Que será do imperador?

1. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.521.
2. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.259.
3. E.-D. Pasquier, *Mémoires du chancelier Pasquier...*, op.cit., p.263.
4. Angebert, *Recueil des Actes du Congrès de Vienne*, Paris, Amyot, 1863-64, t.IV, p.1458.
5. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.521-524.
6. J. Fouché, *Mémoires de Fouché*, op.cit., p.458: “Eu só conseguira calar aquela turba de altos funcionários, marechais e generais garantindo-lhe, por assim dizer, sobre minha cabeça, sua segurança pessoal e a de sua fortuna. Foi assim que obtive, por assim dizer, carta branca para negociar.”
7. *Ibid.*, p.459.
8. *Ibid.*, p.457-8.
9. Ver p.301-2.
10. A.-C. Thibaudeau, *Mémoires...*, op.cit., p.525.
11. L. Davout, *Correspondance du maréchal Davout, prince d'Eckmühl: ses commandement, son ministère, 1801-1815*, Paris, Plon, 1885, t.IV, n.1761, p.570.
12. J. Fouché, *Mémoires de Fouché*, op.cit., p.455-6.
13. E.-D. Pasquier, *Mémoires du chancelier Pasquier...*, op.cit., p.265.
14. P. Fleury de Chaboulon, *Mémoires pour servir à l'histoire de la vie privée...*, op.cit., p.253.

25. O sonho do cidadão Bonaparte

1. F.-R. de Chateaubriand, *Mémoires d'outre-tombe*, op.cit., t.I, p.1496.

2. E. de Waresquiel, *Talleyrand: le prince immobile*, Paris, Fayard, 2003.
3. Ch.-M. de Talleyrand, *Mémoires complets et authentiques*, Paris, Bonnot, 1989, t.III, p.195.
4. S. Durand, *Mémoires sur Napoléon, l'impératrice Marie-Louise et la Cour des Tuileries avec des notes critiques faites par le prisonnier de Sainte-Hélène*, Paris, Ladvocat, 1828, p.275.
5. O doutor F.-L. Poumiès de la Sibourie é um dos raros contemporâneos a falar do êxodo de camponeses ante o avanço dos prussianos. Ver sua obra *Souvenirs d'un médecin de Paris*, Paris, Plon, 1910, p.160.
6. *Journal de Paris*, 24-25 jun; ver também *Gazette de France*, 24 jun.
7. A.-J.-M.-R. Savary, duque de Rovigo, *Mémoires du duc de Rovigo...*, op.cit, t.VIII, 1828, p.159-62.
8. A.-M., conde de Lavalette, *Mémoires et souvenirs...*, op.cit., p.353-4.
9. Em 1816, Napoleão descreve a Las Cases nestes termos o sonho alimentado um ano antes; ver o *Mémorial de Sainte-Hélène*, op.cit., t.1, p.647-8.

Epílogo

1. Obrigado a deixar o ministério sob pressão dos deputados ultrarrealistas recém-eleitos, Fouché é nomeado embaixador em Dresden, em 15 de setembro de 1815. No fim de dezembro de 1815, excluído da lei de anistia, é demitido. Erra entre Praga e Linz e morre em Trieste, em 26 de dezembro de 1820.
2. A. Castelot, *Marie-Louise: impératrice de malgré elle*, Paris, Perrin, 1998, p.244.
3. W. Bruyère-Ostells, *La Grande Armée de la liberté*, Paris, Tallandier, 2009.
4. Fragmentos das memórias de Molé, *Revue de la Révolution*, 1888, t.XI, p.89.
5. B. Constant, *Mémoires sur les Cent-Jours*, Paris, J.-J. Pauvert, 1961, p.392.
6. P. Lévêque, “La Révolution de 1815”, in *Les Entretiens d’Auxerre, Les Cent Jours dans l’Yonne...*, op.cit., p.51s.
7. Aos 25 departamentos nos quais Bluche (*Le Plébiscite des Cent-Jours*, op.cit.) constatou que o “sim” no plebiscito superava a média nacional, cabe acrescentar, como assinala P. Lévêque (“La Révolution de 1815”, op.cit., nota 52), os departamentos de Isère, Ain e Rhône, que forneceram 90% a 100% do contingente de guardas nacionais voluntários.
8. J.-P. Bertaud, *Les royalistes et Napoléon*, Paris, Flammarion, 2009, p.203s.
9. Ver a esse respeito J. Boutier, P. Boutry e S. Bonin, *Les sociétés politiques*, in *Atlas de la Révolution Française*, t.VI, publicado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1992.
10. P. Lévêque, “La Révolution de 1815”, in *Les Entretiens d’Auxerre, Les Cent Jours dans l’Yonne...*, op.cit., p.70. Ver no mesmo colóquio os comentários de M. Agulhon, p.184s.
11. B. Constant, *Mémoires sur les Cent-Jours*, op.cit., p.141.
12. *Ibid.*, p.186s.
13. Ver em *Les Entretiens d’Auxerre*, op.cit., os debates entre H. Hamon, M. Agulhon, F. Bluche etc., p.80s.
14. E. Quinet, *Histoire de la campagne de 1815*, Paris, M. Lévy Frères, 1862, p.339.
15. V. Hugo, *Les misérables*, Paris, France Loisirs, 1999, t.I, p.412.
16. *Ibid.*

Anexo

1. AN, AF IV 1935.
2. AN, F7 3734, AF IV 1935, F7.
3. AN, F7 3734, AF IV 1934.
4. AN, AF IV 1934.
5. AN, F7 9669, F7 9667, F7 9653.
6. Angoulême, F9640, Aurillac, F7 9639, Mont-de Marsan, F7 9668, Bayonne, F7 9689, Perpignan, F7 9691, Tulle, F7 9642, Mantauban, F7 0706, Périgueux, AN, IV 1938.
7. Charles de Rémusat estima em dois ou três dias o tempo que uma notícia levava para chegar de Paris: *Mémoire de ma vie*, Paris, Plon, 1958-67, t.I, p.209.
8. AN, F7 9661 Gironde.
9. AN, F7 9639.
10. AN, F1cIII Baixos Alpes 8.
11. AN, AF IV 1934/9.
12. Dr. H. Voisin, *De la première abdication de Napoléon I^{er} jusqu’à la fin des Cent-Jours à travers les proclamations et les affiches*, Lille, Lefebvre-Ducrocq, 1920, p.54s.
13. AN, AF 1935/20.

14. AN, AF IV 1937/298.
15. AN, AF IV 1937/296.
16. Ibid.
17. L. Canler, *Mémoires de Canler, ancien chef de sûreté*, Paris, Mercure de France, 1986, p.38.
18. AN, AF IV 1938.
19. AN, AF IV 1935/20 e F7 3734.
20. AN, F7 3734.
21. Ibid.
22. Ibid. Entre outros caminhos, é de Calais que chega a Londres a notícia da abdicação. Na segunda-feira, dia 27, a imprensa inglesa divulga a informação com alguns detalhes e reflexões. Os jornais julgam que Napoleão está “preso no palácio do Eliseu”.

Lista de mapas

1. Paris em 1815
2. A invasão: situação em 22 de junho
3. A marcha dos aliados para Paris
4. O anúncio da abdicação
5. O telégrafo em 1815

Índice onomástico

- Aclocque, André-Arnoult, guarda nacional, 1
Alexandre I, czar, 1, 2
Altmer, agente realista, 1
André, Antoine Balthazar Joachim, barão de, chefe realista, 1
Andréossy, Antoine-François, conde de, general, par da França, 1, 2-3
Angoulême, Louis Antoine de Bourbon, duque de, 1, 2n
Angoulême, Marie-Thérèse-Charlotte de France, duquesa de, 1, 2
Arnault, Antoine-Vincent, deputado, 1
Autichamp, Charles Marie de Beaumont de, chefe na Vendeia, 1

Babeuf, François Noël, conhecido como Graco, político, 1, 2
Balbi, Anne Nompard de Caumont, condessa, conhecida como sra. de, 1
Barante, Prosper Brugière, barão de, 1, 2
Barère de Vieuzac, Bertrand, conde, deputado, 1, 2, 3
Barras, Paul, visconde, político, 1
Barrié, barão, marechal de campo, 1
Bassigny, agente realista, 1
Bayard, André, *maire* de Plainville, 1
Beauharnais, Hortense de, rainha, 1, 2-3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10-11, 12, 13
Beauharnais, Josefina de, imperatriz da França, 1
Beaumont, sr. de, chefe realista, 1
Bedoch, Pierre Joseph, deputado, 1-2
Bérenger, Thomas, deputado, 1, 2-3
Berlier, Théophile, conselheiro de Estado, 1
Berry, Charles Ferdinand d'Artois, duque de, 1
Bertier de Sauvigny, Ferdinand de, cavaleiro da Fé, 1
Bertrand, Élisabeth Françoise, 1, 2
Bertrand, Henri Gatien, conde, general, 1, 2, 3
Bessières, François, deputado, 1
Bigarre, Auguste Julien, conde de, general, 1
Bignon, Louis Pierre Édouard, conde de, ministro, 1, 2
Bigot de Préameneu, Félix Julien Jean, deputado, 1
Blacas, Pierre Louis Jean Casimir, duque de, 1, 2
Blankenstein, agente prussiano, 1
Blücher, Gebhard Leberecht von, príncipe de Wahlstatt, marechal, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8-9
Bocquet, réu, 1
Boissy d'Anglas, François-Antoine de, conde de, delegado, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7
Bonaparte, Jérôme, rei da Westfália, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7n
Bonaparte, Joseph, rei da Espanha, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11n, 12n, 13n
Bonaparte, Letícia, 1, 2
Bonaparte, Lucien, príncipe, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7-8, 9, 10, 11, 12, 13, 14-15, 16, 17, 18, 19-20, 21-22, 23, 24n, 25n
Bonaparte, Luís, rei da Holanda, 1
Bordet, Hippolyte, 1
Bory de Saint-Vincent, Jean-Baptiste, deputado, 1
Bouchage, François Joseph de Gratet, visconde de, agente realista, 1
Bouillé, François-Claude-Amour, marquês de, 1

Boulay de la Meurthe, Antoine Jacques Claude Joseph, conde, ministro, 1, 2, 3-4
Bribers, conde de, 1
Brune, Guillaume Marie-Anne, marechal, 1, 2
Brunswick-Wolfenbüttel, Charles-Guillaume-Ferdinand de, general prussiano, 1
Bülow, Friedrich Wilhelm von, general prussiano, 1
Burget, François, padre, 1
Busche, Antoine, prefeito, 1

Cadoudal, Georges, chefe *chouan*, 1
Cadoudal, Joseph de, *chouan*, 1
Caligny, Bernard-Henri-Louis Hue, marquês de, 1
Cambacérès, Jean-Jacques-Régis de, ministro, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8
Carnot, Lazare, conde, ministro, 1-2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10, 11, 12-13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34-35, 36, 37n, 38n-39n
Carnot-Feulins, Claude-Marie, general, 1
Castéja, André de Biaudos, conde de, ex-subprefeito, 1
Castlereagh, Robert Stewart, visconde, ministro, 1, 2
Caulaincourt, Armand Augustin Louis, duque de Vicence, marquês de, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15n
Chappe, Claude, cientista, 1
Chaptal, Jean-Antoine, ministro, 1
Charette de Fresnière, chefe da Vendeia, 1
Charette de la Contrie, François-Athanase de, chefe da Vendeia, 1
Chastellux, Georgine de, 1
Chateaubriand, François René de, literato, 1, 2
Chénier, André, poeta, 1
Cochelet, Louise Parquin, conhecida como srta., leitora da rainha Hortense, 1, 2, 3
Collot, general, 1
Compans, Jean Dominique, general, 1
Condorcet, Nicolas de, político, 1
Constant, Benjamin, escritor e pensador político, 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8-9
Cornudet des Chaumettes, Joseph, conde e par da França, 1, 2
Crochon, Alexandre, Romain, deputado, 1

Damien, Robert-François, criminoso, 1
Darricau, Augustin, general, 1, 2
David, funcionário, 1
Davout, Louis Nicolas, duque de Auerstaedt, príncipe de Eckmühl, marechal, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10-11, 12, 13, 14, 15-16, 17, 18, 19, 20-21, 22n
Debure, ex-guarda do rei, 1
Decrès, Denis, almirante, ministro, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Defermon, Jacques, conselheiro de Estado, deputado, 1, 2, 3n
Dejean, Jean François Aimé, par da França, 1, 2
Delauge, srta., subprefeita, 1
Delessert, Benjamin, deputado, 1
Desmarest, Pierre-Marie, chefe da polícia secreta, 1-2, 3, 4, 5-6, 7-8
Dillon, Laure de Girardin, sra. de, 1, 2
Drouot, Antoine, general e par da França, 1, 2-3, 4-5, 6n
Dubois, Antoine, médico, 1n
Dubois, Louis Nicolas, deputado, 1
Duchesne, Antoine Louis Hippolyte, deputado, 1, 2, 3
Duhesme, Guillaume Philibert, conde, general, 1
Dumas, Mathieu, general, 1, 2
Dumolard, Joseph, Vincent, deputado, 1, 2-3, 4, 5
Dumonceau, Jean-Baptiste, general, 1
Dumond, financista, 1

Duperron, tenente, 1
Dupin, André, deputado, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7*n*
Dupont de l'Eure, Jacques, Charles, deputado, 1
Durosnel, Antoine Jean Auguste, general, comandante adjunto da guarda nacional, 1
Duthilt, Pierre-Charles, capitão, 1-2

Espinchal, Hippolyte d', conde, chefe realista, 1

Fantin des Odoards, Louis-Florimond, coronel, 1, 2
Fauchet, Joseph Jean Antoine, prefeito, 1
Feltre, Henri Jacques Guillaume Clarke, duque de, ministro, 1
Ferrand de la Basterne, sra., agente realista, 1
Fesch, Joseph, cardeal, 1, 2
Flahaut de la Billarderie, Charles François, conde, general, 1-2, 3, 4, 5, 6
Flaugergues, Pierre François, deputado, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7
Fleury de Chaboulon, Pierre Alexandre Édouard, barão, secretário de Napoleão, 1, 2, 3, 4-5
Fouché, Joseph, conde, duque de Otrante, 1, 2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10, 11, 12-13, 14-15, 16, 17, 18-19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29-30, 31, 32-33, 34-35, 36, 37, 38, 39, 40, 41-42, 43-44, 45, 46-47, 48-49, 50, 51-52, 53, 54-55, 56, 57, 58*n*, 59*n*, 60*n*
Frederico Guilherme III, rei da Prússia, 1
Frémiet, Louis, fiscal de contribuições, 1-2, 3*n*

Gaillard, Maurice André, homem de confiança de Fouché, 1
Garnier de Saintes, Jacques, deputado, 1
Garrau, Pierre-Anselme, deputado, 1
Gassicourt, Charles Louis de, farmacêutico do imperador, 1-2
Gaudin, Martin Michel Charles, duque de Gaëte, ministro, 1
Gaultier de Claubry, Henri-François, médico, 1
Gombaut, sra., vendedora de jornais, 1
Gombeau de Rozac, irmãos, agentes realistas, 1
Gourlay, Jean-Marie de, deputado, 1
Grenier, Paul, general, deputado, 1, 2, 3, 4, 5*n*
Grouchy, Emmanuel, marquês de, marechal, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9-10, 11, 12, 13
Guilherme I de Orange, rei dos Países Baixos, 1
Guizot, François-Pierre, político, 1, 2

Hamburger, agente prussiano, 1
Harel, Maximilien-Marie, vigário, 1
Hébert, Jacques-René, político, 1
Hyde de Neuville, Jean-Guillaume, barão, chefe realista, 1, 2

Jackson, Basil, oficial inglês, 1
Jaffard, agente realista, 1
Jaucourt, Arnail-François, marquês de, 1
Jay, Antoine, deputado, 1, 2, 3-4, 5-6, 7
Jeset, agente realista, 1
Joubert-Bonnaire, Joseph-François, deputado, 1

Kellermann, François Christophe, duque de Valmy, marechal, 1

La Bédoyère, Charles Angélique François Huchet de, general, 1-2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9-10, 11, 12, 13-14, 15, 16
La Bretonnière, Émile, estudante, 1-2, 3-4, 5, 6, 7*n*
La Fayette, Gilbert du Motier, marquês de, general, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7-8, 9-10, 11, 12, 13-14, 15, 16-17, 18, 19, 20, 21-22, 23-24, 25, 26-27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35-36, 37*n*, 38*n*, 39*n*, 40*n*
La Villette, sr. de, agente realista, 1
Lacépède, Bernard Germain, conde de, 1, 2, 3-4
Lacoste, Henri Verdier de, conde, deputado, 1, 2, 3, 4, 5

Lafon, abade, 1
Laforest, conde de, plenipotenciário, 1
Lamarque, Jean Maximilien, general, 1
Lambrechts, Charles Joseph Mathieu, deputado, 1-2
Lameth, Alexandre Théodore Victor, conde de, prefeito, 1, 2, 3
Lanjuinais, Jean Denis, presidente da Câmara de Representantes, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16n
Laporte, François Sébastien Christophe, ex-convencional, 1
Larréguy de Civrieux, Silvain, oficial, 1
Lascours, Renaud de Boulogne, barão de, general, deputado, 1, 2
Lassu, agente realista, 1
Latour-Maubourg, Charles-César de Fay, conde de, general, 1-2, 3
Lavalette, Antoine Marie Chamans, conde de, diretor dos Correios, 1, 2-3, 4-5, 6, 7n
Lavallière, oficial, agente realista, 1
Le Normant, réu, 1
Lebrun, Charles-François, grão-mestre da universidade, 1
Lefebvre, François-Joseph, duque de Dantzig, marechal, 1
Lefebvre, Paul, deputado, 1
Lefèvre, diretor dos Correios, 1
Legouvé, Gabriel-Marie, poeta, 1
Lemare, Pierre-Alexandre, padre, 1
Lepeletier de Saint-Fargeau, Félix, deputado, 1
Lespinasse, agente realista, 1
Leyraud, André, deputado, 1
Louis, Joseph-Dominique, barão, 1
Luís Filipe, duque de Orleans, 1, 2, 3, 4, 5n
Luís XVI, rei da França, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
Luís XVIII, rei da França, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7-8, 9, 10, 11, 12-13, 14-15, 16, 17-18, 19, 20, 21-22, 23, 24, 25, 26, 27, 28-29, 30, 31, 32, 33, 34-35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44-45, 46, 47, 48, 49, 50, 51n, 52n-53n, 54n, 55n, 56n
MacDonald, Étienne Jacques Joseph, duque de Tarente, marechal, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Magnan, comissário de polícia, 1
Mahoney, sr. de, chefe realista, 1
Malet, Claude-François, general, 1, 2, 3n
Malleville, Jacques, marquês de, 1
Manuel, Jacques Antoine, deputado, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11-12, 13-14, 15, 16
Marchand, Louis Joseph, primeiro-camareiro de Napoleão, 1, 2, 3n
Maret, Hugues-Bernard, duque de Bassano, secretário de Estado, 1, 2, 3, 4n
Maria Luísa, imperatriz da França, 1, 2, 3, 4, 5
Masséna, André, príncipe de Essling, marechal, 1, 2
Mayeux, ex-convencional, panfletário, 1
Mercer, Alexander Cavalié, oficial inglês, 1
Merlin de Douai, Philippe Antoine, ministro, 1, 2
Metternich, Clement-Wenceslas, ministro austríaco, 1
Milhaud, Jean-Baptiste, general, 1
Mirabeau, Honoré Gabriel Riquetti, conde de, político, 1, 2, 3
Mollien, Nicolas François, conde, ministro, 1
Monjardet, sr. de, agente realista, 1
Montcalm, marquesa de, 1
Montesquiou-Fezensac, Élizabeth-Pierre de, conde de, deputado, 1
Montviol de Saint-Bonnet, sra., agente realista, 1
Morin, agente realista, 1
Mourgue, Jean Scipion Anne, deputado, 1-2
Mouton-Duvernet, Régis Barthélemy, general, 1, 2, 3
Murat, Joachim, rei de Nápoles, 1, 2, 3

Napoleão II, rei de Roma, imperador da França, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9, 10-11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18-19, 20, 21-22, 23-24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Ney, Michel, príncipe da Moscóvia, marechal, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12*n*

Nicolas, sr. de, chefe realista, 1

Nicolas, sra., diretora de uma escola de moças, 1-2, 3*n*

Oudinot, Nicolas Charles Marie, marechal, 1, 2, 3

Ouvrard, Gabriel-Julien, financista, 1, 2*n*

Paroletti, Gaéтан Camille Thomas, general, 1

Pasquier, Étienne-Denis, ex-chefe de polícia, 1-2, 3-4

Pech, Joseph, tesoureiro, 1

Pelet de la Lozère, Joseph, alto funcionário, 1

Pelet du Morvan, general, 1

Penard, sra., agente realista, 1

Penières-Delzors, Jean Augustin, deputado, 1

Peyrusse, Guillaume Joseph, barão, 1

Picard, sra., vendedora de roupa, 1

Pierre, subprefeito, 1

Ponsard, cidadão, 1

Pontécoulant, Louis Gustave Poncet de, conde, par da França, 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8-9, 10, 11-12, 13, 14, 15*n*

Potin, sra., agente realista, 1

Preissac, Lambert de, agente realista, 1

Prinette, cidadão, 1

Quinette, Nicolas Marie, barão, deputado, 1, 2, 3*n*

Rabillon, empregado de escritório, 1

Rambuteau, Claude-Philibert Barthelot, conde de, deputado, 1

Rapp, Jean, general, 1

Ravaillac, François, criminoso, 1

Ravenel, marquês de, 1

Réal, Pierre-François, chefe de polícia, 1, 2, 3-4, 5, 6*n*

Regnault de Saint-Jean-d'Angély, Michel, ministro, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7-8, 9, 10-11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18*n*

Ricé, colaborador de Talleyrand, 1

Robespierre, Maximilien de, político, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9*n*

Rodriguès de Coursol, agente realista, 1

Roederer, Pierre Louis, comissário extraordinário, 1, 2

Roquelaure, sr. de, chefe realista, 1

Rousseau, Jean-Jacques, homem de letras, 1

Rouvroy, sr. de, agente realista, 1

Rouvroy, sra. de, agente realista, 1

Roy, Antoine, deputado, 1

Royer-Collard, Pierre-Paul, filósofo, 1, 2

Saint-Elme, Ida, mulher-soldado, 1

Saint-Hubert, chefe realista, 1

Saunier, Sébastien Louis, prefeito, 1

Savary, Anne-Jean-Marie-René, duque de Rovigo, inspetor-geral da gendarmaria, 1, 2, 3, 4, 5*n*

Scey, Pierre-Georges, conde de, 1

Sébastiani, Horace, general, 1, 2, 3

Ségur, Louis-Philippe, conde de, 1, 2, 3, 4

Sémalé, conde de, 1

Sémonville, Barthélemy de, chefe realista, 1, 2

Serres, sr., subprefeito, 1

Sérurier, Jean-Mathieu Philibert, marechal, 1

Sieyès, Emmanuel Joseph, abade, par da França, 1, 2, 3*n*

Solignac, Jean-Baptiste, general, deputado, 1-2, 3, 4, 5*n*

Soult, Nicolas Jean-de-Dieu, duque de Dalmatie, marechal, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7

Suchet, Louis Gabriel, duque de Albufera, marechal, 1, 2

Suzannet, chefe realista, 1

Talleyrand-Périgord, Charles-Maurice de, príncipe de Bénévent, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9

Texier-Olivier, Louis, prefeito, 1

Thibaudeau, Antoine-Claire, par da França, 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17*n*

Thiébault, Paul, general, barão, 1

Thielmann, Johann Adolf, barão von, general prussiano, 1

Thuriot, Jacques Alexis, ex-convencional, 1

Trefcon, Toussaint Jean, coronel, 1

Valence, Jean-Baptiste Cyrus de Timbrune de Thiembromne, conde de, 1, 2-3, 4-5

Vatry, Alphée Bourdon de, ajudante de campo, 1

Veneville, coronel, 1

Versfelt, Maria *ver* Saint-Elme, Ida Villemain, Abel-François, conferencista, 1-2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15*n*

Vitrolles, Eugène d'Arnaud, barão de, chefe realista, 1, 2, 3-4, 5*n*

Vitrolles, Thérèse de, 1

Voyer d'Argenson, Marc-René de Voyer de Paulmy d'Argenson, conhecido como, deputado e plenipotenciário, 1-2

Wailly, Étienne-Augustin de, diretor do Liceu Napoleão, 1

Wellington, Arthur Wellington, duque de, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12

Yvan, Alexandre-Urbain, cirurgião do imperador, 1

Ziethen, Hans Joachim von, general prussiano, 1

Título original:
L'Abdication
(21-23 juin 1815)

Tradução autorizada da primeira edição francesa, publicada em 2011 por Flammarion, de Paris, França

Copyright © 2011, Flammarion, Paris

Copyright da edição brasileira © 2014:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Este livro contou com o apoio do Programa de auxílio à publicação do Institut français.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campante

Imagem da capa: © The Bridgeman Art Library

Produção do arquivo ePub: Simplíssimo Livros

Edição digital: abril 2014

ISBN: 978-85-378-1211-2